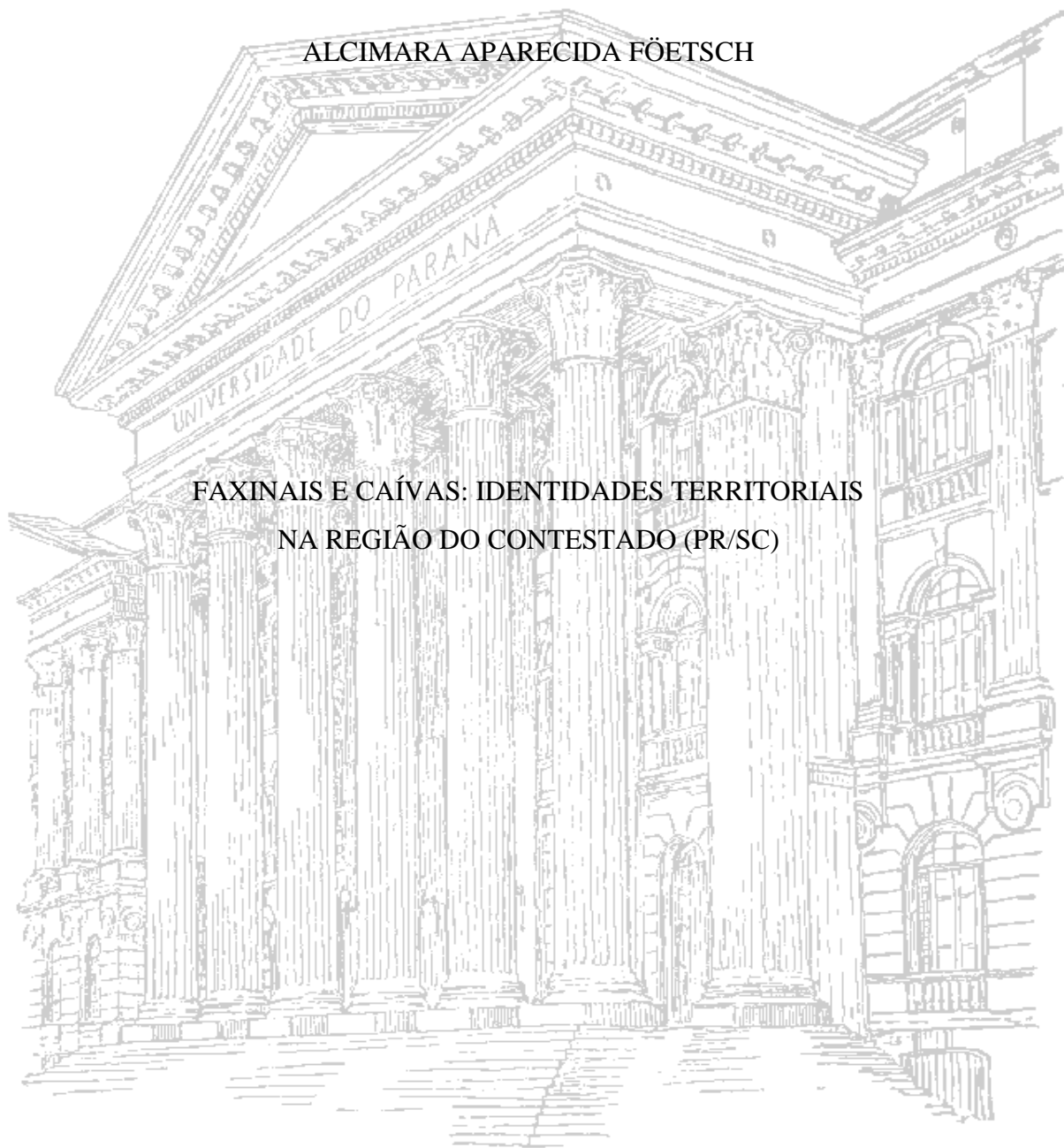


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALCIMARA APARECIDA FÖETSCH



FAXINAIS E CAÍVAS: IDENTIDADES TERRITORIAIS
NA REGIÃO DO CONTESTADO (PR/SC)

CURITIBA

2014

ALCIMARA APARECIDA FÖETSCH

FAXINAIS E CAÍVAS: IDENTIDADES TERRITORIAIS
NA REGIÃO DO CONTESTADO (PR/SC)

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cicilian Luiza Löwen Sahr.

CURITIBA – PARANÁ

2014



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Tese de Doutorado, apresentada pelo (a) candidato (a) **Alcimara Aparecida Föetsch** intitulada **"FAXINAIS E CAÍVAS: IDENTIDADES TERRITORIAIS NA REGIÃO DO CONTESTADO (PR/SC)"**, para obtenção do grau de Doutor em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa Território Cultura e Representação.

Após haver analisado o referido trabalho e arguido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Tese.

Curitiba, 05 de setembro de 2014.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cíclian Luiza Löwen Sahr - orientadora

Prof. Dr. Marta Inez Medeiros Marquez - USP

Prof. Dr. Nicolas Foriani - UEPG

Prof. Dr. Jorge Ramon Montenegro Gomez - PPGGEO/UFPR

Prof. Dr. Nilsor Cesar Fraga - PPGGEO/UFPR

Dedico:

Aos “*Levandovski*”, aos “*Föetsch*” e aos “*Gregório*”:
origens, presente e futuro.

*Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Como embaixo dos pés uma terra
Como água escorrendo da mão?*

(...)

*Como assim? Levitante colono?
Pasto aéreo? Celeste curral?
Um rebanho nas nuvens? Mas como?
Boi alado? Alazão sideral?*

(Levantados do Chão – Chico Buarque).

A TERRA E O HOMEM – Paisagem:

“O pinheiro do Paraná, a *Araucaria angustifolia*, dá caráter à paisagem. Porém os campos nativos ocupam duas terças partes da área: mais frequentes ao sul e a oeste, onde se estendem pelas coxilhas atravessadas de canhadas bruscas, não desaparecem totalmente ao norte e a leste – encontram-se aí vastas clareiras naturais no meio das matas, nos lugares planos e menos altos. Por toda parte, há campos *limpos* e campos *sujos*, estes reconhecidos de longe pela quantidade de arbúsculos, há *macegas* que são manchas de vegetação rasteira e intrincada, e há *faxinais*, nome que se empresta a uma espécie de cerrado”.

(Maurício Vinhas de Queiróz, **Messianismo e Conflito Social**, 1977, p. 18).

AGRADECIMENTOS

A intensidade da gratidão através de atos é inegavelmente superior à manifestada através das palavras. Entretanto, negar algumas menções neste espaço privilegiado não parece sábio. Sendo assim, agradeço:

Ao Senhor Nosso Deus, alicerce, força e escudo: pela oportunidade, muito desejada, de vivenciar este aperfeiçoamento pessoal/profissional. Agradeço as incontáveis bênçãos ao longo do percurso: a saúde, os encontros e o alimento da fé nas horas solitárias. Sempre precisarei do direcionamento de suas mãos em novas buscas e conquistas;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná: pela aceitação da proposta de pesquisa e por ter proporcionado um frutífero e inesquecível ambiente de reflexão científica. Agradeço aos queridos Zem e Adriana pela presteza, dedicação e carinho ao atender às solicitações;

À professora doutora Cicilian Luiza Löwen Sahr: minha orientadora. Agradeço pela compreensão nos momentos de dúvida e angústia, pelas carinhosas e tão valiosas sugestões ao longo da pesquisa, por ter dividido seu tempo para construir comigo uma tese que desse conta de responder aos meus anseios. Agradeço imensamente pela confiança, pela amizade e pelo rigor intelectual que permitiram superar a insegurança proveniente da minha expectativa;

Aos professores: Nilson Cesar Fraga, Luiz Almeida Tavares, Marta Inez Medeiros Marquez, Nicolas Floriani, Jorge Ramon Montenegro Gomez, pela análise criteriosa e construtiva do Relatório de Qualificação e da Tese, pois é na multiplicidade de olhares que novos questionamentos emergem.

À Universidade Estadual do Paraná, Campus de União da Vitória: Instituição que orgulhosamente represento, meu universo acadêmico vivido. Agradeço por compreender minhas necessidades de aperfeiçoamento e crescimento profissional concedendo, na medida do possível, os afastamentos necessários aos estudos e pesquisas de campo;

Ao Colegiado de Geografia da UNESPAR/FAFIUV: em especial aos colegas professores, por compreenderem as ausências, por partilharem as conquistas e por lutarem em comunhão em favor de uma Educação com qualidade e comprometimento. Agradeço ainda aos inesquecíveis alunos que dividiram comigo, ao longo dos anos, a paixão pelos espaços rurais tradicionais: ao Wagner da Silva, à Daiane Silva, à Paula Talita Góis. Devo a vocês parte dos meus posicionamentos de inquietação científica e inconformismo social;

À minha família: Ao meu pai Alceu Föetsch, pela oportunidade de um futuro promissor e por se orgulhar em falar do meu nome na comunidade em que vive – meu grande incentivo nas horas difíceis. À minha mãe Ana Levandovski Föetsch, exemplo de amor, por ser minha incondicional incentivadora e pelas orações que sempre me fortalecem. Ao meu querido irmão Alisson, com quem compartilho os pais, a crença em Deus Pai e o amor pela família. Ao meu marido Dallan Marcelo Gregório, pela compreensão nas faltas e ausências, pelos risos até de madrugada e pelo somar dos sonhos! Aos meus sogros e cunhadas, pela paciência e confiança. Nossas conquistas só tem valor se temos com quem partilhá-las, sou grata pelo sentido que dão à minha existência e agradeço imensamente por me enxergarem melhor do que realmente sou;

Aos amigos e amigas: são tantos, mas agora em especial, agradeço à Vanessa Maria Ludka, não só por me receber em sua casa, mas também por partilhar conhecimentos e amizade, sempre com muito chimarrão e bolo de cenoura. À querida amiga Kelly von Knoblauch pelos cafés e encontros que sempre animam, revigoram e acrescentam. À amada amiga Marines Hoffmann Vieira pelas palavras de apoio, pelos comentários de incentivo e pela presença na minha vida. À amiga-irmã Adriany Edinéia Schiliga com quem desde o jardim de infância compartilho alegrias e tristezas. Com vocês aprendi: a olhar as miudezas da vida e a enfrentar as dificuldades do caminho;

Ao querido amigo Padre Anderson Spegiorin: por todas as carinhosas lembranças em forma de palavras ditas e também por adensar minha biblioteca particular com valiosas publicações acerca dos nós “cristãos” e “polacos”;

Em Mallet, Paraná, agradeço aos familiares e amigos de Rio Claro do Sul: porque não importa a extensão geográfica do lugar, desde que você se sinta em casa e queira sempre voltar;

Em Fraiburgo, Santa Catarina, agradeço, aos queridos amigos: Iole, Alice, Vera e Pedro pela carinhosa recepção e pela companhia ímpar nas andanças pelo Faxinal dos Domingues e pelo Faxinal dos Carvalho.

Em São Mateus do Sul, Paraná, agradeço: aos faxinalenses do Emboque, pela recepção, pela dedicação e pelo auxílio na tentativa de compreender suas particularidades. Agradeço em especial às famílias: Chadai e Wenglarek: pelas cuias de chimarrão, pelos cafés e almoços, mas principalmente pelas belas horas de prosa sempre tão carregadas de afetividade e carinhosas lembranças;

Em Irineópolis, Santa Catarina, agradeço: à EPAGRI, em especial ao Engenheiro Agrônomo Danilo Paiva Sagaz pelas importantes contribuições e pelos valiosos dias de campo. Agradeço ao Vereador e Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Irineópolis, José Valmor Nicoluzzi, o “Diudia”, pela companhia, pelas saídas de campo e pelas novas amizades. Agradeço ainda às famílias: Painter e Marek pela generosidade dos dias de conversa e por enriquecerem sobremaneira esta Tese.

E assim, mesmo com o risco da omissão e a injustiça do esquecimento, com muito esforço, porém sem nenhum atropelo, agradeço finalmente a todos os que contribuíram para esta fase ímpar da minha vida. Parafraseando Caio Fernando Abreu, termino dizendo que sou agradecida por estar viva, por ter andado onde andei, ter vivido o que vivi e por ser exatamente como sou.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. Faxinais e Caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC). 2014. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

RESUMO

Num cenário de mobilização política assiste-se a partir da década de 1980, no estado do Paraná, a busca da (re)construção de identidades territoriais faxinalenses por meio da atuação de associações, articulações, organizações não governamentais, academia/universidades, movimentos populares e poder público. Em contrapartida, na porção catarinense do Contestado, região vizinha, de similares características físico-naturais e histórico-geográficas, o Sistema aparenta invisibilidade. Neste destoante contexto, na presente Tese propõe-se analisar a territorialidade dos elementos que caracterizam o Sistema Faxinal na região do Contestado, localizada no limite político entre os estados do Paraná e Santa Catarina, buscando compreender sua consolidação, desarticulação e reminiscências na perspectiva das identidades territoriais. Para tanto, discute-se a forma com que vêm sendo construídas as identidades territoriais faxinalenses no Paraná e se investiga o que ocorreu com a territorialidade dos elementos que compõem o Sistema em Santa Catarina. No campo conceitual, a tese faz uso dos conceitos de território, identidade e identidade territorial, aproximando-os de estudos mais específicos acerca das populações tradicionais. Em termos metodológicos, a pesquisa adota duas distintas escalas de análise, a regional e a da comunidade, para investigar os elementos do Sistema em duas comunidades: a do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR e a de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Os elementos da escala regional foram propostos a partir de Chang (1988), ao passo que os elementos da escala da comunidade foram delineados a partir de Nerone (2000). Nestas análises, é possível perceber que no estado do Paraná, a atuação desta série de atores no processo de construção das identidades territoriais culminou com a adoção de distintas conceituações do Sistema Faxinal que vão desde a necessária existência das “terras de criar” e das “terras de plantar” até a questão das terras tradicionalmente ocupadas. Da mesma maneira, algumas das práticas comunitárias e tradicionais que já se encontravam em desuso passaram a ser “reinventadas” com vistas a fortalecer as identidades dos grupos que buscam reconhecimento, evoluindo de uma identidade de resistência para uma identidade de projeto, de luta. Em Santa Catarina, entretanto, a ausência de políticas públicas próprias e a não atuação dos movimentos populares colaborou para a desagregação e/ou desarticulação do Sistema, tendo em vista que os criadouros comunitários atualmente só existem em pequenos núcleos familiares. Trata-se de uma identidade de resistência que não se inscreveu visivelmente no jogo político de articulações que reconhecem a tradicionalidade e a territorialidade. O que há na porção catarinense do Contestado, atualmente, são fragmentos que comprovam a existência passada do Sistema Faxinal, sobretudo, nas chamadas Caívas. Enquanto se fortalece no estado do Paraná a busca por uma identidade territorial faxinalense, em Santa Catarina, estes espaços que não mais contam com as terras de criar comunitárias estão sendo pesquisados e valorizados na perspectiva do melhoramento econômico das áreas de Caíva, cujo uso é particular e não mais comunitário. Por fim, é conveniente ressaltar a inegável importância ambiental e social tanto do Sistema Faxinal quando das Caívas para os espaços rurais tradicionais do Contestado.

Palavras-chave: Identidade territorial, Sistema Faxinal, Caívas, Contestado.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. "Faxinais" and "caívas": territorial identities in the Contestado region (PR/SC). 2014. **Thesis (Doctorate in Geography)** – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

ABSTRACT

In a scenario of political mobilization, since the 1980s we have seen, in the State of Paraná, the search for the (re)construction of territorial “faxinalense” identities by means of the actions of associations, articulations, NGOs, the academia/universities, popular movements, and the public service. As a counterpart, in the neighboring Contestado region of Santa Catarina, which has similar physical/natural and historic-geographic features, the System seems to be invisible. In face of this divergent context, in this thesis we propose to analyze the territoriality of the elements which characterize the Faxinal System in the Contestado region, located at the political limits between the States of Paraná and Santa Catarina, in order to understand its consolidation, disarticulation and reminiscences, under the perspective of territorial identities. To do so, we discuss the way the territorial “faxinalense” identities have been built in Paraná, and investigate what happened to the territoriality of the elements which make up the System in Santa Catarina. From the theoretical field, in this thesis we use the concepts of territory, identity, and territorial identity, bringing them close to more specific studies of traditional populations. In methodological terms, the research follows two distinct analysis scales, the regional and the one of the community, in order to investigate the elements of the System in two communities: Faxinal do Emboque in São Mateus do Sul – Paraná, and Aparecida dos Pardos in Irineópolis – Santa Catarina. The elements of the regional analysis scale were proposed following Chang (1988), while the elements of the community scale were outlined according to Nerone (2000). From the analysis, it is possible to realize that, in the State of Paraná, the actions of the people involved in the process of building territorial identities have culminated in the adoption of distinct concepts of the Faxinal System, ranging from the necessary existence of “breeding land” and “cultivation land”, to the question of traditionally occupied land. In the same way, some of the community and traditional practices which were no longer used were “reinvented” to strengthen the identities of the groups which seek recognition, evolving from a resistance identity to an identity of projection, of struggle. In Santa Catarina, on the other hand, the absence of public policies of their own, and the lack of action by the popular movements have contributed to the disaggregation and/or disarticulation of the System, considering that the community-based breeding nowadays exists only in small family groups. It is a resistance identity which hasn’t noticeably engaged in the political game of articulations which recognize traditionality and territoriality. What exists in the “catarinense” portion of the Contestado these days are fragments which testify the existence, in the past, of the Faxinal System, especially in the so-called “Caívas”. While the search for a territorial “faxinalense” identity becomes stronger in the State of Paraná, in Santa Catarina these areas which no longer count on community based breeding land are being researched and valued, envisaging the economical improvement of the Caívas areas, whose use is private and no longer community based. Finally, it is convenient to emphasize the undeniable environmental and social importance, of the Faxinal System as well as the Caívas one, for the traditional rural areas of the Contestado.

Key-words: Territorial identity, Faxinal System, “Caívas”, Contestado.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	– Distribuição dos Faxinais no Paraná.....	25
FIGURA 02	– Perfil esquemático das terras de Faxinal.....	73

LISTA DE ESQUEMAS

ESQUEMA 01	– Elementos que formam o Sistema Faxinal no estado do Paraná.....	30
ESQUEMA 02	– Arranjo teórico acerca dos conceitos de território, identidade e identidade territorial.....	67
ESQUEMA 03	– Elementos identitários regionais do Sistema Faxinal propostos por Chang (1988).....	91
ESQUEMA 04	– Elementos identitários locais do Sistema Faxinal propostos por Nerone (2000).....	92
ESQUEMA 05	– Elementos que formam o Sistema Faxinal no estado do Paraná	135

LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 01	– Delimitação dos municípios pesquisados.....	23
CARTOGRAMA 02	– Sobreposição dos elementos que compõem o Sistema Faxinal em escala regional no Contestado.....	99

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	– A integração nos “mundos faxinalenses”.....	74
QUADRO 02	– Municípios paranaenses e respectivos números de Faxinais de acordo com o levantamento da EMATER (1994).....	86
QUADRO 03	– Classificações dos Faxinais juntamente com a separação por	

	região, município e o número dos Faxinais.....	87
QUADRO 04	– Levantamento dos Faxinais no Estado do Paraná de acordo com a APF.....	89
QUADRO 05	– Relação de famílias moradoras do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul – PR.....	127
QUADRO 06	– Mandamentos do Monge João Maria.....	148

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01	– Emboque, São Mateus do Sul – PR.....	124
IMAGEM 02	– Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul – PR.....	131
IMAGEM 03	– Aparecida dos Pardos, Irineópolis – SC.....	156
IMAGEM 04	– Comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis – SC.....	164
IMAGEM 05	– Localização das comunidades do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR e Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC em relação à ferrovia.....	185

LISTA DE FOTOS

FOTO 01	– Vegetação de Matas Mistas com ervais nativos no criadouro comunitário do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul – PR.	125
FOTO 02	– Vegetação de Matas Mistas com ervais nativos no criadouro comunitário do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul – PR...	125
FOTO 03	– Terras de plantar do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul – PR.....	132
FOTO 04	– Terras de plantar do Faxinal do Emboque.....	133
FOTO 05	– Animais do criadouro coletivo do Faxinal do Emboque.....	134
FOTO 06	– Animais do criadouro coletivo do Faxinal do Emboque.....	134
FOTO 07	– Animais do criadouro coletivo do Faxinal do Emboque.....	134
FOTO 08	– Animais do criadouro coletivo do Faxinal do Emboque.....	134
FOTO 09	– Cercas comunitárias do Faxinal do Emboque.....	138

FOTO 10	– Cercas comunitárias do Faxinal do Emboque...	138
FOTO 11	– Cercas individuais do Faxinal do Emboque.....	138
FOTO 12	– Cercas individuais do Faxinal do Emboque.....	138
FOTO 13	– Porteira individual na entrada de uma residência no Faxinal do Emboque.....	139
FOTO 14	– Porteira coletiva localizada ao lado do mata-burro separando as terras de criar das terras de plantar no Faxinal do Emboque.....	140
FOTO 15	– Porteira coletiva que separa as terras de criar das terras de plantar no Faxinal do Emboque.....	141
FOTO 16	– Os mata-burros no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	142
FOTO 17	– Os mata-burros no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	142
FOTO 18	– Os mata-burros no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	142
FOTO 19	– Plantas medicinais cultivadas no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	146
FOTO 20	– Plantas medicinais cultivadas no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	146
FOTO 21	– Plantas medicinais cultivadas no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	146
FOTO 22	– Plantas medicinais cultivadas no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	146
FOTO 23	– Detalhe das capelinhas em homenagens aos santos existentes em uma residência no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/ PR..	146
FOTO 24	– Cruzeiro do Monge João Maria no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	147
FOTO 25	– Comunidade do Taquarussu, no interior do Faxinal dos Carvalhos, município de Fraiburgo – Santa Catarina.....	152
FOTO 26	– Vegetação de Matas Mistas com ervais nativos na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.....	157
FOTO 27	– Vegetação de Matas Mistas com ervais nativos na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.....	158

FOTO 28	– Planta de Terreno da <i>Southern Brazil Lumber and Colonization</i> , na comunidade de Rio dos Pardos.....	161
FOTO 29	– Casa polaca na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.....	162
FOTO 30	– Roça de milho na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	165
FOTO 31	– Espaço destinado à horta caseira e as estufas de fumo em uma propriedade familiar de Aparecida dos Pardos.....	166
FOTO 32	– “Mangueirão” dos porcos na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	167
FOTO 33	– Propriedade da família Painter, em Aparecida dos Pardos.....	168
FOTO 34	– “Estrada Grande” onde se localizava o antigo portão que dava acesso à área do criadouro comunitário em Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.....	170
FOTO 35	– Portões existentes na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	171
FOTO 36	– Portões existentes na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	171
FOTO 37	– Portões existentes na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	171
FOTO 38	– Portões existentes na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	171
FOTO 39	– Antiga cerca comunitária confeccionada de “pranchões” de madeira em Aparecida dos Pardos.....	172
FOTO 40	– Cerca comunitária em Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.....	173
FOTO 41	– Mata-burros encontrados na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	174
FOTO 42	– Mata-burros encontrados na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	174
FOTO 43	– Mata-burros encontrados na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	174
FOTO 44	– Mata-burros encontrados na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	174
FOTO 45	– Ata que registra a primeira reunião que tratava da construção da capela, atual Igreja de Aparecida dos Pardos.....	177
FOTO 46	– Capelinha de Nossa Senhora de Fátima que percorre diariamente as residências na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	177
FOTO 47	– Imagem de Nossa Senhora Aparecida em uma casa na	

	comunidade de Aparecida dos Pardos.....	179
FOTO 48	– Carijo de erva-mate no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	188
FOTO 49	– Antigo carijo de erva-mate na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.....	188
FOTO 50	– Reflorestamento de eucalipto próximo às “terras de plantar” no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.....	190
FOTO 51	– Reflorestamento de eucalipto próximo às terras de plantar na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.....	191

LISTA DE SIGLAS

APP	Áreas de Preservação Permanente.
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.
EPAGRI/E.E.	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Canoinhas/SC.
FOM	Floresta Ombrófila Mista.
GGC	Grupo Gestor de Caívas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
PNC	Planalto Norte Catarinense.
RL	Reserva Legal.
RV	Revolução verde.
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado do Paraná.
SF	Sistema Faxinal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIO, IDENTIDADE E IDENTIDADE TERRITORIAL: A CONSTRUÇÃO DO ARRANJO CONCEITUAL.....	36
1.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: O SUPORTE ESPACIAL DA EXISTÊNCIA E REIVINDICAÇÃO COLETIVA.....	37
1.1.1 Os conceitos de território e territorialidade na Ciência Geográfica.....	38
1.1.2 Perspectivas antropológicas/filosóficas acerca do território e da territorialidade no caso das populações tradicionais.....	43
1.2 A IDENTIDADE ENQUANTO FONTE DE SIGNIFICADO E EXPERIÊNCIA: SUA FLUIDEZ E EVOCAÇÃO POLÍTICA.....	49
1.3 IDENTIDADE TERRITORIAL: DE REFERENCIAL ESPACIAL À INSTRUMENTO DE REIVINDICAÇÃO POLÍTICA.....	61
CAPÍTULO 2 – DEFININDO OS ELEMENTOS TERRITORIAIS IDENTITÁRIOS DO SISTEMA FAXINAL COM BASE NAS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS CLÁSSICAS.....	68
2.1 SISTEMA FAXINAL – BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL.....	68
2.2 OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS SOCIOECONÔMICOS APONTADOS POR CHANG.....	76
2.3 OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOCULTURAIS NA PERSPECTIVA DE NERONE.....	81
2.4 SINOPSE DOS ELEMENTOS TERRITORIAIS IDENTITÁRIOS DO SISTEMA FAXINAL: DA INTERFACE CONCEITUAL AOS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	83
2.4.1 Escala regional: do condicionante físico-natural aos condicionantes humanos.....	91
2.4.2 Escala da comunidade: da diferenciação para com os outros espaços rurais.....	92
CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIDADE DOS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS REGIONAIS DO SISTEMA FAXINAL NO CONTESTADO.....	94

3.1 REGIÃO DO CONTESTADO: TERRITORIALIDADES PLURAIS E FLUÍDAS.....	95
3.2 ELEMENTOS IDENTITÁRIOS REGIONAIS NA TERRITORIALIDADE DO SISTEMA FAXINAL.....	103
3.2.1 A territorialidade das Matas Mistas com presença dos ervais nativos.....	103
3.2.2 A territorialidade dos atores sociais: caboclos e imigrantes.....	108
3.2.3 A territorialidade da criação extensiva e do tropeirismo do porco.....	113
3.2.4 A territorialidade da policultura alimentar de subsistência.....	118
CAPÍTULO 4 – OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS NA TERRITORIALIDADE DO FAXINAL DO EMBOQUE – EXEMPLO NA ESCALA DA COMUNIDADE NO ESTADO DO PARANÁ.....	121
4.1 O CONDICIONANTE FÍSICO-NATURAL E OS CONDICIONANTES HUMANOS ENQUANTO ELEMENTOS REGIONAIS NA ESCALA DA COMUNIDADE.....	122
4.1.1 O Faxinal do Emboque, município de São Mateus do Sul, Paraná.....	122
4.2 DIFERENCIAÇÃO DE OUTROS ESPAÇOS RURAIS: ELEMENTOS SOCIOESPACIAIS	130
4.2.1 Distinção entre terras de plantar e terras de criar.....	131
4.2.2 Diferenciação entre propriedade e uso das terras.....	135
4.2.3 Sistema de cercas, porteiras e mata-burros.....	137
4.3 ELEMENTOS SOCIOCULTURAIS.....	142
4.3.1 Uso coletivo da terra.....	143
4.3.2 Relações de compadrio e mutirão.....	143
4.2.3 Medicina e religiosidade popular.....	145
CAPÍTULO 5 – OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS NA TERRITORIALIDADE DO SISTEMA FAXINAL EM SANTA CATARINA: A ESCALA DA COMUNIDADE.....	151
5.1 APARECIDA DOS PARDOS: DISCUTINDO OS ELEMENTOS DA ESCALA REGIONAL.....	154
5.1.1 A presença das Matas Mistas com ervais nativos enquanto condicionantes físico-naturais.....	154
5.1.2 Condicionantes humanos: caboclos e imigrantes poloneses.....	158
5.2 DIFERENCIAÇÃO COM OUTROS ESPAÇOS RURAIS: A ESCALA DA COMUNIDADE.....	163
5.2.1 Elementos socioespaciais na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	164
5.2.2 Elementos socioculturais na comunidade de Aparecida dos Pardos.....	175

CAPÍTULO 6 – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A IDENTIDADE TERRITORIAL DO SISTEMA FAXINAL E DAS ÁREAS DE CAÍVA NA REGIÃO DO CONTESTADO.....	181
6.1 A TERRITORIALIDADE DOS CONDICIONANTES NATURAIS.....	181
6.1.1 A situação das Matas Mistas.....	181
6.1.2 A questão das Caívas.....	194
6.2 A TERRITORIALIDADE DOS CONDICIONANTES HUMANOS.....	199
6.2.1 O caboclo e o imigrante polonês.....	199
6.2.2 A identidade territorial comunitária.....	203
CONCLUSÃO – FAXINAIS E CAÍVAS: IDENTIDADES TERRITORIAIS NO CONTESTADO.....	209
REFERÊNCIAS.....	220
ANEXOS.....	234
ANEXO 01 – Faxinal dos Carvalho, Fraiburgo/SC.....	234
ANEXO 02 – Faxinal dos Domingues, Fraiburgo/SC.....	235
ANEXO 03 – Pinhalzinho, Bela Vista do Toldo/SC.....	236
ANEXO 04 – Rio Preto, Irineópolis/SC.....	237

INTRODUÇÃO

Sposito (2004), ao discutir o pensamento geográfico, ressalta que quando a profissão de pesquisador coincide com a de professor, ou dela se desdobra, o diálogo torna-se mais imprescindível e ocorre de maneira constante. Isso porque é “nas salas de aulas, no gabinete e nos corredores da Universidade que as ideias vão sendo conjugadas em raciocínios que possibilitam o surgimento de novas ideias, conclusões e novos questionamentos” (p. 198-199). De fato, as inquietações que levam ao desenvolver da presente pesquisa nasceram do universo cotidiano vivenciado na região do Contestado e das experiências adquiridas no contato com a Universidade que, por sua vez, permitiram tomar conhecimento dos estudos existentes sobre o Sistema Faxinal, no estado do Paraná.

O Sistema Faxinal, característico da região Centro-Sul do Estado do Paraná e tradicionalmente dividido em “terras de criar” e “terras de plantar” (CHANG, 1988), vêm sendo amplamente discutido a partir da década de 1980 resultando em uma vasta gama de conceituações e estudos de caso específicos. A expressão “Faxinal” foi originalmente descrita por Horácio Martins de Carvalho, em 1984, para designar os espaços onde ocorrem “práticas extrativistas da madeira e da erva, além de servir de espaço para a criação extensiva de animais” (p. 14). Em 1987, Gubert Filho caracteriza o Faxinal como sendo as “áreas contíguas de matas de araucária degradadas pelo pastoreio extensivo, realizado em criadores comuns” (p. 33). Entretanto, a primeira pesquisa que empregou o termo “Sistema Faxinal”, resultante de uma Dissertação de Mestrado, foi publicada em forma de Relatório Técnico por Man Yu Chang ao Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) em 1988, e, de acordo com a autora, o referido Sistema, que diferencia as “terras de plantar” das “terras de criar”, possui as seguintes características: produção animal para tração e consumo, produção agrícola para comercialização e consumo e extração da erva-mate nos ervais nativos (renda complementar).

Mais tarde, no ano de 2000, Maria Magdalena Nerone através de sua Tese de Doutorado em História (Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo) forneceu subsídios que permitem complementar os elementos que caracterizam o Sistema Faxinal apontados por Chang (1988), diferenciando-os de outros espaços rurais através: da distinção entre as terras de plantar e as terras de criar; da diferenciação entre propriedade e uso das terras; dos sistemas de cercas, porteiras e mata-burros; do uso coletivo da terra; das relações de compadrio e mutirão; e da medicina e religiosidade popular. Somam-se a estes trabalhos inúmeros outros que contribuem no

entendimento dessas comunidades ímpares e seu particular modo de se relacionar com o território.

A região do Contestado, por sua vez, enquanto recorte espacial definido para a pesquisa consiste em uma área limítrofe entre os estados do Paraná e de Santa Catarina que foi palco de uma importante Guerra Civil brasileira entre os anos de 1912 e 1916. Ao longo dos anos, o referido conflito e a respectiva região foram analisados sob os olhares de uma multiplicidade de perspectivas: do militar, do viajante, do historiador, do geógrafo, do político, do sociólogo, do folclorista, da imprensa, dos artistas, entre outros, cada um com sua abordagem, referencial conceitual, métodos e contribuição.

Esta Guerra consiste em um “episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa” (FRAGA, 2006, p. 64) envolvendo habitantes da região na época – fazendeiros, posseiros, políticos, coronéis, forças policiais militares, entre outros atores. Vários foram os motivos que contribuíram para seu desencadear: a índole guerreira do homem local, a estratificação social, os modos de vida, a pregação dos monges, o combate de Irani, a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina e, sobretudo, a invasão estrangeira através da construção da Estrada de Ferro e a instalação da *Lumber*¹ (THOMÉ, 1992). Esta área geográfica fazia:

[...] limites, ao Norte, pelo Rio Iguaçu e a Estrada de Ferro de São Francisco, desde perto de União da Vitória, envolvendo Canoinhas, até junto à Vila de Rio Negro; ao Sul, inflectia sobre Lages, aproximava-se de Curitiba e de Campos Novos, a leste, compreendia Itaiópolis, Papanduva, as picadas da colônia Moema e Iracema, os contrafortes da Serra do Mirador e as demais cabeceiras da Bacia do Itajaí; a oeste, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 177).

Esta região ficou conhecida como a “Região do Contestado” (THOMÉ, 1992, p. 14) e é justamente a partir desta região que os questionamentos sobre o Sistema Faxinal surgiram. Percebeu-se que a literatura regional menciona a existência de Faxinais em toda a região Sul do Brasil. As inquietações levaram a refletir sobre a região específica do Contestado, isso porque é sabido que a região geográfica do Planalto Norte-Catarinense, onde o referido

¹“Estando ligadas à *Holding Brazil Railway Company* e à Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Farquar criou duas empresas: - a *Brazil Development and Colonization Company*, para povoar as terras devolutas recebidas pela Estrada de Ferro, e a mais importante - a *Southern Brazil Lumber Colonization*, que além de comprar pinheirais no Planalto Norte Catarinense, ainda obteve autorização para instalar serrarias em terrenos devolutos e depois vender as terras, já sem árvores, para imigrantes se fixarem”. (SACHET; SACHET, 2001, p. 71-72). Após concluir, em 1910, a ligação ferroviária entre o Estado de São Paulo e o Rio Grande do Sul, a *Brazil Railway* iniciou um plano de colonização na faixa que lhe fora concedida de 15 quilômetros de cada lado da linha. (SACHET; SACHET, 2001).

conflito ocorreu com maior intensidade, possui características físico-naturais e histórico-geográficas similares à porção paranaense onde o Sistema Faxinal é reconhecido.

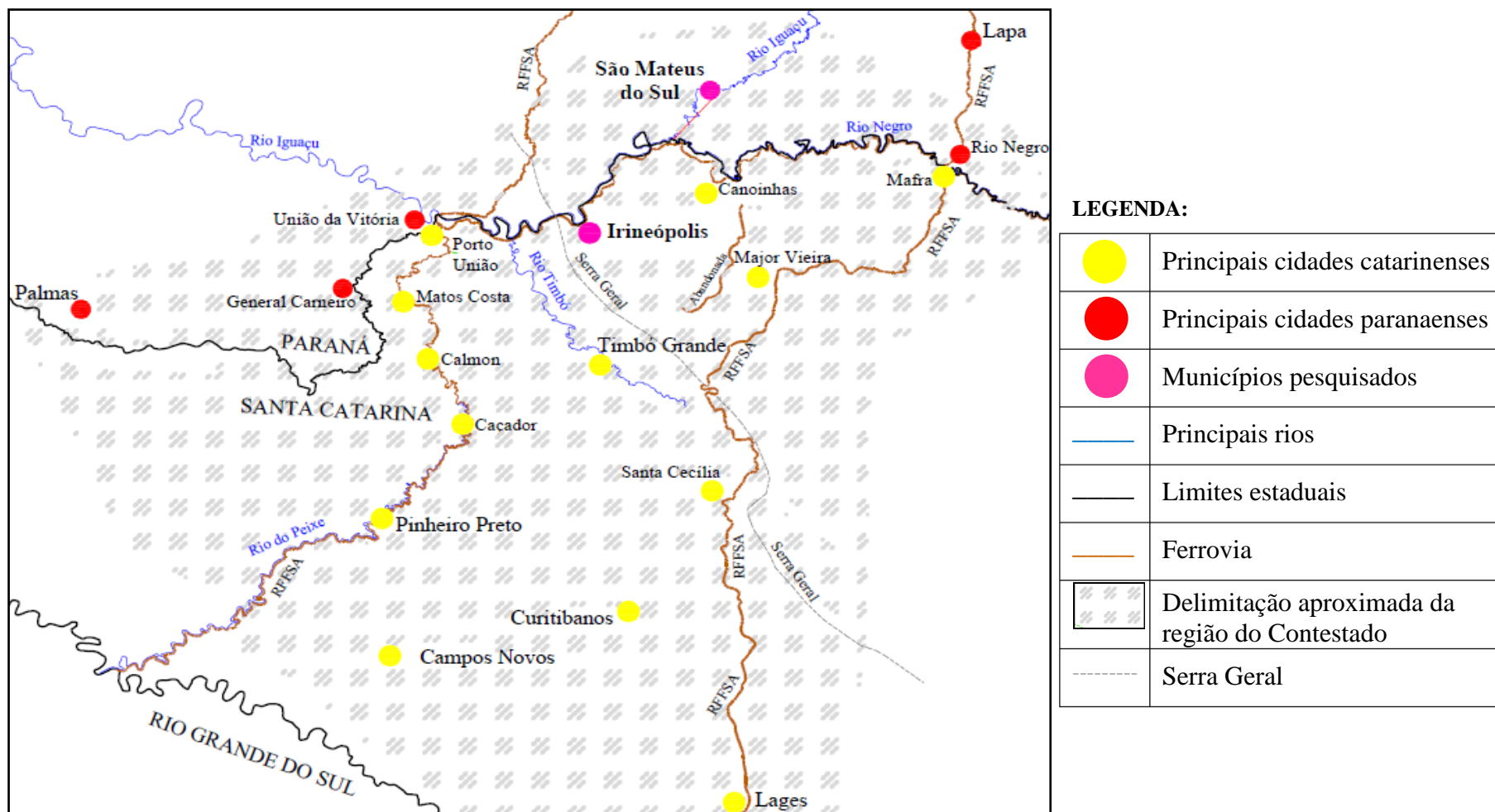
Para o recorte da pesquisa, entretanto, propõe-se extrapolar os limites territoriais do conflito destacados anteriormente por Vinhas de Queirós (1981), pois se acredita que as consequências do conflito ultrapassaram esses marcos caracterizados por elementos “naturais” como rios, serras e cabeceiras de bacias hidrográficas e elementos “artificiais” como Estradas de Ferro, colônias e vilas. O próprio autor, ao definir a área contestada, ressalta que ela correspondia ao território ocupado “no auge do movimento” (p. 177), soma-se a isso o fato de que após o término oficial da guerra em 1916² muitas pessoas deslocaram-se para outros lugares, fugindo das consequências do conflito. Compreende-se, portanto, a região do Contestado enquanto uma região fluída, de características físico-naturais e histórico-geográficas comuns.

O Cartograma 01 além de destacar a região Contestada pelos estados do Paraná e Santa Catarina apresenta outros elementos importantes para a problemática da Tese. Entre eles, ressalta-se a presença da rede ferroviária que empregou muitos trabalhadores (tendo trazido muitos de outros lugares) e foi uma das responsáveis por parte da devastação das Matas Mistas – importante elemento físico-natural necessário ao desenvolvimento do Sistema Faxinal. É possível ainda perceber a presença dos principais rios da região, como o Rio Iguaçu, o Rio do Peixe, o Rio Negro e o Rio Timbó, sempre referenciados na literatura regional quando discute-se os limites da Guerra.

Entretanto, dada a escala espacial necessária à cobertura da área do Contestado, muitos rios e serras menores não puderam ser representados, porém, não deixaram de ser considerados quando dos estudos das cartas topográficas do Exército Brasileiro e do IBGE nas escalas de 1:100.000 e 1:50.000 que objetivam perceber as comunidades mais propícias ao desenvolvimento do Sistema Faxinal. Também dada a vastidão da área pesquisada, somente foram destacadas as principais cidades paranaenses e as principais cidades catarinenses, evidenciando os dois municípios pesquisados: São Mateus do Sul/PR e Irineópolis/SC, além, logicamente da delimitação dos limites estaduais.

² No dia 20 de outubro de 1916 foi assinado o acordo de limites pelo presidente do Paraná, Afonso Alves Camargo, e pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt. O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina com 27.570 quilômetros quadrados. Os paranaenses “cederam” Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, mas recuperaram Palmas e Clevelândia. E a cidade da margem esquerda do Iguaçu, que havia sido fundada por paulistas, acabou sendo dividida: União da Vitória ficou para o Paraná, e Porto União, para Santa Catarina. (FRAGA, 2005).

CARTOGRAMA 01: Delimitação dos municípios pesquisados



Fonte: Vinhas de Queirós (1981); Fraga (2006). Elaborado pela autora, 2014.

Das fontes que indicam a existência do Sistema Faxinal em toda região Sul do Brasil e, por vezes, o relacionam com a Guerra do Contestado, algumas merecem destaque por terem contribuído na definição da problemática de estudo. Löwen Sahr e Cunha (2005) afirmam que em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul os Faxinais já pertenceriam ao passado devido, sobretudo, à influência cultural dos colonos imigrantes no século XIX e à Questão do Contestado (1912-1916). Tavares (2008), em contrapartida, destaca que na constituição dos elementos fundantes da construção dos Faxinais (início do século XVII), “soma-se” a contribuição dos imigrantes europeus, sobretudo camponeses do leste da Europa (Ucrânia e Polônia) e “da fração dos camponeses que participaram da Guerra ou Revolta do Contestado para a sua consolidação” (p. 383).

Da mesma forma, Campigoto e Sochodolak (2009) acreditam que a história dos Faxinais vincula-se também a guerra “sertaneja do Contestado, que teve como palco a região mais ao Sul do que é hoje o Estado do Paraná” (p. 206). Martins (1995) no livro “Anjos de cara suja” descreve, através do resgate etnográfico da comunidade cafuza de José Boiteux (SC) a trajetória de construção de um grupo étnico. Segundo ele, em 1916, com o final da Guerra do Contestado um grupo de caboclos foge à perseguição imposta aos vencidos e vive uma verdadeira epopeia até encontrar um lugar em Rio Laeisz, município de José Boiteux – SC.

Ao analisar a Guerra do Contestado, Tonon (2009), por sua vez, coloca que os “sertanejos” possuíam uma forte tradição na região, uma área onde estes sujeitos sociais defendiam suas práticas religiosas e populares fundamentadas em uma ética de fraternidade e espírito comunitário, afirmando também que “o espírito e a prática comunitária dos sertanejos remete aos Faxinais, com a existência de inúmeros, situados ao Norte de Santa Catarina e o Centro-Sul do Paraná” (p. 322), sugerindo, inclusive, uma relação entre o Sistema Faxinal e o surgimento das Irmandades Místicas do Contestado.

Acerca das diferenças entre os redutos dos caboclos do Contestado e o que se denomina hoje de Sistema Faxinal, Campigoto e Sochodolak (2009) utilizam-se dos relatos sobre as incursões do capitão Tertuliano de Albuquerque Potyguara (janeiro de 1915, na região de Canoinhas/SC) para eliminar qualquer dúvida acerca da relação entre os redutos de Canoinhas com os Faxinais – não excluindo a possibilidade da existência destes fora dos redutos. Ao analisarem as proposições de Peixoto (1995), os autores afirmam que podem ser evidenciadas semelhanças entre alguns redutos e o Sistema Faxinal, sendo que no caso do Timbozinho são tomados inclusive como sinônimos.

Peixoto (1995) já se referia ao “Faxinal do Timbozinho” (p. 36) na mesma região. Fato é que os caboclos criavam animais em cercamento e aproveitavam limites naturais como barreiras, podendo-se pensar que o Sistema Faxinal modifica-se ao longo da história, ressaltando que o autor afirma também que “os redutos dos sertanejos do Contestado, também, podem ser considerados como variações do sistema de criação extensiva, praticada nas matas de pinheirais” (p. 211). Dessa maneira, reforça-se a diferenciação quanto ao trato do Sistema Faxinal no Paraná (Figura 01) onde são reconhecidos, legitimados e inseridos em políticas públicas e em Santa Catarina, onde parecem não existir, se desagregaram, são silenciados, invisíveis ou teriam evoluído para outras formas de uso da terra.

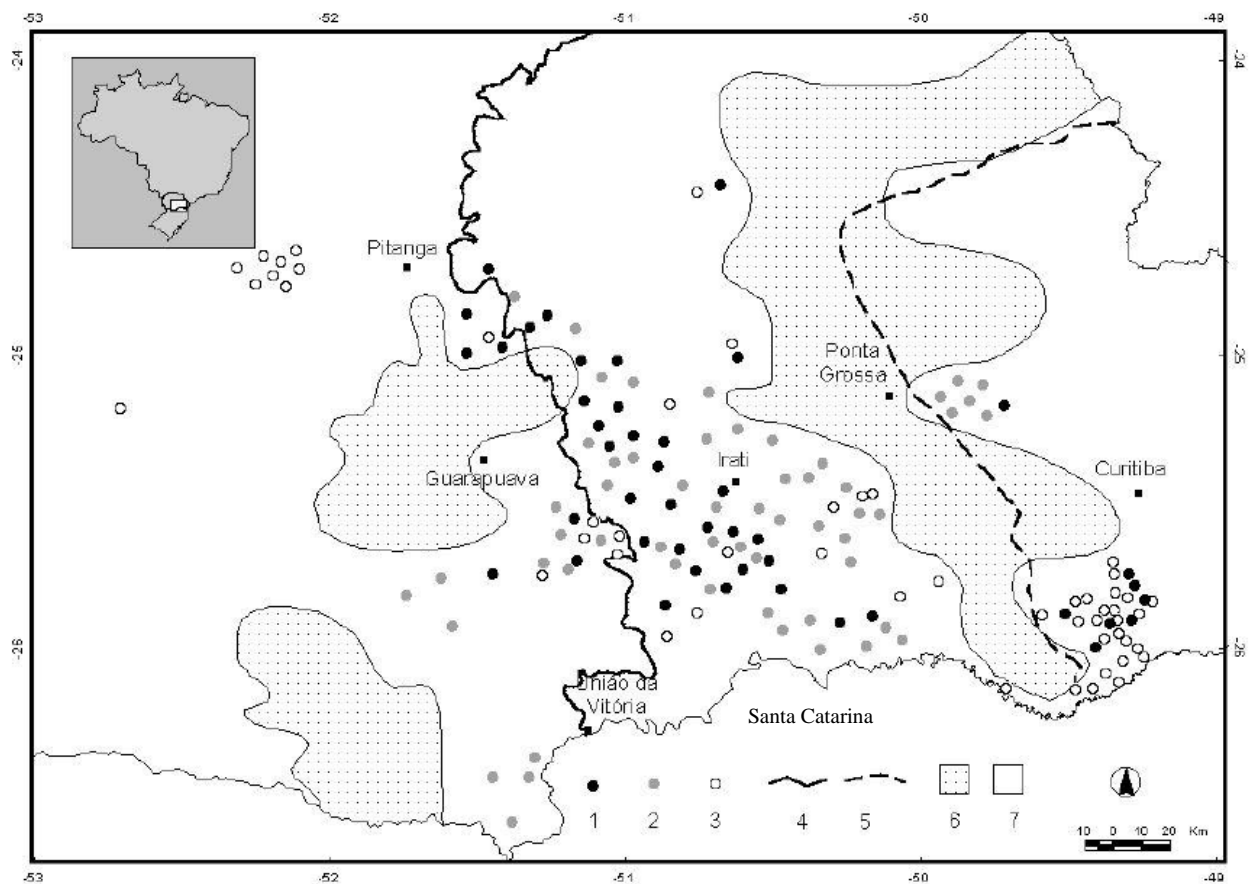


FIGURA 1: Distribuição dos Faxinais no Paraná.

- 1 – Faxinais Remanescentes; 2 – Faxinais Desativados; 3 – Faxinais Extintos; 4 – Escarpa da Serra Geral;
5 – Escarpa Devoniana; 6 – Campos; 7 – Mata de Araucária.

Fonte dos Dados Brutos: Marques (2004); Base Cartográfica: Cigolini, Mello, Lopes (2001).

Concepção e Cartografia: Löwen Sahr e Berto. Fonte: Löwen Sahr (2005b, p. 03).

A Figura 01 destaca a distribuição dos Faxinais no estado do Paraná e evidencia tanto os Faxinais remanescentes, quanto os desativados e extintos permitindo notar também a proximidade destes com o limite do estado de Santa Catarina. Portanto, ao se considerar a Figura 01 o questionamento sobre o Sistema Faxinal e sua “aparente invisibilidade” em Santa

Catarina se evidencia, justamente por se perceber a proximidade geográfica destas comunidades com o limite do estado catarinense ao Sul.

Carvalho (1984) ao pesquisar a comunidade do Faxinal do Couro, no município de Irati/PR não objetivava especificamente apontar a região de ocorrência do Sistema ou a sua distribuição, entretanto, fez alusão à presença de Faxinais no Sudeste do Paraná e no estado de Santa Catarina. O mesmo autor, em 2008, afirma que se pode dizer que existia entre os “moradores da região do Contestado uma ‘economia moral’, baseada no apossamento das terras, no aproveitamento dos ervais e da floresta” (p. 284) que permitia aos caboclos uma subsistência calcada em práticas que ficaram consagradas pelo tempo como direitos. Neste sentido, é possível perceber certa semelhança entre o modo de vida destes moradores do Contestado com a vivência no Faxinal, ou seja, os laços solidários, a subsistência coletiva, o direito adquirido com o tempo e o extrativismo florestal.

Souza (2009a) destaca que embora o “conhecimento concreto sobre a situação dos Faxinais tenha aumentado significativamente, ainda não tem sido possível responder com exatidão à pergunta de quantos e quais são os Faxinais no Sul do Brasil” (p. 29). Durante seus trabalhos de campo (centralizados no Estado do Paraná) em municípios próximos à divisa do Estado de Santa Catarina, o autor foi informado “da ocorrência de Faxinais situados em vários municípios do Planalto Norte Catarinense” (p. 63), entretanto, não teve a oportunidade de pesquisá-los.

O que justificaria, então, o fato do Sistema Faxinal ser “visível” somente no estado do Paraná? Teria, de certa forma, a Guerra do Contestado contribuído para a extinção dos Faxinais na porção catarinense? Quais as justificativas para a “aparente invisibilidade” desse Sistema em Santa Catarina? Teria ele evoluído para outras formas de uso comum da terra, se desagregado por completo ou ainda sobreviveria, silenciado e oculto, em algum canto catarinense? Importante ressaltar que, inicialmente, a Tese propunha investigar a construção da identidade territorial faxinalense na região do Contestado buscando apontar e discutir aproximações e distanciamentos entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Entretanto, após o aprofundamento dos estudos de campo na porção catarinense do Contestado, a proposta abarcou também a questão das Caívas. Sendo assim, as inquietações culminaram com a construção da seguinte problemática que norteou a pesquisa: De que forma ocorreu a construção da identidade territorial do Sistema Faxinal na região do Contestado e quais são os elementos que a caracterizam?

Objetivando compreender tantas lacunas, partiu-se das contribuições teóricas da Geografia para delinear uma arquitetura conceitual e metodológica que permitisse

desmistificar e responder à problemática posta. Assim sendo, o arranjo conceitual desenvolvido no Capítulo 1, aproxima dois complexos conceitos, o de “território” e o de “identidade”, culminando com outra possibilidade conceitual intitulada “identidade territorial”. Assim, torna-se geograficamente possível a reflexão sobre a forma com que um Sistema tido como tradicional, o Sistema Faxinal, evoluiu na relação espaço/tempo e vêm se inscrevendo diferentemente nos estados do Paraná e Santa Catarina, no recorte espacial da região do Contestado.

Nesta reflexão, o território é discutido conceitualmente de modo a evidenciar sua construção a partir das relações tanto sociais quanto históricas (relações de poder) vivenciadas no cotidiano. Assim, a dimensão política emerge destacando o território enquanto suporte material da existência coletiva, sendo este, apropriado e instrumentalizado. Porém, o território não é um instrumento, é um conceito e uma categoria e é, neste conflituoso contraponto, entre o território enquanto conceito/categoria e o território enquanto instrumento que o caso do Sistema Faxinal na região do Contestado passa a ser discutido.

Desenvolvendo os conceitos de território e territorialidade na Ciência Geográfica utiliza-se de Sack (1986), Raffestin (1993), Andrade (1995), Santos (2002a), Souza (2007) e Haesbaert (2007a) com vistas a enfatizar que o território – enquanto conceito e categoria – é socialmente construído. Trata-se do espaço apropriado e para que ele exista é necessária uma delimitação da área, um controle e uma forma de poder, podendo haver disputas, contradições, desigualdades e sobreposições. A territorialidade, por sua vez, produto das relações deste território, se refere às ações e estratégias para controlar uma área podendo ser inclusive instrumento político-estratégico.

Objetivando aproximar estas reflexões teóricas dos estudos mais específicos, utiliza-se das contribuições de Ríos (2011) que, em seu estudo interdisciplinar acerca dos processos territoriais locais onde participam as comunidades tradicionais, destaca a necessidade de se considerar a diversidade existente no interior destas comunidades, bem como a necessidade de valorizar os conhecimentos e saberes destes diversos atores. Nestas reflexões, acrescentam-se as contribuições de Muñoz (2011) e sua proposta de aproximação metodológica da Hermenêutica Dialógica Territorial, a partir da qual, através do decifrar dos sentidos do território pode-se construir um produto de diálogo, para tanto, elabora-se um corpus discursivo de base teórica, em seguida, identificam-se e estudam-se as práticas discursivas cotidianas e, por fim, sistematiza-se esta construção formal.

Prosseguindo com a abordagem teórica, discute-se o conceito de identidade observando que o mesmo não deve ser reduzido à mera diferença. É vista como fonte de

significado e experiência de uma coletividade, está sempre sendo construída e é localizável no tempo e no espaço dada sua fluidez, podendo até ser inventada (desde que uma ancoragem lhe dê concretude) ou assumir um caráter estratégico e posicional ao se tornar politizada. As reflexões partem de Hall (2005), Haesbaert (2007, 2008), Moscovici (2003), Da Matta (1983), Cruz (2007), Castells (1999), Hobsbawn e Ranger (2006), Bauman (2005) e Silva (2004), destacando também que a identidade é uma construção histórica, relacional e contrastiva não sendo nunca inocente. Em seguida, buscando fortalecer a arquitetura teórica, aprofunda-se esse caráter contrastivo dos conceitos de identidade e território.

Ao discutir as identidades territoriais, parte-se de Castells (1999), Porto Gonçalves (1999), Cruz (2007) e principalmente de Haesbaert (1997, 1999, 2007, 2008), destacando que estas podem surgir, ao longo do tempo, a partir da tendência de algumas organizações comunitárias em se agrupar gerando um sentimento de pertença. Esse agrupamento se dá em torno de um conjunto específico de valores e sua efetivação ocorre quando o território é visto como referencial espacial de identificação. Podem ser compreendidas a partir da análise das suas dimensões histórica e geográfica considerando seu espaço de referência identitária e sua consciência socioespacial de pertencimento. São evocadas quando a filiação territorial possui potencial de ser ativada como instrumento de reivindicação política e tomam por base alguns fatores: a diferenciação social, as institucionalidades, a diferenciação cultural, as divisões político-administrativas, as diferenciações econômicas e a mobilidade da população.

Dessa maneira, analisa-se a forma com que a identidade faxinalense vem sendo moldada/forjada para se adaptar às necessidades contemporâneas e garantir seu acesso e preservação ao elemento espacial que lhe dá suporte: o território. Neste caso, identidade e território se fundem e permitem a partir da análise de “identidades territoriais” perceber a forma com que agrupamentos comunitários com vistas à sobrevivência coletiva geram sentimentos de pertença, conjuntos específicos de valores, encontrando no território seus referenciais espaciais de identificação que são evocados, na atualidade, enquanto instrumentos de reivindicação política.

O Capítulo 2, de cunho metodológico, procurou definir a partir das contribuições das autoras tidas como clássicas nos estudos sobre os faxinais, Man Yu Chang (1998) e Maria Magdalena Nerone (2000), os elementos territoriais identitários que caracterizam o Sistema em duas escalas: na escala *regional* e na escala da *comunidade*. Inicialmente organizou-se uma breve discussão conceitual com a intenção de definir o Sistema Faxinal partindo de Carvalho (1984), Gubert Filho (1987), Chang (1988), do Decreto Estadual Paranaense nº 3446/97, Marques (2004), Souza (2001; 2009b), Cunha (2003) Löwen Sahr e Cunha (2005),

Löwen Sahr (2005a), Nerone (2000), Tavares (2008), evidenciando também as contribuições da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses.

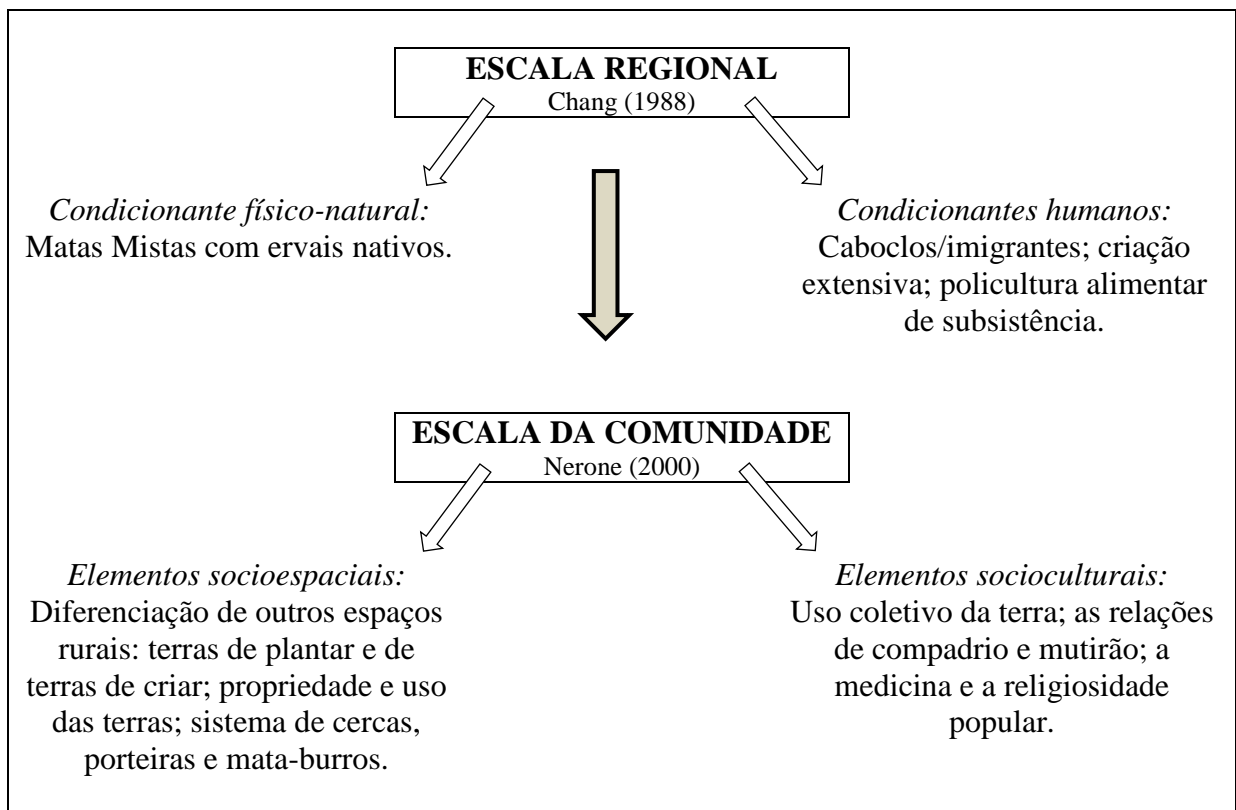
Em seguida, foram definidos através das contribuições de Chang (1988) os elementos identitários socioeconômicos que caracterizam o Sistema Faxinal em escala regional. São eles: a presença das Matas Mistas como condicionante físico-natural e dos caboclos associados aos imigrantes (sobretudo eslavos) como condicionantes humanos, sendo que, derivam destes: o uso coletivo da terra para produção animal (sobretudo suínos), a produção agrícola baseada na policultura alimentar de subsistência³ (abastecimento familiar e venda de excedente) e a coleta de erva-mate nos ervais nativos, além da nítida separação entre terras de criar e terras de plantar.

Da perspectiva de Nerone (2000), cuja Tese consiste de um esforço no sentido de problematizar essas comunidades frente ao seu contexto histórico e social, considerando as particularidades regionais, neste caso, a das populações tradicionais, é possível complementar os elementos que caracterizam o Sistema Faxinal, apontados por Chang (1988). Dessa maneira, Nerone salienta elementos que diferenciam os Faxinais de outros espaços rurais: a distinção entre as terras de plantar e as terras de criar; a diferenciação entre propriedade e uso das terras; e os sistemas de cercas, porteiras e mata-burros. Salienta ainda os elementos socioculturais: o uso coletivo da terra, as relações de compadrio e mutirão, a medicina e a religiosidade popular.

Para finalizar esse capítulo elaborou-se uma sinopse dos elementos identitários do Sistema Faxinal aproximando a interface conceitual dos encaminhamentos metodológicos. Neste sentido, é importante destacar a diferenciação metodológica entre os estudos de Chang (1988) e Nerone (2000). O estudo de Chang abrange todos os Faxinais paranaenses na época, apresentando uma caracterização mais abrangente, ao passo que o estudo de Nerone aprofunda a análise a partir do Faxinal Marmeleiro de Baixo, no município de Rebouças – PR.

Nesta conjuntura tem-se o Esquema 01:

³ Sobre o conceito, concorda-se com Chang (1988), pois o “conceito de subsistência empregado aqui não prescinde das relações de troca. Em outras palavras, subsistência não significa autossuficiência, mas sim a reprodução da unidade de produção e de seus membros. Se para isto é necessário a venda de certos excedentes para comprarem o que não produzem, o quem em geral acontece, isto não lhes tira a condição de subsistência, tampouco o excedente comercializado tem a conotação de troca” (p. 36).



ESQUEMA 01: Elementos que formam o Sistema Faxinal no estado do Paraná.

Fonte: Chang (1988) e Nerone (2000). Adaptado pela autora, 2013.

Dessa forma, metodologicamente parte-se dos elementos apontados por Chang para reconstruir a história do Contestado, salientando a presença (ou não) dos elementos que caracterizam o Sistema Faxinal para, em seguida, partir da sobreposição destes elementos e selecionar comunidades para buscar os elementos apontados por Nerone – que não podem ser detectados na escala regional, somente na escala da comunidade.

Demonstra-se ainda, neste segundo capítulo, que os Faxinais no estado do Paraná já são reconhecidos por dispositivos legais e existem levantamentos e estatísticas temporais que permitem identificá-los: a) levantamento do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (1994): 24 municípios com 118 Faxinais; b) levantamento do Instituto Ambiental do Paraná – IAP (2004): 16 municípios com 44 Faxinais; c) levantamento da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses – APF (2008): 31 municípios com 227 Faxinais. Entretanto, é possível perceber a partir destes três levantamentos diferenças importantes, tanto no que se refere ao número de municípios com Faxinais quanto ao próprio número de Faxinais. Isso pode ser justificado pelo descaracterizar de algumas comunidades Faxinalenses com o passar do tempo, pela inclusão/exclusão de municípios nas pesquisas e pelas distintas conceituações adotadas (por exemplo, a APF considera um conceito mais

abrangente para caracterizar o Sistema, ou seja, o fato das terras terem sido tradicionalmente ocupadas, e não somente a existência do criadouro comum).

No Capítulo 3, após definir a partir de Chang (1988) os quatro elementos identitários regionais que caracterizam o Sistema Faxinal, parte-se para uma análise da territorialidade de cada um destes elementos na região do Contestado. Inicialmente constrói-se uma percepção da região do Contestado compreendendo-a enquanto uma territorialidade plural e fluída sendo que as narrativas viabilizam perceber as características da região e do conflito, tendo como pano de fundo os próprios elementos que caracterizam o Sistema Faxinal partindo das contribuições de Vinhas de Queiroz (1981); Machado (2004), Thomé (1981; 1992) e Fraga (2005; 2006) para compreender as motivações e a área de abrangência do conflito.

Visando aproximar a discussão dos elementos regionais que caracterizam os Faxinais partiu-se ainda para um entendimento da região do Contestado a partir das contribuições de Campigoto e Sochodolak (2009), Miranda (1987), Tonon (2009; 2010), Peixoto (1995), Carvalho (2008), Tavares (2008), Breves (1985) e Martins (1995). Este posicionamento se justifica na ampla gama de possibilidades analíticas acerca do que foi e o que representou a Guerra do Contestado para a região envolvida, sendo necessário o desenvolvimento de uma leitura mais direcionada aos objetivos da pesquisa, delineando objetivos e sustentando as argumentações.

Assim sendo, apresentam-se brevemente algumas das inúmeras possibilidades de se compreender tanto a Guerra do Contestado quanto as consequências do conflito para a região, evidenciando a multiplicidade de olhares acerca do assunto. Em seguida, analisa-se mais detalhadamente o termo “Contestado” com vistas a compreender os limites desta espacialidade na região Sul do Brasil, pontuando-se a localização geográfica e fazendo-se uma referência preliminar às relações já estabelecidas (pela literatura específica) entre o conflito e a região para com o Sistema Faxinal.

Prosseguindo, parte-se propriamente para a análise da territorialidade dos elementos identitários regionais que definem o Sistema Faxinal segundo Chang (1988). O primeiro elemento, definido como “*A territorialidade das Matas Mistas com presença dos ervais nativos*” apresenta uma reflexão acerca das características fitogeográficas da região, construída a partir de contribuições de estudiosos do assunto, da classificação do IBGE, de narrativas de viajantes, médicos e oficiais, de estudos específicos e de referências encontradas na literatura acerca da Guerra do Contestado. Em seguida, analisa-se a territorialidade do segundo elemento definido, ou seja, “*A territorialidade dos atores sociais: caboclos e imigrantes*” que, em conjunto, deram vida ao Sistema Faxinal na região do Contestado. A

narrativa é construída a partir do entendimento de que o “caboclo” não pode ser percebido com base na conotação étnica da palavra, mas deve sim, ser concebido a partir de sua condição social e cultural definida regionalmente. Da mesma maneira, a chegada e ocupação da região pela imigração marcam uma ruptura no território do caboclo, mas ao mesmo tempo evidencia-se uma interação de ambos (caboclos e imigrantes) em certos lugares.

“*A territorialidade da criação extensiva e do tropeirismo do porco*”, terceiro elemento que compõem o Sistema Faxinal, é analisada no Contestado a partir de narrativas regionais (historiadores, viajantes, estudiosos, jornais e oficiais da época da Guerra) que relatam o tropeirismo e a existência da criação de animais em comum, mais especificamente de suínos. Por fim, a análise da “*territorialidade da policultura alimentar de subsistência*” é construída a partir do entendimento da chamada “roça cabocla” que, presente no Contestado, visava principalmente à subsistência com venda somente do excedente. O intuito dessa seleção é perceber a territorialidade destes quatro elementos compreendendo sua localização geográfica no recorte espacial definido⁴.

Concorda-se com Cruz Neto (1994) que a atividade de pesquisa não se restringe ao uso de técnicas refinadas para a obtenção de dados na mesma medida em que o trabalho de campo não se explica por si só. Assim sendo, buscando relacionar a discussão conceitual da pesquisa de campo, o quarto capítulo partiu da seleção de uma comunidade paranaense em que é possível perceber, pela escala regional dos elementos que compõem o Sistema Faxinal (CHANG, 1988), a possibilidade de aprofundar a outra escala proposta: a escala da comunidade (NERONE, 2000). Dessa forma, se torna viável sustentar tanto a proposição metodológica definida na pesquisa quanto às afirmações acerca da forma com que o estado do Paraná vem tratando esse particular modo de vida.

A comunidade selecionada para o aprofundamento, enquanto estudo de caso⁵, no Capítulo 4 é o Faxinal do Emboque, localizado no município paranaense de São Mateus do Sul. No local, foram analisados primeiramente os elementos regionais que caracterizam o Sistema Faxinal, ou seja, as Matas Mistas com ervais nativos enquanto *condicionante físico-natural* e, enquanto *condicionantes humanos* foram analisadas as contribuições de caboclos e imigrantes poloneses especialmente quanto ao desenvolvimento do Sistema, à criação

⁴ Para tanto, destaca-se as seguintes contribuições: D’Assumpção (1917), Struch (1955), Klein (1960; 1978), Saint-Hilaire (1964), Vinhas de Queirós (1977), Martins (1977), Almeida (1979), Thomé (1981; 1992), Oliveira (1985), Chang (1988), Crosby (1992), Martins (1995), Auras (1995), Renk (1997), Cabeza de Vaca (1999), Luz (1999), Bloemer (2000), Santa Catarina (2000), Oliveira (2001), Moro (2001), Filho Goularti (2002), IBGE (2002), Ab’Saber (2003), Machado (2004), Fraga (2005), Löwen Sahr e Cunha (2005), Cordeiro (2005), Lemos (2006), Brandt (2007), Brandt e Campos (2008), Bach (2009).

⁵ Gil (2008); Yin (2001).

extensiva, ao tropeirismo do porco e à policultura alimentar de subsistência. Na escala da comunidade, foram analisados os *elementos socioespaciais* que diferenciam o Sistema Faxinal de outros espaços rurais: distinção entre as terras de plantar e as terras de criar, pela diferenciação entre propriedade e uso das terras e pelo sistema de cercas, porteiras e mata-burros; e os *elementos socioculturais*: uso coletivo da terra, relações de compadrio e mutirão, a medicina e a religiosidade popular.

Dando prosseguimento, o Capítulo 5 apresenta o estudo de caso que analisa os elementos identitários na territorialidade do Sistema Faxinal em Santa Catarina, entretanto, é necessário primeiramente justificar a escolha da comunidade pesquisada. A seleção partiu da análise de comunidades catarinenses existentes na região do Contestado considerando inicialmente os elementos regionais elencados a partir de Chang (1988) – discutidos no Capítulo 3. Foram observados através das Cartas Topográficas do IBGE e do Exército Brasileiro nas escalas de 1:100.000 e 1:50.000 e selecionados os locais mais propícios à existência do Sistema considerando a sobreposição dos elementos da escala regional. Em seguida, os locais que apresentavam o maior número de elementos regionais componentes do Sistema Faxinal foram visitados a fim de perceber a existência dos elementos na escala da comunidade.

Foi realizada uma pesquisa de campo exploratória⁶ nas seguintes comunidades catarinenses: Faxinal dos Carvalho e Faxinal dos Domingues, ambas no município de Fraiburgo; Pinhalzinho, em Bela Vista do Toldo; Cerro do Galo, em Matos Costa; São José do Timbózinho, Bom Sossego II, e Rio Preto, em Irineópolis; Km 13 e Maquinista Molina, em Porto União. Foi então que se chegou à comunidade de Aparecida dos Pardos, no município de Irineópolis e este foi o local que mais se aproximou do chamado Sistema Faxinal do Paraná. As análises e o aprofundamento foram então realizados neste local, considerando os elementos socioeconômicos em escala regional (Matas Mistas com ervais nativos e a relação entre caboclos e imigrantes poloneses) e na escala da comunidade a partir dos elementos socioespaciais e socioculturais delineados.

O Capítulo 6, por sua vez, propõe relacionar as duas comunidades pesquisadas: o Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR e a comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC sob a perspectiva das “terras de criar” e das “terras de plantar” nesta região do Contestado evidenciando as distinções e aproximações entre o Sistema Faxinal e as áreas de Caíva. Estas análises consideram, num primeiro momento, a territorialidade dos

⁶ Lakatos e Marconi (2003, p. 186-190).

condicionantes naturais enfatizando, sobretudo, os fatores e elementos que vem ao longo do tempo contribuindo para sua degradação. Destacam-se também os principais fatos e ações que auxiliaram no processo de desarticulação das terras de uso comum devido à exploração inadequada deste ambiente físico-natural. Em seguida, o sexto capítulo analisa mais profundamente a questão das áreas de Caíva tendo em vista sua particular relação e aproximação com o Sistema Faxinal, sendo, inclusive tomados como sinônimos em algumas situações. Quanto aos condicionantes humanos, o capítulo relaciona as contribuições de caboclos e imigrantes poloneses na formação e evolução das comunidades pesquisadas culminando com a construção de uma identidade territorial comunitária em ambas.

Por fim, a conclusão, no sintetizar das reflexões e ao responder a problemática posta, diferencia o Sistema Faxinal das áreas de Caíva analisando suas distintas territorialidades e destaca a construção da identidade territorial Faxinalense no estado do Paraná, sobretudo, através da atuação de seus agentes de representação/articulação, não evidenciada na porção catarinense do Contestado. Este fechamento fica por conta das relações estabelecidas entre as reminiscências e o processo de desagregação tanto do Sistema Faxinal quanto das áreas de Caíva na região.

Portanto, pode-se dizer que a pesquisa seguiu os níveis e descrições propostos por Sposito (2004), com base nas proposições de Libault (1994). A primeira atividade foi a *compilatória*, cujo arranjo inicial permitiu delinear o problema a ser respondido, bem como a identificação das fontes e técnicas para se estabelecer o universo da pesquisa. Foi quando os questionamentos foram se somando às leituras acerca do Sistema Faxinal e da região do Contestado. A segunda atividade foi a *correlatória* quando foram estabelecidos parâmetros para a homogeneização dos dados e para a comparabilidade das unidades adequadas. Essa atividade consistiu na definição da metodologia a ser utilizada para compreender a territorialidade dos elementos que compõem o Sistema Faxinal, a partir das contribuições de Chang (1988) na escala regional e Nerone (2000) na escala da comunidade.

Dando continuidade, a terceira atividade foi a *semântica*, à qual corresponde o trabalho de “combinar, sinteticamente, todas as variáveis, [...], elementos, [...] ou fenômenos” (SPOSITO, 2004, p. 84). Neste sentido, a lógica concernente ao método dirigiu dedutivamente a maneira de se abordar os dados que, “nesse momento, já estarão se qualificando como informação geográfica por sua coerência interna e peculiaridade na apropriação abstrata da realidade” (p. 84). Esta atividade consistiu em relacionar os elementos das escalas regional e da comunidade com os espaços existentes na região do Contestado, permitindo assim identificar os locais mais propícios ao desenvolvimento do Sistema Faxinal,

de onde foram selecionados os estudos de caso no Emboque, São Mateus do Sul/PR e em Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.

A última atividade realizada foi a *normativa*, através do refinamento da informação, ou seja, é quando a “base teórica, o encaminhamento metodológico e a elaboração de raciocínios para a análise tornam-se necessariamente mais claros” (p. 84). É o momento em que ocorre a redação com vistas à comunicar o conhecimento produzido, ou seja, a ordenação final das reflexões e a construção da conclusão.

De fato, como apontam Alfredo Wagner de Almeida (1989, 2004), Antônio Carlos Diegues (2001) e Nazareno José de Campos (2000), as terras de uso comum passaram a ter maior visibilidade no Brasil a partir da década de 1970 não apenas no que diz respeito aos estudos acadêmicos, mas também quanto ao seu reconhecimento jurídico, econômico, social e político. Neste processo evidencia-se no estado do Paraná o chamado “Sistema Faxinal”, sobretudo, a partir da década de 1980, quando no processo de construção desta identidade territorial se envolvem associações, articulações, organizações não governamentais, academia, movimentos populares e Estado.

Estes espaços de territorialidade singular situam-se, na maior parte das vezes, em regiões marginais e de pouco interesse econômico, cujas fronteiras reais nem sempre são bem definidas, sobretudo, se localizadas entre limites estaduais como é o caso da região do Contestado. Neste sentido, nota-se uma maior visibilidade no trato do Sistema Faxinal no Estado do Paraná e uma aparente invisibilidade no estado de Santa Catarina. Assim sendo, a presente pesquisa busca justamente perceber essas aproximações e distanciamentos entre estes estados limites, partindo de uma região com similares características físico-naturais e histórico-geográficas. Ressalta-se que a presente abordagem não tem a pretensão de ser única enquanto possibilidade, sendo que outros parâmetros podem ser estabelecidos, entretanto, buscou-se construir e sustentar uma Tese. E, nas palavras de Sposito (2004): os resultados de vários dias pensando e escrevendo estão nas páginas que se seguem. Vamos a eles.

CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIO, IDENTIDADE E IDENTIDADE TERRITORIAL: A CONSTRUÇÃO DO ARRANJO CONCEITUAL

Impreterivelmente, subjacentes aos territórios, existem processos e sujeitos instituintes. Isso implica considerar que “a Geografia, mais do que um substantivo é, sobretudo, um verbo: é o ato/a ação de marcar, de geografar a terra” (PORTO GONÇALVES, 1999, p. 77). Partindo desse princípio, compreender a forma como os sujeitos instituintes constroem, ao longo do tempo, os territórios, lhes conferindo identidade, se apresenta como um caminho teórico para compreender o Sistema Faxinal, enquanto “terras de criar” e “terras de plantar” na região do Contestado. Aproximando os dois complexos conceitos de “território” e “identidade”, tem-se outra possibilidade conceitual mais específica intitulada “identidade territorial” o que torna geograficamente possível refletir sobre a forma com que um sistema tido como tradicional, o Sistema Faxinal, evoluiu na relação espaço/tempo na região do Contestado.

Nesta perspectiva, o território é compreendido a partir de uma seleção conceitual que permite discutir sua construção a partir das relações sociais e históricas, portanto, relações de poder, que acontecem em situações e contextos vividos. É focado como na produção do espaço se pode conter, restringir e até excluir pessoas, sobretudo, considerando sua dimensão política. Trata-se do suporte material da existência de um grupo social que é construído no jogo entre material/imaterial e funcional/simbólico. Assim, o território é, portanto, carregado de intenções e desejos humanos de posse, é apropriado, entretanto, por outro lado, é também instrumentalizado. Neste sentido, Fernandes (2008) destaca que o território foi escolhido por “cientistas de diversas áreas do conhecimento como conceito central para o estudo de diferentes escalas e tipos de espaços geográficos” (p. 273), sendo, inclusive, incorporado a discursos oficiais. Dessa forma, o conceito de território passa a ser “instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa, então, sua mais cara propriedade: as relações de poder” (p. 278). Porém, o território “não é um instrumento” (p. 290), é um conceito e uma categoria e é, neste conflituoso contraponto, entre o território enquanto conceito/categoria e o território enquanto instrumento que o caso do Sistema Faxinal na região do Contestado passa a ser discutido.

Da mesma forma, o conceito de identidade é bastante complexo. Nestas proposições, ela é entendida como a fonte de significado e experiência de uma coletividade que está sempre sendo construída, é localizada no tempo e no espaço, porém não deve ser reduzida a

partir da mera diferença. É fluída, múltipla e aberta a reconstruções, podendo, inclusive, ser inventada – desde que haja certa ancoragem que lhe dê concretude. Não é nunca inocente, sobretudo quando assume um caráter estratégico e posicional na medida em que se torna politizada. Ressaltando que, de acordo com Porto Gonçalves (1999) a “construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas, também, por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural” (p. 80).

Ao se considerar o Sistema Faxinal na junção destes dois conceitos anteriores, torna-se necessário aprofundar um terceiro conceito, o de “identidade territorial”. Nesta definição, a identidade territorial Faxinalense é abordada a partir do sentimento de pertença, quando o território se efetiva enquanto referencial espacial de identificação. As identidades territoriais podem surgir, como neste caso, a partir do agrupamento coletivo com vistas, inicialmente, à sobrevivência comunitária, mas que, com o passar do tempo, passam a se redesenhar. Neste cenário, Porto Gonçalves (1999) coloca que a partir dos anos 1950 percebe-se que a territorialidade brasileira está se redesenhando, “posto que novos sujeitos se insinuam instituindo novas territorialidades” (p. 77). A instituição destas novas territorialidades gera a busca por visibilidade e atenção.

Compreende-se a necessidade de situar a presente pesquisa num conjunto mais amplo onde já existem reflexões consolidadas. Entretanto, parafraseando Certeau (2011), não se pretende esboçar um quadro de todos os trabalhos teóricos e descritivos que organizaram um conceito ou o esclareceram de passagem. É fato que o objeto da pesquisa não pode ser destacado do contexto intelectual e social que organiza suas distinções e evoluções, assim, se acredita que um arranjo teórico – apesar de toda subjetividade advinda da própria seleção do pesquisador – deve, sobretudo, fundamentar a discussão a enquadrando em um pensamento lógico e racional. Assim sendo, parte-se de uma análise dos conceitos evidenciados – território, identidade e identidade territorial – com vistas a situar o arranjo teórico proposto e o aproximar do objeto da pesquisa.

1.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: O SUPORTE ESPACIAL DA EXISTÊNCIA E REIVINDICAÇÃO COLETIVA

Na Ciência Geográfica o conceito de território fundamenta inúmeras discussões, sendo necessária uma seleção e um posicionamento objetivando o situar de cada pesquisa. No que

diz respeito a esta análise, o conceito de território precisa ser entendido a partir de sua evolução e apropriação pelo Sistema Faxinal.

Assim sendo, discutem-se inicialmente os conceitos de território e territorialidade na Ciência Geográfica, com base em autores clássicos, destacando os elementos materiais e imateriais necessários para a existência destes. Em seguida, buscando aproximar a discussão teórica clássica das populações tradicionais, apresenta-se uma reflexão a partir das perspectivas antropológicas e filosóficas acerca do território e da territorialidade. O intuito é desenvolver um alicerce teórico para embasar a discussão acerca do distinto uso da terra praticado no Sistema Faxinal, o qual é pautado na separação entre criadouro comunitário e terras de agricultura considerando o recorte espacial do Contestado.

1.1.1 Os conceitos de território e territorialidade na Ciência Geográfica

Sack (1986) afirma que as relações sociais e históricas (relações de poder) constroem o território e tanto este quanto a territorialidade acontecem em situações e contextos vividos, indo desde as escalas mais complexas até as do cotidiano. Neste sentido, para que haja o território é necessária uma delimitação da área, um controle e uma forma de poder. Em sua obra *“Human territoriality: its theory and history”*, de 1986, o autor afirma que os territórios são construídos socialmente e:

They are results of strategies to affect, influence, and control people, phenomena, and relationships. Territory can be used to contain or restrain as well as to exclude, and the individuals who are exercising control need not be inside the territory. (p. 216)⁷.

O mesmo autor ao considerar o território como resultado de relações sociais, define a territorialidade como sendo *“a powerful geographic strategy to control people and things by control lingarea. Territoriality is a primary geographical expression of social power. It is the means by which space and society are interrelated”* (p. 05)⁸. Neste sentido, afirma que a territorialidade possui três características interligadas:

⁷ Ou seja, os resultados e as estratégias (efeitos) dependem de quem está controlando quem e com os quais propósitos. O território pode, assim, ser usado para conter, restringir e até excluir pessoas e os indivíduos que exercem o controle não precisam necessariamente estar no interior do território.

⁸ Ou seja, a territorialidade é uma potente estratégia geográfica para controlar coisas e pessoas, controlar uma área. Trata-se do poder de um indivíduo, ou grupo social, de influenciar, controlar tanto pessoas quanto fenômenos, de forma a delimitar e efetivar seu controle em uma área.

a) *Classificação ou definição de áreas*: no sentido de definir ou enumerar os tipos de coisas que pertencem a cada sujeito;

b) *Comunicação*: pode envolver uma marca ou sinal, no caso de uma fronteira territorial, é a forma simbólica que combina a declaração da direção do espaço e a declaração sobre a posse ou exclusão;

c) *Forma de coação ou controle*: envolvendo uma tentativa de reforçar o controle de acesso à área e as coisas de dentro dela.

Assim sendo, a territorialidade é vista por Sack (1986) como se referindo às ações e estratégias para controlar uma área, um território, existindo diferentes níveis de territorialidade. Dessa maneira, de simples recurso de grupos humanos na antiguidade, a territorialidade torna-se com a modernidade instrumento político-estratégico, onde o território é a delimitação e a territorialidade o controle, a ação vinculada ao seu contexto social, é a estratégia de poder. É o que se acredita que vem ocorrendo com relação às populações tradicionais brasileiras que se valem de seu território e sua territorialidade como instrumento político-estratégico com vistas a se inserir, principalmente, em políticas públicas.

Porém, há que se destacar que o território não é um instrumento. Fernandes (2008) coloca que instrumentos são “objetos da metodologia. O Território é um conceito e uma categoria, é um objeto do método e da teoria” (p. 290). Nas palavras de Porto Gonçalves (2006) o território é o “espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele” (p. 05). De fato, o território vem sendo evocado com vistas a dar suporte para inúmeras políticas públicas e tem se tornado um instrumento, uma metodologia, entretanto, essa apropriação oculta seu verdadeiro significado: o de espaço apropriado e construído socialmente, de suporte da existência. Por outro lado, nota-se a mobilização daqueles que se enquadram nessas reivindicações políticas no sentido de exaltar, reconhecer e dar visibilidade ao “seu território”. Nesta combinação emerge, por vezes, um território construído artificialmente com vistas a se enquadrar nas propostas e projetos propostos pelo Estado, daí a problemática da distorção do conceito.

Raffestin (1993) complementa ao afirmar que o território é uma produção “a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle” (p. 144). Segundo o autor, o espaço é anterior ao território, sendo este último resultado de uma ação conduzida por um ator que ao se apropriar deste espaço o “territorializa”. Raffestin (1993) propôs o “sistema territorial” dividindo a superfície em

tessituras, nós e redes e cujos sistemas são organizados hierarquicamente e permitem assegurar o controle sobre o que é distribuído, alocado e/ou possuído. A partir deles se originam as relações de poder.

Nesta proposição de Raffestin (1993), as *tessituras* estabelecem limites, manifestando um poder em determinada área, se esses limites não forem físicos são de objetivos comuns e de identidade entre o grupo e seu espaço, portanto, essas tessituras comunicam-se, interligam-se. Não são homogêneas, mas se complementam. No que tange ao território, a definição dos limites possibilita a demarcação da área onde o poder é exercido pelo grupo que habita esse espaço apropriado, as tessituras são, portanto, fluídas e agem nesse campo de mediação entre o “objetivo” e a “identidade” do grupo e o seu suporte material, ou seja, o território.

Os *nós* são os centros de referência e poder, consistem na aglomeração de diversas escalas, são interdependentes e precisam, assim, relacionar-se, comunicar-se. Para explicar os cortes e recortes dessas tessituras bem como suas ligações entre os nós, Raffestin (1993) propõe o conceito de *rede*, a qual é compreendida pela complementaridade existente entre a circulação e a comunicação, tanto com fluxos materiais quanto com imateriais que não se confundem, mas acontecem simultaneamente. A *rede* é “proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm do tempo” (p. 204), faz e desfaz as prisões do espaço, tornando-o território, sendo assim, instrumento de poder⁹. Dessa maneira, o sistema territorial pode ser entendido tanto como meio quanto fim ao passo que o território é uma organização a partir de ideologias e é estruturado por códigos, podendo, assim, ser decifrado.

Raffestin (1993) acredita que o território é formado pelas relações de poder multidimensionais, ao passo que, a territorialidade, é produto destas relações. Para ele, a territorialidade é gerada pelas relações sociais exercidas pelos atores, tem sua origem nos naturalistas que enfatizavam a territorialidade animal, mas para o autor, é mais ampla, pois reflete “a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas”. (p. 158). O autor ainda afirma que o território (passível de formalização e quantificação) é uma construção a partir do espaço (algo já dado, a matéria-prima natural), portanto, a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações “que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, combatível com os recursos do sistema” (p. 161)

⁹Raffestin (1993) cita como exemplos de rede: o dinheiro e a informação (circulação e comunicação).

e, assim, todas as escalas sociais e espaciais representam uma territorialidade, indo das mais estáveis até as mais instáveis. O autor afirma que o território é algo abstrato e no seu interior pode haver desigualdades, disputas, contradições e sobreposições de território, o que, apesar de formar uma totalidade, é também visto como uma unidade não homogênea, reforçando que as desigualdades são resultado da multidimensionalidade do “vivido” por um grupo e sua coletividade e suas relações existenciais, formando, assim, sua territorialidade.

Andrade (1995) atenta para o fato de que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, visto que aquele está ligado “à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área” (p. 19), o que, desta forma o associa a ideia de poder, de controle, quer seja ao poder público/estatal, quer seja ao poder das grandes empresas que “estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (idem). Segundo o autor, é no território que as relações capitalistas, por exemplo, efetivamente acontecem. Assim sendo, o que diferencia, neste caso, o território dos demais conceitos (espaço e lugar) são as relações de poder, de domínio e gestão das áreas, o que, por vezes, ajuda na compreensão do emprego deste conceito em algumas políticas públicas. Porém, ao passo que o próprio território necessita limitar o seu espaço de ação nota-se uma sobreposição de territórios e o ignorar das fronteiras por ele definidas.

Considerando a heterogeneidade dos espaços, Santos (2002a) complementa afirmando que o território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas (e suas diferenciações), pelos meios de produção, pelo trabalho, pelas coisas e objetos, pelo conjunto territorial, devendo-se considerar, nesse processo, a intencionalidade humana. Propõe uma abordagem política ao sugerir que o território é “o nome político para o espaço de um país” (2003, p. 19) e destaca que o mesmo passa a ser formado com a apropriação humana do conjunto natural pré-existente. De fato, perceber o território a partir da heterogeneidade dos espaços e da intencionalidade humana possibilita uma abordagem política no sentido da “apropriação” pelos sujeitos, o que está intimamente ligado às reivindicações contemporâneas como no caso das populações tradicionais. Da mesma forma contribui no sentido de atestar a diferença existente entre os territórios ao passo que os diferencia com base em fatores estipulados a partir de um conjunto territorial.

Uma abordagem que considera, nas análises do conceito de território, também a dimensão cultural (além da política) parte de Souza (2007). O autor destaca inicialmente que o território deve ser abordado enquanto conceito despido “do manto de imponência com o qual se encontra, via de regra, adornado” (p. 81). Isso porque, normalmente, a palavra evoca sentimentos patrióticos em escala nacional, entretanto, os “territórios existem e são

construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas” (idem), tanto locais quanto internacionais e tanto dentro de escalas temporais como séculos, décadas, meses e dias. De fato, enquanto houver a interação homem X espaço através do trabalho, da agregação de valor e do retrabalho do espaço social estar-se-á também diante de um território e “como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda espacialidade social” (p. 96). Tais considerações permitem acrescentar na análise teórica acerca do território uma dimensão cultural o que contribui na diferenciação destes espaços, da mesma forma reforçam a percepção de que os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas espaço-temporais e estão presentes em toda sociedade.

O território surge na Geografia Política considerando o espaço concreto em si que é apropriado e ocupado por um grupo social, ou seja, os atributos naturais somados aos socialmente construídos. Portanto, essa ocupação é vista como geradora de identidade sociocultural, onde o território pode ser definido “a partir de dois ingredientes, o espaço e o poder” (SOUZA, 2007, p. 106). E, em qualquer circunstância:

[...] o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nesta qualidade, indispensável fator de autonomia. (SOUZA, 2007, p. 108).

Dessa maneira, considerando as proposições anteriores, Haesbaert (2007a) afirma que o território é “construído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico” propondo analisa-lo a partir da (s):

- perspectiva que valoriza as relações e os processos: o território num sentido relacional e processual (devendo-se mesmo falar mais em processos de ‘territorialização’ do que em território como entidade estabilizada);
- múltiplas temporalidades e velocidades nas quais ele pode ser construído, desde os territórios com maior fixidez e estabilidade até aqueles mais móveis e flexíveis;
- conjugação entre ou num continuum que se estende desde os territórios mais funcionais até aqueles com maior carga (ou poder) simbólica(o). (p. 37-38).

Assim sendo, “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 1999, p. 172) e, neste mundo onde a cultura encontra-se presente em todas as esferas da vida o território se vê cada vez mais inserido e mergulhado nas tramas de um “poder simbólico”.

Esta análise dos conceitos de território e territorialidade é necessária visto que alguns “autores, numa visão mais estreita, reduzem a territorialidade à dimensão simbólico-cultural do território, especialmente no que tange aos processos de identificação territorial” (HAESBAERT, 2007a, p. 40). Para Haesbaert a territorialidade é algo abstrato, mas não no sentido que a reduza ao caráter de abstração analítica, enquanto “imagem” ou símbolo de um território “efetivamente existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural” (p. 40-41), mesmo que o referido território não se manifeste materialmente, como no caso da “Terra Prometida” dos judeus¹⁰.

O território, político por natureza, aparece nas reflexões teóricas como o conceito que torna possível analisar a dimensão política do espaço geográfico, ou seja, suas relações de poder. Dessa maneira, a identidade e o território estão mergulhados em relações de poder, sujeitas aos mais diversos jogos, entretanto, este poder também é múltiplo e não restrito às figuras centralizadoras do Estado ou das classes dominantes.

Assim sendo, o território – conceito e categoria – é construído socialmente, é o espaço apropriado, e para que ele exista é necessária uma delimitação da área, um controle e uma forma de poder. Nele pode haver disputas, contradições, desigualdades e sobreposições por se tratar de uma unidade não homogênea, podendo, assim, ser distinguido a partir da heterogeneidade e da intencionalidade (apropriação) humana que o caracteriza. A territorialidade, por sua vez, produto das relações deste território, se refere às ações e estratégias para controlar uma área e pode ser vista como uma potente estratégia de controlar esta área podendo ser inclusive instrumento político-estratégico. Dessa maneira, se faz necessário apontar perspectivas quanto aos conceitos de território e territorialidade percebendo o caso das populações tradicionais, considerações apresentadas a seguir.

1.1.2 Perspectivas antropológicas/filosóficas acerca do território e da territorialidade no caso das populações tradicionais

Ríos (2011) ao contribuir com os estudos dos processos territoriais locais de onde participam as comunidades tradicionais apresenta um estudo interdisciplinar considerando

¹⁰ Considerando o trabalho de Bonnemaïson (1977) – cuja tese inspirou-se na sociedade da ilha de Tanna, arquipélago de Vanuato, Melanésia, e nos habitantes que se auto-definem como *man-ples* (homens lugares) – Haesbaert (2007) fala sobre a “ideologia do território”, quando os habitantes não “possuem” o território, mas se identificam com ele, pode-se citar ainda, como exemplo, os ciganos. Da mesma maneira, Sack (1986) admite a existência dos “não-territórios”, neste caso, quando um lugar é considerado território por um período de tempo e por outro não, o que passa a depender dos interesses de seus controladores.

dois aspectos: a necessidade de investigar a diversidade existente no interior das comunidades tradicionais e a necessidade de valorizar os conhecimentos e saberes destes diversos atores por meio da noção de “sentido patrimonial”. O autor acredita que a complexidade territorial exige uma visão de conjunto ao tratar destes processos, da relação entre os discursos, atos e poderes que tratam sobre os territórios locais e seu desenvolvimento, o que exige “*La aplicación de nuevos enfoques y métodos interdisciplinarios, junto a la existencia de modelizaciones que contengan un doble desafío: primero, estar abiertas a la reflexión, y, segundo, ser posibles de aplicar a la realidad local inmediata*” (p. 154). Neste sentido, o território é visto como um espaço construído no e pelo tempo, é produto de um conjunto de relações cotidianas que o homem teceu para si e para os outros, o que inclui a dimensão política do território, o homem, portanto, “*influye, afecta y controla acciones mediante el establecimiento de un dominio en una área geográfica específica*” (idem).

Para Ríos (2011) o “*territorio es más que el espacio; son varios los territorios posibles en un espacio geográfico común*” (p. 154), é no território que fluem os acontecimentos internos significativos a cada coletividade. Assim, os territórios se caracterizam por contar com uma sociedade e uma biodiversidade que permitem a identificação. Nestes casos, a territorialidade refere-se a comportamentos implantados no território e que se relacionam com a maneira com que os meios, os elementos e as motivações com as quais se habita e permanece em um espaço impõem ritmos de vida e formas de interagir com o ambiente e com os outros, mais ou menos distintos, mais ou menos semelhantes.

Neste sentido, a territorialidade humana estaria no vértice de um grande número de ações humanas que implicam, entre outros, poder, redistribuição, funcionalidade, dependência, abrigo e conflito. A territorialização, portanto, significa vínculos de variadas conexões e como tal é um processo que deve acontecer, o território, por sua vez, é o tempo, depositado várias vezes, intercalado, vivido (RÍOS, 2011, p. 156-159). O autor propõe capturar o território a partir das contribuições da “Antropologia do Território¹¹” a partir da qual o território tem sentido, adquire significado e onde o pensamento situa-se com o intuito de conhecer a profundidade do tempo e das memórias territoriais. É aberto aos imaginários, permitindo, assim, possibilidades investigativas para tratar abertamente do jogo simultâneo de

¹¹ “*La trasgresión de los límites del conocimiento y los tiempos vividos confluyen en una Ciencia dedicada al territorio. Se trata de una Antropología del territorio, la cual devela al espacio (en tanto soporte biofísico de las actividades humanas), no como una entidad perteneciente al orden de la yuxtaposición, sino más bien como una forma, proceso, de estratos imbricados. O sea, la Antropología del Territorio resemantiza el espacio, proyectándolo a dimensiones temporales entreteljadas.*” (RÍOS, 2011, p. 159).

distintas formas e modos de viver e habitar. Esta Ciência dedicada ao território situa os sujeitos por meio de seus hábitos e imaginários territoriais para, em seguida, revelar possibilidades de sustentabilidade de seus territórios permitindo que o sujeito territorial “*se abra al mundo desde sus propios sentidos existenciales*” (p. 161).

Interessante perceber que a “Antropologia do Território” possibilita construir uma imagem do território que advém de “*tiempos, memorias, imaginarios territoriales, relaciones de poder y conflicto*” (RÍOS, 2011, p. 161), cuja intensidade acumulada refere-se a memórias, tradições, usos e costumes, mas também refere-se e inclui o novo, o emergente. Assim, a “cotidianidade” do território, como acontecimento, provém de territórios vividos, múltiplos e locais, cada um com suas próprias temporalidades.

Portanto, no caso mais específico das comunidades tradicionais, Ríos (2011) acrescenta que para se analisar estes territórios há de se refletir sobre a diversidade existente no interior destas comunidades bem como perceber, através do sentido patrimonial, os conhecimentos e saberes desenvolvidos pelos atores que as compõem. Nesta perspectiva, o território é visto como uma construção “no” e “pelo” tempo sendo produto das relações cotidianas que os atores constroem para si e para os outros permitindo uma identificação, a construção de uma imagem do território que inclui não somente as memórias, mas também o novo, o emergente. A territorialidade, neste sentido, refere-se aos comportamentos implantados neste território estando no vértice de um grande número de ações humanas. Dessa maneira, torna-se possível compreender o redesenho do Sistema Faxinal, considerando as modificações ocorridas no e pelo tempo enfatizando não somente as memórias, mas também as novas necessidades e articulações que redefiniram a territorialidade desse grupo social.

Muñoz (2011) ao analisar a relação entre significação social e território propõe uma aproximação metodológica a fim de permitir identificar e compreender o caráter simbólico-imaginário dos projetos territoriais e também assentar as bases para construir uma Hermenêutica do Território, por ele chamada de Hermenêutica Dialógica Territorial. A tarefa principal desta hermenêutica é decifrar os sentidos do território a partir de narrações e relatos¹². O autor considera o território como parte essencial da condição humana, para ele, território, e conseqüentemente a territorialidade, não é elemento objetivo no sentido materialista nem subjetivo no sentido idealista, sendo algo que:

¹²Na pesquisa proposta pelo autor, a espacialidade definida são as comunidades tradicionais existentes no Sul patagônico do Chile.

[...] posicionándose significativamente de un entorno siempre calificado, heterogéneo y diverso, en que lo humano sucede como realidad histórico-social y no natural, emerge creativamente desde la subjetividad de la experiencia colectiva, experiencia en que sociedades y comunidades se reconocen en una relación que podemos llamar condición de territorialidad, que les permite representarse unas respecto de otras y de sí mismas, es decir identificarse y diferenciarse a la vez. (p. 170).

Nestas proposições, o território não pode ser visto como um produto ideal, uma ideia ou um conceito, os territórios são uma projeção subjetiva, imaginária, é algo gerado por um projeto tendo em vista as circunstâncias, surge carregado de intenções e desejos humanos de posse. Por isso, ele é apropriado, é um espaço de identidade e história, cuja consistência fundamental é um sistema de significações e, como tal, um sistema de interpretações. Dessa maneira, o território não é uma simples consequência, um produto gerado e emanado mecanicamente pela subjetividade humana, mas sendo uma criação imaginária pode constituir-se em um produto de diálogo (MUÑOZ, 2011, p. 171), podendo ser interpretado a partir de suas significações dinâmicas.

Muñoz (2011), contribuindo para elucidar análises sobre o território, enumera duas questões: a primeira é que ao considerar o território como significação social imaginária este tem significados específicos; a segunda é que qualquer metodologia que pretenda dar conta de tais significações precisa considerar as especificidades dessas características. Assim, com vistas a elaborar uma interpretação adequada, Muñoz (2011) propõe elucidar as significações em que consiste o território a partir de narrações e relatos e acredita que a metodologia apropriada é a da confrontação dessas narrações e relatos no quadro de interações dialógicas. De um lado as interações oficiais e de outro as manifestações. As primeiras como sendo representativas da autoridade de organismos que de algum modo autoritário estão relacionados com o ordenamento estatal e, as segundas, enquanto manifestações intelectuais ou artísticas representativas de grupos humanos que se distinguem por sua especificidade local ou se localizam em setores da vida coletiva e que pretendem fazer-se ouvir com vozes válidas.

Assim:

El diálogo de estos tipos de discursos puede ser una buena manera de apropiarse de esas emociones, percepciones, representaciones, opiniones, creencias y sensibilidades en que se despliegan sentidos contrapuestos de territorios, que muestran, de esta manera, su fuerte filiación semántica, ya que hunden sus raíces en imaginarios sociales de mayor o menor envergadura. (MUÑOZ, p. 173-174).

A estratégia de Muñoz (2011) para construir e por em prática um modelo teórico-hermenêutico capaz de compreender a complexidade dos projetos territoriais contempla três etapas: elaboração de um corpus discursivo de base teórica; identificação e estudo de práticas discursivas cotidianas e construção formal e sistematização. Para tanto, as atividades se formalizam da seguinte maneira:

- a) trabajo de gabinete para el grupo de investigación en el que se revisarán experiencias y bibliografías que permitan la formalización, sistematización y el desarrollo de la Teoría Hermenéutica Dialógica Territorial que identifique al grupo de investigación;*
- b) modelización de las interpretaciones, identificando divergencias y convergencias entre ellas y los objetos en estudio;*
- c) discusión del modelo de interpretación, reconociendo eventuales necesidades de ajuste. (p. 177).*

Esta etapa formaliza as matrizes de um modelo hermenêutico para os estudos dos territórios, propõe a construção de um modelo que transcenda a condição tradicional moderna ampliando a complexidade da experiência cotidiana tradicional e desvende os segredos culturais (imaginários) que operam nela. Portanto, o território: *“Su materialización, sin embargo, exige la presencia y la realidad concreta de ambos: del proyecto colectivo y del espacio apropiado.”* (MUÑOZ, 2011, p. 171).

Muñoz (2011) destaca o caráter subjetivo e imaginário do território, sendo este, carregado de intenções e desejos de posse. Para o autor, o território não é uma simples consequência, mas é apropriado e gerado por um projeto tendo em vista as circunstâncias. Metodologicamente, propõe para decifrar este território o uso de narrações e relatos no quadro de interações dialógicas: de um lado, as oficiais e, de outro, as manifestações. Tais considerações permitem refletir sobre a relação entre a tradicionalidade e a origem dos territórios, onde as proposições metodológicas do autor (narrações e relatos dos atores sociais) serviriam de base para compreender as circunstâncias que desenharam (e continuam desenhando) estes territórios diferenciados.

Frente ao exposto, o território, na presente discussão é compreendido partindo de sua construção social e histórica a partir do espaço, o que implica em relações de poder, seja através da apropriação (tessituras, nós, redes), seja através do controle. Para existir, necessita de um espaço delimitado, que varia entre as escalas mais complexas até as mais cotidianas (e simples). O território ainda está ligado a uma ideia de domínio e/ou gestão de uma determinada área seja pelo poder público seja por empresas privadas, resultando em diferentes configurações territoriais com base nas técnicas, nos meios de produção, no trabalho e na

intencionalidade humana. Pelo fato de ser também construído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico pode vir a funcionar como um catalisador simbólico-cultural, suporte material da existência social e, nesta qualidade, indispensável fator de autonomia.

Quanto à territorialidade, esta é compreendida enquanto símbolo de um território e, dessa forma, existe efetivamente podendo servir de estratégia político-cultural, em outras palavras, de instrumento político-estratégico. É gerada pelas relações sociais exercidas pelos atores e reflete a multidimensionalidade do vivido territorial dos membros de uma coletividade através do sistema sociedade-espaco-tempo. Caracteriza-se através da classificação ou definição de áreas, da comunicação e da forma de coação ou controle, sendo, portanto, uma potente estratégia geográfica para controlar coisas e pessoas, controlar uma área.

Os arranjos teóricos anteriores foram construídos para fundamentar a discussão que se centra na diferenciação entre “terras de criar” e “terras de plantar” na região do Contestado. Objetivando aproximar estas reflexões teóricas aos estudos mais específicos, utiliza-se das contribuições de Ríos (2011) que, em seu estudo interdisciplinar acerca dos processos territoriais locais onde participam as comunidades tradicionais, destaca a necessidade de se considerar a diversidade existente no interior destas comunidades, bem como a necessidade de valorizar os conhecimentos e saberes destes diversos atores. O autor, ao sugerir a utilização da Antropologia do Território apresenta a possibilidade de construir uma imagem do território que advém do tempo, das memórias, dos imaginários territoriais e das relações de conflito, tornando possível, assim, *capturar* o território, nestes casos específicos.

Nestas reflexões, acrescentam-se as contribuições de Muñoz (2011) e sua proposta de aproximação metodológica a partir da Hermenêutica Dialógica Territorial, a partir da qual, através do decifrar dos sentidos do território pode-se construir um produto de diálogo. Para tanto, elabora-se um corpus discursivo de base teórica, em seguida, identificam-se e estudam-se as práticas discursivas cotidianas e, por fim, sistematiza-se esta construção formal.

Assim sendo, compreender o conceito de identidade se faz necessário para continuar a presente discussão e perceber a distinção entre “terras de criar” e “terras de plantar” como construção identitária territorial.

1.2 A IDENTIDADE ENQUANTO FONTE DE SIGNIFICADO E EXPERIÊNCIA: SUA FLUIDEZ E EVOCAÇÃO POLÍTICA

Ao se perceber o território enquanto construção social e histórica a partir do espaço e a territorialidade enquanto símbolo deste território, a identidade pode ser pensada como a fonte de significado e experiência de uma coletividade. Assim sendo, após o arranjo teórico que permitiu caracterizar o território e a territorialidade, discute-se mais profundamente, a seguir, a questão da identidade com vistas a compreender a distinção entre “terras de criar” e “terras de plantar” como construção identitária ligada ao território.

Ao colocar a identidade no centro da discussão, Hall (2005) afirma que a temática vem sendo extensamente discutida na Teoria Social, sobretudo devido ao fato de que as velhas identidades estariam em declínio o que faria surgir novas identidades e a fragmentação do sujeito moderno – até então visto como sujeito unificado. Parte da proposição de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, ou seja, deslocadas ou fragmentadas, e afirma inicialmente que o próprio conceito de identidade “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (p. 08), o que de forma alguma exclui o seu emprego.

Hall (2005) acredita que um diferente tipo de mudança estrutural transformou as sociedades modernas no final do século XX fragmentando as sólidas localizações dos indivíduos sociais enquanto gênero, sexualidade, raça, etnia, paisagens culturais, entre outros. Tais transformações contribuem também para uma mudança nas identidades pessoais, abalando a ideia de sujeitos integrados e constituindo uma “crise de identidade” para o indivíduo, cuja identidade cultural teria sido abalada pela globalização decorrente da modernidade tardia. Interessante discussão é pontuada pelo autor ao focar o jogo de identidades e suas consequências políticas afirmando que:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2005, p. 21 – grifo nosso).

Neste sentido, as paisagens políticas evidenciam a emergência de novas identidades pertencentes a uma “nova base política”¹³ definida também por movimentos sociais, como o

¹³ Ao analisar o quinto descentramento do sujeito cartesiano a partir dos avanços da Teoria Social e nas Ciências Humanas ocorridos no pensamento (período da modernidade tardia), segunda metade do século XX, Hall (2005)

feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional [...]” (idem). Portanto, a identidade é algo realmente formado ao longo do tempo, por processos inconscientes e de forma nenhuma é algo inato e existente no momento do nascimento, permanece sempre incompleta, está sempre em processo e sendo formada (p. 38), dessa maneira, em vez de falar da identidade como coisa acabada, “deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (p. 39). Dessa maneira, ao se refletir e discutir a construção das identidades sociais contrasta-se com a aparente estabilidade e longevidade tendo em vista o caráter dinâmico e em curso constante, sendo preferível para alguns, falar em processos de “identificação” do que em “identidade” enquanto substantivo.

Haesbaert (2007) afirma que a identidade nunca é construída a partir da mera diferença ou:

[...] de características ‘próprias’, ‘singulares’, pois tem sempre um caráter reflexivo, isto é, identificar-se implica sempre identificar-se com, num sentido relacional, dialógico, e a identidade, por mais essencializada que pareça, justamente por seu caráter simbólico, é sempre múltipla e/ou está aberta a múltiplas reconstruções. (p. 42).

Somando-se a isto, Hall (2005) coloca que:

Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Said¹⁴ chama de suas ‘geografias imaginárias’, suas ‘paisagens’ características, seu senso de ‘lugar’, de casa/lar, de *heimat*, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas (p. 71-72).

Ao exemplificar utilizando-se da cultura nacional, Hall (2005) afirma que esta é composta não somente pelas instituições culturais, mas também por símbolos e representações, sendo, também, um discurso, ou seja, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (p. 50). E, ao produzir sentidos sobre a nação constroem identidades na medida em que permitem os processos de *identificação*. Buscando explicar a maneira com que é contada a narrativa da cultura nacional, o autor – mesmo considerando a abrangência da resposta – seleciona cinco elementos principais para a discussão:

afirma que cada movimento social “apelava para a identidade social de seus sustentadores” (p. 45), como o feminismo às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, entre outros, o que constitui o nascimento histórico do que ficou conhecido como a “política de identidade”, ou seja, a identidade para cada movimento.

¹⁴ SAID, E. W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

1) *Narrativa da nação*: a forma com que é contada e recontada essa narrativa nas histórias e literaturas nacionais, sua difusão na mídia e cultura popular, o que vem a fornecer uma série de símbolos e representações que dão sentido à nação. Dá significado e importância à existência e funciona como foco de identificação. Exemplos: cenários, eventos históricos, paisagens, cerimônias públicas, perdas, triunfos, desastres, rituais;

2) *Ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade*: a identidade nacional é colocada na verdadeira natureza das coisas e pode ser invocada para reassumir sua inquebrável existência. Os elementos essenciais do caráter nacional, apesar das vicissitudes da história, permanecem imutáveis, são eternos.

3) *A tradição inventada*: no que Hobsbawn e Ranger¹⁵ propõem ao considerar as tradições alegadas como antigas que são, na verdade, muito recentes ou até inventadas.

4) *Mito fundacional*: ao passo que a estória¹⁶ que conta a origem do povo vincula-se a um passado tão distante que se perde nas brumas do tempo, não do tempo real, mas do tempo mítico. Por vezes, a narrativa se apresenta enquanto história alternativa ou contranarrativa construída.

5) *A ideia do povo puro, original*: quando a identidade nacional baseia-se também simbolicamente na ideia de exclusividade da população.

Interessante perceber como esse discurso tenta se equilibrar entre a “tentação de retornar a glórias passadas e o impulso de avançar ainda mais em direção à modernidade” (HALL, 2005, p. 56), é o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Fato é que num “mundo de fronteiras dissolvidas e de continuidades rompidas” (p. 84) nota-se um alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas “posições-de-identidade” (idem), ou seja, o fortalecimento de identidades locais (reação defensiva) ou a produção de novas identidades (fortalecimento da diferença).

Nesta perspectiva, as identidades possuem também um caráter simbólico e os símbolos que a compõem não são construções arbitrárias ou aleatórias, estes possuem ancoragem em referenciais, uma vez que as marcas da identidade não estão, necessariamente, inscritas

¹⁵ HOBBSAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

¹⁶O termo “estória” refere-se à narrativa de lendas, contos tradicionais de ficção, “causos” e é comumente aceita como sendo um relato de fatos não comprovados. Ao passo que, “história” refere-se a uma narração ordenada, escrita, dos acontecimentos e atividades humanas ocorridas no passado. É empregada também para designar o ramo da Ciência que se ocupa de registrar cronologicamente, apreciar e explicar os fatos do passado da humanidade em geral, e das diversas nações, países e localidades em particular ou designar ainda os fatos do passado da humanidade registrados cronologicamente. (MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. 2259p.).

somente no real, mas os elementos sobre os quais tais representações são moldadas e construídas são do real selecionadas.

Neste sentido, Moscovici¹⁷ (2003) versa sobre a “ancoragem¹⁸” afirmando que “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (p. 61) é o processo de reduzir ideias estranhas a categorias e imagens comuns, ou seja, tornar o novo um objeto conhecido, cujo processo não é neutro visto que o novo elemento é posicionado de acordo com o que é conhecido pelo grupo. Dessa maneira, a ancoragem dá sentido ao objeto e é a maneira com que o conhecimento se enraíza no social, converte-se em categoria e torna-se familiar, portanto a ancoragem:

[...] é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. [...] No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é re-ajustado para que se enquadre nela. (MOSCOVICI, 2003, p. 61).

Neste sentido, a manutenção e a mudança, ou seja, a confluência entre os elementos velhos e os novos coexiste a partir da ancoragem – é o processo dinâmico e conflitivo do “novo” sobre o “estabelecido”.

Da Matta (1983) acrescenta que se a sociedade possui a capacidade de classificar, esta mesma sociedade pode operar e manipular tais classificações, visto que não classificam o nada, e sim, pessoas, coisas, relações, objetos, ideias, até o espaço, são os pontos de referência para todo o sistema (p. 76). Dessa maneira:

Ancoradas em determinados referenciais espaço-temporais, as identidades acabam ganhando aparência de ‘concretude’ e com frequência são assim essencializadas, como se fizessem parte indissociável dos grupos sociais a que se referem. O poder da identidade social é tanto mais enfático quando maior for a eficácia dos grupos sociais em ‘naturalizar’ essa identidade, tornando ‘objetivo’ o que é pleno em subjetividade, transformando a complexidade da construção simbólica no simplismo de uma ‘construção natural’, a-histórica e aparentemente estática. (HAESBAERT, 2007, p. 52).

¹⁷Embora a obra de Serge Moscovici se constitua em uma leitura fundamental nos estudos de Representação Social, as Representações não são o foco principal da presente pesquisa. Utilizou-se apenas do termo “ancoragem”, proposto e discutido pelo autor, para afirmar que embora algumas comunidades, por vezes, inventem ou reinventem coisas, estas coisas sempre estão articuladas a um referencial, ou seja, algo que lhe dê concretude.

¹⁸ Apontada como um dos dois processos (o outro é a objetivação) que tornam possível a familiarização ou a construção da representação social.

De acordo com Hall (2005), teriam-se hoje três formas, que são concomitantes, de manifestações identitárias: a) Identidades globais: ou a diluição das identidades ocasionada pela globalização; b) Identidades de resistência: que, como nos movimentos nacionalistas, reforçam ou retomam antigas memórias coletivas; c) Novas identidades pluriculturais: que são fruto de um diálogo entre o universal/global e o local/particular.

Considerando as três formas anteriores sugeridas por Hall (2005) acerca das manifestações identitárias, pode-se dizer que no caso do Sistema Faxinal a identidade foi moldada inicialmente enquanto resistência partindo do retomar de antigas memórias e práticas coletivas, porém, ao se refletir mais profundamente sobre a identidade contemporânea destes percebe-se que são fruto justamente do diálogo entre o universal/global e o local/particular. Isso porque não se trata de uma identidade estática posta em uma porção do espaço atemporal, se tratam de comunidades dinâmicas que vêm, ao longo do tempo, sendo moldadas tanto por novos atores sociais quanto por novas necessidades políticas.

Aproximando ainda mais as discussões teóricas ao caso das comunidades tradicionais, cita-se como exemplo as considerações de Cruz (2007) ao analisar a emergência – processos e condições – de “novas” identidades territoriais construídas por estas populações que buscam afirmar seu modo de vida na Amazônia. O autor evidencia a marginalização a que historicamente tais populações foram submetidas e destaca o protagonismo destas na construção da história e da geografia da região propondo a construção de um itinerário teórico para se pensar o conceito de identidade e sugerindo alguns elementos essenciais a este conceito: a) a identidade é uma construção histórica; b) é relacional e contrastiva; c) é material e simbólica; d) é estratégica e posicional; e) pode ser hegemônica ou subalterna. As proposições do autor, embora considerem comunidades amazônicas, podem ser transpostas para a realidade do Sistema Faxinal, onde o recorte espacial da região do Contestado aponta para a marginalização histórica do território e cuja identidade Faxinalense pode ser compreendida através dos elementos essenciais sugeridos a este conceito.

Ao sustentar a proposição de que a identidade é uma construção histórica, Cruz (2007), partindo de Castells (1999) e Hall (2005), afirma que a identidade é um processo de construção de significados com base em um atributo cultural ou ainda ao seu conjunto de atributos culturais que prevalecem sobre outras fontes de significação, estando também constantemente em processo, em construção. São, portanto, dinâmicas, múltiplas e abertas, estão sempre em movimento, sempre se realizando, sendo construídas ao longo de discursos e sujeitas a historização radical.

Cruz (2007) ao colocar que a identidade é relacional e contrastiva destaca que há a necessidade de se compreender que a identidade não é “uma coisa em si”, mas uma relação, uma “posição relacional”, visto que é construída na e pela diferença – mas não exclusivamente. Tal consideração implica no fato de que “é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, precisamente com aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que a identidade ganha sentido e eficácia” (p. 98). Da mesma maneira:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteira, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. (SILVA, 2004, p. 82).

Ainda segundo Cruz (2007) a construção da identidade não é puramente imaginária, não despreza a realidade material e objetiva das experiências e práticas sociais, ela é material e simbólica, sendo que a “construção das identidades se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 1999, p. 82). Dessa forma, não é possível dissociar, no caso das identidades, a natureza simbólica e subjetiva (suas representações) e seus referenciais objetivos e materiais (a experiência social e sua materialidade).

A afirmação da identidade significa lutar pela especificidade do grupo, pelo reconhecimento social da diferença de seus projetos e interesses distintos, portanto, ela é estratégica e posicional. Havendo diferença emergem relações de poder e uma relação entre o cultural e o político, estando “estas duas dimensões imbricadas num laço constitutivo na construção das identidades” (CRUZ, 2007, p. 99). Acrescentando que as identidades “emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder, e são assim mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída” (HALL, 2005, p. 109). Assim sendo, a construção das identidades está conectada com as relações de poder, onde seus significados são construídos, contestados e negociados e só pode ser compreendida de maneira estratégica e posicional, estando sujeitas à manipulação dos grupos sociais visto que são ao mesmo tempo produto e produtoras de lutas sociais e políticas.

De fato, a identidade pode ser construída tanto para manter a legitimação das relações de poder hegemônicas, quanto para subvertê-las, neste sentido, ela pode ser hegemônica ou subalterna (CRUZ, 2007). As identidades não são unificadas, estáveis ou fixas e o discurso

performático desenvolvido para fixar e estabilizar uma identidade pode silenciar outras (ou subvertê-las, ou desestabilizá-las).

De acordo com Castells (1999), entende-se por identidade “a fonte de significado e experiência de um povo” (p. 22), sendo este significado entendido como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (p. 23). Dessa forma, toda e qualquer identidade é construída e a principal questão diz respeito a “como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece” (idem), de fato:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELLS, 1999, p. 23).

E assim, quem constrói e para quê é construída a identidade coletiva são questionamentos centrais e em grande medida determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, sobretudo devido ao fato de que a construção social desta sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, sendo possível propor três formas e origens de construção de identidades: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto.

A identidade de resistência leva à formação de comunidades, dá origem a formas “de resistência coletiva diante de uma opressão que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a ‘essencialização’ dos limites da resistência” (CASTELLS, 1999, p. 25). Já a identidade de projeto produz “sujeitos”, sendo que estes são “o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (p. 26) e a construção da identidade consiste em um projeto de vida com base até em uma identidade oprimida. Entretanto, é necessário destacar que “identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Nota-se também o surgimento de identidades de resistência poderosas que se retraem para os seus “paraísos comunais¹⁹” e se recusam a participar diretamente dos fluxos globais intensos e dos individualismos radicais. Estas tendem a construir suas comunas considerando valores tradicionais, como Deus, Nação e Família, protegendo seus limites por meio de

¹⁹ CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

emblemas étnicos e territoriais, porém, é importante destacar que estas identidades não estão restritas a valores tradicionais.

Quanto às novas identidades de projeto, Castells (1999) afirma que não parecem surgir “de identidades anteriores presentes na sociedade civil da era industrial, mas sim a partir de um desenvolvimento das atuais identidades de resistência” (p. 420), de acordo com o autor:

[...] identidades de resistência podem resultar em identidades de projeto, voltadas à transformação da sociedade como um todo, dando continuidade aos valores da resistência comunal oferecida aos interesses dominantes sustentados pelos fluxos globais de capital, poder e informação (p. 420).

Transportando estas considerações para a análise do Sistema Faxinal é possível compreender esta evolução de uma identidade de resistência para uma identidade de projeto. A forma diferenciada com que o Sistema Faxinal se desenvolveu na região Centro-Sul do estado do Paraná inicialmente visava o melhor aproveitamento das Matas Mistas através da separação entre “terras de criar” e “terras de plantar”, Sistema desenvolvido por atores que se encontravam em posições desvalorizadas pela lógica de dominação, atuando como trincheiras de resistência e sobrevivência coletiva. Entretanto, atualmente, esta identidade de resistência parece exatamente ter evoluído para uma identidade de projeto podendo ser compreendida a partir de uma construção destes atores sociais para redefinir sua posição na sociedade.

Nesta construção das identidades é importante perceber que, por vezes, os elementos que passam a compô-la são reinventados. Neste sentido, Hobsbawn e Ranger (2006) até certo ponto surpreendem ao afirmar que, muitas vezes, tradições²⁰ “que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” (p. 09). Os autores utilizam do termo “tradição inventada” partindo de um sentido amplo, porém não indefinido, para incluir tanto tradições inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, mas também aquelas que surgem de maneira mais difícil de localizar no tempo, sendo coisa de poucos anos, mas que se estabeleceu com enorme rapidez. Por “tradição inventada”, assim entendem:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar

²⁰ “A ‘tradição’ neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do ‘costume’, vigente nas sociedades ditas ‘tradicionais’. O objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas) tais como a repetição. O ‘costume’, nas sociedades tradicionais, tem dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que se deve parecer compatível ou idêntico ao procedente.” (HOBBSAWN e RANGER, 2006, p. 10).

certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, numa continuidade em relação ao passado. (p. 09).

Neste sentido, a invenção das tradições pode ser vista como um processo de formalização e ritualização ao referir-se ao passado – mesmo que através da imposição da repetição. Dessa maneira, “inventam-se” com mais frequência quando padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram construídas são debilitados ou destruídos por rápidas transformações na sociedade, sendo necessários novos padrões compatíveis com as novas necessidades, quando as velhas tradições dão mostras de ter perdido sua capacidade de flexibilidade e adaptação (tornam-se obsoletas), ou ainda, quando são eliminadas de outras maneiras. Portanto, “inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta” (HOBSBAWN e RANGER, 2006, p. 12-13), sendo que “a inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se facilmente de um caráter de antiguidade²¹” (p. 13).

Tal caráter de antiguidade pode ser percebido através da utilização de elementos antigos nas tradições inventadas visto que sempre se pode encontrar um amplo repertório desses elementos no passado de qualquer sociedade. Novas tradições podem ser “enxertadas” nas velhas, podem ser inventadas com empréstimos, como, por exemplo, práticas tradicionais existentes que foram sendo modificadas, transformadas em rituais e, em seguida, institucionalizadas com o intuito de servir a novos propósitos nacionalistas.

Ao buscar situar as tradições inventadas no tempo, Hobsbawn e Ranger (2006, p. 17) as classificam em três categorias superpostas desde a Revolução Industrial:

- a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais;
 - b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade;
- e,
- c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

Importante elucidar as diferenças, que por ventura existam, entre práticas inventadas e velhos costumes tradicionais. As primeiras tendem a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, obrigações e direitos que buscam inculcar nos membros do grupo (patriotismo, dever, regras); os últimos tratam-se de práticas sociais específicas e coercitivas. Dessa maneira, pode-se dizer que as tradições inventadas são sintomas importantes e,

²¹ Ressaltando que o “passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas no tempo” (HOBSBAWN e RANGER, 2006, p. 09-10).

portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios. (Idem, p. 20). Em segundo lugar, o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado, visto que, em geral, a tradição inventada utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal. Até mesmo os movimentos revolucionários baseavam suas inovações em referência ao “passado de um povo”.

Robsbawn e Ranger (2006) ao analisar a invenção da tradição na África Colonial assim afirmam:

Os mais velhos tendiam a recorrer à ‘tradição’ com o fim de defenderem seu domínio dos meios de produção rurais contra a ameaça dos jovens. Os homens procuravam recorrer à ‘tradição’ para assegurar que a ampliação do papel da mulher na produção do meio rural não resultasse em qualquer diminuição do controle masculino sobre as mulheres como bem econômico. Os chefes supremos e aristocracias dominantes em comunidades que incluíam vários agrupamentos étnicos e sociais apelavam para a ‘tradição’ para manter ou expandir seu controle sobre os súditos. As populações nativas recorriam à ‘tradição’ para assegurar que os migrantes que se estabeleciam na área não viessem a obter nenhum direito econômico ou político (p. 261).

Ainda Hobsbawn e Ranger (2006, p. 271) atentam para o fato de como é comum o fenômeno da invenção das tradições e destacam que estas surgiram com frequência excepcional no período de 30 a 40 anos antes da I Guerra Mundial. Podem ser entendidas a partir da diferenciação entre:

a) as invenções oficiais: que também podem ser chamadas de políticas, surgidas em Estados ou movimentos sociais e políticos organizados, ou criadas por eles;

b) as invenções não-oficiais: que também podem ser chamadas de sociais, geradas por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles que cujos objetivos não eram específica ou conscientemente políticos, como clubes e grêmios, tivessem eles ou não também funções políticas.

Os autores ainda afirmam que de “acordo com a ordem natural das coisas, a consequente invenção das tradições ‘políticas’ foi mais consciente e deliberada, pois foi adotada por instituições que tinham objetivos políticos em mente” (Idem, p. 271). Entretanto, os problemas dos Estados e dos governantes passaram a se tornar mais graves na medida em que os súditos tornaram-se cidadãos e se descobriram enquanto possuidores de direitos políticos que deviam ser considerados, se agravando nos casos em que os movimentos políticos de massa “desafiavam a legitimidade dos sistemas de governo político ou social, e/ou ameaçavam revelar-se incompatíveis com a ordem do estado (sic.)” (p. 273).

Nesta discussão, a relação entre “invenção” e “geração espontânea” é algo intrigante. Sabe-se que as tradições inventadas têm funções políticas e sociais relevantes de forma que não nasceriam e nem se firmariam se não pudessem ser adquiridas. Entretanto, até que ponto estas podem ser manipuláveis? De fato, as ditas “novas tradições” atendem tanto a demanda quanto a oferta e emergem também devido à inabilidade ou a impossibilidade de se adaptar às tradições e/ou costumes antigos.

Transportando esta reflexão para o caso das identidades, Haesbaert (2008, p. 367) afirma que a re(invenção) das identidades pode ser utilizada na tentativa de legitimar novas unidades político-administrativas, pois a busca de legitimidade através de uma identidade cultural com o território pode ser decisiva na obtenção do apoio da população ao movimento, mas pode ser secundária frente aos interesses em jogo nas esferas mais amplas de decisão política.

Neste sentido, volta-se às concepções de Cruz e seu posicionamento com relação ao fato de que a identidade é estratégia e posicional e complementa-se com as proposições de Bauman (2005):

Identidade [...] Sempre que ouvir essa palavra pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega [...] A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa devoluta de ser devorado. (p. 83-84).

Nesta batalha, está envolvida uma disputa por recursos simbólicos e materiais da sociedade, onde a identidade só existe a partir da enunciação da diferença e objetiva traduzir o desejo de inúmeros grupos sociais de garantir acesso aos bens sociais, uma espécie de identidade como conflito visto que a identidade não é algo dado. Assim, a identidade e a diferença estão em estreita conexão com as relações de poder. Além disso, “o poder de definir a identidade e marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder” (SILVA, 2004, p. 81), portanto, a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Frente a tantos enquadramentos teóricos possíveis a partir do conceito de identidade, o posicionamento para a pesquisa se torna fundamental. Assim sendo, entende-se a identidade não descartando sua complexidade, mas compreendendo que justamente tal característica a torna, neste caso, adequada. Trata-se da fonte de significado e experiência de uma coletividade que permanece sempre incompleta, está sempre em processo e sendo formada, portanto, fluída. Deve ser localizada no tempo e no espaço tanto material quanto

simbolicamente, porém não deve ser reduzida a partir da mera diferença visto que é múltipla e aberta a reconstruções. Pode ser inventada, entretanto, necessita de uma ancoragem para lhe dar aparência de concretude, sobretudo, quando se tratarem de invenções oficiais com objetivos políticos em mente. É uma construção histórica, relacional e contrastiva e assume um caráter estratégico e posicional na medida em que se torna politizada indo de uma identidade de resistência para uma identidade de projeto – não sendo nunca inocente.

Nesta opção conceitual, Haesbaert (2007) chama a atenção para a grande polissemia sugerida pelos termos “identidade” e “território”, sugerindo, deveras, o emprego destes enquanto objetos de reflexão com vistas a aprofundar as análises. Reforçando neste sentido que os processos sociais contemporâneos têm colocado em questão as referências espaço-temporais das configurações identitárias e territoriais da modernidade, sendo que para o autor os princípios do mundo moderno estão pautados na “cisão da esfera cultural em domínios autônomos – os domínios ético-políticos, estético e da ciência – a ideologia laica imbricada ao princípio filosófico da liberdade e da subjetividade” (p. 09).

Dessa forma:

[...] na atualidade, a estrutura de construção identitária muda pela explosão da autonomia das esferas culturais, as ideias de Estado-Nação (e, concomitantemente, de território nacional), de classe e de indivíduo, matrizes identitárias do mundo moderno, se redefinem ou perdem parte dos papéis que antes exerciam. (HAESBAERT, 2007, p. 09).

Nesta consideração, a percepção do Estado-Nação é entendida, de um lado, frente a uma perda do poder de gestão interna e externa frente ao transpassamento das fronteiras territoriais pelos fluxos (econômicos e informacionais) e, de outro, pela reconstrução de tradições étnicas buscando uma afirmação da diferença mesmo enquanto estratégia de resistência. Emerge, nesta problematização, uma concepção de território moldada pela continuidade, fixidez e pautada nas relações definidas e estáveis com grupos identitários.

Ao buscar destrinchar o elo entre cultura e identidade para posteriormente discutir teoricamente o tema das identidades territoriais, Haesbaert (2007) propõe, como para a análise de qualquer outro conceito, vislumbrá-los não propriamente enquanto seus opostos, mas por contraste, visto que os conceitos são formados e definidos a partir de inter-relações, em termos de constelações, considerando seu caráter relacional. Nesta perspectiva, o conceito de “cultura” surge a partir do contraste com o conceito de “natureza”, ao passo que o conceito de “identidade” emerge contrastado com o conceito de “diferença”, devendo ser vistos inseridos um no outro, parcelas indissociáveis de suas próprias definições. Assim sendo, buscando

fortalecer a arquitetura teórica que visa auxiliar no entendimento das “terras de criar” e das “terras de plantar” no Contestado aprofunda-se a seguir esse caráter contrastivo dos conceitos de identidade e território.

1.3 IDENTIDADE TERRITORIAL: DE REFERENCIAL ESPACIAL À INSTRUMENTO DE REIVINDICAÇÃO POLÍTICA

Entre meados do século XIX e a década de trinta do século XX o Sistema Faxinal se consolidou, sobretudo, no estado do Paraná. Trata-se de uma singular relação destes povos com o seu território tradicional, relação esta, baseada no uso comum da terra do criadouro comunitário, no manejo equilibrado dos recursos naturais e hídricos, no uso privado da lavoura e no estabelecimento/cumprimento de normas e costumes, estes últimos como leis consuetudinárias²². São comunidades²³ rurais, presentes no bioma da Mata com Araucária, cuja organização é disposta basicamente entre “terras de plantar” e “terras de criar” onde o território se faz necessário para a reprodução social e econômica numa combinação entre o coletivo e o privado. (LÖWEN SAHR, 2005b).

Dessa maneira, é possível compreender o Sistema Faxinal através da proposição de uma “identidade territorial” ao passo que o território, neste caso, é um elemento construtor da identidade e vem sendo evocado com vistas a dar suporte a inúmeras políticas públicas.

Ao discutir as identidades territoriais a partir da comunidade local, Castells (1999) afirma que um dos debates mais antigos diz respeito ao desaparecimento da comunidade, tanto em razão da urbanização quanto da suburbanização, entretanto, acrescenta que “as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal” (p. 79). Isso se torna perceptível no caso do Sistema Faxinal que frente à necessidade de sobrevivência coletiva encontrou no agrupamento comunal, com base em um território, uma possibilidade de resistir.

²²Não escrito, fundamentado no uso, no costume ou na prática.

²³Por comunidade, neste caso, entende-se: “um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração. Não obstante, conjunto de indivíduos vivendo e interagindo dentro de um mesmo território não constituem em si mesmos comunidades – particularmente se esses indivíduos não se considerarem como tal. O que une uma comunidade não é sua estrutura, mas um estado de espírito – um sentimento de comunidade (SHORE, 1996, p. 115-116).

Nesta consideração, o ambiente construído e seu significado são engendrados frente a um processo de conflito tanto de interesses quanto de valores de atores sociais antagônicos, não restando, muitas vezes, alternativa senão “reagir com base na fonte mais imediata de autoreconhecimento e organização autônoma: seu próprio território” (CASTELLS, 1999, p. 79). Para o autor:

[...] as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos. (p. 84).

Para os atores sociais excluídos ou que tenham oferecido resistência, as comunas culturais de cunho religioso, nacional ou territorial podem ser a principal alternativa para a construção de significados na sociedade. Servem de refúgio, são defensivas, fontes de solidariedade e atuam como forma de proteção contra um mundo externo hostil e são “construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso partilhado são marcados por códigos específicos” (p. 84), que são códigos de autoidentificação, como os ícones e a geografia do local.

A construção destas comunas depende da forma de trabalhar a matéria-prima que é fornecida pela “história, geografia, língua e ambiente” (CASTELLS, 1999, p. 85), são comunidades materialmente construídas onde a etnia²⁴ – embora vista por alguns como fonte de discriminação e estigma – pode ser processada pela religião, pela nação e, pelo território, cuja especificidade tende a reforçar. Em termos de identidade, o autor acrescenta que este caso gira essencialmente em torno do princípio da identidade de resistência, entretanto, acrescenta que é possível que destas comunas surjam novos sujeitos, ou seja, agentes coletivos de transformação social possam surgir “construindo novos significados em torno de uma identidade de projeto” (p. 86). Interessante perceber como e “por que novos sujeitos podem ser formados a partir dessas comunas culturais e reativas” (idem), tais instigações são questões principais para a análise dos movimentos sociais na sociedade.

No caso do Sistema Faxinal, a organização coletiva que, num primeiro momento visava a sobrevivência vem, com o passar do tempo, se transformando em uma identidade de projeto construída, sobretudo, através da atuação dos movimentos sociais. Desta demanda por visibilidade na sociedade surge como fruto do “I Encontro Regional dos Povos e

²⁴ “A etnia, embora seja um ingrediente essencial tanto de opressão como de libertação, geralmente parece estar inserida em algum tipo de comprometimento com outras identidades comunais (religiosas, nacionais, territoriais) em vez de fomentar, por si própria, resistência ou novos projetos (CASTELLS, 1999, p. 421).

Comunidades Tradicionais”²⁵ e a “Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais”, cuja articulação não compreende só os Faxinalenses, mas também outros distintos grupos, a saber: xetá, guaranis, kaingangs, quilombolas, benzedores e benzedadeiras, pescadores artesanais, caiçaras, cipozeiras, religiosos de matriz africana e ilhéus. Como se evidencia, na busca pela reivindicação e garantia dos direitos, emergem distintas identidades e territorialidades brasileiras revelando a existência de inúmeros grupos tradicionais e a dimensão geográfica do território entra em pauta na discussão tendo em vista seu amplo emprego tanto a partir destes povos quanto a partir das políticas públicas.

Buscando compreender não meramente os aspectos subjetivos da crise de identidade, mas atendo-se também às condições objetivas que ela expressa, Haesbaert (2007) propõe uma abordagem geográfica da identidade pelo viés das chamadas identidades territoriais. O autor coloca que:

[...] nossas identidades – em seu caráter mais ou menos múltiplo – são sempre configuradas tanto em relação ao nosso passado, à nossa memória e imaginação, isto é, à sua dimensão histórica, quanto em relação ao nosso presente, ao entorno espacial que vivenciamos, isto é, à sua dimensão geográfica. (p. 34).

Esta concepção sugere um debate contemporâneo das identidades, ou seja, a partir de sua dimensão espacial ou, numa abordagem mais restrita, a territorial. Assim sendo, as identidades podem ser compreendidas através de uma espécie de “*continuum*”, indo desde as mais abertas, híbridas²⁶ e fluídas, até as mais rígidas e (re)essencializadas. E, em todas, como constituinte indissolúvel e de crescente importância tem-se o território, sendo que a grande questão é:

[...] como cada grupo social resolve essa tensão, ora apelando para o pólo da liberdade e da autonomia, através de identidades múltiplas, híbridas, sempre abertas e negociáveis, ora privilegiando o pólo da estabilidade, da fixação e do fechamento em identidades unas, ‘naturais’ e essencializadas. Nosso espaço-tempo se move hoje claramente num ir-e-vir entre estes dois pólos (HAESBAERT, 2007, p. 35).

Portanto, nas palavras de Haesbaert (2007), “no que estamos denominando aqui de identidades territoriais, escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstroem-se) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade” (p. 44), o que permite aos

²⁵ Ocorrido em maio de 2008, em Guarapuava, Paraná.

²⁶ “Os processos culturais de ‘hibridação’ (ou ‘hibridização’) implicariam, a princípio, também, territórios múltiplos, ‘híbridos’. O termo hibridismo, [...] passou de uma conotação unilateralmente negativa (sinônimo de ‘perversão’ e ‘degeneração’ – da raça) para outro extremo, de total positividade (sinônimo de caráter aberto, democrático e enriquecedor de uma cultura)”. (HAESBAERT, 2007, p. 47-48)

habitantes de um determinado território de alguma forma, se reconhecer como participantes de um espaço e sociedade comuns. O território percebido como um *continuum* envolve sempre, ao mesmo tempo:

[...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político econômico, podemos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Necessário ressaltar que toda identidade territorial é social, porém, nem toda identidade social (como o gênero, por exemplo) é territorial, visto que esta última toma o território como referencial central e definidor do grupo, sua fração do espaço geográfico (HAESBAERT, 1999). Assim:

[...] podemos afirmar que, como toda relação social, toda identidade cultural é ‘espacial’, na medida em que se realiza no/através do espaço, mas nem toda identidade é ‘territorial’, no sentido da centralidade adquirida pelo referente espacial em estratégias de apropriação, culturais e políticas, dos grupos sociais – ou seja, realiza-se claramente, neste caso, o elo entre espaço, política e cultura. (Idem, p. 44).

A efetivação da identidade territorial só ocorre quando um referencial espacial assume o papel de elemento central de identificação, quando a filiação territorial possui o potencial de ser ativada como instrumento de reivindicação política. As identidades de bairro e as identidades nacionais são exemplos, entretanto, que outros grupos ou comunidades podem “acionar identidades territoriais de acordo com as estratégias políticas em jogo, muito além do simples jogo do ‘tradicional’ das identidades territoriais ‘encaixadas’ que caracterizam o mundo estatal moderno” (HAESBAERT, 2007, p. 45). Emerge, o que o referido autor chama de “naturalização”, ou seja, o direito adquirido numa espaço-temporalidade efetiva ou completamente inventada, onde se legitima a identidade do grupo pelo laço territorial.

Neste sentido, Porto Gonçalves (2006) coloca que a “passagem de uma determinada condição social à condição de uma determinada identidade político-cultural não é automática” (p. 69), assim sendo:

[...] reconhecemos, analiticamente, que a construção de identidades territoriais envolve um movimento que vai da identidade ou território e do território à identidade. Embora na prática estejam sempre articuladas de forma concomitante e indissociável, alguns casos sugerem reconhecer o predomínio de uma direção em relação à outra, sobretudo para enfatizar o papel das representações territoriais nesses contextos. (HAESBAERT, 2007, p. 55).

A identidade territorial toma por base, num contexto complexo, alguns fatores, como: a diferenciação social, as institucionalidades, a diferenciação cultural, as divisões político-administrativas, as diferenciações econômicas e a mobilidade da população (HAESBAERT, 2007, p. 46). Nestas proposições, os fatores de diferenciação social, econômica e cultural dos espaços são vistos tanto no sentido das diferenças de grau, das desigualdades sociais e também das diferenças qualitativas, como religião, língua, etnia, entre outros. As institucionalidades e as divisões político-administrativas compõem também a densidade histórica²⁷ e o último elemento, o dos níveis da mobilidade da população vinculado ao incremento da mobilidade é essencial para o entendimento das identidades territoriais contemporâneas, visto através das “identidades territoriais no e pelo movimento” (idem).

Haesbaert (2008) coloca que uma das características das identidades territoriais é a possibilidade de serem construídas através de símbolos deslocados no tempo e até no espaço, destacando o apelo às fontes tradicionalmente mobilizadas enfatizando a importância de se considerar duas dimensões nessas análises:

a) *Histórica*: cuja memória social alicerça-se em vultos históricos representativos, forjando-se uma dimensão heróica a partir da reconstrução de um passado mítico, sendo elaborados também os signos culturais que serão enaltecidos por essa identidade territorial;

b) *Geográfica*: composta por indicadores presentes no cotidiano, na paisagem, nas riquezas naturais, num espaço de referência.

O considerar dessas duas dimensões, no caso do Sistema Faxinal, possibilita empiricamente a abordagem na medida em que permite, num primeiro momento, identificar a dimensão histórica que originou e moldou a memória social determinante para o enquadramento enquanto população tradicional e, em seguida, através da dimensão geográfica discutir os indicadores cotidianos territoriais que definiram esse espaço de referência.

Complementando o viés analítico, acrescentam-se as proposições de Cruz (2007) que na construção da identidade territorial apresenta outros dois elementos fundamentais:

a) *O espaço de referência identitária*: Trata-se do referente espacial no sentido concreto e simbólico, é o recorte espaço-temporal, onde são forjadas as práticas materiais e as

²⁷ “Ao lado da paisagem, mais ou menos carregada de atributos ‘naturais’ (em geral destacados pela abrangência de sua manifestação geográfica), temos o ‘tempo espacial’ a ela incorporado, que pode fornecer referenciais identitários não só geográficos como também históricos – ou, para sermos mais precisos, geo-históricos. A ‘densidade histórica’ dos lugares exerce assim uma influência muito relevante. O que não impede que, em lugares com menor especificidade ou ‘densidade’ histórica, esses referenciais também não sejam ‘inventados” (HAESBAERT, 2007, p. 46).

representações espaciais que “constroem o sentimento e o significado de pertencimento dos grupos ou indivíduos em relação a um território” (p. 104).

b) *A consciência socioespacial de pertencimento*: São os laços de solidariedade, pertença, unidade, de “reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território” (p. 104). Trata-se de uma construção histórica a partir das práticas e representações espaciais que envolvem tanto o domínio funcional-estratégico (finalidades) quanto a apropriação simbólico/expressiva (afinidades/afetividades).

Portanto, a identidade territorial pode surgir, ao longo do tempo, a partir da tendência de algumas organizações comunitárias em se agrupar gerando um sentimento de pertença. Esse agrupamento se dá em torno de um conjunto específico de valores e sua efetivação ocorre quando o território é visto como referencial espacial de identificação.

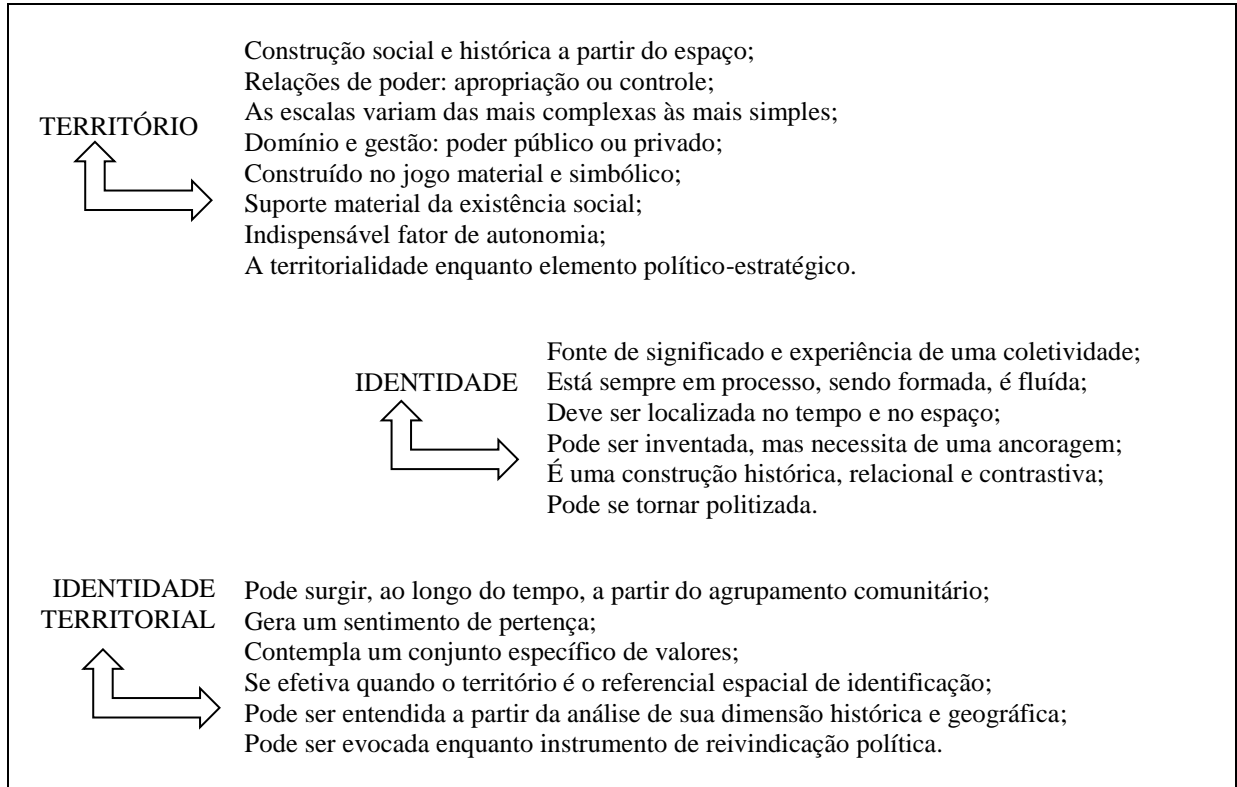
Pode ser compreendida a partir da análise das suas dimensões histórica e geográfica considerando seu espaço de referência identitária e sua consciência socioespacial de pertencimento. É evocada quando a filiação territorial possui potencial de ser ativada como instrumento de reivindicação política e toma por base alguns fatores: a diferenciação social, as institucionalidades, a diferenciação cultural, as divisões político-administrativas, as diferenciações econômicas e a mobilidade da população.

Entretanto:

O que não podemos é confundir a nossa simpatia por identidades mais abertas e plurais com a realidade efetiva de nosso entorno, que mescla uma grande heterogeneidade de manifestações. É a existência desta multiplicidade de processos de identificação e o seu convívio paradoxal que nos permite afirmar que não temos hoje, nas práticas sociais efetivas, um padrão ou uma forma geral de identidade (ou de identificação) territorial, muito menos uma direção segura e definitiva para o futuro. (HAESBAERT, 2007, p. 56).

Destacando, neste sentido, a necessidade primordial da “contextualização histórico-geográfica de cada movimento de construção identitário-territorial” (idem).

Essa conjuntura teórica pode ser sintetizada pelo Esquema 02:



ESQUEMA 02: Arranjo teórico acerca dos conceitos de território, identidade e identidade territorial.

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Considerando as inúmeras possibilidades teóricas possíveis, bem como o Esquema 02, pode-se dizer que os conceitos de território e identidade vêm se apresentando como possibilidade de análise da forma com que os distintos espaços de “criar” e “plantar” (que dão vida ao Sistema Faxinal) vêm evoluindo na região do Contestado. Tal conjuntura permite também perceber o modo com que a identidade territorial Faxinalense pode se moldar/forjar para se adaptar às necessidades contemporâneas garantindo o acesso e a preservação do elemento espacial que lhe dá suporte: o território. Neste caso, identidade e território se fundem e permitem a partir da análise de uma “identidade territorial” perceber a forma com que um agrupamento comunitário com vistas à sobrevivência coletiva gera um sentimento de pertença, um conjunto específico de valores, encontra no território seu referencial espacial de identificação e é evocada, na atualidade, enquanto instrumento de reivindicação política. Diante do exposto, e com vistas a aproximar a discussão teórica proposta com o Sistema Faxinal, se torna necessária uma discussão conceitual dos elementos identitários que compõem o Sistema a partir das contribuições de autores clássicos nesta abordagem, bem como se faz imprescindível a análise da territorialidade destes elementos apontados na região do Contestado, questões discutidas e relacionadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – DEFININDO OS ELEMENTOS TERRITORIAIS IDENTITÁRIOS DO SISTEMA FAXINAL COM BASE NAS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS CLÁSSICAS

A partir da década de 1980, no estado do Paraná, as comunidades tradicionais Faxinalenses começam a sair da invisibilidade. Pesquisas vêm, desde então, buscando compreender a origem do Sistema, perceber a racionalidade do modo de vida e definir elementos de autoidentificação. Da mesma maneira, organizações não governamentais, associações, articulações e institutos voltam seus olhares para estas comunidades apoiando as reivindicações, oferecendo suporte técnico e promovendo encontros e discussões. Não alheio às mobilizações, o Estado, por sua vez, tenta enquadrar nas categorias existentes a nível nacional e desenvolver políticas territoriais e setoriais – as quais nem sempre dão conta das especificidades e necessidades. Paralelamente, as próprias populações moradoras do Sistema Faxinal se organizam e se articulam para garantir seus direitos e se inserir nos projetos e políticas existentes, resistindo e defendendo sua territorialidade.

Neste cenário de mobilizações, para se responder à problemática posta e discutir a territorialidade dos elementos que compõem o Sistema Faxinal a partir do recorte espacial da região do Contestado, torna-se necessário definir os elementos que caracterizam o Sistema. Assim sendo, inicialmente realiza-se uma reflexão conceitual partindo dos principais entendimentos culminando com o conceito a ser adotado na Tese. Em seguida, dada a multiplicidade de olhares e considerando as inúmeras possibilidades de se compreender o Sistema, opta-se pela criação de uma proposição de identificação (sinopse) que parte das contribuições das duas autoras, que embora contemporâneas, são tidas como referências clássicas nesta abordagem: Man Yu Chang e Maria Magdalena Nerone. Apontam-se as proposições de cada obra, partindo de uma breve resenha e do elencar de elementos de identificação do Sistema percebidos durante a leitura.

2.1 SISTEMA FAXINAL – BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL

O Sistema Faxinal, característico da região Centro-Sul do estado do Paraná, tradicionalmente dividido em “terras de criar” e “terras de plantar” vêm sendo amplamente discutido a partir da década de 1980, o que resulta em conceituações e estudos de caso

específicos. Assim sendo, torna-se necessária uma análise acerca da evolução do conceito inicial e a definição do conceito a ser utilizado nesta pesquisa.

A expressão “Faxinal” é originalmente descrita por Horácio Martins de Carvalho, em 1984, sendo o criadouro comunitário seu elemento de maior importância. O autor destaca que segundo o uso regional, Faxinal quer dizer criador grande, provavelmente se referindo às pastagens naturais existentes na região e que facilitavam, pelas condições da vegetação, “a criação extensiva de animais, em particular suínos e grandes animais” (p. 16). De acordo com Carvalho (1984), originalmente Faxinal se referia ao mato denso e grosso com uma vegetação mais cerrada se comparada a outras áreas de mato mais ralo. Segundo o autor, o Faxinal era preservado para “práticas extrativistas da madeira e da erva, além de servir de espaço para a criação extensiva de animais” (p. 14). O criador comunitário era uma forma de organização consuetudinária estabelecida entre proprietários da terra para sua utilização comunal, tendo em vista a criação de animais. A área encontrava-se formada por várias parcelas de terras de distintos proprietários originando um espaço contínuo. Nesta perspectiva, nota-se o destaque à forma diferenciada da criação de animais no criadouro e às práticas extrativistas da madeira e da erva-mate.

Segundo Gubert Filho (1987), na região Sul do estado do Paraná, nas áreas de relevo suave ondulado e plano, se concentram os Faxinais, que vem a ser “áreas contíguas de matas de araucária degradadas pelo pastoreio extensivo, realizado em criadores comuns” (p. 33). Esses criadouros comunitários podem abarcar grandes áreas cercadas por arames e este ambiente florestal é marcado por espécies como a araucária, a erva-mate, a imbuia e uma série de frutíferas nativas da família das Mirtáceas. Ocorre a ocupação diferenciada das terras marcada pela visível dicotomia Faxinal-lavouras onde “até hoje encontramos a propriedade particular e uso comunal da terra em áreas de Faxinal e a propriedade e o uso particulares nas áreas de lavoura” (idem). Para o autor, “o Faxinal é complexo histórico-geográfico, sócio-cultural, econômico-político e sobretudo humano-natural” (p. 34) e para compreendê-lo Gubert Filho (1987) sugere o emprego de quatro pontos de vista: o ecológico, o econômico, o social e o político. Nestas considerações, além do criadouro e do extrativismo, as terras de plantar e seu uso particular passam a compor a definição do Sistema. Merece destaque o apontamento no sentido de que o Sistema deve ser compreendido através de uma integração entre o ambiente e as relações humanas de forma indissociável.

A economista Man Yu Chang em seu relatório técnico (1988) ressalta que popularmente o termo “Faxinal” significa mata densa, porém, ao buscar sua etimologia a palavra significa mata rala com vegetação variada e faixas de campo penetrando nas matas.

Para a autora, nestas áreas de mata mais densa é que se formaram os criadouros comunitários para o aproveitamento desses espaços conjugados, cuja característica peculiar se assenta na criação extensiva e no extrativismo da erva-mate, se constituindo na forma histórica de organização social que mais preservou as condições ambientais locais. Portanto, de acordo com Chang (1988), o Sistema Faxinal possui as seguintes características: produção animal para tração e consumo, produção agrícola para comercialização e consumo e extração da erva-mate nos ervais nativos (renda complementar).

Em termos de legislação, no estado do Paraná, em 1997, através do Decreto Estadual nº 3446/97 que cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), o Sistema Faxinal passa a ser reconhecido formalmente. Dessa forma, os municípios que contavam com o Sistema em seus territórios passaram a receber um maior percentual na distribuição do ICMS Ecológico²⁸ (Lei Complementar nº 59/91). No § 1º do Art. 1º consta:

[...] entende-se por Sistema Faxinal: o Sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas.

Nota-se nesta definição uma aproximação quanto aos elementos identitários do Sistema propostos por Chang (1988). Marques (2004) no Relatório Final de Consultoria Técnica, elaborado para o Instituto Ambiental do Paraná, destaca que “Considerou-se, para a execução das atividades, a definição apresentada no texto do Decreto Estadual nº 3.446/97, tendo em vista que o mesmo é a referência oficial que foi considerada para os objetivos desse levantamento”, portanto, o IAP compreende o Sistema Faxinal a partir dos elementos destacados no Decreto Estadual que os reconheceu no estado do Paraná. Pela Portaria nº 34, de 25 de fevereiro de 2011, o IAP complementa:

Artigo 1º: Para efeito desta portaria e com base no Decreto Estadual n.º 3.446, de 14/08/97, também são considerados Faxinalenses aqueles que vivem em criadouros

²⁸ O ICMS Ecológico é um instrumento de política pública, criado pioneiramente no Paraná, que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. As unidades de conservação são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, hortos florestais, áreas de reservas indígenas, área de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada (redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 08 de Janeiro de 1993). A Lei do ICMS Ecológico ou Lei dos *Royalties* Ecológicos é o nome que se dá à Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

comunitários, segundo as mesmas características do Sistema Faxinal, ainda que o criadouro não seja historicamente denominado Faxinal.

Entende-se por:

I) FAXINAL: território tradicional onde é praticado o sistema de produção camponês tradicional, estratégico para reprodução social de grupos culturalmente distintos dotados de identidade própria e reconhecidos como comunidades tradicionais Faxinalenses. É um sistema típico da região da Floresta Ombrófila Mista (Floresta da Araucária), que tem como traço marcante o manejo coletivo da terra e de seus recursos naturais, de modo interdependente à conservação ambiental. Fundamenta-se em: a) cultura própria, laços de solidariedade comunitária e preservação de suas tradições e práticas sociais, incluindo o controle social exercido por meio de acordos comunitários; b) criação animal extensiva (à solta) em terra comunal (criadouro ou criador comunitário); c) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas; d) produção de subsistência em quintais agroflorestais individuais (internos ao criador - Faxinal propriamente dito); e) produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização em áreas individuais externas ao criador. Também é considerado FAXINAL aquele criadouro comunitário, com as características descritas para os Faxinais, ainda que esse criadouro não seja historicamente denominado Faxinal. (IAP, 2011, Art. 1º, fl. 02).

Ao analisar o Sistema Faxinal e sua identidade, Souza (2001) caracteriza o “Faxinal” como sendo “um espaço físico natural existente no interior do criador cuja delimitação é determinada pela presença de espécies vegetais de relevante interesse econômico, como também pela disponibilidade de forrageiras nativas que atendiam a pecuária mantida no Sistema” (p. 31-32). Por criadouro comunitário, um dos principais elementos do Sistema, o autor compreende o espaço físico construído tendo por base uma relação social cuja finalidade é a organização comunitária. O mesmo autor, alguns anos após analisar a construção da identidade Faxinalense, apresenta um significado mais analítico para os Faxinais:

[...] terras tradicionalmente ocupadas que designam situações em que a produção familiar de acordo com suas possibilidades variavelmente combina apropriação privada e comum dos recursos naturais, sendo o controle e uso dos recursos considerados comuns à existência física e social - especialmente pastagens naturais, cursos d’água, subprodutos florestais – exercido de maneira livre e aberta de acordo com normas específicas consensualmente definidas pelo grupo social, circunstancialmente denominado por expressões locais, a saber: “criador comum aberto”, “criador comum cercado”, “criador criação alta” e “mangueirão”. (SOUZA, 2009b, p. 06-07).

Essa significação mais analítica proposta por Souza (2009b) insere na discussão sobre o Sistema Faxinal a questão das terras tradicionalmente ocupadas²⁹ o que aproxima ainda mais a relação entre território e identidade.

²⁹ No parágrafo 1º do Art. 231 da Constituição Federal de 1988, definem-se: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Cunha (2003) ao discutir o desenvolvimento rural e o desenvolvimento territorial tendo como estudo de caso o Paraná Tradicional afirma que os Faxinais são estruturas territoriais existentes no estado e que não receberam atenção adequada por parte dos modelos/políticas desenvolvimentistas, pois permaneceu nestas um enfoque homogeneizador “que as faziam desconsiderar os diferentes processos endógenos do desenvolvimento rural constatados regionalmente” (p. 122).

Da mesma forma, Löwen Sahr e Cunha (2005) ao analisarem o significado social e ecológico dos Faxinais na região da Mata com Araucária no Paraná definem esse Sistema como sendo “um sistema de uso integrado da terra que abrange, além da atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira, a produção de erva-mate e também a agricultura de subsistência” (p. 90). Segundo os autores, o Sistema encontra-se dividido em dois espaços: “criadouro comum” e “terras de plantar”. O primeiro, é onde a comunidade Faxinalense habita, cria seus animais e pratica o extrativismo da madeira e da erva-mate, no criadouro comum o uso da terra é coletivo, mas a propriedade da terra continua sendo privada. As terras de plantar, por sua vez, localizadas fora do criadouro comum (nas imediações) são usadas individualmente para o cultivo principalmente de milho, feijão, batata e mandioca, em geral, através da rotação de terra enquanto técnica de plantio.

Löwen Sahr (2005a) destaca que presentes no bioma da Mata com Araucária estão os povos e as terras de Faxinais. Para a autora, trata-se de comunidades “caboclas que praticam, sobretudo ao longo dos vales dos rios, um sistema de uso integrado da terra que abrange a atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira e erva-mate e também a agricultura de subsistência” (p. 53). Trata-se de uma organização baseada em terras de criar e de plantar separadas por valos/cercas que também pertenciam ao passado nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas que ainda são presentes no território paranaense. Tais considerações enfatizam a presença do ator social que inicialmente deu origem ao Sistema, ou seja, os caboclos, e destaca a presença dessa particular forma de relação com o território em toda a região Sul do Brasil, entretanto, segundo a autora, tendo desaparecido em dois dos estados da região.

A Figura 01 apresenta um perfil esquemático do Sistema Faxinal, auxiliando no entendimento visual do mesmo.

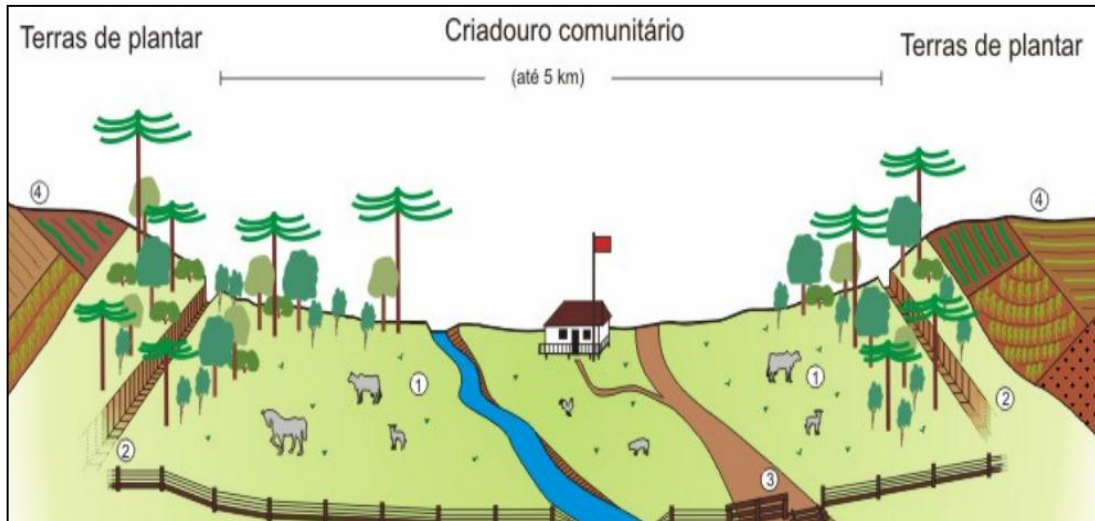


FIGURA 02: Perfil esquemático das terras de Faxinal.

Legenda: 1 – Espaço do criadouro de uso comum (residências, pastagens, Mata com Araucária e criações); 2 – Limite entre o criadouro de uso comum e as terras de plantar (cercas e valos); 3 – Estradas que atravessam o criadouro (porteiras e mata-burros); 4 – Terras de plantar (milho e feijão).

Fonte: Egger (2009, p. 22) apud. Löwen Sahr (2005a, p. 58).

Além dos elementos e espaços apresentados, Löwen Sahr (2005a) apresenta outras características do Sistema Faxinal os enquadrando enquanto populações tradicionais e territórios sociais:

- a) A associação da pecuária, da agricultura e do extrativismo em um Sistema singular;
- b) A partilha do chão com as terras de criar sendo de uso comum;
- c) A prática de uma agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais;
- d) A forte convivência e integração com o meio ambiente através da conservação da biodiversidade e de culturas de extrativismo;
- e) A existência de uma história e uma cultura própria;
- f) A preservação e o respeito as suas tradições e aos seus costumes;
- g) Apresentam uma vida comunitária, solidária e de união.

A mesma autora, em 2008, ao analisar a forma com que estas populações tradicionais se inserem no espaço social brasileiro, discute a forma com que estas mantêm fragmentos das tradições do passado ao mesmo tempo em que revelam adaptações flexíveis a processos externos e modernizadores. Quanto a estes processos externos a que foram submetidos, Löwen Sahr (2008) destaca: a) O sobreuso dos recursos naturais; b) A integração à agroindústria fumageira e ervateira; c) O acolhimento a atividades turísticas e educativas; d) A conversão à agricultura orgânica; e) A criação de Unidades de Conservação.

Com o intuito de mais bem compreender a dinâmica do “mundo Faxinalense” no que diz respeito aos elementos de permanência do “mundo tradicional” bem como dos elementos novos resultantes da “racionalidade moderna” dos Faxinais, Lowen Sahr (2008) propõe uma reflexão acerca dos *componentes* e *campos* que existem e atuam nestes espaços. O Quadro 01 apresenta estas considerações e permite notar a dinamicidade destas comunidades.

CAMPOS	COMPONENTES
CAMPO A Elementos resistentes a processos modernizadores	“a criação tradicional de animais à solta permanece, e com elas as cercas/valos que delimitam os criadouros. As cercas/valos, entretanto, outrora confeccionados com madeira, vêm sendo substituídas por telas de arame, que garantem facilidade na manutenção, além de custos mais baixos” (p. 222).
CAMPO B Componentes de mediação entre modernização e tradicionalismo	Igreja: permanência de manifestações religiosas distintas da católica; modernização de cultos/rituais religiosos católicos. Escola: conhecimentos passados de geração à geração convivendo com escolas urbanas e descontextualizadas da realidade faxinalense. Posto de saúde: Ofícios tradicionais (benzedeiros, curandeiros) integrados ao Sistema de Saúde Público. Meios de transporte: Carroças convivendo com carros e tratores.
CAMPO C Elementos dinâmicos e modernos	Casas dos moradores: Substituição das moradias de madeira por alvenaria. Estabelecimentos comerciais: Antigos bares diversificam suas ofertas de venda (produtos industrializados).
CAMPO D Componentes de retraditionalização	Faxinais que se integram a atividades de caráter turístico/educativo, mantendo, por exemplo, antigos barbaquás (para demonstração, não produção). Comunidades que se dedicam a agricultura ecológica e se organizam em cooperativas.

QUADRO 01: A integração nos “mundos Faxinalenses”: Componentes e campos. Fonte: Löwen Sahr (2008). Organizado pela autora, 2014.

Dessa maneira, é possível perceber que o Faxinal, enquanto remanescente de uma antiga prática agrosilvopastoril, vêm se adaptando aos processos modernizadores, conciliando e buscando acompanhar essa dinâmica.

Através da reflexão construída em sua Tese de doutoramento em História, Nerone (2000) compreende o Sistema Faxinal como sendo: “[...] uma forma de organização rural que apresenta os componentes produtivos: produção animal (no espaço coletivo, criadouro comum), produção agrícola e extração da erva-mate” (NERONE, 2000, p. 62). Tal entendimento baseia-se inicialmente nas proposições de Chang (1988), entretanto apresenta outros elementos que auxiliam na definição do Sistema. Nerone (2000) acrescenta que:

A comunidade habita a área do criadouro comum, a qual é indivisa e que oferece uma paisagem peculiar. As moradas possuem, na sua maioria, uma cerca ao redor, a qual delimita cada residência e seus espaços contíguos, como o quintal, o jardim, o

pátio. Essa cerca separa esse conjunto de outros espaços que também integram a morada, denominados de mangueiras ou mangueirões, locais de engorda de porcos ou cativeiro para animais daninhos. Muito embora o espaço físico seja organizado coletivamente para a criação de animais, há que se respeitar a propriedade particular, dessa forma, apenas o proprietário da terra pode extrair a erva-mate, a lenha ou qualquer arbusto de sua terra (p. 65).

Assim sendo, Nerone (2000) salienta elementos que diferenciam os Faxinais de outros espaços rurais (socioespaciais): a distinção entre as terras de plantar e as terras de criar; a diferenciação entre propriedade e uso das terras; e os sistemas de cercas, porteiras e mata-burros. Salienta ainda os elementos socioculturais: o uso coletivo da terra, as relações de compadrio e mutirão, a medicina e a religiosidade popular.

Tavares (2008) coloca que a gênese do Sistema Faxinal encontra-se na aliança entre índios fugitivos do sistema de peonagem (das missões ou reduções jesuíticas e dos aldeamentos), da escravidão (dos bandeirantes paulistas) e dos negros africanos fugitivos, que se dispersaram e formaram quilombos. Enquanto elementos fundantes do Sistema no início do século XVII, o autor define “a junção da prática de terras de uso comum dos índios, a prática da criação de animais dos negros africanos, mais a prática da extração da erva-mate por ambos os sujeitos sociais” (p. 384). Tavares (2008) destaca a contribuição significativa dos imigrantes europeus (especialmente ucranianos e poloneses) e de uma fração de camponeses que participaram da Guerra do Contestado na consolidação do Sistema. Estes dois últimos apontamentos, quanto à imigração e à Guerra do Contestado, enfatizam duas importantes considerações acerca do Sistema, ou seja, a consolidação a partir da chegada da imigração e dos povos fugidos desta mesma Guerra.

Inseridos na Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses³⁰ e apoiados pelo projeto “Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil”³¹, os Faxinalenses participaram do mapeamento participativo que culminou com a publicação do fascículo de número 03, intitulado “Faxinalenses no Setor Sul do Paraná” elaborado no ano de 2008. Nesta publicação eles puderam contribuir definindo, a partir de sua vivência e percepção, o Sistema Faxinal. De acordo com o depoimento de Antônio Miguel Rodrigues de Lima, morador do Faxinal dos Seixas, município de São João do Triunfo – PR:

³⁰De acordo com o Valdinei Stresser, morador do Faxinal Taquari/Rio Azul – PR: “A Articulação é muito importante porque não é povo de uma só comunidade, só de um Faxinal, são de vários, da região inteira, do Paraná, do Brasil, e é reivindicação pro governo federal e estadual para que o povo possa ser reconhecido, pra que onde se preserva, onde se fala muito em meio ambiente, e nos Faxinais a maioria são pequenas propriedades, e é ali onde se preserva o meio ambiente (sic)” (ARTICULAÇÃO PUXIRÃO, 2008, p. 09).

³¹Projeto coordenado pelo antropólogo Alfredo Bueno Wagner de Almeida, sede em Manaus – AM. Informações, publicações e outros projetos em: www.novacartografiasocial.com

No meu entender acho Faxinal é um lugar onde tem a criação solta, onde você pode trabalhar em comunhão, tudo junto, tudo unido, faz o puxirão pra trabalhar na cerca, onde é tudo cercado, você tem cabrito, porco, gado, galinha ali é tudo solto, então acho que isso aí pra mim é um Faxinal onde tem união, você pode trabalhar unido, todo mundo tem sua criação, tem sua terra ali, chegar ser isso aí um Faxinal. Como que é o uso da terra no Faxinal? O uso da terra no Faxinal é todo mundo tem um pedacinho, lá o que é sem-terra planta na terra do outro, se puder pagar um aluguel paga, se não puder não tem problema, desse jeito que usa, a criação também pisa na terra de todo mundo, não tem divisão, solto mesmo o uso da terra. (sic). (LIMA apud ARTICULAÇÃO PUXIRÃO, 2008, p. 02).

Dessa forma, dentre tantas possibilidades conceituais possíveis, convém destacar que, na presente pesquisa trabalha-se com o conceito de “Sistema Faxinal”, inicialmente proposto por Chang (1988) e mais tarde complementado por Nerone (2000) cuja característica principal é a separação entre “terras de criar” e “terras de plantar”. Primeiramente parte-se de elementos socioeconômicos presentes no território: produção animal, produção agrícola e coleta da erva-mate, em uma escala regional, ou seja, na região do Contestado, para, em seguida, após sobrepor tais elementos mais abrangentes, utilizar dos elementos identitários socioespaciais e socioculturais propostos por Nerone (2000) para analisar casos específicos, na escala das comunidades.

A escolha dos conceitos clássicos, que se baseiam nos elementos tradicionais do Sistema, permite buscar as singularidades do Faxinal, o que se torna importante na investigação de sua presença em terras catarinenses, mais especificamente na região do Contestado, onde estes ainda não foram identificados e/ou sistematizados. Parte-se de Chang (1988) e Nerone (2000) pelo fato de se considerar estas pesquisas como ponto de partida para o entendimento dos elementos que compõem o Sistema Faxinal e também em função da necessidade da elaboração de escalas de análise.

2.2 OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS SOCIOECONÔMICOS APONTADOS POR CHANG³²

Publicada na década de 1980, a pesquisa de Man Yu Chang sobre o Sistema Faxinal surgiu ligada ao Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PRORURAL), evidenciado entre 1982 e 1984, o qual objetivava abordar os problemas econômicos e sociais das formas de organização camponesa do Paraná. Para a autora, o que torna o Sistema Faxinal atípico é

³² CHANG, M.Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. (Boletim Técnico, número 22).

sua forma de organização que “se distingue das demais formas camponesas de produção no Brasil pelo seu caráter coletivo no uso da terra para a produção animal” (p. 14). Esta instância comunal é consubstanciada na forma de criadouro comum, que é o espaço onde os animais são criados à solta. Importante destacar que:

Os termos Faxinal e Sistema Faxinal são a rigor diferentes. Faxinal é a terminologia dada a um tipo de vegetação. Já o Sistema Faxinal, é uma forma particular de organização econômica onde há um aproveitamento econômico integrado desta mata às áreas circunvizinhas. Entretanto, o costume regional estendeu o significado da palavra Faxinal tanto para o criadouro – o uso desta mata, como para o Sistema Faxinal – a forma de organização particular (CHANG, 1988, p. 13 – rodapé).

A autora tem como preocupação central, no decorrer do texto, responder a questões básicas como: o que é o Sistema Faxinal, qual sua origem e racionalidade, quais são os mecanismos internos de funcionamento, quais os motivos da desagregação e quais as forças econômicas e sociais em jogo nesse processo.

Ao analisar “A gênese dos Faxinais na formação econômica e social do Paraná Velho”, Chang (1988) ateu-se à compreender seu significado econômico e social, bem como, seus mecanismos internos de funcionamento recorrendo à metodologia da investigação histórica. Para tanto, analisou os ciclos econômicos do estado do Paraná (auges e declínios), as condições físico-naturais do espaço, as bases produtivas e a economia ervateira. As análises vão desde o processo de preação dos índios, das influências do tropeirismo e da imigração até a definição de uma nova identidade para o Sistema. Considerando “O modelo de desenvolvimento econômico dos anos 60 e suas implicações no campo”, Chang (1988) trata de um novo modelo e do papel que cada segmento social desempenhou neste processo a partir de uma análise sob a perspectiva histórica e do enfoque das classes sociais. O privilégio ficou por conta da “análise teórica das transformações da produção camponesa dentro do contexto da modernização agrícola” (p. 16). A autora aborda ainda as determinantes da modernização agrícola nos anos 1960, a diferenciação dos pequenos produtores na política dessa modernização e as transformações da produção camponesa nesse quadro.

O terceiro e último capítulo do livro de Chang (1988) apresenta as especificidades do processo de desagregação do Sistema Faxinal sustentando a análise a partir da questão da técnica, do papel do Estado, da relação entre o aumento da produção agrícola e do esgotamento dos recursos naturais, da questão da terra, das leis federais e municipais, dos conflitos e das dificuldades. Ao tratar do processo de dissolução desse Sistema no Centro-Sul do estado do Paraná, a autora aponta o capitalismo e a modernidade como principais causas,

sustentando a hipótese de que o Sistema Faxinal estaria em desagregação, o que para a autora ocorreria através de um processo gradual de duas vias: abandono da criação à solta e a venda de terrenos dentro dos criadouros para empresas rurais do agronegócio.

Especificamente sobre a gênese dos Faxinais, Chang (1988) coloca que a formação destes se deu devido à combinação de dois fatores: um quadro favorável de condicionantes físico-naturais (Matas Mistas) e um conjunto de fatores econômicos favoráveis do fim do século XIX (produção ervateira). Assim sendo, o Sistema assenta-se em três elementos principais: produção animal para consumo, produção agrícola para comercialização e consumo e extração da erva-mate (renda complementar):

A semelhança dos demais sistemas de produção familiares, o Sistema Faxinal apresenta também os seguintes componentes: produção animal – criação e animais domésticos para tração e consumo com destaque às espécies equina, suína, caprina, bovina e aves; produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para abastecimento familiar e comercialização da parcela excedente, destacando as culturas de milho, feijão, arroz, batata e cebola; coleta de erva-mate – ervais nativos desenvolvidos dentro do criadouro e coletados durante a entressafra das culturas, desempenhando papel de renda familiar (CHANG, 1988, p. 13 – grifos da autora).

A produção animal se dava dentro do criadouro comunitário, nas “terras de criar”, definido por cercas coletivas, sendo que ao seu redor ficavam as “terras de plantar”. Esse criadouro, de uso comum, era composto de propriedades privadas e as cercas eram construídas de maneira coletiva, prevalecendo o princípio da solidariedade e dos interesses mútuos. O espaço do criadouro se sustentava sobre três pontos: a propriedade da terra (patrimônio), a construção da cerca (mão de obra e material) e o zelo da mesma (cuidado e mão de obra).

Acerca da exploração dos ervais nativos dentro do criadouro, Chang (1988) acrescenta que esta atividade associada à agricultura trouxe prosperidade a vários municípios ervateiros que tiveram também a colaboração de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos no processo. Dessa forma, sustenta a tese de que “o mate foi o principal fator de colonização e povoamento da região das matas mistas, da segunda metade do século passado [século XIX] às três primeiras décadas deste [século XX]” (p. 33). Nessa região encontravam-se os mais densos ervais nativos, que explorados fizeram ressurgir o comércio, introduziram novas tecnologias e contribuíram para transformar as relações de produção³³. Chang (1988) destaca

³³ “O curto período (de março a agosto) requerido para a coleta da erva, e a não existência de outras atividades rendosas que mantivessem ocupada a força de trabalho nos meses restantes, conduziram ao assalariamento temporário da força de trabalho, reforçando a implantação do modo capitalista de produção” (CHANG, 1988, p. 33).

ainda que os “municípios de maior concentração do mate coincidem exatamente com os municípios onde apresentam o Sistema Faxinal” (p. 49).

No Sistema Faxinal quando se finda a colheita do mate a população volta-se para a agricultura de subsistência através do preparo das roças. Essa agricultura de subsistência consiste “numa policultura alimentar na qual destacavam-se as culturas de feijão, milho, arroz, batata, mandioca e cevada” (CHANG, 1988, p. 64), cujas práticas envolviam, o pousio geralmente associado ao uso do fogo e a rotação de terras. Assim sendo, Chang (1988) acredita que as condicionantes físicas e naturais da região contribuíram decisivamente para a expansão do Sistema. Trata-se da região que a autora define como sendo o Paraná Velho³⁴, mais especificamente a região Centro-Sul do estado onde se verifica as áreas de Matas Mistas com campos, na qual se tem a presença notável das Araucárias e dos ervais nativos.

A atividade pecuária também é uma forte marca regional. Chang (1988) coloca que essa atividade só ganhou dimensão e feição em resposta à descoberta de ouro em Minas Gerais no final do século XVII cujo principal problema enfrentado era o dos transportes – o que só era possível no lombo dos animais. A partir da abertura da estrada do Viamão (1730) conectando os campos de criação de Vacaria (RS) a Sorocaba (SP) inaugurou-se a era do tropeirismo e inegável é sua contribuição para a organização econômica e espacial da região Centro-Sul do Paraná, desenvolvendo o comércio, aumentando a produção agrícola e dando origem a povoados. Nessa região, de travessia obrigatória, existia a erva-mate nativa e é nela que se deu a formação de comunidades no Sistema Faxinal. De toda a atividade pecuária/tropeira, interessa muito a produção animal de subsistência, notadamente a suinocultura extensiva cuja característica mantém grande identidade com a criação de porcos do Sistema Faxinal (p. 25), uma vez que essa produção animal de subsistência tinha um peso significativo no orçamento familiar e atendia, sobretudo, ao consumo local de carne e banha (rebanho miúdo) e ao transporte de cargas e pessoas e a aração (rebanho graúdo).

Essa região era povoada inicialmente por um grupo cultural distinto, os caboclos. Para Chang (1988) o elemento caboclo consiste em “um grupo étnico numericamente considerável na estrutura social nas comunidades do tipo Faxinal, são descendentes, miscigenados ou não com lusos e imigrantes europeus, dos primeiros escravos índios” (p. 18). Consistem na população local e também são chamados de brasileiros, sendo que muitos “brasileiros na região dos Campos, principalmente os caboclos, começaram a sentir-se ‘apertados’ com a

³⁴ “O Litoral paranaense juntamente com a região Centro-Sul formam o que se convencionou chamar de Paraná Velho por serem as primeiras regiões a serem ocupadas na colonização da Província” (CHANG, 1988, p. 16).

chegada dos colonos” (p. 39), isso devido às cercas postas por todos os lados com as quais não estavam acostumados.

Os imigrantes tiveram importante relação com o Sistema Faxinal. A leva que chegou ao estado do Paraná e mais especificamente nas matas do Vale do Iguaçu chegou por volta de 1890 a 1910. Eles tinham, segundo as autoridades “a missão de compensar o atraso e as técnicas elementares utilizadas pelo elemento local, ou seja, o caboclo” (CHANG, 1988, p. 34), entretanto, devido às distintas condições físico-climáticas e as precárias condições infraestruturais de produção e mercado, além da falta de apoio oficial, “os imigrantes ao invés de renovarem as técnicas, foram obrigados a se adaptarem às condições oferecidas, adotando as técnicas locais de produção” (idem).

Exemplo claro disso é a adoção, por parte dos colonos imigrantes, da construção dos criadouros comuns, o que trouxe segurança quanto à invasão dos animais nas lavouras, visto que, cercar as lavouras (pela extensão) ou continuar matando os animais criados soltos pelos vizinhos era impraticável.

Assim, o uso coletivo da terra beneficiava a todos e só podia ocorrer, como de fato, ocorreu, “a multiplicação e proliferação de criadouros comuns por toda a região que apresentasse condições materiais e sócio-econômicas semelhantes” (CHANG, 1988, p. 39). Portanto, “pode-se dizer que os colonos, principalmente poloneses, tiveram grande contribuição na formação dos criadouros comuns e por tabela do Sistema Faxinal” (p. 40), não sendo os idealizadores do Sistema, mas porque sua participação na produção local provocou uma dinamização na estrutura social e econômica regional.

Em sua pesquisa, Chang (1988) analisa ainda a transição do Sistema Faxinal e coloca que o pleno desenvolvimento deste atinge seu auge por volta dos meados do século XIX, sendo que a “partir desse período, as forças econômicas que desencadeariam o processo de dissolução do Sistema Faxinal já se faziam presentes” (p. 67)³⁵.

Dessa maneira, percebe-se a partir de Chang (1988) que a presença da Mata Mista como condicionante físico-natural e, dos caboclos associados aos imigrantes (sobretudo eslavos) como condicionantes humanos, são os principais elementos identitários do Sistema Faxinal. Derivam destes, o uso coletivo da terra para produção animal (sobretudo suínos), a produção agrícola baseada na policultura alimentar de subsistência (abastecimento familiar e venda de excedente) e a coleta de erva-mate nos ervais nativos, além da nítida separação entre terras de criar e terras de plantar.

³⁵ Neste momento, interessa somente a definição dos elementos que caracterizam o Sistema, seu processo de desagregação será discutido adiante.

2.3 OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOCULTURAIS NA PERSPECTIVA DE NERONE³⁶

A tese de Maria Magdalena Nerone (2000) construída empiricamente a partir do Faxinal de Marmeleiro de Baixo, localizado no município paranaense de Rebouças, extrapolou a coleta de dados empíricos e se inscreveu num processo de mediação entre as autoridades do município e a referida comunidade. Seu método de trabalho, baseado na História Oral e com contribuições da Sociologia e da Antropologia, buscou elaborar não só o resgate histórico como também compreender o modo de vida e as experiências cotidianas, contribuindo assim com o debate acerca da temática e dando visibilidade a estes múltiplos e singulares espaços tradicionais.

A autora compreende o Sistema Faxinal como sendo: “[...] uma forma de organização rural que apresenta os componentes produtivos: produção animal (no espaço coletivo, criadouro comum), produção agrícola e extração da erva-mate” (NERONE, 2000, p. 62). Tal entendimento baseia-se inicialmente nas proposições de Chang (1988), entretanto apresenta outros elementos que auxiliam na definição do Sistema. Nerone (2000) acrescenta que:

A comunidade habita a área do criadouro comum, a qual é indivisa e que oferece uma paisagem peculiar. As moradas possuem, na sua maioria, uma cerca ao redor, a qual delimita cada residência e seus espaços contíguos, como o quintal, o jardim, o pátio. Essa cerca separa esse conjunto de outros espaços que também integram a morada, denominados de mangueiras ou mangueirões, locais de engorda de porcos ou cativeiro para animais daninhos. Muito embora o espaço físico seja organizado coletivamente para a criação de animais, há que se respeitar a propriedade particular, dessa forma, apenas o proprietário da terra pode extrair a erva-mate, a lenha ou qualquer arbusto de sua terra (p. 65).

Ao discutir as “Origens do Sistema Faxinal: da península Ibérica ao Paraná”, a autora analisa a propriedade comum e o processo colonizador ibérico, destacando a organização comunitária, bem como, o aproveitamento coletivo de alguns espaços na Espanha e em Portugal. Coloca que a lógica do uso das terras no Sistema Faxinal não se constitui em um modelo tradicional brasileiro, supondo que sua gênese estaria ligada a uma herança Ibérica

³⁶Tese de doutorado em História apresentada no ano de 2000 ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. Este estudo integrou o conjunto de investigações da Linha de Pesquisa Movimentos Sociais. Referência completa: NERONE, Maria Magdalena. **Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997.** 2000.286f. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo, 2000. Tal tese está no prelo para ser publicada na forma de livro pela Editora UEPG.

adaptada às condicionantes físico-naturais do Sul do Brasil, inicialmente implantado nas reduções jesuíticas.

Sobre “A posse e o uso da terra no sistema Faxinal”, Nerone (2000) discute aproximações entre as abordagens clássicas do Sistema, com base em Man Yu Chang e Francisco Gubert Filho³⁷. Aponta e analisa os principais elementos que caracterizam sua lógica e o diferencia dos outros espaços rurais: o uso coletivo da terra, as terras de plantar e as terras de criar, a propriedade no Faxinal, a habitação e o domínio – elementos estes pormenorizados pela autora. Quanto à “Organização e trabalho comunitário e doméstico no Faxinal”, propõe uma análise das relações de compadrio, a hierarquia das relações sociais, o papel dos benzedores, parteiras e da medicina popular, os mutirões, os hábitos alimentares e as atividades/tarefas rotineiras.

Da mesma maneira, o “viver” no Faxinal é evidenciado por Nerone (2000) a partir da análise da “Sociabilidade e manifestações culturais e religiosas”. As festas e o folclore são retratados a partir dos cultos e referências a São Sebastião, Divino Espírito Santo, São Gonçalo, Nhá Bilísia, São João e na vivência dos fandangos. Trata-se de uma organização complexa, que para a autora, tem raízes portuguesas. Nerone enfoca a desagregação do Sistema Faxinal, perpassando pelo antigo e pelo novo, analisando os mecanismos de desagregação e resistência os quais chama de “cercas”, ou seja, as cercas de dentro (internas ao Sistema) e as de fora (pressões externas). As tradições mantidas e/ou reinventadas, bem como, as rupturas também são discutidas juntamente com a questão jurídica do processo de desarticulação – evidenciando ainda as relações ambientais neste processo de desestruturação.

Acerca das relações sociais, Nerone (2000) coloca que estas são baseadas nas relações de compadrio, as quais não eram simplesmente atos pessoais que solidificavam amizades e compromissos, eram também relação de poder que permitiam o rompimento “aparente de barreira entre as diversas categorias sociais, não só entre os homens, mas também entre as mulheres, e determinava entre as comadres certas normas de conduta” (p. 99). Dessa maneira, o compadrio “escondia, sob a aparência de uma consciência niveladora e de uma associação moral, uma estrutura de dominação entre os proprietários e não proprietários” (p. 99).

Essas relações formais e informais definiam papéis, direitos e deveres o que acabava por formar um grupo solidário que primava pelo respeito e pela consideração mútua, tendiam, assim, a dirimir as distâncias sociais, nivelar as pessoas e prezar por um trato igualitário. Para a autora o viver no Faxinal “sempre esteve bem evidente a ligação simbólica com a terra, da

³⁷GUBERT FILHO, F. A. Faxinal: estudo preliminar. **Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente**. Curitiba: ITCF, nº01, a.2, p. 32-40, agosto de 1987.

qual se extrai direta ou indiretamente a subsistência e onde é forjada a forma de ser e existir dos seus membros” (Idem, p. 102). Sob o espírito comunitário desenvolvem-se nos Faxinais os chamados “puxirões”, também chamado de “pixirum” ou “pitoco”. Trata-se de uma manifestação de solidariedade envolvendo o trabalho comunitário, que não tinha data pré-fixada e surgia da necessidade do trabalho com a roça (capinagem, roçado, semeadura, colheita), da manutenção das cercas e dos portões. Após cumprir sua função social, agregado ao trabalho vinha o lazer: o dono do convite oferecia alimentação, música e baile.

Nesta vivência, as cercas coletivas e os portões do criadouro foram soluções estabelecidas por acordos individuais, de uma experiência de sociabilidade comunitária consistente, cuja racionalidade perdura a mais de um século, “permitindo o surgimento de uma tradição em que o coletivo e o individual se fundem, originando um fundo comum, um verdadeiro patrimônio cultural” (Idem, p. 167) marcado por um equilíbrio social e ecológico. Acerca dos tipos de propriedade no Sistema Faxinal, Nerone aponta que são seis os tipos existentes: as terras de criar (criadouro coletivo), as terras de plantar, as benfeitorias construídas e existentes, a propriedade das lavouras, da criação e a propriedade da floresta. Tais posses originam dois tipos gerais de grupos diferenciados: os proprietários e os usuários.

A Tese de Nerone (2000) consiste de um esforço no sentido de problematizar essas comunidades frente ao seu contexto histórico e social, considerando as particularidades regionais, neste caso, a das populações tradicionais. A partir desta leitura é possível complementar os elementos que caracterizam o Sistema Faxinal, apontados por Chang (1988) e percebê-los considerando as abordagens clássicas acerca de seus principais componentes. Dessa maneira, Nerone salienta elementos socioespaciais que diferenciam os Faxinais de outros espaços rurais: a distinção entre as terras de plantar e as terras de criar; a diferenciação entre propriedade e uso das terras; e os sistemas de cercas, porteiras e mata-burros. Salienta ainda os elementos socioculturais: o uso coletivo da terra, as relações de compadrio e mutirão, a medicina e a religiosidade popular.

2.4 SINOPSE DOS ELEMENTOS TERRITORIAIS IDENTITÁRIOS DO SISTEMA FAXINAL: DA INTERFACE CONCEITUAL AOS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Aproximando a interface conceitual desenhada com as proposições anteriores acerca do Sistema Faxinal percebe-se que este último é uma produção a partir do espaço cujo

território gerado é o resultado de uma ação conduzida por atores que ao se apropriarem deste espaço o territorializam. Ainda quanto à construção do território do Sistema Faxinal, destacam-se as relações sociais e históricas, ou seja, relações de poder que se estabeleceram a partir de situações e contextos vividos, visto que o território é o espaço construído no e pelo tempo, sendo produto de relações cotidianas que incluem também a dimensão política.

O conceito território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar visto que está ligado à ideia de domínio ou gestão de uma determinada área e assim afirma-se que no caso do Sistema Faxinal, o conceito de território é mais comumente aplicável tendo em vista justamente a dimensão política que o envolve. Neste sentido, os elementos básicos que compõem o Sistema Faxinal podem ser evidenciados e discutidos a partir de sua territorialidade, a qual existe efetivamente e pode se apresentar como uma estratégia político-cultural onde a análise da territorialidade da produção animal, da produção agrícola e dos ervais através da relação sociedade-espaço-tempo possibilita perceber a forma com que o Sistema Faxinal foi se desenvolvendo e também se desarticulando nos diferentes locais onde se fez presente.

Pode-se perceber a partir dessas considerações que o território é o suporte material da existência coletiva e funciona como catalisador cultural-simbólico, sendo indispensável fator de autonomia, podendo se falar inclusive da construção de uma imagem do território, neste caso do território do Sistema Faxinal. Tal imagem é advinda de uma análise dos tempos, das memórias, dos imaginários territoriais e das relações de poder e conflito, ou seja, da “cotidianidade”. Dessa forma, o território pode ser visto como o espaço apropriado e ocupado por um grupo social onde os atributos naturais se somam aos atributos socialmente construídos. Emerge, assim, um território construído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico e com grande valoração por parte de seus habitantes.

Assim sendo, o viver no Faxinal, a ligação simbólica com a terra e o espírito comunitário são fortes elementos dessa identidade coletiva. Entretanto, neste caso de comunidades locais é importante perceber que estas constroem abrigos, mas não paraísos, servem de refúgio, porém o conflito de interesses e de valores, sobretudo partindo de atores sociais antagônicos, sempre se faz presente. Dessa forma, a identidade enquanto fonte de experiência e significado de uma coletividade, no Sistema Faxinal, apresenta-se inicialmente enquanto uma identidade de resistência.

Na concepção que parte das identidades territoriais, o elemento constituinte indissolúvel e de crescente importância é o território – que age como referencial central e definidor do grupo. Assim sendo, a sinopse desenhada para a presente abordagem considera

os elementos identitários do Sistema Faxinal como aqueles que se ligam diretamente com o território. É importante destacar a diferenciação metodológica entre os estudos de Chang (1988) e Nerone (2000). O estudo de Chang abrange todos os Faxinais paranaenses na época, apresentando uma caracterização mais abrangente, ao passo que o estudo de Nerone aprofunda a análise a partir do Faxinal Marmeleiro de Baixo, no município de Rebouças – PR. Dessa forma, metodologicamente parte-se dos elementos apontados por Chang para reconstruir a história do Contestado, salientando a presença (ou não) dos elementos que caracterizam o Sistema Faxinal para, em seguida, partir da sobreposição destes elementos selecionar comunidades para buscar os elementos apontados por Nerone – que não podem ser detectados na escala regional, somente na escala da comunidade.

Relevante destacar que, possivelmente, na porção catarinense do Contestado pode haver Faxinais desagregados e extintos uma vez que já foram identificados tais casos na porção paranaense. Outra possibilidade é a de que o Sistema Faxinal não tenha existido no lado catarinense, entretanto, acredita-se, com base na literatura e nas características físico-naturais e humanas (em termos de ocupação e colonização), que o mesmo também tenha feito parte da dinâmica de ocupação neste estado. O que pode ocorrer é que Santa Catarina não tenha desenvolvido uma política pública que dê visibilidade aos povos moradores do Sistema Faxinal, hoje rotulados de “tradicionais”. Portanto, a busca pelos elementos que compõem o Sistema Faxinal se concentrará na porção do Contestado localizada tanto no estado de Santa Catarina, como no estado do Paraná. Neste último, os Faxinais já são reconhecidos por dispositivos legais e existem levantamentos e estatísticas temporais que permitem identificá-los.

A EMATER realizou no ano de 1994 o primeiro levantamento³⁸ numérico sobre o Sistema Faxinal no Estado do Paraná contemplando um total de 25 (sic)³⁹ municípios. De acordo como o estudo, foram contabilizados 118 Faxinais, um total de 38.224 pessoas que ocupavam uma área de 43.620,35 hectares descontínuos (SOARES, 2012). Souza (2009a) destaca que existem poucas informações que descrevem o modo como se processou esse

³⁸ Metodologia empregada: Toma como base dois conceitos “Faxinal e criadouro comum”, aponta, sobretudo, características físico-espaciais. Segundo a EMATER (1994, s/p.) “criadouro comum é o espaço de uso comum (terras de criar), com cercas coletivas, onde animais circulam livremente e onde se localizam as moradias”. E “Faxinal é um tipo de vegetação própria da região Centro-Sul composta por: pinheiro, erva-mate, imbuia, canela, murta, e outros. Local historicamente utilizado como criadouro comunitário”. Foram aplicados questionários, nas 116 comunidades, que objetivavam perceber a existência do Faxinal, levantaram-se inicialmente aspectos quanto aos conceitos, em seguida aspectos quanto à identificação do Faxinal (número de famílias, propriedades, área do criadouro, plantações, criações, extrativismo e infraestrutura).

³⁹ No texto de Soares (2012) são mencionados 25 municípios, entretanto, no quadro organizado por este autor aparecem apenas 24. Acredita-se que o município faltante seja Boa Ventura de São Roque, que reaparece mais tarde no levantamento da EMATER (2004).

levantamento e que a pesquisa “tinha como propósito o ‘cadastramento’ dos Faxinais buscando avaliar sua situação fundiária, aspectos produtivos e sociais” (p. 24).

Os dados foram sistematizados por Soares (2012) e organizados no Quadro 02.

DISTRIBUIÇÃO DOS FAXINAIS POR MUNICÍPIO – EMATER (1994)

1- Município de Agudos do Sul: (05);	13- Município do Piên: (03);
2- Município de Antônio Olinto: (04);	14- Município de Pinhão: (03);
3- Município de Fazendinha: (01);	15- Município de Pitanga: (01);
4- Município de Guaraniaçu: (01);	16- Município de Ponta Grossa: (07);
5- Município de Imbituva: (03);	17- Município de Prudentópolis: (13);
6- Município de Inácio Martins: (08);	18- Município de Quitandinha: (06);
7- Município de Irati: (01);	19- Município de Rebouças: (06);
8- Município da Lapa: (02);	20- Município de Rio Azul: (06);
9- Município de Mallet: (02);	21- Município de São João do Triunfo: (04);
10- Município de Mandirituba: (13);	22- Município de São Mateus do Sul: (03);
11- Município de Mato Rico: (08);	23- Município de Teixeira Soares: (03);
12- Município de Palmeira: (06);	24- Município de Turvo: (03).

QUADRO 02: Municípios paranaenses e respectivos números de Faxinais de acordo com o levantamento da EMATER (1994). Fonte: Sistematizado por Soares (2012) e organizado pela autora, 2013.

Este levantamento da EMATER serviu de base para um posterior levantamento encomendado pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, efetuado por Marques (2004). Este último tinha por objetivo identificar os Faxinais que possuíam criadouro comum e apontar os Faxinais em que o criadouro comum já havia se extinto, porém mantendo a paisagem de Faxinal. Para tanto, o autor classificou os Faxinais em:

- a) Comunidades que permanecem com o “Sistema Faxinal coletivo original” (criadouro comunitário, cercas coletivas e uso coletivo das terras);
- b) Faxinais que permanecem somente com a paisagem de “Mata de Araucária” (sem sistema coletivo, propriedades com cercas individuais, criações isoladas, etc.);
- c) Faxinais que existiam e hoje são considerados apenas comunidades de agricultores individuais (comparando com o levantamento estadual da EMATER, 1994).

De acordo com Marques (2004)⁴⁰: “atualmente existem no Estado do Paraná, no mínimo, ‘44 Faxinais’, que ainda mantêm o ‘sistema de criadouro comunitário e/ou uso coletivo das terras’, com alguma atividade produtiva (como as pastagens)” (p. 10). Ainda de acordo com o autor, a área total destes Faxinais é 26.189,0 hectares, com uma área total mínima de criadouro de 15.914, 86 hectares, com cerca de 3.409 famílias.

⁴⁰ Quanto às informações descritas por Marques (2004), uma parte deriva das entrevistas efetuadas nas 13 comunidades visitadas pelo pesquisador e outra das entrevistas e consultas aos órgãos públicos e organizações da sociedade civil, do respectivo município e/ou região, que permitiu conhecer a situação das comunidades rurais onde não foram efetuadas entrevistas.

A diferenciação das classificações bem como a região e os respectivos municípios (e número de Faxinais) apontados no relatório do IAP encontram-se descritos no Quadro 03.

TIPOLOGIA	REGIÃO	MUNICÍPIOS/FAXINAIS
Comunidades que permanecem com o “Sistema Faxinal coletivo original”	Guarapuava	Prudentópolis (11); Turvo (02); Pinhão (01).
	Irati	Rebouças (05); Irati (03); Rio Azul (04); Mallet (01); Inácio Martins (02).
	Pitanga	Boa Ventura de São Roque (02);
	Ponta Grossa	Ponta Grossa (01); Ipiranga (01); Imbaú (01).
	União da Vitória	São Mateus do Sul (02); Antônio Olinto (01).
	Curitiba	Mandirituba (05); Quitandinha (02).
Faxinais que permanecem somente com a paisagem de “Mata de Araucária”	Guarapuava	Prudentópolis (07); Turvo (01); Pinhão (03).
	Irati	Rebouças (03); Irati (02); Rio Azul (03); Teixeira Soares (04); Fernandes Pinheiro (02); Imbituva (03); Inácio Martins (05).
	Ponta Grossa	Ponta Grossa (06); São João do Triunfo (03); Palmeira (03);
	União da Vitória	General Carneiro (04); São Mateus do Sul (04); Antônio Olinto (03).
Faxinais que existiam e hoje são considerados apenas comunidades de agricultores individuais	Guarapuava	Turvo (01).
	Irati	Rebouças (01); Mallet (02); Guamiranga (01); Inácio Martins (05).
	Pitanga	Mato Rico (08).
	Cascavel	Guaraniaçu (01).
	Ponta Grossa	Ipiranga (01); Imbaú (01); São João do Triunfo (01); Palmeira (03).
Curitiba	Agudos do Sul (05); Lapa (02); Mandirituba (11); Piên (03) Quitandinha (05); Rio Negro (01).	

QUADRO 03: Classificações dos Faxinais juntamente com a separação por região, município e o número dos Faxinais. Fonte: Marques (2004, p. 10-15). Organizado pela autora, 2013.

Assim sendo, Marques (2008) destaca que “[...] existiam no estado do Paraná, há mais de 10 anos atrás, um total de 152 Faxinais. Destes, hoje restam apenas 44 que ainda conservam parte das origens e características do Sistema Faxinal” (p. 15), das outras comunidades, de acordo com o autor, 56 ainda apresentam algumas características remanescentes e 52 foram totalmente descaracterizadas.

Os levantamentos até então apontados se constituíram em levantamentos preliminares, e no ano de 2008, a Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses (APF)⁴¹, com base nos

⁴¹ SOUZA, R. M. de. Mapeamento social dos Faxinais do Paraná. In: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. (Orgs.). **Terra de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, 2009a.

relatórios/levantamentos anteriores da EMATER (1994) e do IAP (MARQUES, 2004) elaborou um novo modelo de análise acrescentou novos elementos e elaborou quatro posições de enquadramento destas comunidades, a saber:

Posição 01: *Faxinais com uso comum* – “criador comum aberto”: abrange áreas com mais de 1.000 hectares, que podem ser livremente acessadas por criações “altas e baixas” para uso comum das pastagens naturais e recursos hídricos. Situação observada nos municípios de Inácio Martins e Pinhão;

Posição 02: *Faxinais com uso comum* – “criador comum cercado”: estes são caracterizados pela presença do uso comum dos recursos naturais em “criadores comuns” de extensões variáveis onde circulam livremente “criações baixas” (cabritos, ovelhas, porcos e galinhas) e “altas” (gado bovino e cavalari) sendo delimitadas fisicamente por cercas de uso comum, mata-burros, portões, valos e rios (SOUZA, 2009a, p. 22);

Posição 03: *Faxinais com uso comum* – “criador com criação grossa ou alta”: caracterizados pelo “fechamento”, com cercas de quatro fios de arame nas divisas das propriedades que antes eram do “criador comum”, ficando disponíveis apenas áreas privadas além das públicas (campos de futebol, igreja, beira de estrada). Assim, há um limite ao livre acesso dos recursos existenciais. As criações altas circulam nas áreas comuns disponíveis em períodos de tempo variáveis, ao passo que as criações baixas são confinadas. Permanecem mata-burros, portões e cercas.

Posição 04: *Faxinais sem uso comum* – “mangueirões” e “potreiros”: “Representam situações em que o uso comum da criação animal (“baixa” ou “alta”) ocorre somente pelo grupo familiar ou ao grupo doméstico. Portanto, quando ocorre, o uso comum dos recursos naturais está restrito dentro dos limites da propriedade privada” (SOUZA, 2009a, p. 22-23). O potreiro abriga criações altas e o mangueirão as criações baixas, em alguns casos, evidencia-se a presença de mata-burros, cercas para “criações baixas” e portões.

O Quadro 04 apresenta os resultados⁴² desta contabilização da APF.

⁴² A região de abrangência desta pesquisa foi definida a partir da pesquisa exploratória realizada na etapa inicial dos trabalhos de revisão da bibliografia referente ao tema “Faxinais”. As fontes secundárias constituíram-se das primeiras indicações da ocorrência de situações e auxílio dos próprios Faxinalenses. Foram percorridos 12 mil quilômetros e visitadas 227 “comunidades rurais”. Ao todo foram visitados no período de novembro de 2007 a

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	Nº FAXINAIS	POSIÇÃO			
			1	2	3	4
Curitiba	Mandirituba	15	-	3	1	11
Rio Negro	Quitandinha	13	-	7	3	3
	Tijucas do Sul	9	-	3	1	5
	Agudos do Sul	6	-	-	1	5
	Piên	4	-	-	1	3
Lapa	Lapa	16	-	1	4	11
Prudentópolis	Prudentópolis	14	-	9	4	1
	Imbituva	8	-	-	3	5
	Fernandes Pinheiro	5	-	2	1	1
	Teixeira Soares	1	-	-	-	1
Irati	Rio Azul	7	-	4	2	1
	Irati	14	-	4	4	6
	Rebouças	15	-	5	1	9
	Mallet	1	-	1	-	-
São Mateus do Sul	São Mateus do Sul	4	-	2	1	1
	São João do Triunfo	16	-	2	3	11
	Antônio Olinto	1	-	1	-	-
Ponta Grossa	Ponta Grossa	9	-	-	2	7
	Palmeira	1	-	1	-	-
Telêmaco Borba	Imbaú	4	-	-	-	4
	Reserva	3	-	1	-	2
Guarapuava	Inácio Martins	17	8	2	6	1
	Pinhão	15	5	1	-	12
	Reserva do Iguaçu	3	-	1	-	2
	Turvo	13	-	3	6	4
	Guarapuava	4	-	-	4	-
	Campina do Salomão	1	1	-	-	-
	Guaraniaçu	1	-	-	-	1
	Novas Laranjeiras	1	-	-	-	1
Pitanga	Pitanga	3	-	-	1	2
	Mato Rico	1	-	-	-	1
	Boa Ventura de São Roque	1	-	1	1	-
TOTAL:		227	11	54	50	112

QUADRO 04: Levantamento dos Faxinais no Estado do Paraná de acordo com a APF. Elaborado por Souza (2009a). Adaptado pela autora, 2013.

Analisando os três levantamentos produzidos, tem-se o seguinte comparativo:

- 1) Levantamento da EMATER (1994): 24 municípios com 118 Faxinais;
- 2) Levantamento do IAP (2004): 16 municípios com 44 Faxinais;

março de 2008, 39 municípios, sendo algumas comunidades georreferenciadas e, em algumas, aplicadas entrevistas abertas e participativas, além de serem produzidos mapas situacionais pela Cartografia Social.

3) Levantamento da APF (2008): 31 municípios com 227 Faxinais.

É possível perceber a partir destes três levantamentos diferenças importantes, tanto no que se refere ao número de municípios com Faxinais quanto ao próprio número de Faxinais. Isso pode ser justificado pelo descaracterizar de algumas comunidades Faxinalenses com o passar do tempo e também pela inclusão/exclusão de municípios nas pesquisas. Interessante notar que a APF considera um conceito mais abrangente para caracterizar o Sistema, ou seja, o fato das terras terem sido tradicionalmente ocupadas, e não somente a existência do criadouro comum.

Assim sendo, ao propor superar o conceito de “Sistema Faxinal” de Chang (1988) e os conceitos de “Faxinal ou criadouro comum” da EMATER (1994) e do IAP (2004), Souza (2009a) esclarece que:

[...] a caracterização não se resume unicamente pela presença de “estruturas objetivas”, tal como, o “criador comunitário” ou “Sistema Faxinal”, mas sim pela sua identidade coletiva redefinida pela defesa de uma tradicional modalidade de uso dos recursos (p. 26).

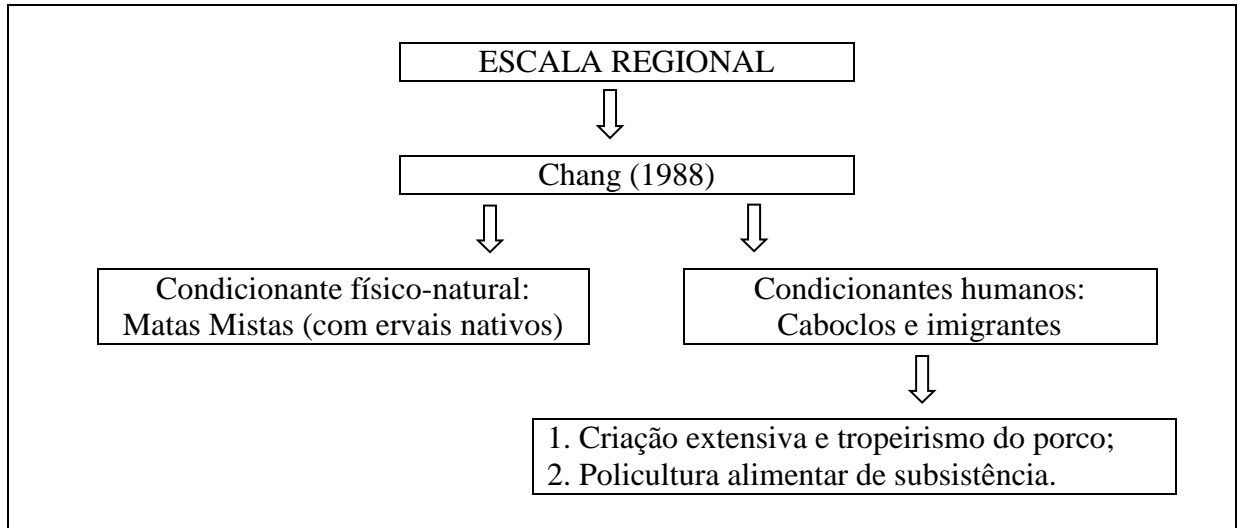
Portanto, a Articulação Puxirão acrescenta novas modalidades de uso como os mangueirões e os poteiros, o que, inegavelmente, pode ter superestimado o número destas comunidades. Há que se destacar também que, os dois primeiros levantamentos (1994, 2004) foram realizados pelo poder público com vistas a subsidiar futuras políticas públicas, ao passo que o levantamento de 2008 foi elaborado pelo próprio Movimento Social (APF) com vistas a reivindicar políticas públicas.

Souza (2009a) sinaliza a ampliação da área de ocorrência dos Faxinais sugerindo a necessidade de novos levantamentos e destaca que não foi possível “visitar municípios como Cruz Machado, General Carneiro e Bituruna, apesar de consistentes informações sobre a presença de Faxinais” (p. 31) e complementa que “cabe ressaltar que durante os trabalhos à campo, sobretudo, em municípios próximos à divisa do Estado de Santa Catarina, fomos insistentemente informados da ocorrência de Faxinais situados em vários municípios do Planalto Norte Catarinense” (p. 33).

Assim sendo, buscando identificar a existência do Sistema Faxinal também no estado de Santa Catarina, considerando a região do Contestado, apresenta-se na sequência a proposta de análise regional com base em Chang (1988) e, em seguida, uma proposta para análise das comunidades com base em Nerone (2000).

2.4.1 Escala regional: do condicionante físico-natural aos condicionantes humanos

Chang (1988) ao analisar regionalmente o Sistema Faxinal delineou alguns elementos que o caracterizam e que podem ser explicitados conforme o exposto no Esquema 03.



ESQUEMA 03: Elementos socioeconômicos regionais do Sistema Faxinal propostos por Chang (1988).
Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Trata-se de uma caracterização regional e que objetivava traçar o perfil mais abrangente do Sistema Faxinal. Dessa forma, partindo destes elementos pretende-se observar a região do Contestado buscando a intersecção destes elementos por acreditar que os locais onde estes se sobrepõem são propícios à existência do Sistema Faxinal.

Identificados os locais onde existe o condicionante físico-natural, ou seja, as Matas Mistas, pretende-se partir da literatura específica sobre os tipos de vegetação da região Sul do Brasil (recobrimento florístico) para discutir a presença deste elemento.

Em seguida, acerca dos condicionantes humanos, torna-se necessário identificar os locais, na região definida, onde a presença dos caboclos e dos imigrantes foi marcante. Neste sentido, uma análise da literatura histórica quanto aos processos de colonização da região contribuirá para perceber onde a fixação de colonos e imigrantes foi mais evidente.

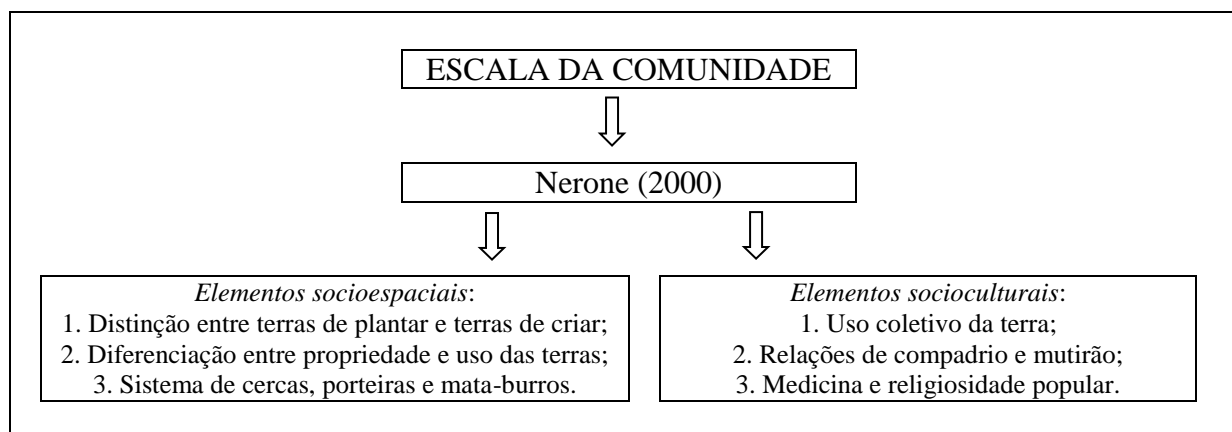
Associada a essa análise da colonização e ocupação é preciso identificar se estes núcleos se localizavam em áreas com a presença de ervais nativos visto que a extração da erva-mate é um importante elemento econômico do Sistema Faxinal. Para tanto, pretende-se utilizar dos trabalhos de pesquisa específicos acerca da localização e produção ervateira bem como de cartas topográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Exército Brasileiro.

Após a sobreposição destes elementos, ou seja, dos locais onde existem as Matas Mistas, onde houve a colonização e ocupação por caboclos e imigrantes e ocorria o manejo dos ervais nativos, outros elementos devem ser verificados, como: a separação das terras de “criar” e de “plantar” bem como o uso coletivo da terra para criar. Neste sentido, a literatura regional pode contribuir visto que algumas incursões na região resultaram em narrativas hoje disponíveis em forma de bibliografia. Entretanto, é necessária a verificação *in loco* destes locais, selecionados também a partir de conversas com moradores, técnicos e profissionais que realizam trabalhos nestas áreas.

Dessa maneira, partindo dos condicionantes físico-naturais e humanos, buscando-os no espaço geográfico de uma maneira sobreposta, acredita-se ser possível encontrar comunidades que possuem tais características mais abrangentes e, em seguida, selecioná-las para uma pesquisa mais detalhada a partir da complementação dos elementos agora propostos por Nerone (2000).

2.4.2 Escala da comunidade: da diferenciação para com os outros espaços rurais

Para as análises na escala da comunidade Nerone (2000) contribui sugerindo outros elementos que definem o Sistema Faxinal dispostos no Esquema 04.



ESQUEMA 04: Elementos identitários locais do Sistema Faxinal propostos por Nerone (2000).

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Associados aos elementos de Chang (1988) os elementos dispostos no Esquema 04 auxiliam a diferenciar o Sistema Faxinal de outros espaços rurais e também destacam elementos socioculturais distintos.

Dessa maneira, após identificar comunidades da região do Contestado que se localizam nas Matas Mistas, praticam o manejo dos ervais nativos, praticam a policultura alimentar de subsistência, praticam a criação extensiva, sobretudo, o tropeirismo do porco, e tenham sido ocupadas e/ou colonizadas por caboclos e imigrantes eslavos, passa-se a buscar os elementos propostos por Nerone (2000). Isso torna possível averiguar se estas comunidades realmente se enquadram enquanto comunidades tradicionais Faxinalenses.

Para tanto, se faz necessário identificar em cada comunidade, além da distinção entre terras de criar e terras de plantar e da diferenciação entre propriedade e uso das terras, a existência das cercas, das porteiras e dos mata-burros. Estes são também elementos locais que diferenciam as comunidades de Faxinal dos outros espaços rurais.

Da mesma forma e complementando as análises, a busca por elementos socioculturais específicos complementa a análise da comunidade ao se perceber a existência do uso coletivo da terra, das relações de compadrio e mutirão, da medicina e da religiosidade popular. Portanto, ao se encontrar uma comunidade que atenda a existência destes elementos definidos, pode se atestar se tratar do Sistema Faxinal.

Após destacar os elementos que caracterizam a territorialidade do Sistema é preciso delinear a região do Contestado a ser pesquisada, compreendendo-a enquanto uma territorialidade plural e fluída, dando enfoque prioritário aos elementos identitários do Sistema Faxinal, discussão apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIDADE DOS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS REGIONAIS DO SISTEMA FAXINAL NO CONTESTADO

Após definir a partir de Chang (1988) os quatro elementos identitários regionais que caracterizam o Sistema Faxinal, a saber: as Matas Mistas com presença de ervais nativos, os atores sociais caboclos e imigrantes, a criação extensiva especialmente o tropeirismo do porco e a policultura alimentar de subsistência, parte-se para uma análise da territorialidade de cada um destes elementos na região do Contestado.

Inicialmente constrói-se uma percepção da região do Contestado compreendendo-a enquanto uma territorialidade plural e fluída o que se faz possível a partir da seleção das bibliografias, mapas e relatos. Tais narrativas viabilizam perceber as características da região e da Guerra, tendo como pano de fundo os próprios elementos que caracterizam o Sistema Faxinal. Este posicionamento se justifica na ampla gama de possibilidades analíticas acerca do que foi e o que representou a Guerra do Contestado para a região envolvida, sendo necessário o desenvolvimento de uma leitura mais direcionada aos objetivos da pesquisa, sustentando as argumentações.

Assim sendo, apresentam-se brevemente algumas das inúmeras possibilidades de se compreender tanto a Guerra do Contestado quanto as consequências dela para a região, evidenciando a multiplicidade de olhares acerca do assunto. Em seguida, analisa-se mais detalhadamente o termo “Contestado” com vistas a compreender os limites desta espacialidade na região Sul do Brasil, pontuando-se a localização geográfica e fazendo-se uma referência preliminar às relações já estabelecidas (pela literatura específica) entre o conflito e a região para com o Sistema Faxinal.

Prosseguindo, parte-se para a análise da territorialidade dos elementos identitários regionais que definem o Sistema Faxinal segundo Chang (1988). O primeiro elemento, definido como “*A territorialidade das Matas Mistas com presença dos ervais nativos*” apresenta uma reflexão acerca das características fitogeográficas da região construída a partir de contribuições de estudiosos do assunto, da classificação do IBGE, de narrativas de viajantes, médicos e oficiais, de estudos específicos e de referências encontradas na literatura acerca da Guerra do Contestado. O intuito dessa seleção é perceber a territorialidade desse elemento compreendendo sua localização geográfica no recorte espacial definido.

Em seguida, analisa-se a territorialidade do segundo elemento definido, ou seja, “*A territorialidade dos atores sociais: caboclos e imigrantes*” que, em conjunto, deram vida ao

Sistema Faxinal. A narrativa é construída a partir do entendimento de que o “caboclo” não pode ser percebido com base na conotação étnica da palavra, mas deve sim, ser concebido a partir de sua condição social e cultural, definida regionalmente. Da mesma maneira, a chegada e ocupação da região pela imigração marcam uma ruptura no território do caboclo, mas ao mesmo tempo evidencia-se uma maior ou menor interação de ambos (caboclos e imigrantes) em certos lugares.

“*A territorialidade da criação extensiva e do tropeirismo do porco*”, terceiro elemento que compõem o Sistema Faxinal, é analisado no Contestado a partir de narrativas regionais (historiadores, viajantes, estudiosos, jornais e oficiais da época da Guerra) que relatam o tropeirismo e a existência da criação de animais em comum, mais especificamente de suínos. Por fim, a análise da “*territorialidade da policultura alimentar de subsistência*” é construída a partir do entendimento da chamada “roça cabocla” que, presente no Contestado, visava principalmente à subsistência com venda somente do excedente.

Após a análise específica destas territorialidades, sobrepõe-se espacialmente os quatro elementos definidores do Sistema Faxinal numa percepção identitária regional, para assim, apontar os locais mais propícios para se buscar evidências da existência do mesmo. Esta sobreposição auxilia e possibilita a posterior seleção dos estudos de caso a serem aprofundados na escala da comunidade partindo dos elementos captados de Nerone (2000).

3.1 REGIÃO DO CONTESTADO: TERRITORIALIDADES PLURAIS E FLUÍDAS

Sabe-se que ao longo dos anos o Contestado vem sendo analisado sob os olhares de uma multiplicidade de perspectivas: do historiador, do geógrafo, do político, do sociólogo, do folclorista, dos artistas, entre outros. Cada um com sua abordagem, referencial conceitual, métodos e contribuição. Nesta polissemia, acredita-se que analisar geograficamente a Guerra do Contestado só é possível através da compreensão da mesma enquanto “fenômeno histórico vivo e multifacetado e não como fórmula abstrata morta” (MACHADO, 2004, p. 36). Significa pensa-la a partir de suas motivações, da forma com que se processou e, mais arriscadamente, perceber que as consequências ainda hoje são sentidas não somente dentro do espaço delimitado oficialmente por elementos naturais (rios, serras) e artificiais (ferrovias).

As análises da Guerra podem ser encontradas através das mais diversas fontes, como, por exemplo:

- Documental oficial: através de relatórios dos integrantes do efetivo militar da época, como: Herculano Teixeira D'Assumpção (1917), Dermeval Peixoto (1916), Fernando Setembrino de Carvalho (1916);
- Escritos de médicos das forças repressoras: como os de Ezequiel Antunes (1918) e Alves Cerqueira (1936);
- Reminiscências: como as de Frei Rogério, narradas por Frei Pedro Sinzig (1939);
- Jornais da época: tanto regionais, quanto os encontrados nas capitais de Florianópolis e Curitiba;
- Analíticas: Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965), Maurício Vinhas de Queiroz (1977) e Duglas Teixeira Monteiro (1974);

Além destas fontes específicas da Guerra do Contestado⁴³, existem as narrativas de viajantes as quais auxiliam a compreender o modo de vida da época através dos detalhes de suas descrições, como Auguste de Saint-Hilaire (s/d) e Roberto Avé-Lallemant (1953). Somam-se a estes, inúmeros outros trabalhos regionais que através do distinto olhar de cada pesquisador buscam explicar as motivações, identificar os atores envolvidos, produzir uma cronologia dos fatos ocorridos e compreender as consequências na sociedade. Nesta vasta gama de possibilidades analíticas se torna imprescindível a adoção de uma linha de raciocínio acerca do conflito com vistas a responder as necessidades da Tese. Para tanto, conceitua-se o “Contestado”, apresenta-se as motivações que o desencadearam e localiza-se geograficamente a área em questão para, em seguida, analisar a territorialidade dos elementos que compõem o Sistema Faxinal nesta região.

Machado (2004) analisa a polêmica denominação “Guerra do Contestado” como ficou “batizado o conflito desenrolado no Planalto Catarinense entre 1912 e 1916” (p. 35). O autor acredita ser mais adequado falar de “Guerra no Contestado”, o que, de qualquer maneira, “seria ainda uma denominação espacialmente incorreta, já que a maior parte das ‘cidades santas’ e do conflito ocorreu em territórios catarinenses não contestados pelo Paraná” (idem). Isso porque a Guerra tomou grandes proporções territoriais para além do espaço requerido pelos dois estados. Dessa maneira, compreende-se a região do Contestado para além dos limites oficiais delimitados, percebendo-a como uma região fluída cujas territorialidades plurais extrapolaram os limites físicos e artificiais estabelecidos.

⁴³ Ao analisar as fontes acerca da Guerra do Contestado é possível encontrar inúmeros termos que se reportam ao acontecimento: Guerra, conflito, campanha, embate, entre outros, entretanto, na presente pesquisa, optou-se por utilizar o termo “Guerra”.

Thomé (1981) coloca que o termo “Contestado”, para os leigos, pode ter vários significados. Etimologicamente se liga ao verbo “contestar”, que encerra sempre uma discussão de pontos de vista diferentes sobre um mesmo assunto. “Historicamente, a palavra denomina vasta região do Sul do Brasil, entre os rios Iguaçu e Uruguai, situada no Paraná e em Santa Catarina, que até 1917 era disputada pelos dois Estados” (p. 06). O Exército, no seu combate aos caboclos, armou uma ação militar que denominou de “Campanha do Contestado”.

Assim sendo, a Guerra do Contestado pode ser definida como um “episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa” (FRAGA, 2006, p. 64). Tratou-se de um conflito de ideias, representações e também embates armados, do qual foram sujeitos: “sitiantes⁴⁴, agregados, coronéis, políticos das esferas estaduais e federais, forças policiais militares estaduais, exército, vaqueanos⁴⁵, trabalhadores da ferrovia, operários da *Lumber*⁴⁶ e imigrantes” (TONON, 2010, p. 39).

Nas palavras de Fraga (2005), o Contestado reuniu “no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas – habitantes da região na época –, desde fazendeiros, em defesa de suas propriedades, até posseiros tentando se manter em terras devolutas” (p. 17) destacando que estes habitantes da região na época “era, na verdade, toda uma população ‘cabocla’, recém-instalada na região, ofendida em seu brio e ameaçada em sua estabilidade, acostumada a lutar mais do que os soldados” (p. 18). De fato, vários foram os motivos que contribuíram para desencadear da Guerra: a índole guerreira do homem local, a estratificação social e os modos de vida, a pregação dos monges, o combate de Irani, a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina e, sobretudo, a invasão estrangeira através da construção da Estrada de Ferro e a instalação da *Lumber* (THOMÉ, 1992).

⁴⁴ Diegues (2003) conceitua sitiantes como sendo os pequenos produtores rurais que moram (a maioria sob o regime da posse) nos interstícios das grandes fazendas ou nos bairros rurais (p. 148).

⁴⁵ Por vaqueanos se entendem homens contratados como mercenários e que compunham igualmente o corpo de capangas ou jagunços dos coronéis. Eram pequenos proprietários expropriados, pequenos sitiantes, remanescentes da Revolução Federalista e trabalhadores da Estrada de Ferro que foram abandonados após a conclusão da obra. (TONON, 2010, p. 39).

⁴⁶ “Estando ligadas a *Holding Brazil Railway Company* e à Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Farquar criou duas empresas: - a *Brazil Development and Colonization Company*, para povoar as terras devolutas recebidas pela Estrada de Ferro, e a mais importante - a *Southern Brazil Lumber Colonization*, que além de comprar pinheirais no Planalto Norte Catarinense, ainda obteve autorização para instalar serrarias em terrenos devolutos e depois vender as terras, já sem árvores, para imigrantes se fixarem”. (SACHET; SACHET, 2001, p. 71-72). Após concluir, em 1910, a ligação ferroviária entre o estado de São Paulo e o Rio Grande do Sul, a *Brazil Railway* iniciou um plano de colonização na faixa que lhe fora concedida de 15 quilômetros de cada lado da linha. (SACHET; SACHET, 2001).

Acerca das características geográficas da região, tem-se: com altitude oscilante entre 600 e 1.200 metros, na maior porção de solo sílico-argiloso, tipo terra-roxa, “[...] predomina a floresta de araucárias, na qual se intercalam capões, faxinais e taquarais, entre as matas dos pinhais e os campos de gramíneas” (THOMÉ, 1992, p. 14). Este território do Contestado compreendia uma vasta área geográfica que era disputada entre Paraná e Santa Catarina desde 1853 com a criação da Província do Paraná desmembrada de São Paulo (TONON, 2010), tendo como fronteiras: ao Norte, os rios Negro e Iguazu; ao Sul, os campos de Curitiba, Lages e Campos Novos; a Leste, a Serra Geral; e a Oeste, os campos de Irani – o que a caracterizou como ‘Região do Contestado’” (THOMÉ, 1992, p. 14).

Vinhas de Queiroz (1981) caracteriza, mais detalhadamente, a extensão espacial do conflito:

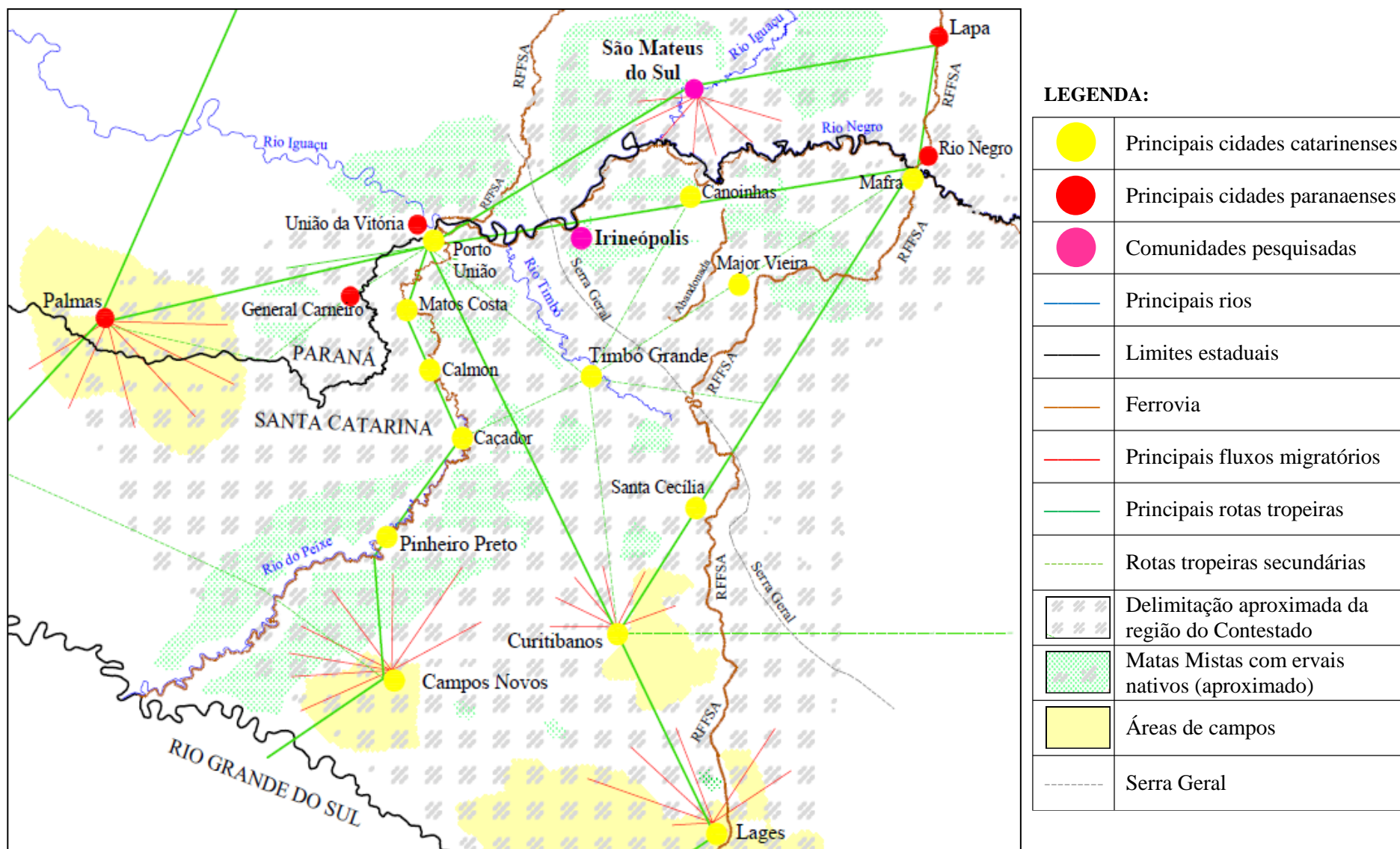
[...] no auge do movimento, o território ocupado pelo jaguncismo compreendia 28.000 quilômetros quadrados, ou seja, uma extensão [...] aproximadamente igual a Alagoas; ou, ainda, 0,3% do território nacional. Fazia limites, ao norte, pelo Rio Iguazu e a Estrada de Ferro de São Francisco, desde perto de União da Vitória, envolvendo Canoinhas, até junto à Vila de Rio Negro; ao sul, inflectia sobre Lages, aproximava-se de Curitiba e de Campos Novos, a leste, compreendia Itaiópolis, Papanduva, as picadas da colônia Moema e Iracema, os contrafortes da Serra do Mirador e as demais cabeceiras da Bacia do Itajaí; a oeste, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (p.177).

Entretanto, acredita-se que as consequências deste conflito extrapolaram estes limites, sobretudo, em direção ao Sul do estado do Paraná, região onde o Sistema Faxinal é bastante evidente. O que se pretende é perceber a região do Contestado para além da demarcação oficial, percebendo-a através da fluidez característica dos movimentos populacionais.

Dada a multiplicidade de olhares e escritos sobre a região do Contestado, optou-se por caracterizá-la através de sua relação com o Sistema Faxinal. Para tanto, selecionaram-se as referências teóricas que aproximam estes dois temas, o intuito é compreender a região do Contestado a partir dos elementos que compõem o referido Sistema evidenciando assim, os questionamentos centrais que resultaram na construção da problemática da Tese.

Neste sentido, o Cartograma 02 evidencia este recorte espacial da região do Contestado. Nele é possível perceber a sobreposição de elementos que caracterizam o Sistema Faxinal em escala regional cuja abordagem será aprofundada na sequência, como: as Matas Mistas com ervais nativos, as áreas de campos, as frentes migratórias, as principais e secundárias rotas tropeiras e a ferrovia.

CARTOGRAMA 02 – Sobreposição dos elementos que compõem o Sistema Faxinal em escala regional no Contestado



Fonte: Ab'Saber (2003); Bach (2009); Cabral (1960); Iarochinski (2000); IBGE (1992); Klein (1978); Maack (1981); Roderjan (1992); Vinhas de Queirós (1981); Peloso Júnior (1970); Fraga (2006). Elaborado pela autora, 2014.

Campigoto e Sochodolak (2009) acreditam que a história dos Faxinais vincula-se também a guerra “sertaneja do Contestado, que teve como palco a região mais ao sul do que é hoje o estado do Paraná” (p. 206). Nasce nesta proposição questionamentos acerca da relação entre a Guerra do Contestado, o atual Sistema Faxinal e as terras de uso comum em Santa Catarina. Os autores ressaltam que o combate do Irani ocorreu nos chamados Faxinais de Irani, onde o Faxinal era definido como arraial de posseiros e caboclos, entretanto, não se pode concluir que “os chamados redutos dos caboclos do Contestado adotavam o Sistema Faxinal” (idem).

No caso do Irani, Miranda (1987) também escreveu que “prevendo um ataque ao seu antro, José Maria [...] resolveu abalar com sua gente para o Faxinal do Irani, então jurisdição do Paraná” (p. 30). Dessa maneira, notam-se algumas associações com os atuais Faxinais, seja nas nomenclaturas, seja no modo de vida. Afirma-se que, não se pode concluir a existência de um modo de vida Faxinalense somente a partir das nomenclaturas das localidades, fato comum na época e na região. Desta forma, estas relações precisam ser mais bem avaliadas.

Ao analisar a Guerra do Contestado, Tonon (2009) coloca que os “sertanejos” possuíam uma forte tradição na região onde defendiam suas práticas religiosas e populares fundamentadas em uma ética de fraternidade e espírito comunitário, afirmando também que “o espírito e a prática comunitária dos sertanejos remete aos Faxinais, com a existência de inúmeros, situados ao norte de Santa Catarina e o centro-sul do Paraná” (p. 322), afirmando que a prática do “puxirão” também era presente. O autor estabelece ainda uma relação entre o Sistema Faxinal e o surgimento das Irmandades Místicas do Contestado. Para ele, os membros desta Irmandade “herdaram a força da tradição, a autonomia econômica e administrativa do Faxinal que os sertanejos conheciam, sendo que muitos deles integravam” (p. 332), dessa forma, faziam o uso compartilhado comunitariamente das terras, das pastagens, das florestas e de outros bens. Assim sendo, “o Sistema Faxinal, ao norte da região do Contestado, apresentava uma característica marcante na sobrevivência de muitos sertanejos” (idem), onde o espaço das Irmandades Místicas não era somente o lócus das práticas religiosas, mas também espaço de vivência da profunda solidariedade advinda dos Faxinais.

Muitos militares percorreram a região do Contestado, antes, durante e depois do conflito. O Capitão Vieira da Rosa, sob o título de “Reminiscências da Campanha do Contestado – Subsídios para a História”, em notas publicadas no jornal Terra Livre (Florianópolis – 1918), mencionava na região a criação de animais soltos e relatava também a paisagem, destacando os campos, faxinais, butiazais e florestas.

Entretanto, na leitura acerca das diferenças entre os redutos dos caboclos do Contestado e o que se denomina hoje de Sistema Faxinal, Campigoto e Sochodolak (2009) utilizam-se dos relatos sobre as incursões do capitão Tertuliano de Albuquerque Potyguara (janeiro de 1915, na região de Canoinhas – SC) para eliminar qualquer dúvida acerca da relação entre os redutos de Canoinhas com o Sistema Faxinal– não excluindo a possibilidade da existência de Faxinais fora dos redutos. Os autores afirmam que os redutos de Santo Antônio e Timbozinho eram “aglomerações de casas em torno de uma pequena igreja, com um grande cruzeiro no centro da praça” (p. 208). Acrescentam ainda que as áreas das plantações, bem como o número de animais necessários para a alimentação variavam de acordo com o tamanho dos redutos durante a Guerra. Por outro lado, ao analisarem as proposições de Peixoto (1995), os autores afirmam que podem ser evidenciadas semelhanças entre alguns redutos e o Sistema Faxinal, sendo que no caso do Timbozinho são tomados inclusive como sinônimos.

Peixoto (1995) já se referia a um “Faxinal do Timbozinho” (p. 36) na mesma região. Fato é que os caboclos criavam animais em cercamento e aproveitavam limites naturais como barreiras. O autor destaca ainda que “os redutos dos sertanejos do Contestado, também, podem ser considerados como variações do sistema de criação extensiva, praticada nas matas de pinheirais” (p. 211).

Carvalho (2008) afirma que se pode dizer que existia entre os “moradores da região do Contestado uma ‘economia moral’, baseada no apossamento das terras, no aproveitamento dos ervais e da floresta” (p. 284) que permitia aos caboclos uma subsistência calcada em práticas que ficaram consagradas pelo tempo como direitos. O autor ainda propõe olhar a história “sob a ótica dos de baixo” (p. 289), notando assim que os pequenos posseiros ocupavam terrenos devolutos em regiões de fronteira como a do Contestado no século XIX.

Certamente, o movimento do Contestado não era formado apenas por camponeses. Tavares (2008) coloca que analisar a contribuição dos camponeses que participaram deste movimento na consolidação da formação social dos Faxinais não é uma tarefa das menores. Para ele, entre as razões estão: a dificuldade em compreender o episódio complexo que foi a Guerra do Contestado e a vasta literatura existente atualmente acerca desta região nas mais diferentes áreas das ciências, traduzindo assim diferentes visões de mundo a respeito do que ocorreu neste conflito, sendo a delimitação da área de influência do conflito como um ponto a ser considerado visto que a demarcação oficial desconsidera alguns espaços.

Machado (2004) acrescenta que nos redutos do Contestado, a cultura da criação em compáscuo⁴⁷ no sistema extensivo sofreu modificações porque “[...] no interior dos redutos, os recursos considerados posse de todo o grupo eram formados pelas terras circunvizinhas, o gado grande (bois e vacas) e miúdo (galinhas e porcos) trazidos pelos sertanejos ou capturados nas fazendas dos inimigos” (p. 210), características parecidas com o atual Sistema Faxinal.

Nas bordas da região contestada e numa associação ao modo de vida Faxinalense, Breves (1985) coloca que os caboclos que habitavam a região de Chapecó (SC), geralmente “[...] iam fazer suas roças à beira de uma sanga ou rio há léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seus cavalos e vaca (quanto a tinham) perto de casa” (p. 21-22). Tal relato permite associar o modo de vida descrito com a lógica das “terras de plantar” que ficavam distantes das residências e com as “terras de criar” do criadouro comunitário, características principais do Sistema Faxinal.

Tonon (2009) afirma que o modo de vida Faxinalense – na época do Contestado – contrariava o ideário das elites republicanas. A Proclamação da República, o governo controlado por coronéis, a chegada dos imigrantes, a implantação da ferrovia e a extração madeireira contribuíram para gerar uma nova conjuntura política, econômica e social que era desfavorável e excludente para o sertanejo, ao qual restava resistir e morrer ou fugir “para outros rincões, com poucas quinquenharias e muita esperança (sic)” (p. 324). Tonon (2009) ainda questiona: e os descendentes? Segundo ele, “estão pulverizados em todo o território do acontecimento, nas cercanias das cidades, empobrecidos, nas áreas rurais como meeiros, agregados, bóias-frias, em algum Faxinal que ainda sobrevive às duras penas” (p. 339).

Martins (1995) no livro “Anjos de cara suja” descreve, através do resgate etnográfico da comunidade cafuza de José Boiteux (SC), a trajetória de construção de um grupo étnico. Segundo ele, em 1916, com o final da Guerra do Contestado um grupo de caboclos foge à perseguição imposta aos vencidos, embrenhando-se no sertão e vivendo em condições de isolamento até a década de 1940. Esta “saga” da família de Jesuíno Dias de Oliveira e Antônia Loteria de Oliveira é contada entremeio a Guerra do Contestado, partindo do município – hoje catarinense – de Canoinhas até a ocupação do Rio Laeisz. Neste resgate, por inúmeras vezes o

⁴⁷ Trata-se de uma situação relacionada ao uso comum de terras considerando as especificidades regionais cuja forma típica está ligada “as formas de condomínio ou de servidão” (CAMPOS, 2000, p. 78-79). No caso específico dos Faxinais no Paraná, Gevaerd Filho (1989) coloca que o termo “compáscuo” é um “neologismo jurídico, pois não se encontra em nenhum diploma legal lusitano anterior ao Código Civil Português (1967)” (p. 45). Mesmo assim, o termo é empregado frequentemente no caso do Sistema Faxinal buscando explicar, principalmente, as relações estabelecidas na comunidade quanto ao uso do criadouro comunitário.

Faxinal é referenciado, permitindo refletir justamente sobre os limites pontuais da região do conflito.

Assim sendo, a literatura que faz referência à região do Contestado menciona, por vezes, a existência de “Faxinais”, ora os apontando como tipo de vegetação, ora evidenciando implicitamente sua possível existência através da referência a alguns dos elementos que compõem o Sistema. Com o intuito de clarificar estes questionamentos apresenta-se a seguir um entendimento mais minucioso dos elementos identitários, inicialmente na escala regional, que caracterizam o Sistema Faxinal.

3.2 ELEMENTOS IDENTITÁRIOS REGIONAIS NA TERRITORIALIDADE DO SISTEMA FAXINAL

Dada à impossibilidade de se refletir, neste momento, sobre a Guerra do Contestado em sua totalidade, constrói-se uma visão desta a partir da análise da territorialidade dos elementos que compõem o Sistema Faxinal: a territorialidade das Matas Mistas com presença dos ervais nativos; a territorialidade dos atores sociais: caboclos e imigrantes eslavos; a territorialidade das “terras de criar” (criadouros comuns) e territorialidade das “terras de plantar” (policultura alimentar de subsistência). Buscam-se a partir desta construção os locais onde estes elementos se sobrepõem, visto que estas áreas podem ter sido (ou ser) áreas onde existiu (ou existe) o Sistema Faxinal.

3.2.1 A territorialidade das Matas Mistas com presença dos ervais nativos

O território brasileiro, dada sua dimensão continental, apresenta grande diversidade florística. De modo específico, no clima subtropical da região Sul do Brasil, a presença da *Araucaria angustifolia* determina o tipo de formação vegetal que vem sendo chamado de: pinheiral, mata de Araucária, floresta aciculifoliada, zona dos pinhais, floresta com Araucária, Matas Mistas ou, o mais utilizado: Floresta Ombrófila Mista (CORDEIRO, 2005).

Trata-se de uma região formada por múltiplas associações e agrupamentos nos mais variados estágios de sucessão (KLEIN, 1960). A Floresta Ombrófila Mista é definida a partir da classificação da vegetação brasileira proposta pelo IBGE (2002) através do sistema fisionômico-ecológico, onde o termo “*Ombrófila*” refere-se à formação florestal que se situa

em região de alta pluviosidade e com chuvas bem distribuídas no decorrer do ano, e o termo “*Mista*” refere-se ao encontro de duas floras distintas: Temperada Austro-Brasileira e Tropical Afro-Brasileira.

Partindo de uma percepção geográfica, Ab’Saber (2003) ao analisar os planaltos de Araucárias e pradarias mistas caracteriza: “O mato é baixo e relativamente descontínuo, com pinhais altos, esguios e imponentes – um tanto exóticos e homogêneos – em face da biodiversidade marcante dos sub-bosques regionais.” (p. 101). Ressalta ainda que, de vez em quando, em meio à alta região das Araucárias, surgem pequenos mosaicos de campos entremeados por bosques de Pinhais, que, segundo o autor, oferecem uma das mais lindas paisagens do território brasileiro.

Saint-Hilaire (1964) em seu relatório de viagem relata que nas depressões desse terreno “surgem esparsas manchas florestais em que predomina a útil e majestosa araucária, enquanto à sua sombra vicejam inúmeras espécies de ervas e subarbustos de folhagem variegada e ramo delicado” (p. 10).

Ainda acerca da formação vegetal dos campos da região Sul do Brasil, Moro (2001) evidencia que estes se concentram nas regiões de estepe com gramíneas e se caracterizam pela presença de arbustos, algumas plantas semi-xerófitas e palmeiras anãs. Löwen Sahr e Cunha (2005) contribuem afirmando que “as manchas de Campos são rodeadas pelo domínio da Mata com Araucária, cuja espécie característica é o Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*)” (p. 92). Apesar do largo emprego da madeira de Araucária na construção civil, a mais apreciada espécie é a Imbuia (*Ocotea pulchella*) e num extrato mais baixo aparece a erva-mate (*Ilex paraguayensis*), cujas folhas são utilizadas para a produção de chá. Assim, se percebe um dualismo em termos de vegetação nesta região: os Campos e as Matas Mistas.

Versando sobre a composição florística da região do Contestado, Thomé (1981) destaca que esta é formada, também, em parte, por campos. Esse tapete vegetal em que predominam as gramíneas corresponde às savanas em outras partes do mundo, estando adaptado à natureza do solo e do clima. Segundo o autor existem campos sujos, onde aparecem árvores esparsas, e campos cerrados, onde as árvores, em maior número, mostram-se agrupadas, formando os capões, sendo que “de modo geral, 80% da vegetação corresponde à Floresta da Araucária, também conhecida por ‘Araucarilândia’, onde predomina a linda árvore, de forma de cálice: o pinheiro brasileiro, que tem o nome científico de ‘*Araucaria angustifolia*’” (p. 16).

Esta Floresta dos Pinhais desenvolveu-se na região de clima temperado, solo sílico-argiloso, e se estende desde o Sul do Planalto Paulista até o Norte do Rio Grande do Sul, em

altitude que oscila de 600 a 1200 metros. Vinhas de Queirós (1977) contribui com a discussão afirmando que, no Contestado, “por toda parte, há campos limpos e campos sujos, estes reconhecidos de longe pela quantidade de arbustos, há macegas que são manchas de vegetação rasteira e intrincada, e há faxinais, nome que se empresta a uma espécie de cerrado” (p. 18).

Oliveira (1985) relata que nos planaltos frios do Sul do Brasil as associações se tornam mais homogêneas, cujas folhas se afinam e suas concentrações tomam um sentido de opulência uniforme, “Referimo-nos às matas de pinheiros e ervais (*ilex mate*) intercaladas de cedros e grande variedade de lauráceas” (p. 32). O autor narra que na estação do outono, desprende dos pinheiros o pinhão, sementículo que serve de alimento para o homem e para vários animais domésticos e selvagens, sendo que da mesma árvore muito se aproveita a madeira. No caso dos ervais, trata-se de “uma aquifoliácea que forma numerosos bosques associados ou não às araucárias. Quando a erveira é associada, perde sua virtuosidade e imponência. Mas readquire-a, quando se isola em verdadeiros tufos” (p. 33).

Neste cenário dos ervais, Struch (1955) esclarece que se trata “de produto nativo que aparece associado à mata de araucaria. Isto não quer dizer, porém, que a erva-mate apareça invariavelmente todas as vezes que ocorre o pinheiro (sic)” (p. 98), sendo que é “interessante observar o grande adensamento junto ao rio Iguazu, quer do lado do Paraná, quer em Santa Catarina” (p. 99), o que certamente contribuiu para o povoamento dessas áreas.

Auras (1995) lembra que os “vastos ervais nativos – o mate já era habitualmente consumido entre os indígenas locais – eram alvo de crescente procura” (p. 28-29), sendo que pelo porto de Paranaguá (PR), o produto, recolhido sobretudo na região contestada, era encaminhado para os mercados do Prata.

Brandt e Campos (2008) ao caracterizar a região do Planalto Sul Brasileiro o apresentam dominado por “uma vegetação nativa de campos e floresta de araucárias, ora um misto de ambas, com presença ainda de ervais (erva-mate) e misto de arbustos e vegetação rasteira regionalmente conhecidos por faxinais” (p. 44), sendo que, além da presença dos proprietários das fazendas e agregados, havia uma “considerável população posseira, vivendo às margens das grandes fazendas e áreas de matas e faxinais, de pouca valia para o fazendeiro” (p. 47). Esta população era fortemente miscigenada e ficou conhecida como “cabocla”.

Também analisando a composição florística da região do Contestado, Lemos (2006) destaca que dentre “as espécies nativas o destaque era para o pinheiro - *Araucária angustifolia* - que dividia o espaço com imbuias, cedros, canelas e outras árvores formadoras

de pequenos capões, de quando em quando, entre os campos onde as gramíneas sugeriam a criação de gado” (p. 56-57).

Vinhas de Queirós (1977) esclarece que somente “às vésperas da Independência é que se percebem indícios de que a extração do mate se tornava atividade própria. [...] Bem como os campos marcam as superfícies por onde se estendeu a frente pastoril, os trechos de floresta indicam aquelas por onde se espalhou a atividade extrativa” (p. 32). Afirma ainda que nunca houve dentro dessa região do Contestado regras fixas nas relações entre os homens para o trabalho nos ervais, estas podiam tanto ser feitas por uma só família extensa, como por turmas de peões empreiteiros que trabalhavam para o dono das terras (p. 34). De acordo com o autor, “O mato-virgem onde costuma crescer a erva-mate denomina-se Caíva, vocábulo de origem Tupi-guarani que literalmente significa ‘mato ruim’. Suas terras, arenosas e frias, são consideradas de inferior qualidade para a abertura de roças” (p. 19).

Acerca da exploração do mate, Bach (2009) destaca que:

Considerada o ouro-verde do Sul, a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) foi durante muitos anos uma das principais fontes de riqueza. Nativa e protegida no interior das matas, milhares de pessoas, durante a safra, ocupavam-se de sua colheita. Com baixo custo operacional e mercado favorável, a erva-mate desestimulava o investimento em outras culturas. (p. 198).

Almeida (1979) afirma que imigrantes europeus aprendem a ganhar dinheiro com o comércio do mate e ainda fala dos armazéns espalhados pela zona ervateira (quatro no Paraná: Rio Negro, Antonina, Morretes e Paranaguá; e seis em Santa Catarina: Porto União, Lucena, Oxford, Lençol, Campo Alegre e São Bento do Sul, além da matriz em Joinville). Em meados de 1915, a *Brazil Lumber* obtém do governo do Paraná uma concessão para explorar a erva-mate em terrenos devolutos no interior da área de litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina.

A *Lumber* transfere ao ‘coronel’ Fabrício a parte de execução do trabalho de coleta da erva. Inconformado por se tratar de área que, segundo sentença do Supremo Tribunal Federal, pertencia a Santa Catarina, o governo deste estado concede o mesmo direito de exploração do mate ao ‘coronel’ Manoel Vieira, superintendente de Canoinhas. Parece ter havido um acordo entre os ‘coronéis’ do qual, evidentemente, foram excluídos todos os posseiros que, espalhados pela região, viviam da exploração da erva-mate. A estes posseiros nada mais restou, senão tomar o rumo de Pedras Brancas, um dos redutos do Contestado (p. 145).

Neste sentido, Oliveira (1985) coloca que a:

[...] legislação de terras surgida em 1850 dispendo sobre a concessão de terras devolutas sem o preenchimento de formalidades legais, bastando ‘simples títulos de posse mansa e pacífica’, entretanto acelerou o movimento colonizador. Agregados e elementos pobres, digamos melhor, excedentes do regime pastoril, mal satisfeitos com a pobreza em que viviam, trocaram facilmente a vida dos campos pela vida das matas, tornando-se pequenos agricultores e extratores de madeira e erva-mate. A ‘*illex*’ haveria de dar a sua contribuição excepcional para o desenvolvimento da economia regional, constituindo-se fonte inestimável de riqueza (p. 59).

Luz (1999) descreve a colheita da erva da seguinte forma:

[...] o caboclo, de facão afiado na mão, mete-se pelos matos onde abunda a *illex* e, de erval em erval, anda à procura das árvores que não foram podadas na safra anterior. E assim vai de árvore em árvore, desbastando-as, golpeando-lhes os galhos de baixo para cima e amontoando os ramos de espaço em espaço. (p. 87).

Oliveira (2001) ressalta que no Paraná a exploração da erva-mate existia desde o ano de 1820 com a exportação para a região do Prata, inicialmente nas proximidades de Curitiba e em seguida, avançando para o Planalto Catarinense. Filho Goularti (2002) destaca que em Santa Catarina existiam dois destinos para a produção ervateira: a erva produzida no sudoeste e no oeste (vale do Rio do Peixe e vale do Rio Uruguai) ia para o Rio Grande do Sul, ao passo que, a erva produzida na região norte do estado (vales dos rios Iguaçu, Negro e os afluentes) era escoada para o litoral e exportada principalmente para o Chile, Uruguai e Argentina.

Bach (2009) faz referência a municípios catarinenses onde a erva-mate foi importante para o desenvolvimento econômico, citando São João dos Pobres (atual município de Matos Costa) e Canoinhas, sendo estes últimos municípios localizados no Planalto Norte. Canoinhas é conhecida como a capital da erva-mate, tanto que a cidade chegou a se chamar Ouro Verde. O mesmo autor ainda caracteriza a decadência deste ciclo, assim afirmando:

O extrativismo da erva-mate diminuiu na década de 60, quando grandes ervais foram substituídos por plantações de soja, milho, pinus e outras culturas. Com o aumento dos mercados consumidores e sua aplicação industrial na fabricação de tintas, resinas, medicamentos, desinfetantes e outros produtos, foi preciso fazer plantios e adotar novas técnicas de manejo do erval nativo, para aumentar a produtividade. (BACH, 2009, p. 199).

Como foi possível perceber na região das Matas Mistas e dos Campos vivia uma população cabocla que se valia dos recursos naturais para sobrevivência, em especial a partir da retirada da madeira nativa e da extração do mate nos ervais nativos.

Chang (1988) aponta justamente a exploração do mate como um dos elementos identitários socioeconômicos que caracteriza o Sistema Faxinal, sendo que os “ervais nativos desenvolvidos dentro do criadouro e coletados durante a entressafra das culturas, desempenhando papel de renda familiar” (p. 13) e “a região das matas mistas foi a mais diretamente envolvida por se encontrarem nela os mais densos ervais nativos” (p. 33), pois “o mate foi o principal fator de colonização e povoamento da região das matas mistas, da segunda metade do século passado [século XIX] às três primeiras décadas deste [século XX]” (idem).

Assim sendo, frente às análises apresentadas, pode-se concluir que a região do Contestado também apresenta essa paisagem natural propícia ao desenvolvimento do Sistema Faxinal. Entretanto, a existência da paisagem propícia não é o único elemento necessário. Considerando que são os atores sociais que dão vida às comunidades tradicionais, torna-se imprescindível analisar a territorialidade dos caboclos e imigrantes enquanto outro elemento característico.

3.2.2 A territorialidade dos atores sociais: caboclos e imigrantes

Ao destacar a contribuição dos caboclos e dos imigrantes no desenvolvimento e consolidação do Sistema Faxinal no Paraná, Chang (1988) destaca que na região das Matas Mistas estes atores sociais mesclaram conhecimentos. Dessa forma, observando sua territorialidade é possível identificar as regiões propícias para a existência do Sistema. Assim sendo, constrói-se uma reflexão acerca destes dois atores percebendo sua presença e as relações estabelecidas entre ambos partindo inicialmente dos caboclos até a chegada dos imigrantes.

Löwen Sahr e Cunha (2005) chamam a atenção para uma população tradicional do Sul do Brasil: os caboclos, ressaltando que estes – apesar de considerável pressão – vêm conseguindo se manter relativamente afastados dos processos de modernização, preservando seu modo de vida, nas palavras dos autores: “uma população autóctone” (p. 93). Segundo os autores, os “caboclos vivem há mais de dois séculos nos sertões do Sul, nas matas tropicais dos planaltos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná” (p. 90), onde praticam, sobretudo nos vales dos rios, um sistema integrado de atividade silvopastoril comunitária, extração de madeira, agricultura de subsistência e produção de erva-mate. A esse sistema dá-se nome de Faxinal ou Sistema Faxinal.

Auras (1995) esclarece, mais precisamente no contexto do conflito do Contestado, que “não há documentos escritos pelos caboclos. Há, entretanto, a presença inegável do próprio caboclo que fez o Contestado. Este homem não pode ser resgatado nos registros dos vencedores” (p. 21), sendo que para este homem errante do planalto, órfão do Estado, não fazia a menor diferença se o chão por ele pisado pertencia ao Paraná ou a Santa Catarina, pois isolados no interior, criaram um forte quadro de resistência ao despótico poder vigente. Colocados à margem do processo de desenvolvimento econômico, não dispunham de qualquer força econômico-política capaz de alça-los à condição de interlocutores válidos na correlação de forças então em constituição. A superioridade numérica que apresentavam e o maior conhecimento geográfico da área, apenas tiveram o efeito de retardar o duro e inevitável fim de sua disposição de construir um mundo melhor. Auras (1995) atesta que é “inegável que os caboclos do planalto catarinense foram protagonistas da história ao longo da Guerra do Contestado” (p. 169).

Thomé (1981), por sua vez, define o caboclo colocando que persiste na região do Contestado “um tipo humano classificado como ‘mameluco’ na etnia brasileira – o caboclo – resultado da mescla das raças dos conquistadores europeus com os índios, desde o Século XVI” (p. 05). Questiona se parte das origens do caboclo não estaria ligada às primitivas tribos Tupi e Tapuia, reconhecidas como as mais antigas das que habitavam o Sul do Brasil e ressalta que buscando “tradições indígenas no caboclo do Contestado, observamos fortes traços culturais herdados das populações tribais, tanto dos Gê como dos Guarani, o que reforça a corrente que afirma terem os índios dado mais do que receberam ao longo de toda a história” (p. 53).

Para Thomé (1981), encontram-se no Contestado diversos tipos de caboclos, desde aqueles, já quase descaracterizados (que têm suas raízes na mescla de índios paulistas com portugueses) até os mamelucos praticamente puros (descendentes dos grupos Gê), incluindo-se ainda os que são frutos de cruzamentos dos anteriormente citados entre si. Acrescenta que:

O caboclo da região do Contestado, assim, ao lado das tradições de origem ibérica (luso-espanhola), do tradicionalismo dos penetradores caipiras paulistas, e do comportamento dos gaúchos dos pampas, recebeu forte influência indígena, assimilando parte de sua cultura, seus hábitos, usos e costumes, o que muito o ajudou a enfrentar as adversidades da vida nas florestas. Raça e cultura indígenas passaram ao caboclo, que veio a constituir um novo tipo humano, personagem típico do Contestado. Tradições, línguas, crenças, usos e costumes, que outrora viviam nas selvas, hoje habitam na vida do sertanejo da região (THOMÉ, 1981, p. 59-62).

Bach (2009) afirma que o caboclo não precisava necessariamente ser descendente do índio, precisava apenas ter sido criado no sertão, ter hábito e comportamento de sertanejo, entretanto, o caboclo “não poderia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura” (p. 183).

Lemos (2006) ao analisar o caboclo da região de Curitiba assim o caracteriza:

O caboclo da região de Curitiba identificava-se como um filho da terra dos pinheirais e dos campos de pastoreio, afinado com o caráter da natureza que o cercava. Síntese da miscigenação resultante da interação multi-étnica constituía-se num ser humano ímpar, forte fisicamente, corajoso na medida em que as necessidades do enfrentamento aos elementos do ambiente selvagem em que vivia necessitavam de coragem e resistência. Seu universo cultural era primitivo e singelo: misturava saberes e fazeres trazidos de longe com a influência dos “bugres” da região, seus aparentados. A religião rústica que processava oriunda do catolicismo, matizada com as crenças e superstições largamente cultivadas em Portugal sofreram a adaptação regional na expressão material da fé apresentada nas procissões, festas religiosas com folguedos, nas rezas dos terços e das cantorias. Sua conduta moral daí emanante evidenciava-se pela sobriedade dos costumes e pela noção de solidariedade que considerava todos do seu meio como irmãos. (p. 220).

Machado (2004) informa que utiliza a palavra “caboclo” para designar o habitante pobre do meio rural e apesar de não haver conotação étnica na palavra, este era normalmente mestiço, muitas vezes negro. Entretanto, a característica principal dessa palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, “são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acaboclos” (p.48).

Vinhas de Queirós (1977) propõe uma hierarquização social na região do Contestado, tratava-se de um esquema básico expresso numa escala de posições típicas da sociedade. De acordo com a terminologia vulgar assim se escalonava a sociedade sertaneja: a) coronéis, b) fazendeiros, c) criadores ou meio-fazendeiros, d) lavradores, e) agregados, f) peões (p. 43). De acordo com o autor, abaixo “dos criadores, menos considerados que eles, achavam-se os lavradores. Nesta categoria se incluíam os caboclos que viviam de suas roças” (p. 46), estas roças encontravam-se geralmente afastadas dos centros e também se incluíam nessa categoria pequenos plantadores de tabaco, os criadores de porcos e a grande massa de colonos estrangeiros, alemães, polacos e rutenos⁴⁸. No mesmo nível se classificavam os empreiteiros do mate, que dirigiam turmas constituídas por pessoas da própria família ou então peões contratados.

⁴⁸ Povo eslavo que habita regiões da Galícia, da Hungria, da Ucrânia e da Lituânia.

Martins (1995) demonstra a impossibilidade em caracterizar biologicamente o caboclo ao afirmar que “a população do Planalto Catarinense é notadamente mestiça, consistindo principalmente do tipo definido como caboclo – que pode ser alguém de olhos azuis ou mesmo um índio destribalizado” (p. 131). Em meio a um embate de possibilidades analíticas acerca das origens, desenrolar, representações e consequências da Guerra, evidencia-se a figura do homem local, o qual é caracterizado mais pelo padrão sociocultural do que pela composição racial de seus membros. É entendido também como o “caboclo do Contestado”, o qual “era corajoso, instintivo e violento, ao mesmo tempo em que era franco, leal e honrado” (SANTA CATARINA, 2000, p. 112).

Este “Homem do Contestado”, não era de uma lida só, exercia múltiplas atividades, era criador, serrador, caçador, peão, agregado, mateiro, lavrador e lenhador. A denominação que recebeu, o “caboclo”, abrangia vários tipos humanos, desde o branco (lusitano ou castelhano), o índio (Tupi-Guarani, *Kaigang* e *Xokleng*), o negro (escravo africano), o mameluco (da mesclagem do branco com o índio), o cafuzo (descendente do cruzamento de negro com índio), o mulato (mestiço negro e branco), ou, ainda, o produto final das misturas de todas essas etnias, tornando-o inconfundível onde quer que se apresente (THOMÉ, 1992, p. 19-21).

Entretanto, antes mesmo do início oficial da Guerra do Contestado, em 1912, topógrafos, agrimensores e agentes da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande iniciaram as medições nas marginais dos trilhos para demarcar os espaços de colonização para os imigrantes estrangeiros. Próximos às estações ferroviárias eram instalados armazéns para atender aos “recém-chegados” (THOMÉ, 1992, p. 78). Através da *Brazil Development and Colonization Company*, que fazia parte da *Holding Brazil Railway Company*, a *Lumber* promoveu a vinda de imigrantes europeus, especialmente da Polônia e da Ucrânia para atuarem no setor agrícola (LIMA, 2008). Nas palavras de Fraga (2005), este território outrora contestado passou a ser rapidamente ocupado por milhares de migrantes europeus e excedentes das colônias do Rio Grande do Sul, ocupando as terras de posse e vivência dos caboclos, sob domínio e direito de colonização da Cia. *Lumber*.

Auras (1995) também narra esta situação:

Visando explorar o vasto potencial madeireiro e promover a colonização das largas terras marginais do leito ferroviário, a *Brazil Railway* cria, em 1909, a subsidiária *Southern Brazil Lumber Company* [...] Colonos de origem alemã e, posterior e secundariamente, italianos e poloneses, oriundos dos Estados do Rio Grande e Paraná, foram atraídos pelas propostas da empresa, fixando residência nas férteis terras ao longo do vale do Rio do Peixe. Vários núcleos coloniais foram ali criados.

É claro que, a esta altura, o corpo de segurança da Companhia já havia varrido da região, de forma sumária e definitiva, todos os posseiros, inclusive aqueles mais renitentes (p. 42-43).

Com o fim do conflito do Contestado, restou a muitos se inserirem a um novo molde que se instaurava na região, ou seja, a derrubada da mata e a demarcação e entrega das terras à imigração. Brandt (2007) ao analisar essa nova modificação econômica e social afirma que a população cabocla da região teve duas opções: “adaptar-se ou ficar excluída” (p. 247). Os que não se adaptaram, procuraram novas áreas nos sertões do Paraná. Vinhas de Queirós (1977) confirma que “a *Lumber* loteou e começou a vender a colonos estrangeiros terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que dali tinham sido expulsos os posseiros e antigos proprietários” (p. 74).

Machado (2004) coloca que os vazios demográficos deixados como resultado do conflito, principalmente em virtude da violência de sua fase final, foram preenchidos por pequenos agricultores de origem europeia, formando em algumas cidades (como Videira, Fraiburgo e Treze Tílias) algo semelhante a um “*apartheid*” social e étnico entre a recente população migrante (branca, ‘disciplinada’ e economicamente remediada) e a antiga população cabocla (mestiça ou de cor, ‘indolente’, ‘turbulenta’ e pobre) (p. 41). De fato, o acesso à terra por parte da população cabocla ficou cada vez mais difícil, sobretudo no Meio-Oeste e no Planalto Norte Catarinense, nas terras devolutas tendo em vista a atuação das empresas de capital estrangeiro como a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* subsidiária da *Brazil Railway Company*. (p. 75).

Peluso Júnior (1970), ao analisar os aspectos da população e da imigração no estado de Santa Catarina, divide a ocupação deste espaço em grupos, da seguinte forma:

- a) Grupo da bacia do Rio Uruguai: era o grupo mais próspero e ocupava os campos de Lages, Curitibanos e Campos Novos. Os latifúndios tinham terras de pasto e de mato. Tratava-se de um grupo rural de origem portuguesa e que possuía uma melhor organização da propriedade, rivalizando com imigrantes europeus;
- b) Grupo da bacia do Rio Iguaçu: grupo que lutou em ambiente menos propício à economia pastoril visto que a região era rica somente em campestres e terras de Caíva, onde, a fogo, “abriam-se claros na mata para criação de gado” (p. 71). Os moradores das imediações do caminho tropeiro que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo tinham condições de levar ao mercado seu rebanho.

O autor destaca ainda que o desenvolvimento do Planalto era difícil tendo em vista a distância dos centros populosos, a ausência de estradas em boas condições, pois a região era

servida “por difíceis caminhos de tropas, as únicas exportações da região eram o gado e a erva-mate” (PELUSO JÚNIOR, 1970, p. 71).

Ficam visíveis neste cenário duas frentes: a primeira, constituída pela sociedade cabocla já existente que mantinha a preservação de seu território e se destacava pelas formas tradicionais de uso do mesmo e, a segunda, marcada pela atuação de companhias colonizadoras (com o amparo do poder político e econômico) que visavam ignorar o território existente e construir um novo território com a contribuição da imigração, evidenciando assim:

[...] um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os *outsiders*). (SOUZA, 1995, p. 86).

Por outro lado, como destaca Chang (1988) os movimentos imigratórios do século XIX e início do século XX eram resultantes de “uma conjuntura nacional de carência de mão-de-obra para a agricultura de exportação e da necessidade de pequenos proprietários produtores de lavoura de subsistência” (p. 32). Assim sendo, em alguns lugares a fundação das colônias imigrantes ocorreu de uma maneira mais tranquila, entretanto, em outros espaços, como no caso da região do Contestado, o embate entre caboclos e imigrantes é mais nítido. Porém, a discussão quanto à presença de caboclos e imigrantes deve ter como foco os atores sociais que dão vida ao Sistema Faxinal e, neste sentido, de fato existem no Paraná Faxinais caboclos, Faxinais imigrantes e Faxinais que mesclam esses dois atores. Dessa maneira, acredita-se que estes dois atores sociais, no decorrer do tempo, mesclaram suas tradições, costumes e formas de ocupar o território também no caso dos Faxinais a ponto de serem considerados um elemento regional de importância para caracterizar o Sistema.

3.2.3 A territorialidade da criação extensiva e do tropeirismo do porco

Oliveira (1985) evidencia que não “será exagerado acentuar que ainda há bem pouco tempo, a paisagem humana dos planaltos meridionais se formava em torno deste tripé: pastoreio, erva-mate e exploração madeireira” (p. 36) ressaltando que o madeireiro e o ervateiro “associam, por vezes, a exploração da floresta com atividades agropastoris, cultivando hortaliças, cereais e criando gado suíno” (p. 39).

Fraga (2006) ao se referir ao tropeirismo nos estados do Paraná e de Santa Catarina destaca que este ciclo econômico foi de fundamental importância para estes estados não somente em termos econômicos sendo determinante também em aspectos sociais e culturais “mesmo que tenha sido apenas terra de passagem” (p. 138). O autor destaca ainda que ao contrário do que se pensava até então existiu uma rede de interligações muito mais complexa, pois além dos caminhos tradicionais que ligavam Rio Grande do Sul a São Paulo existiu também um emaranhado de caminhos internos que se ligam aos gerais “que se resumiam às ligações entre Santa Maria, passando por Chapecó e Palmas, Santa Maria passando por Campos Novos e União da Vitória, Vacaria passando por Lages, Curitiba, Rio Negro e Curitiba e o litorâneo, que vem do sentido Porto Alegre, passando por Laguna, Florianópolis, Itajaí, Joinville e Curitiba” (p. 141), ou seja, estes caminhos cortavam também a região do Contestado.

Bach (2009) esclarece que o termo tropeirismo usado “para muares, equinos e bovinos em marcha, estendeu-se às varas de porcos, conduzidas a pé a longas distâncias” (p. 14), destacando ainda que o aumento da população brasileira e a comercialização da banha foram fatores determinantes pra expansão do ciclo do tropeirismo de porcos, assim narra o autor:

As tropeadas ocorriam entre os meses de junho e setembro, quando a safra do pinhão havia terminado, bem como as roças de milho e os porcos estavam gordos. Eram tropas de até mil porcos conduzidas a pé ou a cavalo, percorrendo de 6 a 7 quilômetros por dia, passando por caminhos sinuosos, picadas e atalhos, margeando os rios. Da comitiva faziam parte o condutor, responsável pela viagem, os tocadores, que cuidavam das talhas, o chamador e o cozinheiro. Havia também cães treinados para o resgate dos porcos, chamados cães porqueiros. À frente ia uma carroça levando milho e todos os apetrechos para a viagem. (BACH, 2009, p. 14).

Vinhas de Queirós (1977) atesta que a “abertura do caminho por terra entre Rio Grande e São Paulo veio a inaugurar uma fase nova na exploração da campanha gaúcha” (p. 23) sendo que até depois da Independência (quase até o fim do Império) a Estrada de Tropas, o Caminho do Sul, a Rota dos Sertões para Viamão – que muitos foram os nomes que tomou – constituiu o principal vínculo a unir o Extremo Sul ao centro do Brasil e sua influência só esvaiu-se ao principiar o tempo do trem de ferro e dos navios a vapor.

Thomé (1981) coloca que depois “de aberta a estrada ligando os campos gaúchos a São Paulo, entusiasmado com o comércio de gado, o governo daquela província passou a incentivar novas frentes criadoras” (p. 37) e na época da criação da Província do Paraná, a região do Contestado era “cortada pela ‘estrada geral’, que ligava Viamão (no Rio Grande do Sul) a Sorocaba (em São Paulo). Cortando o sertão (hoje catarinense) entre Rio Negro e

Lages, neste trecho o caminho chamava-se ‘estrada da mata’” (idem). Sendo que esta não passava de uma picada aberta na vegetação espessa rica em araucárias, imbuías e taquaras o que dificultava e tornava lento o trânsito de muares e bovinos.

Chang (1988) ao analisar o caminho das tropas do século XVII ao século XIX delinea o traçado dos principais caminhos tropeiros e atesta que “toda a região sul do Brasil, nas áreas onde apresentavam matas de araucária, erva mate nativa e cujo povoamento ocorreu nos dois séculos anteriores, principalmente no século XIX, conheceu a formação de comunidades do Sistema Faxinal” (p. 24).

De acordo com Chang (1988) da atividade das fazendas interessa para o entendimento dos Faxinais apenas a produção animal de subsistência, principalmente a suinocultura extensiva cujas características mantêm grande identidade com a criação de porcos do Sistema Faxinal. Nesta suinocultura extensiva, os animais eram criados em completa liberdade sendo que esta técnica de criação teria derivado tanto do costume gaúcho⁴⁹ quanto do costume dos caboclos e indígenas.

Vinhas de Queirós (1977) relata que por “toda parte onde chegavam os conquistadores, o gado era criado à solta, em fazendas que a princípio não tinham cercas e cujas divisas eram apenas vagamente assinaladas por acidentes naturais” (p. 28). Ressalta ainda que por toda parte, o que tirou por vezes muitas famílias da maior pobreza, foi a criação de porcos-do-mato que “Soltos no pinheiral, crescem e ficam tão gordos que mal podem andar” (p. 37). Lemos (2006) em sua análise sobre os caboclos de Curitiba destaca que nesta região os animais soltos no pasto sobreviviam conforme a natureza permitia, a agricultura de subsistência concentrava-se no milho e no feijão, uma “cultura campeira marcada pelo isolamento e pela rusticidade” (p. 62).

Straube (2006) ao analisar a estruturação socioespacial do sistema tropeiro entre Palmas e União da Vitória, no Paraná, partindo de uma interpretação geomorfológica destaca que esta última cidade se constituiu em um ponto especial no caminho das tropas por três motivos: a) se localiza na transição entre o segundo e o terceiro planalto (sem uma escarpa expressiva); b) se localiza entre duas regiões de campos (Palmas e Campos Gerais), se apresentando como um local para pouso numa área intermediária de mata fechada; c) permite

⁴⁹O termo “gaúcho” não se restringe aos nativos do Rio Grande do Sul, é um produto de cultura ambiente, ou seja, uma consequência de um estado econômico e ecológico, é o homem primitivo, simples, caçador de gado, ainda sem pátria definida, sem outro senhor que não a sua vontade. (FONSECA, 1982, p. 14, apud CHANG, 1988, p. 24).

a transposição das tropas através da estrutura geológica de um vau⁵⁰. Deve-se, porém, destacar que esta rota tropeira de Palmas a União da Vitória se constituía como uma rota secundária.

Bach (2009), afirma que da “criação de porcos em região das matas, distantes dos grandes centros, originou-se o tropeirismo de porcos. Esses animais, quando estavam gordos, precisavam ser conduzidos aos locais de abate ou até as estações ferroviárias mais próximas” (p. 14). O autor relata e identifica os locais onde existiam as fábricas (ou casas) de banha, citando inclusive municípios catarinenses como Matos Costa: em “1930, em Matos Costa, SC, havia uma fábrica de banha” (p. 355), outras em Porto União, Concórdia e outros locais.

O historiador Alfredo Crosby (1992) ao se referir ao porco afirma que este – dentre todos os animais domesticados – é o que mais se assemelha a uma erva daninha, isso em virtude de ser onívoro e não somente herbívoro (como bois, cavalos e mulas) facilitando assim sua reprodução. Neste sentido, Brandt (2007) destaca que se nas áreas onde o “gado vacum, cavalari e muar eram os principais animais criados, a situação se alterava nas áreas de mata de araucária, marginais aos grandes latifúndios. Lá eram os porcos que constituíam a principal criação” (p. 77).

O viajante Cabeza de Vaca (1999) assim relata:

[...] por aquelas terras há muitos porcos montanhese e macacos que comem aqueles pinhões. Os macacos costumam subir nos pinheiros e derrubar tantas pinhas quanto conseguem para depois descer e comê-las junto ao solo. Muitas vezes acontece que os porcos montanhese ficam aguardando os macacos derrubarem as pinhas para então irem comê-las, afugentando os macacos. (p. 162).

Essa abundância possibilitou aos habitantes encontrar uma fonte de renda na criação de porcos soltos, visto que, soltos nos pinheirais, esses animais crescem e engordam através do que Chang (1988) denominou de “suinocultura extensiva”, onde estes animais se criavam em completa liberdade.

Em algumas notas, publicadas no jornal Terra Livre de Florianópolis (1918), o Capitão Vieira da Rosa, militar que percorreu a região durante a Guerra do Contestado, assim

⁵⁰ A largura do Rio Iguaçu, como o maior rio que cruza o Estado do Paraná, ainda encaixado com encostas íngremes, sempre pôs um problema para os tropeiros. Por isso, a descoberta de uma elevação dentro do leito fluvial, o chamado vau, em União da Vitória tornou este lugar o ponto preferido no Caminho onde as tropas poderiam passar de uma margem a outra, igualando este ponto apenas com outra travessa numa outra ramificação do caminho, no município Rio Negro (Registro)” (STRAUBE, 2009, p. 42), era, portanto, o lugar mais raso do rio.

escreveu sobre a criação e animais soltos, principalmente o porco e sobre a paisagem descrevendo os campos, florestas e Faxinais⁵¹ na época:

É que nesses mattos, limpos de cipos, gramados, permittindo passear por ellas a cavallo, como nalgum parque europeu, os fructos nutritivos são abundantes, entre os quais os guaramins, o vacum, as goiabas serranas, os araçás, a imbuia, o pinhão, as amoras e o butiá, constituem o alimento principal para engorda de suínos. [...]. A descripção que fizemos das terras curitibanenses explica: primeiro o modo de vida do caboclo que, tendo a creação de porcos como sua principal a unica indústria era obrigado a viver pelos ermos, no meio das mattas; segundo, a difficuldade que as forças do governo encontraram nas marchas e no serviço da intendência (sic). (p. 01).

Da mesma forma, Herculano Teixeira D'Assumpção (1917), Primeiro-Tenente do Exército que atuou no Contestado assim observou sobre a criação suína e caprina “é notável; durante as nossas operações militares, encontramos, por todo o sertão, muitos animaes porcinos abandonados na matta, comendo exclusivamente pinhão, e, no meio do reductinho de Trombudo, a 9 Km a sudeste de Perdizinhas, para mais de 100 bodes, cabras e cabritos, também em completo abandono (sic)” (p. 181). Entretanto, acredita-se que este “abandono” deve-se não ao fato da população ter se deslocado para outros redutos, mas sim pelo modo com que os animais eram criados, de maneira solta, principalmente os suínos.

Este ciclo encerrou-se, segundo Bach (2009) em virtude da devastação das florestas pela indústria madeireira a partir de 1940, o que modificou a paisagem da região Sul do Brasil, juntamente com a chegada dos caminhões, “novas técnicas de criação de porcos, a substituição da banha por óleos vegetais, a agricultura mecanizada e uma nova realidade social” (p. 14).

Entretanto, na busca por este elemento regional que ajuda a delimitar a região de possíveis Faxinais, compreender os locais onde as rotas tropeiras se fizeram presentes se torna necessário. Fraga (2005) destaca que além dos caminhos tradicionalmente conhecidos no sentido sul-norte, existem os caminhos no sentido Leste-Oeste que são menos explorados pelo referencial historiográfico do tropeirismo. Estes últimos caminhos objetivavam, via de regra, ligar cidades portuárias ao interior produtor de charque, peles de animais e erva-mate, entre outros produtos. O referido autor destaca cinco destas rotas:

Paranaguá-Curitiba, Joinville-Rio Negro/Mafra e Porto União/União da Vitória chagando a Campo Erê (o mais longo registrado nesse sentido), Itajaí-Curitibanos,

⁵¹ Faxinal, neste caso, se refere a um tipo de vegetação caracterizado por Klein (1978) como sendo uma mata rala e em geral pouco densa, acompanhada por sub-bosques de taquarais e carazais, ocorrendo também pinheirais, ora em agrupamentos densos, ora esparsos, além de outras espécies de árvores.

Campos Novos e Chapecó (cortando o Vale do Itajaí), Florianópolis (antes Desterro) para Lages (com vários pousos intermediários, como Bom Retiro, Rancho Queimado, Bocaina do Sul e Canoas) e Laguna-São Joaquim e Lages. (p. 141).

Dessa maneira é possível perceber que muitos caminhos tropeiros cortavam a região do Contestado, especialmente passando por Curitiba, Timbó Grande, Caçador, Mafra/Rio Negro, Canoinhas, Porto União/União da Vitória, General Carneiro e Matos Costa. Relacionando com os elementos dos Faxinais, pode-se dizer que a proximidade com estas rotas e caminhos permitia o desenvolvimento de algumas atividades econômicas essenciais para o Sistema como a comercialização do porco e da erva-mate.

3.2.4 A territorialidade da policultura alimentar de subsistência

Chang (1988) destaca que a produção agrícola do Sistema Faxinal baseava-se na policultura alimentar de subsistência que visava o abastecimento familiar e a comercialização do excedente, destacando-se o cultivo do milho, do feijão, do arroz, da batata e da cebola. Estas roças eram feitas das terras de mato pelo princípio do pousio da terra, onde para “se fazer uma roça, bastava cortar e queimar o mato. Não era feito nenhum tipo de trato à cultura após o semeio” (p. 27). Entretanto, esta territorialidade rústica e tradicional do policultivo alimentar de subsistência não era, logicamente, exclusividade dos Faxinais e existia (ainda existe) na maior parte das comunidades interioranas visto que tinha a função da produção de alimentos para os moradores.

Assim sendo, os caboclos e mais tarde os imigrantes praticavam segundo Renk (1997) a “roça cabocla” exercendo a agricultura juntamente com a criação de animais separando as áreas em “terras de criar” e “terras de plantar”. As terras de plantar eram as roças abertas na floresta onde se praticava a rotação de terras e a coivara⁵² cercando estas terras (com toras ou lascas de madeira) para evitar a invasão dos animais. Este sistema regional permitia, pela existência de amplos espaços naturais combinada à baixa ocupação demográfica, a livre circulação de animais em grandes espaços e a produtividade somente para o consumo.

⁵² Uma das formas mais antigas de intervenção humana no meio ambiente. Consiste em um sistema lógico de organização e uso dos recursos naturais, geralmente associado a populações pobres rurais e tradicionais na região dos trópicos úmidos, ou seja, é o sistema agrícola mais encontrado nesses ambientes. É também compreendida como um sistema de plantio itinerante onde as áreas cultivadas são submetidas a um pousio por um período maior. Inicialmente ocorre a derrubada da vegetação, em seguida, a matéria orgânica seca no local até que possa ser queimada (MUNARI, 2009).

Martins (1977) evidencia que a população cabocla desenvolvia um modo de vida denominado “economia do excedente”, onde o objetivo principal era a subsistência e o excedente era comercializado. Informação também destacada por Bloemer (2000) quando este último autor afirma que os caboclos poderiam viver “da caça, da pesca e da agricultura de subsistência [...] possível, em uma fronteira aberta, com terras devolutas e uma baixa densidade demográfica” (p. 72).

Brandt (2007) ao analisar o uso comum e a apropriação das terras na região do Contestado, mais especificamente em Fraiburgo/SC afirma que na forma de criação dos animais em aberto, “as roças eram cercadas para impedir a invasão de animais criados e até mesmo de alguns veados que existiam na região” (p. 203). As lavouras, por serem destinadas à subsistência ocupavam pouco espaço em relação às terras de criação, sendo que em muitos casos, cercavam-se as roças onde se plantava o milho consorciado (ou não) com o feijão, abóboras, melancias, arroz sequeiro, entre outros produtos.

Vinhas de Queirós (1977), em sua análise sobre o Contestado, versando sobre a presença de José Maria⁵³ no Faxinal do Irani, coloca que o Irani constituía a parte sul do município de Palmas, sob administração paranaense, e fazia fronteira com o Rio Grande e além dos campos, ali existentes, “o terreno era acidentado, coberto de matas virgens e de Faxinais. Deparavam-se montanhas e vales profundos, despenhadeiros e cavernas. Havia quem dissesse que a terra era fertilíssima” (p. 90). “As matas e os Faxinais do Irani foram ocupados, desde fins do século passado, por uma população que migrou do Rio Grande. [...] A esses primeiros habitantes vieram juntar-se outras modestas famílias que ‘chegavam não se sabe daonde, arranchavam nas terras devolutas, plantavam o seu milho, o seu feijão, criavam seus porcos, tudo para subsistência e para pequenas trocas’”. Nos redutos da Guerra, o autor destaca que a “irmandade se encarregava também da plantação em comum de roças de milho e, segundo tudo indica, da coleta comum de erva-mate. Havia roças desse tipo próximo ao reduto de Caçador e, mais tarde, no Tamanduá” (p. 190).

Vinhas de Queirós (1977) acrescenta ainda que “na arremetida sobre a floresta [...] a roça cabocla substituiu o aproveitamento do mate onde quer que fossem raras as minas de erval” (p. 35), sendo que noutros lugares tornou-se complemento quase obrigatório da atividade extrativa, entretanto, ficou a meio caminho em terras onde cresciam os padrões de fertilidade. Segundo o autor em algumas partes da área plantava-se mandioca, arroz ou

⁵³ Sobre os monges do Contestado, sugere-se a leitura de: TONON, E. **Os monges do Contestado: Permanências, predições e rituais no imaginário**. Palmas: Kaygangue, 2010.

banana, porém, o milho era o centro da lavoura e a base da alimentação cabocla, sendo “consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia” (p. 36).

Oliveira (1985) destaca que nos

[...] planaltos catarinenses o sertanejo além do ‘gaúcho’ desenvolve outras atividades: - é fazedor de erva-mate, é extrator de madeira, ou é ainda um pequeno agricultor. Embora não se dedique preferencialmente à lavoura, e esta é sempre rudimentar e primitiva, não escapando à influência dos métodos indígenas de queima da mata e encoivramento, procura manter uma lavoura de subsistência em que não faltam o milho, o feijão, a batatinha ou a moranga. [...] a economia de coleta tem sido sempre mais cômoda para o caboclo. Assim sendo, facilmente opinou pela extração da ‘*illex*’ e a exploração do pinho (p. 64).

Neste sentido, como foi possível perceber a prática da policultura alimentar de subsistência, elemento regional importante para o Sistema Faxinal, existia também em outras regiões, inclusive em toda a região do Contestado onde existiam comunidades rurais. Tal constatação chega ao ponto de ser lógica visto que cada agrupamento agrário de pessoas encontra na prática da policultura alimentar sua principal fonte de alimento e, por vezes, de renda.

Sendo assim, pode-se afirmar que os quatro elementos regionais que compõem o Sistema Faxinal definidos a partir das análises de Chang (1988) fazem parte da região do Contestado. Esta presença não é de forma contínua, ou seja, não cobre toda a extensão geográfica da área, dessa maneira, é possível sobrepor estes elementos e selecionar comunidades que, ao se encontrarem nestas intersecções seriam mais propícias a terem desenvolvido o Sistema. Esta sobreposição foi realizada considerando a discussão teórica construída que espacializa estes elementos e foi visualizada/demarcada através de Cartas Topográficas do Exército Brasileiro e do IBGE nas escalas de 1:100.000 e 1:50.000 que cobrem a região.

A partir desta sobreposição foram selecionadas duas comunidades para o aprofundamento: a comunidade do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR e a comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Tais análises são apresentadas nos próximos Capítulos 4 e 5.

CAPÍTULO 4 – OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS NA TERRITORIALIDADE DO FAXINAL DO EMBOQUE – EXEMPLO NA ESCALA DA COMUNIDADE NO ESTADO DO PARANÁ

O Sistema Faxinal, como atesta Nerone (2000), não se constitui de um ajuntamento confuso de homens, animais e vegetação reunidos ao longo do tempo, ao contrário, se apresenta como sendo a “realidade oculta de uma organização complexa, que se expressa por meio de um criadouro comunitário em pastagens coletivas, com uma cultura própria e um comportamento singular que os distingue das outras localidades e municípios paranaenses.” (p. 134-135). Tendo isto considerado, torna-se necessário um olhar mais aprofundado sobre estas comunidades com vistas a compreender sua dinâmica e organização através da complementação aos elementos identitários regionais propostos por Chang (1988).

A seleção dos elementos identitários socioespaciais e socioculturais que complementam a territorialidade do Sistema Faxinal a ser pesquisada na região do Contestado foi elaborada partindo da Tese de Nerone (2000), que foi construída empiricamente a partir do Faxinal de Marmeleiro de Baixo localizado no município paranaense de Rebouças, e consiste na metodologia aqui utilizada para a análise na escala da comunidade. Para a autora, o Sistema Faxinal é compreendido como uma forma de organização rural baseada na produção animal (no espaço coletivo, criadouro comum), produção agrícola e extração da erva-mate, elementos já apontados por Chang (1988), entretanto, possuidor de outros elementos socioespaciais, como: a distinção entre as terras de plantar e as terras de criar, a diferenciação entre a propriedade e o uso das terras, o sistema de cercas, porteiras e mata-burros – elementos que diferenciam o Sistema de outras propriedades rurais; e o uso coletivo da terra, as relações de compadrio e mutirão e, por fim, a medicina e a religiosidade popular – elementos que caracterizam sua identidade sociocultural.

Dessa maneira, objetivando compreender a forma com que estes elementos identitários se apresentam, analisa-se como exemplo da escala da comunidade no estado do Paraná a comunidade do Emboque. Esta escolha se justifica no fato de que este faxinal encontra-se na borda da região do Contestado, no município de São Mateus do Sul e é também onde se tem maior familiaridade com a comunidade, tendo em vista, pesquisas e visitas anteriores.

Para tanto, este quarto capítulo se estrutura em três partes. A primeira retoma e evidencia as características regionais (com base em CHANG, 1988) e, neste momento, mais específicas da comunidade selecionada tendo como base a presença das Matas Mistas com ervais nativos enquanto *condicionante físico-natural* e, enquanto *condicionantes humanos*, os

caboclos e imigrantes juntamente com a criação extensiva e o tropeirismo do porco além da prática da policultura alimentar de subsistência.

A segunda parte deste capítulo tem a finalidade de diferenciar o Sistema Faxinal de outros espaços rurais a partir dos elementos que marcam sua territorialidade na escala da comunidade: a distinção entre as terras de plantar e de criar; a diferenciação entre a propriedade e o uso da terra; o emprego do sistema de cercas, porteiras e mata-burros. A terceira e última parte enfoca a comunidade considerando os elementos socioculturais do Sistema Faxinal: o uso coletivo da terra; as relações de compadrio e mutirão; e a medicina e a religiosidade popular.

4.1 O CONDICIONANTE FÍSICO-NATURAL E OS CONDICIONANTES HUMANOS ENQUANTO ELEMENTOS REGIONAIS NA ESCALA DA COMUNIDADE

Esta primeira parte objetiva retomar e aprofundar os elementos regionais definidos a partir de Chang (1988) agora na escala da comunidade paranaense definida para exemplo: o Faxinal do Emboque. Esta análise específica auxilia na caracterização e fornece informações iniciais para a posterior análise mais detalhada do local.

4.1.1 O Faxinal do Emboque, município de São Mateus do Sul, Paraná⁵⁴

Um dos condicionantes físico-naturais da escala regional, necessário ao desenvolvimento do Sistema Faxinal, apontado por Chang (1988), é a presença das Matas Mistas com ervais nativos. Na região do Faxinal do Emboque este condicionante é presente, viabilizando assim a possibilidade do Sistema existir no local. A Imagem 01 evidencia, em destaque, a presença tanto da Araucária quanto da erva-mate que contrastam com espaços de vegetação rasteira, arbustiva e arbórea. Pode-se notar também a presença de espaços de reflorestamento, no caso deste Faxinal, reflorestamento de eucalipto.

⁵⁴As informações sobre a comunidade do Faxinal do Emboque foram obtidas, principalmente, por meio de visitas e coleta de entrevistas e depoimentos, sobretudo com os moradores: P. W. e S. M. C. P., no ano de 2013. Optou-se por apresentar as informações da entrevista, quando das citações diretas, destacadas em itálico para diferenciar de textos de livros e outros autores. Seguiram-se as proposições metodológicas da Pesquisa Narrativa com base em Schütze (2010), Wiles; Rosenbert e Kearns (2005) e Bohnsack e Weller (2010).

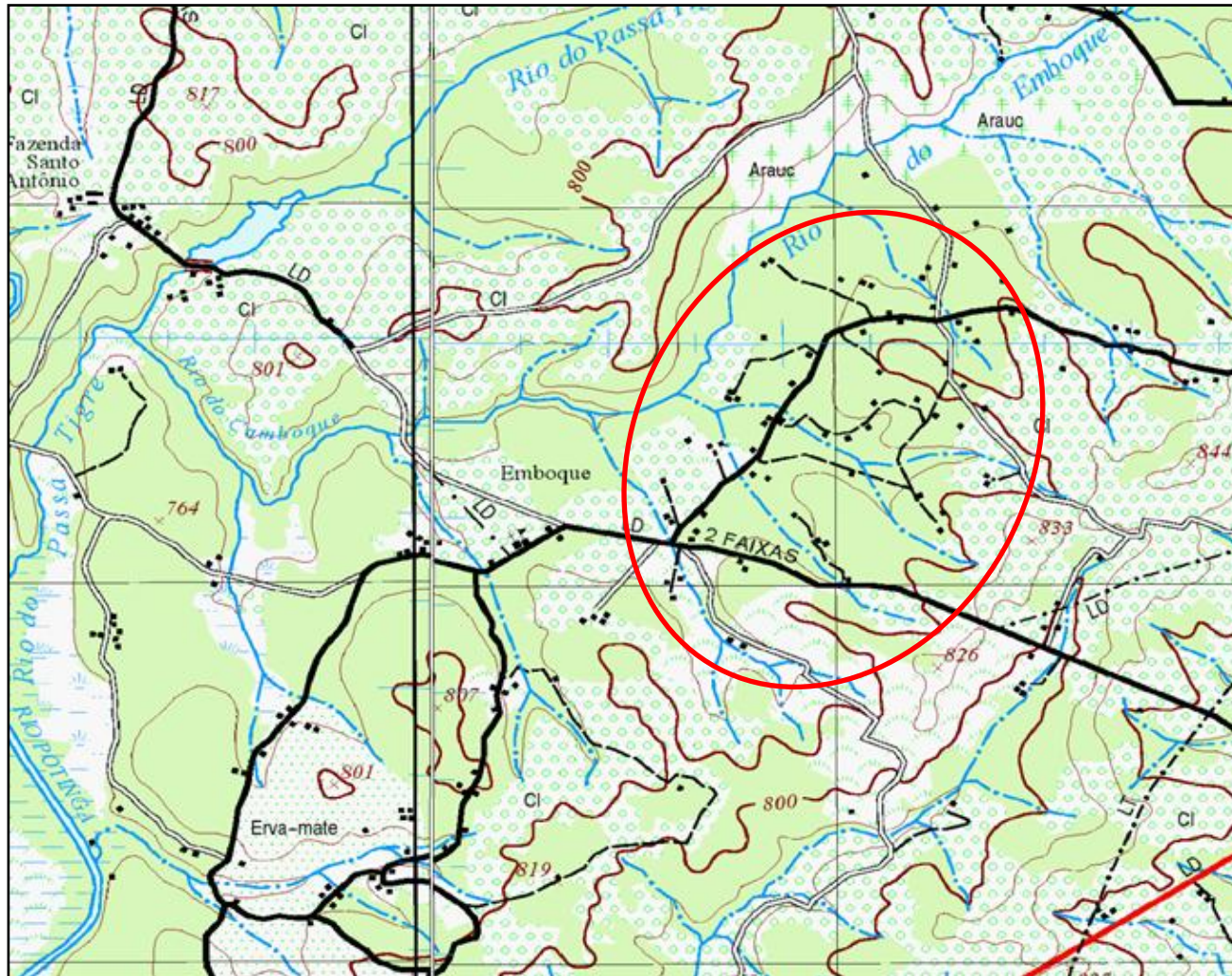
Ainda na Imagem 01 é possível perceber um número considerável de estradas, algumas de tráfego intenso, outras de tráfego periódico e algumas estradas carroçáveis, sendo estas últimas ligando os espaços de moradia às terras de plantar. É importante destacar também que através desta Imagem 01 pode-se observar a disposição das residências e sua relação com a hidrografia e as estradas. Pelo fato das residências se localizarem no mesmo espaço do criadouro comum onde os animais circulam livremente a presença de rios (permanentes e temporários) se torna fundamental, neste caso, os principais rios são o Rio Emboque e o Rio Passa Tigre. O grande número de estradas se deve à necessidade de se chegar tanto nas residências, quanto nos espaços comuns (igreja, escola) e nas terras de plantar.

Neste sentido, Leonard e Clifford (1971) acrescentam que associados a fatores sociais, existem os fatores físicos que contribuem para facilitar a relação dos grupos com seu lugar habitado, não sendo escolhidos ao acaso. Ao analisar os padrões de povoamento, os autores destacam as aldeias e/ou comunidades lineares⁵⁵, onde há o grupo de vizinhança, os serviços estão concentrados no povoado maior e os “agricultores saem todos os dias para a roça, regressando à tarde ao povoado. As residências se encontram geralmente em linha ao lado de um rio ou estrada, ou ao redor de uma praça principal e das terras comunais” (p. 74).

Da mesma maneira, Smith (1971) ao construir uma narrativa referente à sua viagem pelo Brasil destaca que no trecho de Curitiba (PR) até Blumenau (SC) o padrão de povoamento era, sobretudo, em forma de aldeia linear, onde “vales são estreitos e o solo de fundo muito limitado e em certos lugares praticamente inexistente. Os sítios se alinham em ambos os lados do curso de água.” (p. 246), onde se notava uma grande proximidade entre as casas. Assim sendo, observando a Imagem 01 é possível perceber que a estrutura de povoamento do Faxinal do Emboque seguiu os princípios da aldeia linear concentrando as moradias ao longo, principalmente, das estradas.

Assim sendo, a Imagem 01 evidencia a existência das Matas Mistas com ervais nativos enquanto elemento físico-natural, em escala regional, necessário ao desenvolvimento do Sistema Faxinal e possibilita também a visualização do grande número de estradas (de tráfego intenso, periódico e carroçável) e rios, elementos comuns na disposição espacial dos Faxinais. É possível notar também a estrutura de povoamento em forma de aldeia linear da comunidade seguindo os rios e as estradas.

⁵⁵Ver também: Bertrand (1973) e Vasconcelos (1977).



LEGENDA DA IMAGEM 01

	Rio não representável em escala: permanente
	Rio não representável em escala: temporário
	Terreno sujeito à inundação
	Terreno exposto
	Vegetação natural rasteira
	Vegetação natural arbustiva
	Vegetação natural arbórea
	Reflorestamento
	Cultura temporária
	Araucária
	Rodovia pavimentada (BR-476)
	Tráfego permanente
	Tráfego periódico
	Caminho carroçável
	Altimetria
	Edificações

IMAGEM 01: Emboque, São Mateus do Sul/PR. Fonte: Cartas do Ministério do Exército Brasileiro, escala de 1: 50.000, das localidades de Rio Claro do Sul (2007) e São Mateus do Sul (2005).

Em complementação a Imagem 01e objetivando fornecer mais detalhes acerca do tipo de vegetação apresentam-se, a seguir, as Fotos 01 e 02, que permitem visualizar a formação vegetal do Faxinal do Emboque.



FOTO 01: Vegetação de Matas Mistas com ervais nativos no criadouro comunitário do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR. Obs.: Notar a presença da *Araucaria angustifolia* e da *Ilex paraguariensis*.
Fonte: Acervo da autora, 2013.



FOTO 02: Vegetação de Matas Mistas com ervais nativos no criadouro comunitário do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR. Fonte: Acervo da autora, 2013.

Através das Imagens 01 e 02 é possível perceber a presença notável da *Araucaria angustifolia* e da *Ilex paraguariensis* que são espécies de grande importância para o Sistema, seja no caso da complementação alimentar animal (Araucária) ou seja no caso do extrativismo vegetal objetivando o lucro (a Araucária antigamente e a erva-mate até o momento). Esta vegetação se desenvolve no espaço do criadouro comum, próximo às residências o que dá ao Sistema Faxinal esse caráter de preservação ambiental consorciado à existência da população. Por ser o espaço onde os animais circulam livremente, é possível perceber através das imagens que a vegetação rasteira é mais rala. E, dessa maneira, considerando a presença das Matas Mistas e dos ervais nativos enquanto elemento físico-natural necessário à existência do Sistema Faxinal, percebe-se que o Faxinal do Emboque realmente se apresenta como um lugar propício para o desenvolvimento desta modalidade de comunidade.

Os condicionantes humanos, na escala regional, elaborados a partir de Chang (1988), partem da contribuição de caboclos e imigrantes quanto à criação extensiva, o tropeirismo do porco e a policultura alimentar de subsistência. As análises teóricas elaboradas anteriormente são complementadas, neste momento, por entrevistas e depoimentos com vistas a mais bem explicar, nesta comunidade, tais elementos (que são também descritos detalhadamente na posterior análise dos elementos socioculturais com base em Nerone, 2000).

De acordo com o depoimento do Sr. P. W. (2013), morador do Faxinal do Emboque, o Faxinal surgiu a partir da desagregação de um grande latifúndio que existia no local cujo desmembramento deu lugar a lotes menores que foram repassados para funcionários da ex-fazenda. Esses funcionários eram caboclos que passaram a criar os animais em comum e extrair a erva-mate nativa dando origem ao Sistema Faxinal.

Outra entrevistada, a Sra. S. M. C. P. (2013), ao se referir à história do Faxinal destaca que os primeiros moradores eram os “brasileiros” de sobrenome Pacheco e Espindola. Dessa maneira, e considerando a formação de outras comunidades próximas a este Faxinal, pode-se concluir que o Emboque também teve a gênese do Sistema com os caboclos. Os moradores relatam que ouviram histórias dando conta da passagem de alguns imigrantes alemães na região do Emboque que por não terem se adaptado ao lugar se dirigiram a outros.

Entretanto, ambos os entrevistados ressaltam que a consolidação do Sistema Faxinal no Emboque só ocorreu com a chegada dos primeiros poloneses que adquiriram essas terras, doadas pelo governo, que antes pertenciam aos caboclos. A chegada dos poloneses acompanha o processo de colonização ocorrido no município de São Mateus do Sul, cidade que ficou conhecida como a “capital polonesa no Brasil”, resultado da vinda de aproximadamente 2.000 famílias chefiadas por Sebastião Edmundo Saporski

(IAROCHINSKI, 2001). Essa chegada a São Mateus do Sul se deu por volta dos anos de 1890 (IBGE, 2013). Estes imigrantes eram formados pelas seguintes famílias: Yavorski, Ianoski, Przivitowski, Chuchewski, Wenglarek, Grabowski. As cercas que delimitariam o espaço do criadouro comunitário somente seriam construídas na década de 1930 visto que antes disso a área do criadouro era, segundo os relatos obtidos através das entrevistas realizadas com moradores do local, de cerca de 2.000 alqueires abrangendo além do Emboque, as comunidades de Rosas, Costão, Fatura do Potinga, Turvo e Paiol Grande. Nesta época, a prática da agricultura visava somente à subsistência, pois os recursos econômicos principais eram oriundos do extrativismo vegetal (principalmente a erva-mate) e a criação de porcos.

O Quadro 05 destaca as 53 famílias que atualmente compõem a comunidade do Faxinal do Emboque.

Nº	FAMÍLIA	Nº	FAMÍLIA
01	Ivone Maciel	28	Maria Kotrich
02	João Janoski	29	Mário Wenglarek
03	Antonio Wilki	30	Carlos Wodarski
04	Antonio F. Guimarães	31	José Oliveira
05	Osmar Wenglarek	32	Pedro Wodarski
06	Zenei Wenglarek	33	Fernando Grabowski
07	Edvina Wenglarek	34	Marlene Grabowski
08	Orlei Wenglarek	35	Romualdo Grabowski
09	Lauro Wenglarek	36	Paulo Wenglarek
10	Osni Wenglarek	37	Eduardo Wenglarek
11	Cezar Wenglarek	38	José Geraldo Grabowski
12	Aloisio Oliveira	39	João Grabowski
13	Jorge Wenglarek	40	Arthur Grabowski
14	Celso Javorski	41	Tadeu Przivitowski
15	Fernando Javorski	42	Zeno Oliveira
16	Edinei Gomes	43	Nelson Przivitowski
17	Silvio Gomes	44	Tereza Wenglarek
18	Carlos Oliveira	45	Antônio Vekichi
19	Eduardo Javorski	46	João Oliveira
20	Mauro Javorski	47	Julio Oliveira
21	Lindomar Wenglarek	48	Antonio Bojanoski
22	Miro Wenglarek	49	Hélia Polak
23	Madalena Karpinski	50	Pedro Polak
24	Ervino Simbarski	51	Josemar Kurek
25	Mario Grabowski	52	Luciano Kurek
26	Paulo Majeski	53	Jair Zavorski
27	Arthur Kotrich		

QUADRO 05: Relação de famílias moradoras do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR. Fonte: Lei Municipal nº 1.080/08 de 02 de junho de 2008 – Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul/PR.

Dessa maneira, fica perceptível a característica identitária regional destacada por Chang (1988) que menciona a troca cultural ocorrida entre caboclos e imigrantes nos Faxinais paranaenses. Dos caboclos, os poloneses herdaram a prática do extrativismo da madeira e do mate, a criação em comum, o cultivo de alguns gêneros alimentícios, entre outros e, estes últimos inseriram a predominância da religião católica, a gastronomia e vestuários típicos, além de instrumentos agrícolas próprios. Entretanto, destaca-se uma passagem da entrevista com a moradora S. M. C. P. (2013) quando esta afirma sobre a existência, ou não, de brasileiros (caboclos) atualmente no Faxinal: *“Ainda existem caboclos, mas a mistura é tão grande que ele já virou polonês, como o meu sogro, que é Oliveira, mas é Vitonski Oliveira, são dois sobrenomes poloneses para um brasileiro, então já é polonês”*. De fato, certo conservadorismo polonês remete a um sentimento de posse e exclusividade quanto ao desenvolvimento do local.

E. W. (2013)⁵⁶, morador deste Faxinal do Emboque, assim define o Sistema, destacando a prática da criação extensiva do porco, entre outras informações:

O Faxinal é uma organização do pessoal que cria os seus porcos soltos em comum, tudo junto, tipo uma família só, tudo cria no terreno dos outros, tudo a criação junta, então é, vamos supor que isso fosse uma família só, tudo reunido, unido, um Sistema do pessoal ficar no interior pra não procurar de ir pra cidade atrás de emprego, gerando emprego pra si mesmo na comunidade. O Faxinal segura o pessoal na roça? Segura no interior por causa que ele tem de onde fazer um dinheiro e de se alimentar, não comprando carne, como tem crioulo, sistema mais fácil de ele sobreviver no interior, então ele fica por aí, se não ele vai ter que procurar a cidade, e lá ele vai ter pagar água, luz, e comprar tudo o que ele precisa de se alimentar, e acaba não sobrando nada, nem tem como sair daqui pra ir pra cidade. (apud ARTICULAÇÃO, 2008, p. 03).

A partir do trecho anterior parte-se para a reflexão de outro elemento regional importante para o desenvolvimento do Sistema Faxinal: a criação extensiva e, em particular, o tropeirismo do porco. O município de São Mateus do Sul, no Paraná, não é evidenciado nas principais rotas tropeiras conhecidas do Brasil Meridional, entretanto, sua localização geográfica é muito próxima ao que Fraga (2005) chama de “emaranhado de caminhos internos que ligam aos gerais” (p. 140-141), como já evidenciado no capítulo anterior. De fato, é possível perceber pela racionalidade ainda existente desta prática que a criação extensiva é um legado ainda preservado neste Faxinal e considerando também a passagem próxima das rotas

⁵⁶Depoimento disponível em: ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Fascículo 3. Rebouças/PR, setembro 2008.

tropeiras pode-se presumir que esta criação era também (e ainda é) comercializada visando a geração de renda para as famílias.

Bach (2009) destaca que a suinocultura, no sistema de safra, desenvolveu-se no Brasil entre 1800 e 1960, sendo que os safristas percorriam a região comprando porcos durante os meses de março e abril para a engorda. Depois de gordos, os animais eram tropeados até grandes centros e comercializados em casas de banha e frigoríficos, eram tropas de até mil porcos conduzidas a pé ou a cavalo por caminhos sinuosos, picadas e atalhos, por vezes, margeando rios e percorrendo cerca de seis a sete quilômetros por dia. O mesmo autor relata a existência, em 1940, de casas de banha em Porto União – SC, pertencentes a Adolfo Kliemann, José Freiburger e José Scherainer, distantes apenas setenta quilômetros deste Faxinal.

Ressalta-se ainda a afirmação de Chang (1988) quando a autora destaca que nos Faxinais paranaenses “havia também grandes criações de suínos voltadas para o abastecimento do mercado interno dos centros urbanos regionais” (p. 26). Nas entrevistas realizadas no Faxinal do Emboque também foi possível constatar que a prática da criação extensiva do porco é tão antiga ao ponto dos entrevistados nem se lembrarem de quando ela começou e afirmarem ter sido herdada de seus antepassados.

O último elemento regional apontado por Chang (1988) a ser evidenciado no Faxinal do Emboque diz respeito à prática da policultura alimentar de subsistência. Como já discutido no capítulo anterior, era prática comum nas comunidades rurais a chamada roça cabocla que visava inicialmente o cultivo dos produtos agrícolas para o autoconsumo e a venda do excedente. A evidência maior de que este elemento existiu nas comunidades Faxinalenses do Paraná é justamente a existência das terras de plantar, que até hoje fazem parte da racionalidade do Sistema. No Faxinal do Emboque a policultura alimentar ainda é presente e (esta será mais bem discutida no subtópico: 4.2.1 Distinção entre terras de plantar e terras de criar).

Como a maioria dos Faxinais, o Emboque vem sofrendo um processo de desagregação fruto, entre outros motivos, da pressão capitalista aliada ao reconhecimento político tardio⁵⁷. Isso se evidencia na diminuição da extensão territorial do mesmo que passou de dois mil

⁵⁷O Faxinal do Emboque possui uma certidão de auto-reconhecimento expedida pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul, de acordo com a Lei Municipal nº 1.780/08, de 02 de junho de 2008, certificando como “Faxinalenses” os moradores do Faxinal do Emboque, totalizando 53 famílias.

alqueires (segundo os depoimentos e entrevistas) para 166,076 alqueires⁵⁸. Os motivos mais comuns a desagregação desta e outras comunidades tradicionais são o impulso no uso de agroquímicos com a Revolução Verde na década de 1970, a migração de fazendeiros monocultores gaúchos para a região Centro-Sul do estado do Paraná que passaram a comprar grandes quantidades de terra ao redor e cerca-las, além dos terrenos herdados que são partilhados e vendidos a terceiros alheios ao Sistema, os chamados “chacareiros” e suas áreas de lazer, entre outros.

Nas entrevistas, percebeu-se que realmente a área do Faxinal diminuiu consideravelmente: *“O Faxinal possuía um tamanho bem maior que hoje, a Igreja [que fica a quatro quilômetros da casa da entrevistada] ainda ficava dentro do Faxinal. A cerca de uns 26 anos o Faxinal começou a diminuir muito isso porque as pessoas que vinham de fora da comunidade, compravam terras e iam cercando suas propriedades, como fez certo fazendeiro, pois parte da divisa do Faxinal faz divisa com a fazenda dele, mas em nenhum momento ele entrou em conflito com a nossa comunidade”*. (S. M. C. P., 2013).

De acordo com Föetsch e Ludka (2012), o Faxinal do Emboque encontra-se na borda da chamada Região do Contestado e também devido a esta proximidade foi selecionado enquanto exemplo a ser aprofundado neste capítulo, evidenciando os elementos identitários na escala da comunidade e com vistas a compreender a construção de sua identidade territorial. De fato, o mesmo apresenta de uma forma bem nítida os elementos socioeconômicos regionais apontados por Chang (1988) restando ainda analisar os elementos socioespaciais e socioculturais na escala da comunidade, partindo das contribuições de Nerone (2000).

4.2 DIFERENCIAÇÃO DE OUTROS ESPAÇOS RURAIS: ELEMENTOS SOCIOESPACIAIS

Nerone (2000) destaca que a essência do Faxinal não pode ser compreendida em um olhar superficial e apressado. Ela acredita que o Sistema Faxinal diferencia-se de outros espaços rurais por apresentar (além dos elementos já destacados por Chang em 1988) uma marcada distinção entre as terras de plantar e as terras de criar, uma diferenciação entre a

⁵⁸ Área informada na Resolução 049/2009 – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), que cria a Cria a Área Especial de Uso Regulamentado (ARESUR) do Faxinal Emboque, situado no município de São Mateus do Sul e dá outras providências, na data de 19 de outubro de 2009.

propriedade e o uso das terras e também pela presença do sistema de cercas, porteiros e mata-burros.

4.2.1 Distinção entre terras de plantar e terras de criar

Nerone (2000) destaca que na concepção do modelo Faxinal, a terra é dividida em duas partes, de acordo com a composição da paisagem: uma destinada à criação solta (terras de criar) e outra para a plantação (terras de lavoura), sendo que estes dois espaços constituem-se nos pilares produtivos e são separados por uma cerca coletiva. O detalhe é que no Sistema Faxinal o espaço da moradia é junto dos animais e da floresta. Neste espaço coletivo é possível visualizar as construções, como as casas, os paióis, a casa do monjolo, a casa do forno, as construções que servem de garagem, a estrebaria, o galinheiro e, em alguns casos, a igreja, a escola e algumas casas comerciais.

Quanto ao Faxinal do Emboque, a Imagem 02 evidencia a distinção entre as terras de criar e as terras de plantar.



IMAGEM 02: Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/Paraná.

LEGENDA:

— Área aproximada do criadouro coletivo

— Espaço das terras de plantar

Fonte: Imagem do Google Maps. Elaborado pela autora, 2013.

Na Imagem 02, o contorno em amarelo demarca o espaço do criadouro comum, onde se localizam as residências, se criam os animais e se pode perceber a presença da vegetação, sobretudo da Araucária e da erva-mate. A demarcação em vermelho mostra o limite entre as terras de criar e as terras de plantar, sendo estas últimas, de uso particular dos moradores. Assim sendo, através desta representação é possível notar espacialmente uma das principais características do Sistema Faxinal: a diferenciação entre os espaços de propriedade particular e uso comum (criadouro coletivo) e de uso particular (terras de plantar). Pode-se notar também, através de um olhar mais atento, a disposição das residências ao longo das estradas e a vegetação que se torna mais rala onde os animais circulam livremente.

Na investigação de elementos integrantes das terras de plantar do Faxinal do Emboque, percebeu-se que se trata da policultura alimentar baseada no arroz, feijão, milho e nas hortas caseiras de cada família. O excedente só é vendido quando sobra ou comercializado nos finais de semana nas feiras no centro do município de São Mateus do Sul.

É cultivado também o fumo, atualmente o fumo tradicional, mas houve uma época, há uns anos atrás que a empresa fumageira estimulou o plantio de fumo orgânico, que foi abandonado alguns anos mais tarde por necessitar de muita mão-de-obra e não dar tanta diferença positiva no preço final.

As Fotos 03 e 04 demonstram este espaço das terras de plantar no referido Faxinal.



FOTO 03: Terras de plantar do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2013.



FOTO 04: Terras de plantar do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2013.

Na Foto 03 é possível perceber o cultivo do milho, importante alimento para os moradores e para os animais. A Foto 04 evidencia o espaço das terras de plantar aguardando um novo cultivo. Em ambas as imagens é possível perceber as estradas carroçáveis que ligam o criadouro às roças.

Nas terras de criar do Faxinal do Emboque encontra-se principalmente o porco, mas também as aves, o gado, os cavalos e, em menor número, os perus. Os cabritos que eram criados soltos no criadouro coletivo, atualmente são mantidos fechados em pequenos piquetes devido ao estrago que fazem na mata do criadouro. Importante destacar um trecho da entrevista em que a Sra. S. M. C. P. (2013) afirma ser *“engraçado, porque o pessoal acha que a gente sobrevive de vender o porco, mas não é, a gente vende porco, assim pro Natal que se encomenda ou para uma festa”* evidenciando, dessa maneira, a dificuldade de pessoas e governantes em entender a lógica do Sistema Faxinal. Atualmente, portanto, a criação de animais tem por objetivo, principalmente, o consumo pela comunidade.

As Fotos de 05 a 08 destacam algumas das espécies criadas no criadouro comunitário, ou terras de criar, do Faxinal do Emboque, com destaque para o gado bovino, os porcos e aves.



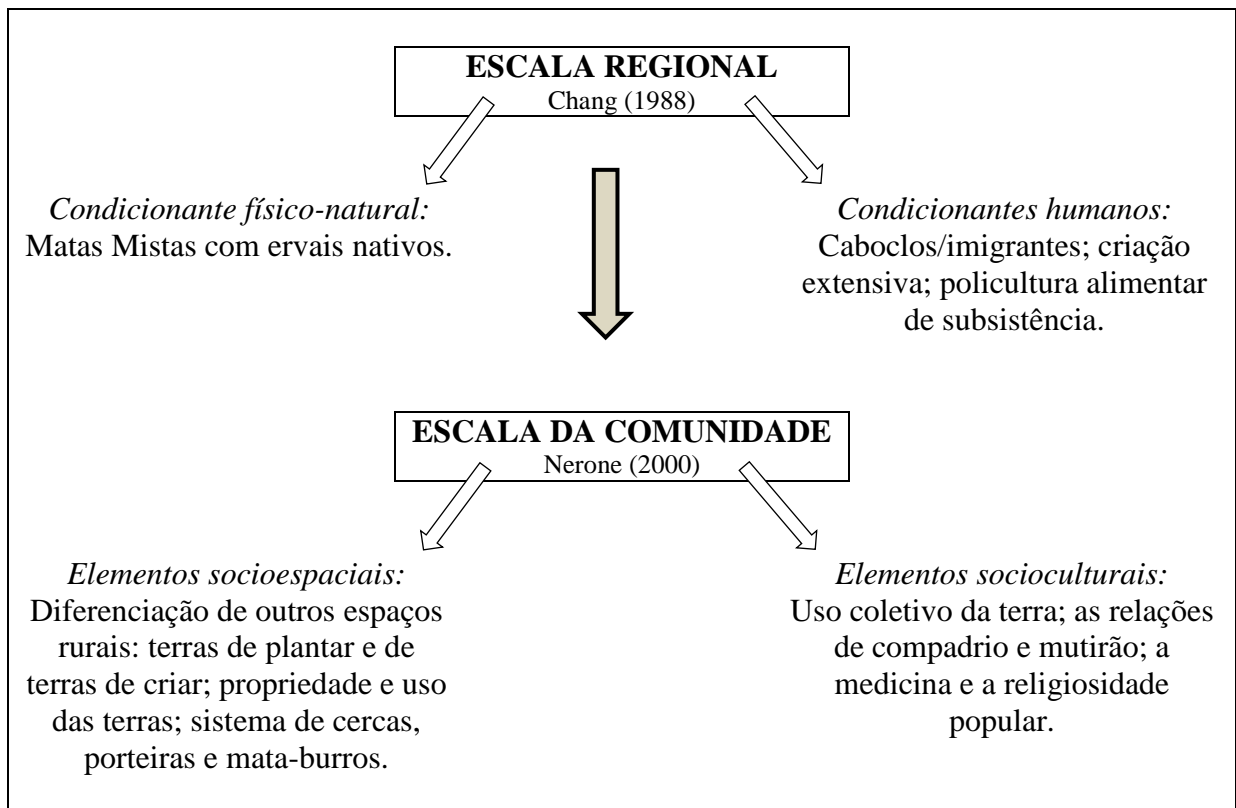
FOTOS 05 A 08: Animais do criadouro coletivo do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2013.

A maior parte dos animais é criada visando o consumo próprio da família, sendo que o que sobra é comercializado. Este espaço do criadouro coletivo se constitui em um dos principais elementos que diferencia o Faxinal de outros espaços rurais, entretanto, por vezes, como no caso do entendimento desenvolvido pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses não é mais pré-requisito para o reconhecimento dos Faxinais.

Entretanto, ressalta-se que na presente pesquisa o Sistema Faxinal é entendido a partir das proposições de Chang (1988) e de Nerone (2000), ou seja, um Sistema que se distingue das demais formas camponesas pelo seu caráter coletivo do uso da terra para a produção animal, tendo como elementos regionais característicos a localização nas Matas Mistas com presença dos ervais nativos e a contribuição dos elementos humanos do caboclo e do imigrante e suas práticas da criação extensiva e da policultura alimentar de subsistência.

Esse cenário é complementado por elementos apontados nas escalas da comunidade, tais como a distinção entre as terras de criar e de plantar, a diferenciação entre a propriedade e o uso das terras, o sistema de cercas, porteiras e mata-burros, o uso coletivo das terras, as

relações de compadrio e mutirão e, por fim, a medicina e a religiosidade popular. Todos estes elementos podem ser percebidos no Esquema 05.



ESQUEMA 05: Elementos que formam o Sistema Faxinal no estado do Paraná.
Fonte: Chang (1988) e Nerone (2000). Adaptado pela autora, 2013.

Dessa maneira, é possível constatar as diferentes formas de se compreender o Sistema Faxinal no estado do Paraná, sobretudo, considerando as abordagens clássicas de Chang (1988) e Nerone (2000), o entendimento do Estado (IAP/MARQUES, 2004 e EMATER/SOARES, 1994) e a visão das organizações sociais (Articulação Puxirão/SOUZA, 2009). Estes contrastes serão discutidos posteriormente.

4.2.2 Diferenciação entre propriedade e uso das terras

Nerone (2000) destaca que nos Faxinais a propriedade do terreno é particular, sendo que parte corresponde ao criadouro comum (terras de criar e uso coletivo) onde se encontra a cobertura vegetal e a outra parte é constituída pelas terras que são destinadas à agricultura, ou seja, as terras de plantar. Estes dois espaços são separados pela cerca. Portanto, as terras de criar são de propriedade particular e uso coletivo, ao passo que, as terras de plantar, onde se cultiva principalmente milho, feijão, arroz, trigo e batata, são de propriedade e uso particular.

A propriedade da terra é, de fato, pilar básico e elemento essencial na estrutura social e econômica da grande maioria dos Estados-Nações. No caso do Sistema Faxinal, Nerone (2000) destaca que sua gênese está relacionada com o princípio organizacional do uso da terra aplicado pelos ancestrais dos Faxinalenses. São evidentes, desse modo, as seguintes categorias: a) a propriedade da terra dividida em terras de plantar e terras de criar; b) a propriedade das benfeitorias; c) a propriedade das lavouras; d) a propriedade da criação; e) a propriedade da floresta. Estas categorias dão origem a dois grupos diferenciados: os proprietários e os usuários (sem-terras). Ainda no caso dos proprietários, estes se dividem entre os donos do terreno de lavoura e de terras de criar e os donos de uma extensão de terra dentro do condomínio dos pastos (terras de criar). No Faxinal do Emboque existem famílias que se enquadram em todas estas categorias, desde os que possuem terras no criadouro e nas terras de plantar até aqueles que não possuem terras em lugar algum, mas que vendendo sua força de trabalho adquiriram o direito de viver no local (normalmente devido ao parentesco com alguma família local).

Neste sentido, é importante destacar que a vegetação existente dentro do criadouro comum é de posse do proprietário destas terras, cabendo somente a este a exploração da erva-mate e da madeira, por exemplo. No caso dos proprietários de terras dentro do espaço coletivo do criadouro estes criam seus animais, possuem sua moradia, entretanto, não possuindo terras de lavouras, normalmente trabalham em terras alheias, arrendando-as, fazendo parcerias ou vendendo mão-de-obra (camarada), seja nos ervais, seja nas terras de cultivo.

Os usuários, por sua vez, mesmo não possuindo terra alguma, podem criar seus animais no criadouro comum e vender sua mão-de-obra. O grupo se divide em dois: os que são proprietários de criação e aqueles que não possuem bem algum na comunidade – mas que têm o direito de criar animais. De fato, estes dois grupos possuem visões distintas quanto ao espaço de uso coletivo do criadouro. Ao passo que para os usuários corresponde a um espaço de sobrevivência, para os proprietários constitui-se até como um empecilho devido ao comprometimento da terra.

No Faxinal do Emboque, das 53 famílias existentes, nem todas possuem a propriedade da terra. Existem as famílias que possuem maior quantidade, como a família de P. W. e outras que possuem suas casas nos terrenos dos pais e avós, criam os animais usando o espaço do criadouro comum e vendem sua mão-de-obra na lavoura e no extrativismo da erva-mate e da madeira, além de trabalharem como pedreiros, carpinteiros e exercerem outras funções na comunidade. A principal fonte de renda dos moradores da comunidade vem da agricultura,

sobretudo do plantio do feijão, do milho e do fumo. O beneficiamento da erva-mate também ocorre no Faxinal, antes nos antigos carijós, atualmente em barbaquás mais modernos.

Dessa maneira, acredita-se que o grande diferencial do Sistema em relação às outras propriedades rurais encontra-se, justamente, no fato do uso coletivo das terras que pertencem a alguns proprietários, mas que dão a todos o direito de criar animais e viver na comunidade.

4.2.3 Sistema de cercas, porteiras e mata-burros

Ao evidenciar outros elementos que distinguem o Sistema Faxinal de outros espaços rurais, Nerone (2000) destaca a presença da cerca coletiva e dos portões no criadouro comum. Ela afirma que estas foram soluções estabelecidas em convenção coletiva através de acordos individuais, resultantes de uma experiência de sociabilidade comunitária consistente que perdura há mais de um século. Essa prática permite “o surgimento de uma tradição em que o coletivo e o individual se fundem, originando um fundo comum, um verdadeiro patrimônio cultural.” (p. 167).

Pare evitar que os animais fujam do criadouro comum os Faxinalenses constroem nas estradas os chamados “mata-burros”, que consistem em pontes feitas com madeira ou ferro em forma de cancela espaçada. Os “mata-burros” têm por objetivo impedir a passagem dos animais para as propriedades vizinhas e/ou para as terras de plantar. Assim sendo, nas comunidades Faxinalenses a conservação e o fechamento dos portões, que tem por objetivo regular a entrada e a saída do criadouro comum onde os animais vivem à solta, é muito importante. Sempre foi bastante comum o boicote a essa prática por parte de pessoas mal intencionadas que acabam deixando os portões abertos propositalmente.

Nerone (2000) destaca que há dois tipos de cercas, em instâncias diferentes, que se contrapõe determinando a história do Faxinal:

1) *A cerca coletiva*: antiga, socializada, que abrigava o criadouro comum, cercando o espaço coletivo e fazendo parte do compáscuo, tendo como funções proteger o patrimônio cultural e guardar a memória do grupo. Tratava-se de uma referência espacial;

2) *A cerca nova*: a intrusa, que chega mais tarde para delimitar os lotes individuais, suprimindo a área coletiva e o patrimônio cultural da comunidade. Este cercamento individual supõe a morte do Sistema ao seccionar um espaço que era de uso comum, mostra também sua fragilidade e contradição se apresentando como “evidente o processo de transição entre o tradicional e a falsa modernidade” (p. 168).

Entretanto, a cerca, por vezes, acaba se tornando um objeto polêmico e até contraditório. Na ótica dos recém-chegados moradores e/ou proprietários ao Faxinal, ela pode ser vista como um obstáculo, uma tradição a ser rompida. Nas palavras de Nerone (2000), “passa a existir uma área de conflito entre a norma consuetudinária, que protege a cerca coletiva, e o Código Civil brasileiro, que ampara o cercamento individual” (p. 170).

Chang (1988) destaca que:

Toda extensão do criadouro é cercada ou separada das áreas de lavoura por cercas ou por algum acidente geográfico as várzeas, rios ou vales profundos. Logo, elas não passam obrigatoriamente pelas linhas de divisa das propriedades. O seu traçado passa por onde a maioria dos moradores achar conveniente, atendendo o mais racional possível, a finalidade de dividir as terras de criação das de lavouras. (p. 43).

No Faxinal do Emboque as cercas se dividem em particulares (de responsabilidade e uso de cada morador) e comunitárias (de responsabilidade de todos). As Fotos de 09 a 12 representam as cercas encontradas no local considerando esta divisão.



FOTOS 09 E 10: Cercas comunitárias do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2013.



FOTOS 11 E 12: Cercas individuais do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2013.

As Fotos 09 e 10 retratam as cercas comunitárias, ou seja, de responsabilidade mútua e que circundam o espaço do criadouro coletivo. O objetivo destas cercas é impedir a saída e/ou fuga dos animais de pequeno, médio e grande porte. Quando este cercamento encontra-se

comprometido ou desgastado pelo tempo, é que são organizados os mutirões para conserto e manutenção. A Foto 11 evidencia uma cerca mais nova com quatro fios de arame que objetiva impedir somente a passagem do gado graúdo (de maior porte) permitindo assim a livre circulação do gado menor, como suínos e aves. A Foto 12, por sua vez, retrata uma cerca que limita a estrada do espaço destinado à horta caseira dos moradores, sua função é impedir a passagem de qualquer animal ao espaço de cultivo, neste caso, localizado ao lado da moradia e não nas terras de plantar – o que também é comum nos Faxinais dada à distância das áreas de lavoura.

As porteiras também exercem um papel importante no Faxinal do Emboque, elas servem tanto para impedir a entrada dos animais no espaço da residência, quanto para a passagem destes ao lado do mata-burro. Neste Faxinal ainda é possível perceber uma porteira que separa as terras de criar das terras de plantar. Estas particularidades podem ser visualizadas nas Fotos de 13 a 15.



FOTO 13: Porteira individual na entrada de uma residência no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2013.

Este tipo de porteira, retratado na Foto 13, serve para impedir a passagem dos animais de grande porte ao espaço da residência, localizada no interior do criadouro comunitário. É de propriedade, zelo e responsabilidade dos moradores da terra onde foi construída.

É comum encontrar porteiras desse tipo nos Faxinais e normalmente elas servem para permitir que os moradores cultivem ao redor das residências seus jardins, hortas e árvores frutíferas.



FOTO 14: Porteira coletiva localizada ao lado do mata-burro separando as terras de criar das terras de plantar no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR. Fonte: Acervo da autora, 2013.

A porteira retratada na Foto 14 é de responsabilidade coletiva e tem por objetivo possibilitar a passagem dos animais ao lado do mata-burro. Este último, elemento comum nos Faxinais, foi construído para permitir a passagem de veículos sem a necessidade de abrir ou fechar os portões, diminuindo assim os conflitos com aqueles que propositalmente deixavam as portei ras abertas e permitiam a fuga dos animais.

Importante destacar que esta porteira se localiza na estrada principal do Faxinal, ou seja, no local de tráfego intenso sendo que por ela transitam não somente os moradores do local como também outras pessoas de outros lugares.



FOTO 15: Porteira coletiva que separa as terras de criar das terras de plantar no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR. Fonte: Acervo da autora, 2013.

O portão retratado na Foto 15 separa as terras do criadouro comum das terras destinadas à lavoura. É também de responsabilidade coletiva e de acesso somente aos moradores do Faxinal, visto que liga os espaços das moradias às terras de propriedade particular de plantio.

Na comunidade do Faxinal do Emboque existem três mata-burros, importante elemento sociocultural que diferencia estas comunidades das demais comunidades rurais brasileiras. As Fotos 16 a 18 mostram esse elemento com maior detalhe.



FOTOS 16 a 18: Os mata-burros no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2013.

Todos os mata-burros retratados objetivam separar as terras do criadouro coletivo das terras de propriedades particulares de moradores que não pertencem ao Faxinal. São, portanto, os limites do criadouro comum e se localizam nas estradas principais onde o tráfego é mais intenso e não se limita ao transitar dos moradores locais. Como é possível perceber pelas imagens, ao lado de cada mata-burro existe uma porteira (ou portão) para possibilitar a passagem dos animais e de carroças.

A comunidade também recebe o repasse de uma porcentagem do ICMS Ecológico e procura empregar o dinheiro em reparos e manutenções nas cercas, porteiras e mata-burros. Certamente são elementos que diferenciam a comunidade Faxinalense de outros espaços rurais brasileiros.

4.3 ELEMENTOS SOCIOCULTURAIS

Os elementos sociais extraídos da Tese de Nerone (2000) a serem analisados na escala da comunidade são constituídos pelo uso coletivo da terra; pelas relações de compadrio e mutirão; e, pela medicina e religiosidade popular presentes nestes locais. Dessa maneira, aprofundam-se estes elementos tanto no Faxinal do Emboque, neste capítulo, quanto na

comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC, no próximo capítulo, com vistas a perceber a forma com que contribuem para caracterizar essa racionalidade.

4.3.1 Uso coletivo da terra

Segundo Nerone (2000), o Sistema Faxinal é uma das modalidades do uso coletivo da terra existente no estado do Paraná sendo que a forma de organizar esse espaço coletivo estaria relacionada à importância da floresta para a criação dos animais. De fato, as moradias formam uma espécie de aldeia e situam-se na área florestal onde os animais de todos circulam livremente, este espaço, delimitado pela cerca coletiva é chamado de criadouro comum. Assim sendo, este espaço do criadouro coletivo é formado por áreas de pastagens pertencentes a vários proprietários e estas terras servem ao pastoreio coletivo em forma de condomínio de pastos, caracterizando o regime de compáscuo.

Nos Faxinais a produção animal é constituída por uma espécie rústica de suínos, bovinos, caprinos, aves, cavalos, entre outros em menor quantidade. Deste modo, é possível encontrar nos Faxinais moradores que não possuem terras, mas que também podem criar seus animais e usufruir dos mesmos direitos dessa posse coletiva, retirando da criação desses animais sua renda e oferecendo sua mão-de-obra aos donos das terras. Percebe-se assim a função social do criadouro comum enquanto espaço físico que abarca a floresta e os animais, que é também o espaço social onde todos moram. Essa é a realidade do Faxinal do Emboque, onde existem os proprietários de terras nos dois espaços: criadouro comum e terras de plantar, e existem os moradores que não dispõem destas terras, mas que podem usar o espaço do criadouro coletivo para criar seus animais livremente.

4.3.2 Relações de compadrio e mutirão

Nerone (2000) destaca que as relações de compadrio não eram simplesmente atos pessoais que solidificam amizades e compromissos, mas uma forma de relação de poder, onde o “ser” padrinho implicava seguir regras de comportamento e de convivência social. Devido também à localização distante da maior parte dos Faxinais, era bastante comum batizar a criança duas vezes, uma em casa e outra na igreja, aumentando assim o número de compadres e comadres. Além dos padrinhos de batismo, existiam ainda os padrinhos de crisma, de

casamento, sendo que os mais crédulos e supersticiosos convidavam ainda para batizar as crianças no olho d'água de São João Maria.

Assim sendo:

Essa prática do compadrio determina um conjunto de relações formais e informais, definindo papéis, estabelecendo direitos e deveres recíprocos entre os compadres, comadres e entre padrinhos e afilhados, formando um grupo social solidário, permeado pelo respeito e consideração. (NERONE, 2000, p. 99).

Neste sentido do compadrio e apadrinhamento, Tomasi (2013), utilizando-se das proposições de Goffman (1979) destaca que, muitas vezes, numa rede social, há indivíduos que se apresentam como “parente, amigo, vizinho ao mesmo tempo” (p. 49), ou ainda como colegas de trabalho, padrinhos, afilhados, parentes espirituais, portanto, ligando-se aos outros por inúmeros laços. E é justamente por estas relações ancoradas/fixadas, ou seja, relações não anônimas e com certa continuidade e estruturação que as pessoas dão títulos convencionais às suas relações.

Essa prática nivelava as pessoas, padrões e camaradas. O compadre era o primeiro a ser lembrado nas horas do puxirão, na hora de queimar a roça e em tempo de doença. Queiroz (1973) ressalta que “as relações de compadrio têm importância idêntica no Brasil e em todos os países da América Latina” (p. 91). No Faxinal do Emboque ainda existe essa prática do compadrio inclusive com um batizado no pocinho do monge São João Maria, estreitando ainda mais as relações comunitárias.

Nerone (2000) relata que uma prática comum nos Faxinais é a contação de causos e superstições que alimentam a credence popular. Incluem-se as histórias de viagens, de lobisomem, boitatá, mula-sem-cabeça, músicas e poesias neste repertório marcando significativamente a oralidade. No Faxinal do Emboque essas passagens são contadas sempre que ocorre o ajuntamento de pessoas em festas, novenas, jogos e até velórios.

Outra prática comum nos Faxinais consiste nos mutirões, que se trata de outra manifestação de solidariedade envolvendo o trabalho comunitário. Tradicionalmente conhecida como puxirão, pixirum ou pitoco, ou seja, o trabalho coletivo que é realizado por um grande número de pessoas em favor de alguém da comunidade. Esse trabalho normalmente envolvia a capinagem, o roçado, a sementeira ou colheita, reparação das cercas e dos portões comunitários, ou seja, não tinha data pré-fixada para ocorrer, pois surgia da necessidade. Registram-se também os dias de “viação” que consiste na limpeza das estradas e caminhos, bem como o conserto de pontes e bueiros. Tais práticas caracterizam um sentido

comunitário onde o interesse coletivo predominava sobre o particular e as normas eram determinadas pelo grupo, acumulavam lazer e trabalho.

No Faxinal do Emboque, as práticas comunitárias do puxirão objetivam principalmente a arrumação das cercas coletivas, os auxílios aos vizinhos e parentes durante as épocas de plantio e/ou colheita, as trocas de dias (dias de serviços trocados), o mutirão para a coleta da erva-mate e também a ajuda quando da matança de animais, sobretudo os de maior porte, como gado e porcos gordos.

4.3.3 Medicina e religiosidade popular

Nerone (2000) destaca que a flora dos Faxinais é enriquecida também pelas plantas medicinais, muito empregadas na medicina popular. A autora evidencia o destaque dado pela comunidade às benzedeadas e parteiras. No caso das benzedeadas (ou benzedeados) estas não possuíam outro ofício, atendiam pessoas durante o dia receitando chás, remédios caseiros, esfregações e recebiam em troca mantimentos, produtos da roça e até animais. As benzedeadas e as parteiras eram procuradas inclusive por pessoas de outras comunidades.

Bastante comum nos quintais dos Faxinais é o cultivo de plantas medicinais sendo bastante comum a troca de mudas entre os moradores. Nerone (2000) assim descreve:

Os inúmeros chás feitos com folhas, com palha roxa de milho, com raízes ou cipós (como milome, usado nas gripes), com madeiras raspadas (como o pau de quina, pau de Andrade e outros abundantes na região dos Faxinais), constituíam o receituário, talvez de origem indígena, aplicado pelos benzedeados, pelas parteiras e vovós que sabiam como cuidar da parturiente e de doenças como sarampo, tosse comprida, caxumba, varicela e catapora. (p. 109).

As Fotos 19 a 22 detalham melhor as plantas medicinais cultivadas no Faxinal do Emboque.



FOTOS 19 a 22: Plantas medicinais cultivadas no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2013.

Nas Fotos é possível perceber as plantas medicinais mais conhecidas como a arruda, o alecrim, a camomila, a babosa, entre outras. Essas plantas são cultivadas com a finalidade de servirem de remédios caseiros e bênçãos. No Faxinal do Emboque as mulheres participam da Pastoral da Criança onde as líderes comunitárias acompanham o desenvolvimento infantil. A entrevistada, Sra. S. M. C. P. (2013) prefere chamar de Pastoral da Família, visto que os remédios caseiros e as vitaminas elaboradas são entregues não só para crianças. Ela destaca ainda que cada família planta seus remédios caseiros, quando os animais (como o porco) começam a entrar no pátio das casas, os remédios são plantados na roça (terras de plantar) ou então, cultivados ao redor das moradias.

Nota-se que os moradores preferem a medicina popular, a entrevistada destaca que *“eu só tomo remédio para pressão alta porque ainda não descobrimos nenhum remédio natural, senão eu plantava aqui em casa mesmo”*.

Nerone (2000) lembra também que nas comunidades brasileiras, sendo elas rurais ou urbanas, a festa religiosa do santo padroeiro ocupa lugar de destaque, sendo que o poder aglutinador dessas festas marca profundamente a comunidade se constituindo em um elo entre o passado e o presente. De fato, a “festa era motivo para assuntos ao longo da semana ou por semanas por parte de toda comunidade. Os fatos eram lembrados nas conversas e nos mexericos.” (p. 144).

No Faxinal do Emboque e segundo as entrevistas realizadas, a religião predominante é a católica, não existindo a prática de outra. O padre que atende a comunidade vem de uma vila próxima, a Vila Nepomuceno, e a paróquia do Faxinal tem o nome da santa polonesa *Czestochowa*, tendo também o culto a Nossa Senhora Aparecida, São José e Santa Ana, sendo as festas destes dois últimos celebradas em março e julho, respectivamente. As missas acontecem uma vez por mês, mas todo domingo ocorre a Celebração da Palavra e a catequese, somam-se a isso as novenas de Páscoa e Natal e a passagem diária da Capelinha pelas casas (são duas capelinhas que ficam um dia em cada casa). Também é comum encontrar no Faxinal do Emboque capelinhas nas casas dos moradores. A Foto 23 mostra essa prática, em destaque, na casa e no jardim.

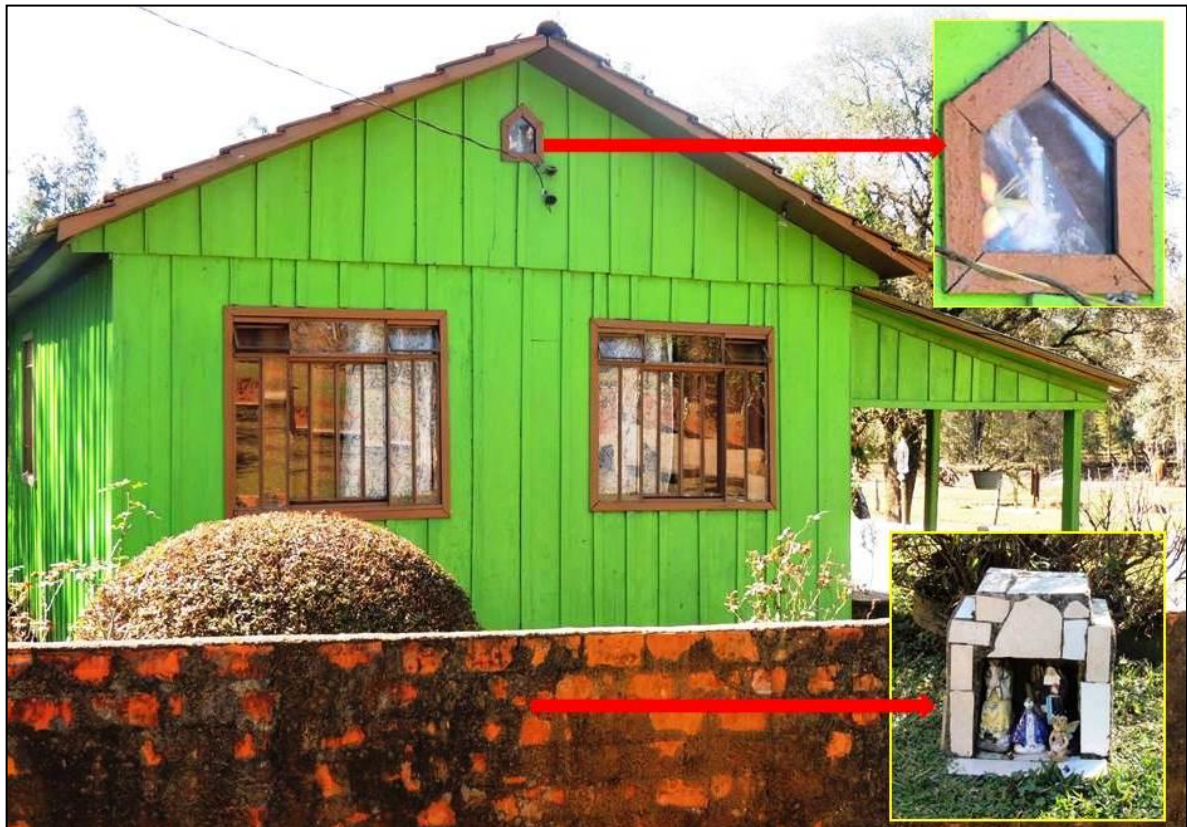


FOTO 23: Detalhe das capelinhas em homenagens aos santos existentes em uma residência no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/ PR. Fonte: Acervo da autora, 2013.

Como é possível perceber pela Foto 23, existe no Faxinal do Emboque a prática de construir capelinhas em homenagens aos santos padroeiros (da comunidade e pessoais) tanto na fachada, próximo a cumieira do telhado, quanto nos jardins. Neste caso, a homenagem é a Nossa Senhora Aparecida (na fachada e no jardim) e a Santa Edwiges e aos Anjos da Guarda (no jardim).

Ainda neste Faxinal existe uma cruz de cedro que os moradores afirmam ter sido fixada pelo monge João Maria. Em entrevista, a Sra. S. M. C. P. (2013) relata sobre a passagem do monge: *“são os mais antigos que contam, né, que tem um registro e até onde ele passou ali tem um olho, não tem água assim junto, porque tem alguns lugares que a água fica junto da cruz, ali não, tem a cruz, é conservado o lugar, mas a água fica mais para baixo, a própria comunidade conserva. Ninguém tem foto do monge, mas o pessoal tem imagens de livros, guardando inclusive os mandamentos de São João Maria”*. Estes mandamentos encontram-se descritos no Quadro 06.

<p>1) Não se deve queimar folhas, cascas e nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.</p> <p>2) É errado jogar palhas de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que comer e virar o cocho. A terra se ofende.</p> <p>3) Ao cortar uma árvore ou pé de mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.</p> <p>4) Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente.</p> <p>5) As casas e as propriedades de quem incendeia as matas, um dia também hão de virar cinzas.</p> <p>6) A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir e urinar na água é o mesmo que escarrar e urinar na boca de tua mãe.</p> <p>7) O Pai da Vida é Deus. A Mãe da Vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.</p> <p>8) Quem não sabe ler o Livro da Natureza, é analfabeto de Deus.</p> <p>9) As horas de chuva, são horas de Deus. É quando a Mãe Natureza vem trazer água para seus filhos na Terra.</p> <p>10) O cavaleiro que passar perto de lagoa ou cruzar uma corrente de água e não der de beber ao animal, morrerá com a garganta seca.</p> <p>11) Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.</p>	<p>12) Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso. Será punido.</p> <p>13) Não permita que seus filhos matem passarinhos. É malvadeza.</p> <p>14) Não se chama nome feio à criação. Ela obedece ao instinto que é a linguagem da Mãe Natureza.</p> <p>15) Quem encilha animal com “mata” no lombo... cuidado com as costas.</p> <p>16) Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao terneiro.</p> <p>17) Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas.</p> <p>18) Rogar pragas é chamar o diabo para si.</p> <p>19) Quer morrer novo? Não respeite os velhos.</p> <p>20) Cumpra a tua promessa. Palavra dada é sagrada. Quem não a cumpre, trocado por m...é caro.</p> <p>21) O velhaco(caloteiro) deve a Deus, mas paga ao diabo. Te livres de tal credor.</p> <p>22) Do vadio, até o rastro é feio.</p> <p>23) O ladrão é sócio do tihoso. O roubo é repartido no inferno.</p> <p>24) Da baba do capeta é cheia a boca do mentiroso.</p> <p>25) A pobreza não é defeito: a sujeira sim!</p> <p>26) Trata bem do teu hóspede para seres bem tratado.</p> <p>27) Quem usa a arma da boa conduta, ama e obedece a Deus.</p> <p>28) Respeita a família dos outros, para que respeitem a tua.</p> <p>29) Não é preciso ser santo; mas é preciso ser respeitado.</p>
--	--

QUADRO 06: Mandamentos do Monge João Maria. Fonte: <http://mongedocontestado.wordpress.com/>

A Foto 24 mostra a cruz dedicada ao Monge João Maria existente na comunidade do Faxinal do Emboque.



FOTO 24: Cruzeiro do Monge João Maria no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2013.

A Foto 24 retrata o Cruzeiro dedicado ao Monge João Maria, no Faxinal do Emboque, ele se localiza próximo a um dos três mata-burros existentes no cercamento das terras de criar. Segundo os moradores, a estaca principal da Cruz (vertical), feita de cedro, foi deixada pelo próprio Monge quando este passou pelas terras do Faxinal. A cerca branca construída ao redor do Cruzeiro objetiva proteger a Cruz dos animais que circulam livremente pelo criadouro comum e a manutenção do local é de dever de todos os moradores. É bastante comum encontrar oferendas como flores e velas próximo ao Cruzeiro, sendo comum também encontrar nas casas a imagem do Monge, figura conhecida e reverenciada em muitos municípios, que associado aos santos poloneses fundamenta a crença religiosa popular da comunidade.

Assim sendo, pode-se afirmar que a identidade territorial do Faxinal do Emboque se fundamenta nesta particular relação com a terra, que foi possível tendo em vista a presença do condicionante físico-natural das Matas Mistas com ervais nativos e viabilizada a partir da contribuição de caboclos e imigrantes que, numa mescla, desenvolveram a criação extensiva nos criadouros comunitários e praticaram a policultura alimentar de subsistência nas terras de

plantar. O Sistema Faxinal diferencia-se dos outros espaços rurais justamente por apresentar essa distinção marcada entre as terras de criar (de propriedade e uso particular) e as terras de criar (de propriedade particular e uso coletivo) e pelo sistema de cercas, porteiras e mata-burros que se articulam para dar viabilidade a esta racionalidade. Dessa forma, este uso coletivo das terras juntamente com as relações de compadrio e mutirão, o emprego da medicina e a prática da religiosidade popular efetivam enquanto elementos socioculturais a identidade territorial Faxinalense evidente no estado do Paraná.

CAPÍTULO 5 – OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS NA TERRITORIALIDADE DO SISTEMA FAXINAL EM SANTA CATARINA: A ESCALA DA COMUNIDADE

Este capítulo objetiva, partindo dos elementos delineados anteriormente nas escalas regional e da comunidade, selecionar e analisar aqueles que compõem o Sistema Faxinal no estado do Paraná, agora em uma comunidade catarinense da região do Contestado. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo exploratória⁵⁹ com vistas a selecionar a comunidade que mais atendia aos propósitos da pesquisa, ou seja, que possuía o maior número de elementos componentes do Sistema Faxinal, ou fragmentos deste.

Nesta busca pelo aprofundamento várias possibilidades foram analisadas considerando, basicamente, a sobreposição dos elementos em questão a partir da análise das cartas topográficas do IBGE e do Exército Brasileiro nas escalas de 1:100.000 e de 1:50.000, bem como a análise da bibliografia consultada e discutida. Dada à vastidão da área pesquisada e, sobretudo, as múltiplas e complexas interpretações do que vem a ser o Sistema Faxinal em seus diversos olhares, vários locais foram considerados, entre eles, destacam-se:

1) *A comunidade do Faxinal dos Carvalhos*, no município catarinense de Fraiburgo: esta comunidade é retratada na carta topográfica do município de Curitiba (ANEXO 01), na escala de 1:100:000 (IBGE, 1973) e é uma das duas únicas na região do Contestado a possuir o termo “Faxinal” no nome. Porém, na pesquisa de campo desenvolvida na comunidade constatou-se, através dos relatos orais colhidos e da leitura de livros e pesquisas que contam a história do local (por exemplo: Felisbino; Felisbino (2002); Brandt (2007) e Brandt; Campos (2008)), que se trata de um antigo Faxinal que teria se desagregado devido a Guerra do Contestado, entre outros motivos. Isso se deve, sobretudo, ao fato de que no interior da comunidade fica o antigo reduto, ou cidade santa, de Taquarussu (ou Taquaruçu, para alguns), atacado em 08 de fevereiro de 1914⁶⁰. Entretanto, não existem mais no local os ervais nativos e nem a criação em comum, elementos fundamentais aqui considerados para a

⁵⁹Lakatos e Marconi (2003, p. 186-190).

⁶⁰“Era 8 de fevereiro de 1914. Durante o dia, os canhões lançaram sobre o reduto 175 tiros de granadas explosivas, tipo *schrapnell* (alemão = estilhaços). Os homens do reduto correram para as trincheiras cavadas aquém das casas, mas não podiam pôr a cabeça para fora sem que fossem alvejados pelas metralhadoras. Conta um soldado de artilharia: ‘Havia uma igreja a qual desmoronou, queimou, se aniquilou sob o bombardeio, arrastando, queimando, exterminando consigo toda a gente que dentro estava’. [...] Grande número de cadáveres, calculado por uns em 40 e tantos, e por outros em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos: bois, cavalos, etc., casas queimadas, etc. Fazia pavor e pena o espetáculo que então se desenhava aos olhos do espectador.” (VINHAS DE QUEIRÓS, 1977, p. 131). Sobre o modo de vida ver também em: Felisbino e Felisbino (2002).

definição do Sistema Faxinal. De fato, interessante foi constatar que a Guerra do Contestado contribuiu para desarticular o Sistema no local.

A Foto 25 ilustra o local onde, a cerca de 100 anos, o Sistema Faxinal existia com todos seus elementos.



FOTO 25: Comunidade do Taquarussu, no interior do Faxinal dos Carvalhos, município de Fraiburgo/Santa Catarina. Fonte: Acervo da autora, 2013.

Na Foto 25 é possível notar o local onde, há tempos, foi travada a batalha de Taquarussu. Porém, é mais evidente a modificação na paisagem: pouco se vê das Matas Mistas e nenhum pé de erva-mate nativa é encontrado, apenas uma variação da espécie conhecida como “Congonha” de menor valor econômico; não existe mais a criação à solta e o monocultivo de espécies exóticas salta aos olhos. Socialmente, o que permanece é o espírito comunitário e as memórias da Guerra.

2) *Comunidade do Faxinal dos Domingues*, no município catarinense de Fraiburgo: Trata-se da segunda comunidade a possuir o termo “Faxinal” no nome, também retratada na carta topográfica do município de Curitiba (IBGE, 1973), na escala de 1:100:000 (ANEXO 02). De acordo com os dados coletados em campo, neste local, o Sistema Faxinal teria se desagregado devido às pressões externas e internas comuns aos Faxinais paranaenses: expansão do agronegócio e do capitalismo, reflorestamento, brigas internas, entre outros. Sendo assim, não há mais o manejo dos ervais nativos nem a criação em comum. Nesta comunidade, existe um assentamento de reforma agrária o que remete questionar a relação entre a localização destes assentamentos em áreas de antigos Faxinais, porém, este não é o foco central da pesquisa.

3) *Comunidade do Pinhalzinho*, no interior do município catarinense de Bela Vista do Toldo: A comunidade aparece retratada na carta topográfica do município de Irineópolis (IBGE, 1973), na escala de 1:100:000 (ANEXO 03). Trata-se de uma comunidade bastante distante da sede municipal e que, de acordo com as entrevistas de campo realizadas com alguns moradores, mantinha a lógica da criação em comum até cerca de vinte anos atrás. O local era uma antiga fazenda que foi vendida a uma empresa que reflorestou boa parte da área, nesta situação, os moradores que restaram se viram isolados e tiveram que acabar com a criação à solta. Existe atualmente no local um assentamento de reforma agrária, o curioso nesse fato é que muitos dos moradores do antigo Faxinal que haviam perdido suas terras para a empresa de reflorestamento requereram também terras e hoje são assentados. Situação que também chama a atenção na região do Contestado é justamente o número de assentamentos de reforma agrária existente. Entretanto, não existe mais a distinção entre “terras de criar” e “terras de plantar” na comunidade e a paisagem é marcada pelo reflorestamento de pinus.

4) *Comunidade do Rio Preto*, no município catarinense de Irineópolis: A comunidade aparece retratada na carta topográfica do município de Irineópolis (IBGE, 1973), na escala de 1:100:000 (ANEXO 04). Fica a poucos quilômetros de distância do Rio Iguçu e da divisa com o estado do Paraná. Trata-se de uma comunidade cuja imigração polonesa adquiriu muitas terras da companhia de imigração da *Lumber* e que de acordo com alguns moradores mantinha até cerca de trinta anos atrás a criação em comum. A comunidade do Rio Preto hoje também conta com um assentamento de reforma agrária e pratica em grande escala o manejo da erva-mate nativa. Entretanto, não existe mais a criação em comum no local.

Além destas comunidades, foram observadas e visitadas também as comunidades de Cerro do Galo, em Matos Costa; São José do Timbózinho e Bom Sossego II, em Irineópolis; Km 13 e Maquinista Molina, em Porto União. Entretanto, estas comunidades apresentavam, com poucas distinções, as mesmas características das descritas acima.

Entretanto, após analisar as comunidades mencionadas, chegou-se à comunidade de Aparecida dos Pardos, no município de Irineópolis, e esta foi a que mais se aproximou dos elementos fundamentais que caracterizam o Sistema Faxinal paranaense.

Sobre o atual município catarinense de Irineópolis, tem-se que em 1885, a família de Caetano Valões forma um pequeno povoado que fica conhecido pelo sobrenome da família e que na época estava sob jurisdição do estado do Paraná. Somente em 1916, com a assinatura do Acordo de Limites após a Guerra do Contestado, é que o local foi incorporado às terras

catarinenses. Valões é elevada a categoria de distrito de Porto União/SC em 1921 e obtém sua emancipação política através da Lei Estadual nº 820 de 23 de abril de 1962, cuja instalação ocorre em 22 de julho do mesmo ano, porém, com o nome de Irineópolis – em homenagem ao ex-governador catarinense Irineu Bornhausen. Entretanto, até hoje muitos moradores, sobretudo os mais antigos, ainda referem-se ao lugar como Valões. (IBGE, 2013).

De acordo com o IBGE (2013), a população estimada do município de Irineópolis/SC é de 10.843 habitantes dispostos em uma área territorial de 589,558 quilômetros quadrados, o que resulta em uma densidade demográfica de 17,72 habitantes por quilômetro quadrado e um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,699. Dentre as comunidades que compõem o município destaca-se, considerando os propósitos desta pesquisa, a de Aparecida dos Pardos, que ainda mantém na memória e nas práticas cotidianas quase todos os elementos regionais e comunitários do Sistema Faxinal. Dessa forma, analisam-se para Aparecida dos Pardos, na sequência, os elementos físico-naturais e humanos na escala regional e, posteriormente, na escala da comunidade.

5.1 APARECIDA DOS PARDOS: DISCUTINDO OS ELEMENTOS DA ESCALA REGIONAL

Parte-se agora para o aprofundamento dos elementos físico-naturais e humanos da escala regional a partir de Chang (1988) buscando compreender, a partir da análise da comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC, a questão das Matas Mistas com ervais nativos e a presença do caboclo e do imigrante.

5.1.1 A presença das Matas Mistas com ervais nativos enquanto condicionante físico-natural

Reportando-se novamente às proposições de Chang (1988) e considerando a escala regional de análise da presente pesquisa, afirma-se que a presença das Matas Mistas com ervais nativos é determinante para a existência do Sistema Faxinal. Este elemento físico-natural encontra-se presente na comunidade de Aparecida dos Pardos, município de Irineópolis/SC, destacando-se que, neste tipo de ambiente, “as primeiras ocupações econômicas efetivas reservaram sempre uma íntima ligação com condições físico-naturais oferecidas pelo lugar” (p. 15).

Chang (1988) ainda destaca que este ambiente físico das duas sub-regiões do Centro-Sul (Campos e Matas Mistas) propiciou a formação dos criadouros, porém, a evolução para o Sistema Faxinal se verificou somente na sub-região das Matas Mistas, isso porque sua formação e consolidação estão intimamente ligadas à economia ervateira, a partir da primeira metade do século XIX.

Em terras catarinenses, Souza (1998) destaca que o Planalto Norte Catarinense, desde sua ocupação, guarda uma estreita ligação com a atividade ervateira, sobretudo a partir do século XVIII, se relacionando também com o ciclo do gado, como locais de pousio, abastecimento e registro das tropas (postos de cobrança). O autor destaca ainda que a extração da erva-mate sempre existiu como alternativa econômica para uma população marginal ao sistema tropeirista e de criação de gado. Por volta de 1850, já existia a atividade ervateira no Planalto Norte Catarinense, sendo, portanto, anterior à chegada dos primeiros colonizadores europeus (em 1870) e toda região passou a ser ocupada por “fazenda dos ervais” onde passaram a se estabelecer “agregados dispensados e liberados das fazendas de gado de Lages, de Palmas e de Guarapuava” (p. 22-23).

A Imagem 03, que consiste em parte da Carta de Irineópolis (IBGE, 1973), retrata a presença tanto dos Campos quanto das Matas Mistas sendo possível perceber a disposição de algumas residências na época, as quais se distribuem conforme a hidrografia e as estradas. Os dois principais rios que alimentam a rede hídrica de Aparecida dos Pardos são o Rio de São Pascoal e o Rio dos Pardos, além de algumas vertentes de água e mais no final das terras da comunidade encontram-se o Córrego Lajeado e o Rio dos Porcos.

Em Aparecida dos Pardos não se percebe um número tão grande de estradas se comparando ao Emboque, acredita-se que isso se deva ao fato de que a disposição das casas seguiu a lógica linear⁶¹ localizando-se ao lado da estrada principal, entretanto, há que se destacar que o número de residências atualmente é bem maior do que a retratada na Imagem 03 de 1973, somam-se hoje cerca de 54 famílias. É possível também perceber pela Imagem 03 a proximidade da comunidade em relação à BR-280 que liga União da Vitória/PR a Canoinhas/SC, sendo uma das mais antigas vias de ligação entre as duas cidades. É possível notar também a presença tanto das áreas de Campos quanto das áreas mais fechadas com a presença da erva-mate, essenciais elementos físico-naturais ao desenvolvimento do Sistema Faxinal.

⁶¹Segundo Leonard e Clifford (1971) as residências encontram-se, geralmente, dispostas em linha ao lado de um rio ou estrada. Ou ainda, ao redor de uma praça principal e das terras comunais.

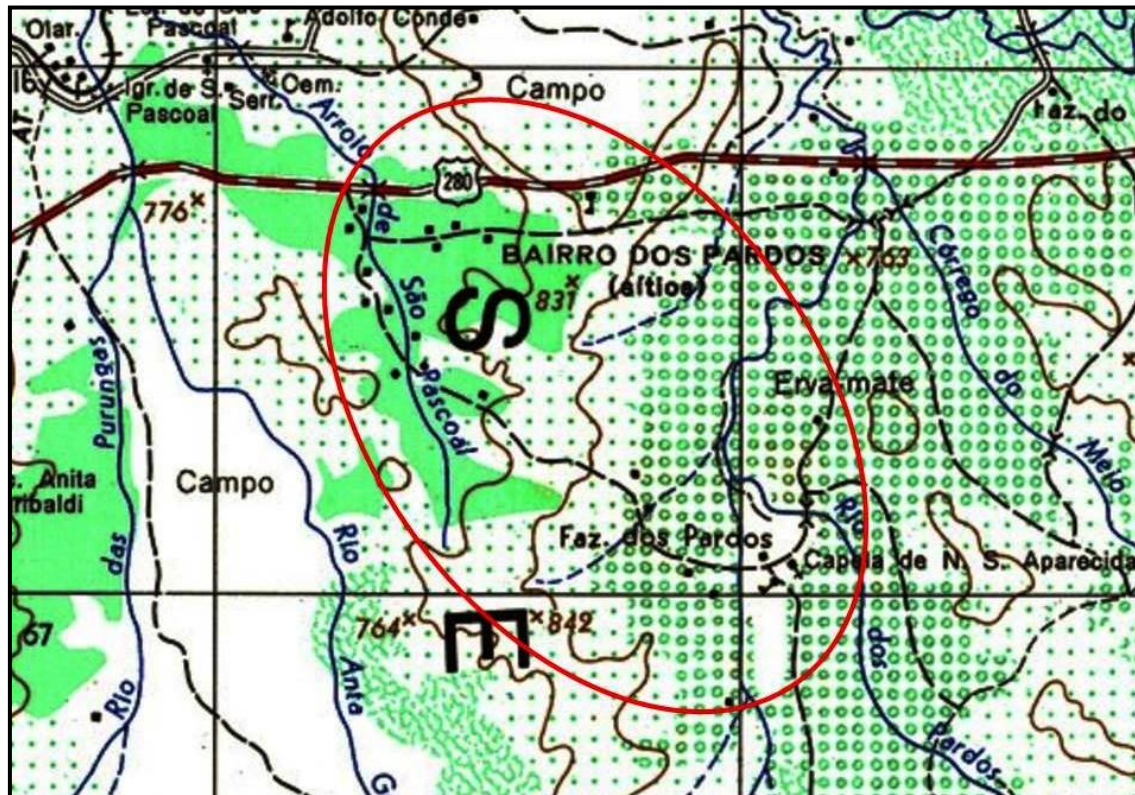


IMAGEM 03: Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Fonte: Carta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), escala de 1:100.000, 1973.

LEGENDA DA IMAGEM:

	Rio não representável em escala: permanente
	Rio não representável em escala: temporário
	Terreno exposto
	Cerrado. Macega. Caatinga
	Mata. Floresta
	Cultura temporária
	Erva-mate
	Rodovia pavimentada (BR-280)
	Tráfego permanente
	Tráfego periódico
	Caminho carroçável
	Altimetria

Na Imagem 03 destacada anteriormente existe uma inscrição próxima à Capela Nossa Senhora Aparecida se referindo ao lugar como “Fazenda dos Pardos”. Porém, nas pesquisas de campo realizadas, os moradores desconhecem a existência dessa fazenda, afirmando que a comunidade sempre foi composta por lotes individuais, existindo apenas fazendas vizinhas, como a Fazenda Tomasi.

Com o intuito de fornecer mais detalhes acerca deste ambiente físico-natural, mais especificamente do tipo de vegetação presente na comunidade, apresentam-se as Fotos 26 e 27 que permitem visualizar os detalhes em questão.



FOTO 26: Vegetação de Matas Mistas com ervais nativos na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Obs.: Notar a presença da *Araucaria angustifolia* e da *Ilex paraguariensis*. Fonte: Acervo da autora, 2014.

A Foto 26 comprova a existência na comunidade até os dias atuais dos ervais nativos, importante fonte de renda no passado e no presente. Hoje, são combinados também com os ervais plantados tendo em vista um mercado promissor para o produto, existindo inclusive interessantes propostas para a utilização destas áreas que são conhecidas localmente como “Caívas”, ou seja, fragmentos da Floresta Ombrófila Mista com diferentes densidades arbóreas e cujo estrato herbáceo é formado por pastagens (nativas ou naturalizadas) utilizadas para pastejo animal. A Foto 27 contribui para essa percepção.



FOTO 27: Vegetação de Matas Mistas com ervais nativos na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Dessa maneira, pela observação das Fotos 26 e 27, juntamente com a Imagem 03, é possível afirmar que a comunidade de Aparecida dos Pardos possui este importante condicionante físico-natural ao desenvolvimento do Sistema Faxinal, ou seja, a presença das Matas Mistas com ervais nativos, que, embora constantemente explorados ao longo do tempo, ainda fazem parte da paisagem e são fonte de renda.

5.1.2 Condicionantes humanos: caboclos e imigrantes poloneses

Souza (1998) afirma que “os imigrantes que se instalaram na região norte de Santa Catarina foram, aos poucos, interiorizando-se, fixando-se nas Matas Mistas e integrando-se completamente à atividade ervateira. Essa integração dos ‘colonos’ não se dá, entretanto, sem conflito” (p. 26). O principal impasse era o de que os colonos eram agricultores e os “brasileiros” (sic) usavam técnicas incompatíveis com a agricultura, como a criação à solta, entretanto, com o aumento das áreas agrícolas esse sistema inicial já não suportava mais a convivência, surgindo, assim, os criadouros – perímetros definidos cercados para o uso da criação.

Os imigrantes poloneses que se deslocaram à Aparecida dos Pardos, na sua maioria, eram provenientes de Itaiópolis/SC e Major Vieira/SC, entretanto, também é possível perceber a presença dos descendentes de poloneses que vieram de Curitiba. Sobre estes poloneses em Santa Catarina, Iarochinski (2000) fala que foram assentados em diversas regiões do estado, bastante isolados uns dos outros, ficando incomunicáveis por décadas. O autor, ao se referir especificamente à Irineópolis, informa que as principais levas chegaram em 1911 e 1926 e assim complementa:

A vida dos imigrantes, ao contrário do que eles próprios esperavam sempre foi bastante difícil. Mas nada se compara ao ocorrido na região do Contestado. Armados apenas com uma pistola de dois canos e duas balas, os polacos de Lucena (então pertencente ao Paraná e atualmente a Itaiópolis-SC) se enfrentaram com os ferozes índios botocudos que habitavam a região. Em 17 anos, aconteceram 61 enfrentamentos com 40 mortes de imigrantes. O governo pouco, ou nada fez para orientar. Os índios, nada sabiam de colonização e de que aquele sofrido povo loiro estava ali porque tinha sido convidado. (p. 72).

De fato, a propaganda que ficou inclusive conhecida como “febre brasileira⁶²” atraiu muitos imigrantes eslavos, neste caso, poloneses, que chegando ao Contestado depararam-se com a difícil e instável realidade da região. No caso específico da comunidade de Aparecida dos Pardos, as terras foram adquiridas, na sua maioria, por poloneses que as compraram diretamente da companhia de colonização da *Lumber* ou de donos de outras serrarias que na época também exploravam as Matas Mistas.

Alguns moradores recordam-se da Guerra. D. M.⁶³ (2014) fala sobre os “jagunços” que “queriam ter o governo deles, a Monarquia” e que muito próximo da comunidade existia um dos “refúgios” destes, no local conhecido como Colônia dos Pinheiros, distante poucos quilômetros da comunidade de Aparecida dos Pardos. Relata uma passagem que foi transmitida por seu pai que dizia que numa ocasião, próximo da Igreja que existia na Colônia dos Pinheiros os jagunços teriam atacado policiais. Como repressão, o “governo” teria mandado incendiar casas e todas as construções vazias que fossem encontradas. Conta também que o exército não conhecia geograficamente a região e muitos dos oficiais morriam por conta disso, então o governo solicitava aos moradores locais, os “colonos”, que

⁶² Nas décadas de 1870 e 1880 surgiram somente algumas colônias polacas nas Províncias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Mas “após a proclamação da República, com o governo brasileiro instituindo a imigração europeia, ou branca como ação governamental, o número de imigrantes cresceu bastante. Tanto que este período ficou conhecido na Polônia como ‘febre brasileira’, tal o número de camponeses desejando emigrar para o Brasil. O governo custeava a passagem de navio e cobria as despesas de alojamento e instalação definitiva em lotes doados ou vendidos a prazo” (IAROCHINSKI, 2000, p. 69-70). Ver também: Gluchowski (2005, p. 33-36).

⁶³D. M. 66 anos. Entrevista, 08 de maio de 2014. Irineópolis/SC. Entrevistadora: Alcimara Aparecida Föetsch. Acervo da autora, 2014.

mostrassem os caminhos e acompanhassem abrindo as “picadas”. Não se tratava de um convite, eram obrigados.

Com relação ao nome do lugar, o morador D. M. (2014), de origem polonesa e que mora na comunidade desde seu nascimento, relata que seu pai (nascido em 04/11/1887) ao adquirir as terras que hoje são da família por volta da década de 1930, contava que o nome Aparecida dos Pardos devia-se à existência, em grande quantidade (na época) do “veado pardo” (*Mazama americana*⁶⁴) na região.

Entretanto, as denominações Fazenda dos Pardos e Bairro dos Pardos, existentes na Carta Topográfica de Irineópolis (IBGE, 1973), bem com o nome da Igreja “Aparecida dos Pardos”, levam a refletir sobre a possibilidade de uma eventual relação com a população cabocla, também conhecida regionalmente como “parda”. Sendo assim, permanece a dúvida uma vez que os entrevistados referenciam a presença do veado pardo, porém, acredita-se ser estranho o fato, por exemplo, da nomenclatura da Igreja referir-se a um animal.

Existe na comunidade de Aparecida dos Pardos um significativo número de famílias polonesas que adquiriram terras na região após o final de Guerra do Contestado, durante a atuação da companhia estrangeira que dividiu e demarcou os lotes. A Foto 28 ilustra uma das muitas “Plantas de Terreno” que foram elaboradas para demarcar as terras pela *Southern Brazil Lumber and Colonization*:

⁶⁴ Filo: *Chordata*. Classe: *Mammalia*. Ordem: *Artiodactyla*. Família: *Cervidae*. Distribui-se por todo o Brasil, desde a margem direita do rio Amazonas até o Estado do Rio Grande do Sul. A espécie utiliza vários ambientes florestais primários e secundários, incluindo áreas de campos próximas a matas de galeria até florestas, desde o nível do mar até 5.000 metros de altitude, preferindo a proximidade de corpos d’água (CIMARDI, 1996). Abriga-se na vegetação fechada, podendo refugiar-se dentro da água por ser um grande nadador. Ocupa áreas com floresta estacional semidecidual, Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa (ROSSI, 2000).

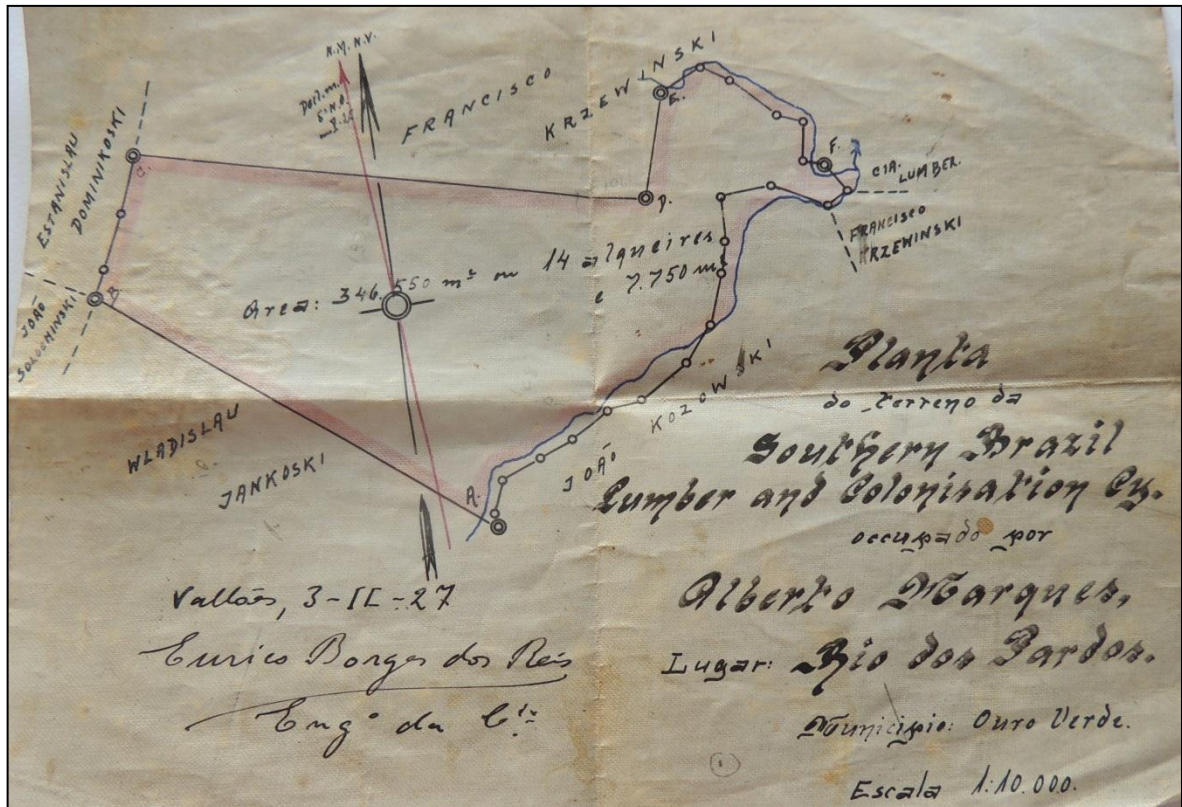


FOTO 28: Planta de Terreno da Southern Brazil Lumber and Colonization, na comunidade de Rio dos Pardos, datado de 03/11/1927. Fonte: D. M. (2014). Foto: Acervo da autora, 2014.

Interessante perceber a partir da Planta de Terreno destacada na Foto 28 que a mesma foi elaborada por Eurico Borges dos Reis, engenheiro da companhia de colonização na comunidade de Valões, atual município de Irineópolis/SC, porém, no canto direito inferior da imagem é possível notar que o lugar ainda chamava-se Rio dos Pardos, pertencendo ao município de Ouro Verde, atual Canoinhas/SC. Durante a pesquisa de campo e a conversa com os moradores notou-se que a demarcação de limites entre estes dois municípios, hoje catarinenses, ainda não é perfeitamente percebida por todos. Ora alguns falam que as terras pertencem a Canoinhas, ora a Irineópolis.

A Planta de Terreno analisada anteriormente pertence atualmente ao morador de origem polonesa D. M.. O mesmo conta que seu pai, natural de Rio Negro/PR, que trabalhava de servente na comunidade de Paraguaçu, atual município de Itaiópolis/SC, adquiriu as terras do dono de uma antiga serraria que existia no local e que pagou por elas trabalhando na caldeira, saindo todos os dias às seis horas da manhã, enfrentando áreas alagadas e o frio do inverno, pois, como relata: “ao serrador interessava só a madeira, as terras não”. É possível notar, ainda pela Planta de Terreno, que as propriedades vizinhas também foram vendidas aos imigrantes poloneses cujos sobrenomes são: Kosowski, Krzewinski, Dominicoski, Soluchinski, Jankoski, entre outros.

Os principais sobrenomes poloneses encontrados na comunidade, que hoje conta com cerca de 54 famílias, são: Kozowski, Krzewinski, Marek, Jankowski, Szostak, Soluszinski, Panczniaki, Marchinhaki, entre outros. Logicamente existem famílias que não descendem dos poloneses, como: Carvalho, Cardoso, Camargo e outros.

Na paisagem, é possível perceber a arquitetura polonesa no estilo construtivo das casas. A Foto 29 evidencia essa individualidade⁶⁵:



FOTO 29: Casa polonesa na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.
Fonte: Acervo da autora, 2014.

Em termos econômicos, Souza (1998) ressalta que a partir da crise de 1930, começa o declínio da economia ervateira, devido, sobretudo à redução drástica do mercado internacional e a autossuficiência atingida pela Argentina quanto à produção do produto. Dado este impacto, as atividades agrícolas e de criação de animais passam a ter maior dimensão econômica na região do Contestado. O atual município de Irineópolis encontrava-se

⁶⁵Larocca Júnior, Larocca e Lima (2008) ao analisarem a arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos no Sul do Paraná, o que nominam de Casas Eslavo-Paranaenses, afirmam que as “características construtivas básicas da casa de madeira paranaense decorrem dos materiais e do clima, podendo frequentar o repertório eslavo, ou alemão, ou italiano, respeitando-se a dívida com o modelo original caboclo. O que tornou a Casa Eslavo-Paranaense uma manifestação cultural específica foram as leituras próprias impressas ao programa da obra arquitetônica, especialmente com respeito à varanda, à cozinha, à sala e ao sótão, compartimentos esses que adquiriram, com o passar do tempo, funções diferentes das que desempenharam no arranjo da casa luso-brasileira, por exemplo.” (p. 101).

na rota tropeira do início do século XX, na ligação entre União da Vitória e Mafra e, secundariamente, à Timbó Grande.

Outro elemento regional importante para a caracterização do Sistema Faxinal consiste na roça cabocla, ou seja, na policultura alimentar de subsistência, nas palavras de Chang (1988): as “terras de plantar”. Na comunidade de Aparecida dos Pardos é bastante presente o cultivo do milho, do feijão e outros produtos agrícolas que visam tanto o consumo próprio quanto à comercialização do excedente – questão aprofundada mais adiante.

Assim sendo, pode-se afirmar que a comunidade de Aparecida dos Pardos fez parte das terras que foram exploradas pela companhia *Lumber* durante e após a construção da Estrada de Ferro, inicialmente através da retirada da madeira e, em seguida, pela venda dos lotes às serrarias menores e aos imigrantes – principalmente poloneses. Próximo a esse núcleo central localizou-se um dos mais conhecidos redutos da Guerra do Contestado, o de Pedra Branca e há inclusive narrativas que reportam a outro “refúgio” mais próximo, o de Pinheiros.

Dessa forma, pode-se dizer que houve um contato direto do imigrante polonês com o caboclo do Contestado. Pouco se sabe sobre essa relação, pois muitas das memórias se perderam o que é comum em uma região de Guerra, entretanto, comprovou-se que os poloneses desenvolveram no local o chamado Sistema Faxinal, do qual, muitos elementos essenciais são atribuídos aos caboclos.

Neste sentido, apresentam-se a seguir os resultados da pesquisa de campo nesta comunidade que comprovam tanto a existência dos condicionantes físico-naturais e humanos necessários ao desenvolvimento do Sistema quanto a existência do mesmo num passado não tão distante. Discutem-se também os fatos e fatores que contribuíram para a desagregação dos criadouros comuns, elementos centrais na definição do Sistema Faxinal através da análise dos elementos na escala da comunidade.

5.2 DIFERENCIAÇÃO COM OUTROS ESPAÇOS RURAIS: A ESCALA DA COMUNIDADE

De fato, como apresentado anteriormente, a comunidade de Aparecida dos Pardos possuía todas as características físico-naturais e humanas necessárias ao desenvolvimento do Sistema Faxinal. Em continuidade, torna-se necessário averiguar, na escala da comunidade, os elementos que diferenciam este espaço de outros espaços rurais através dos elementos *socioespaciais*. Em seguida, aprofundam-se os elementos *socioculturais* presentes no

cotidiano. Ambos, elementos espaciais e culturais, irão conferir identidade territorial ao Sistema.

5.2.1 Elementos socioespaciais na comunidade de Aparecida dos Pardos

Por elementos socioespaciais entendem-se aqueles que diferenciam o Sistema Faxinal dos outros espaços rurais, como: a distinção entre “terras de criar” e “terras de plantar” agora analisadas sob a perspectiva desta comunidade; a questão da propriedade e do uso das terras; e, por fim, o sistema de cercas, porteiras e mata-burros.

Nestas proposições, Chang (1988) destaca que na organização espacial do Sistema Faxinal a distinção entre as “terras de criar” e as “terras de plantar” é bastante nítida. Na comunidade de Aparecida dos Pardos essa divisão também é bastante evidente, como se pode perceber na Imagem 04.

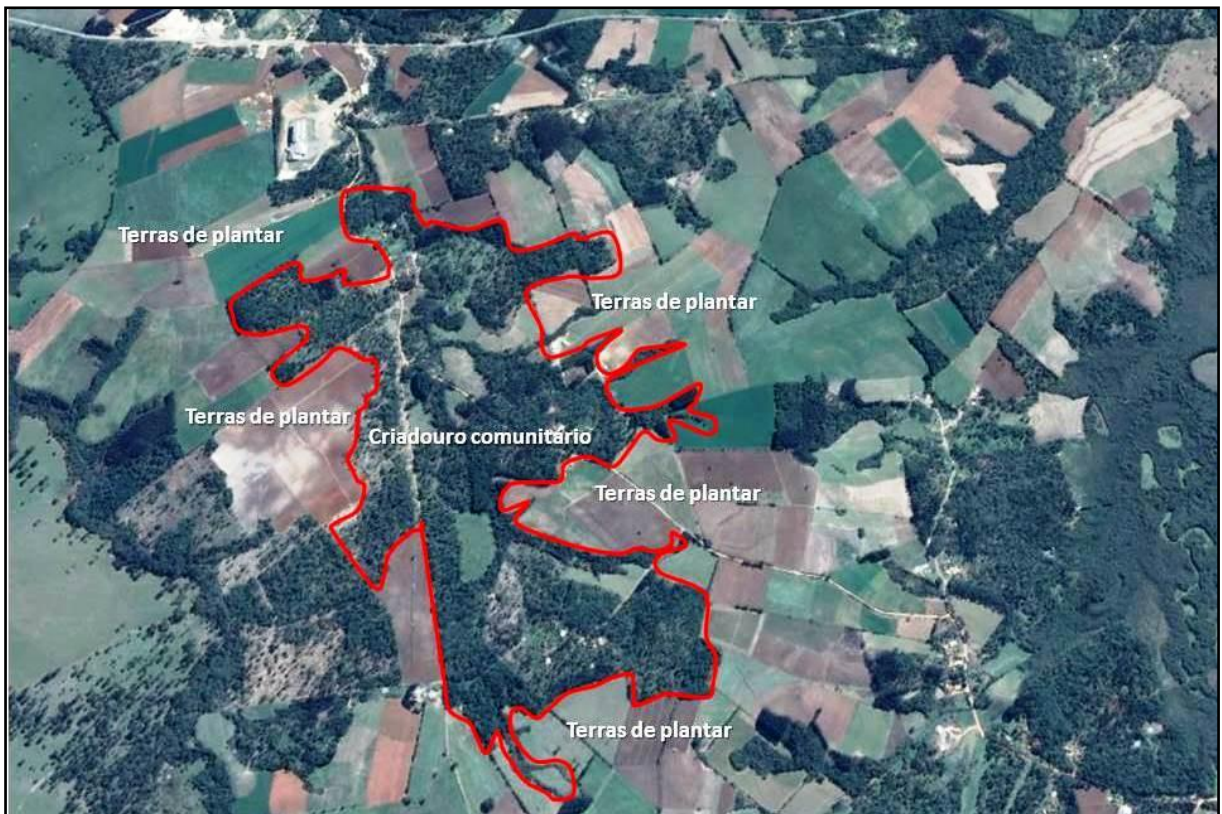


IMAGEM 04: Comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Obs.: Em destaque a área (aproximada!) do antigo criadouro comunitário e nos arredores as terras de plantar.

Fonte: Imagem do Google Maps. Elaborado pela autora, 2013.

A prática da roça cabocla nas “terras de plantar” é bastante presente, com a plantação do milho, do feijão, da batatinha, de hortaliças e verduras. A maior parte dessa produção agrícola é destinada ao consumo próprio da família sendo o excedente vendido a cooperativas agrícolas e ao comércio local, não são comuns as feiras para venda. A Foto 30 retrata uma das roças de milho presentes na comunidade.



FOTO 30: Roça de milho na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.
Fonte: Acervo da autora, 2014.

Na última década tornou-se muito presente o cultivo da soja, monocultura que vem substituindo as áreas onde se plantava o milho, o feijão e, em algumas propriedades até o fumo. Além das roças, nos arredores das casas ainda existem as hortas domésticas que complementam a dieta alimentar dos moradores e, com as sobras, a dieta dos animais criados, principalmente o gado e o porco. Entretanto, é também comum o plantio do fumo e o cultivo de espécies exóticas como o pinus e o eucalipto, tanto para a comercialização quanto para a lenha a ser usada nas estufas de fumo.

A Foto 31 destaca um espaço, bem próximo à residência da família, que é destinado à horta. Na mesma imagem, é possível perceber também a presença de uma estufa de fumo antiga ao lado de uma estufa mais moderna. Monteiro et. al. (2005), ao analisar a introdução do cultivo de fumo como fator de mudança cultural em comunidades faxinalenses, considerando o caso do Faxinal dos Seixas em São João do Triunfo/PR, destaca que este

trabalho, indo desde a semeadura até a separação das folhas, envolve os trabalhadores durante todos os meses do ano. Como consequência disso, as atividades culturais que fazem parte da tradição são deixadas de lado uma vez que o produtor fica dependente das regras e prazos que são ditadas pelas companhias fumageiras e vai, com o tempo, descaracterizando seu modo de vida comunitário marcado por hábitos e tradições.



FOTO 31: Espaço destinado à horta caseira e as estufas de fumo em uma propriedade familiar de Aparecida dos Pardos. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Os moradores da comunidade de Aparecida dos Pardos ainda guardam na memória a passagem das tropas de porco e gado pela região. Alguns ainda hoje mantêm a criação de porcos, alegando gostar da atividade que tanto fez parte da economia local e regional, como pode ser visualizado na Foto 32. A atividade ocorre apesar de toda pressão por parte do poder público, que colocou fim ao grande criadouro comum.



FOTO 32: “Mangueirão” dos porcos na comunidade de Aparecida dos Pardos. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Entretanto, em muitas propriedades da comunidade a criação de porcos já foi extinta. Muitos alegam se tratar de um animal difícil de criar solto por ser “curioso” e que frequentemente foge causando danos às propriedades vizinhas. Além disso, a comercialização da carne e derivados suínos de origem “caseira”, ou seja, sem ser nos frigoríficos, tem sido alvo de inúmeros impasses legais por parte da legislação ambiental e sanitária.

Assim como em grande parte dos faxinais paranaenses, inclusive no Faxinal do Emboque, a comunidade de Aparecida dos Pardos sofreu e vem sofrendo um processo de desagregação do sistema, evidenciado, em última instância pelo fechamento dos criadouros comunitários. O grande criadouro que existia a cerca de sessenta anos atrás já não existe mais. Atualmente o que existe são pequenos núcleos familiares, de três ou cinco casas que ainda criam seus animais comunitariamente em “mangueirões”, isso se deve, às pressões externas dos latifundiários e leis estaduais e também às pressões internas, como: briga entre vizinhos, manutenção das cercas e venda de terras a proprietários externos à comunidade.

A criação em comum nos pequenos núcleos familiares, como nas residências da família Painter, é ilustrada na Foto 33.



FOTO 33: Propriedade da família Painter, em Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.
Fonte: Acervo da autora, 2014.

L. P.⁶⁶ (2014) conta que há cerca de 40 anos atrás era bastante comum encontrar os animais criados soltos na comunidade. Esta família ainda mantém seus animais circulando livremente no meio dos ervais, entretanto, destaca que essa prática está em extinção, sobretudo devido aos estragos que os animais fazem nas propriedades vizinhas e à cobrança por parte da legislação estadual de que os animais devem ficar confinados em locais apropriados para este fim.

D. M. (2014) conta que, antes da desagregação da área do criadouro comunitário, houve uma grande “peste suína” e os moradores que não vacinaram perderam inúmeros animais. Segundo ele, seu pai fechou os porcos em um único “mangueirão” e deu a vacina, salvando praticamente todos. O mesmo ainda relata que no auge da criação de porcos, os moradores compravam terras em troca de porcos, tão importante eram estes animais para a economia local. Existia inclusive o javali criado na comunidade que, mais tarde, mesclou-se com o porco dando origem ao que os moradores do local chamam de java-porco.

Em Aparecida dos Pardos, assim como no Emboque, muitas são as narrativas que contam as interferências por parte do poder público, no passar dos anos, quanto ao fechamento dos animais criados à solta. Muitos dos entrevistados contaram que um dos

⁶⁶ L. P. 52 anos. Entrevista, 08 de maio de 2014. Irineópolis/SC. Entrevistadora: Alcimara Aparecida Föetsch. Acervo da autora, 2014.

principais motivos que contribuíram para o fechamento das áreas de criação em comum foi a pressão por parte dos “representantes da lei” que chegavam à comunidade e pelo desconhecimento do modo de vida comunitário exigiam que os animais fossem confinados, alegando, sobretudo, questões ambientais e sanitárias. Dessa forma, pode-se afirmar que a comunidade catarinense de Aparecida dos Pardos vivenciou as práticas comuns ao Sistema Faxinal no estado do Paraná, porém, ao longo do tempo e devido a pressões externas (e também internas) a área do criadouro foi sendo suprimida, ficando restrita a pequenos núcleos familiares.

Na comunidade de Aparecida dos Pardos a propriedade da terra é privada, assim como nos Faxinais paranaenses. A questão é que no Sistema Faxinal do estado do Paraná a terra é utilizada comunitariamente no criadouro comum, onde todos os moradores podem criar seus animais, inclusive os moradores que não possuem terra alguma. Acredita-se ser este elemento, o das “terras de criar” que mais diferencia os Faxinais de outros espaços rurais conferindo-lhes uma identidade peculiar. Além disso, considera-se ainda a própria referência da comunidade quanto ao seu lugar: no Emboque, todos se consideram moradores do Sistema Faxinal; em Aparecida dos Pardos, os moradores se referem ao local como “comunidade” e não como Faxinal, muitos inclusive desconhecem o termo, ou, ainda, o confundem com o termo “Caíva”.

Importantes elementos socioespaciais remanescentes na comunidade de Aparecida dos Pardos são as cercas, as porteiras e os mata-burros. Durante as entrevistas descobriu-se a localização dos portões que demarcavam a entrada e a saída do antigo criadouro comunitário na estrada principal. A Foto 34 evidencia o local, na chamada “Estrada Grande”, onde o primeiro portão existia até cerca de 40 anos atrás:



FOTO 34: “Estrada Grande” onde se localizava o antigo portão que dava acesso à área do criadouro comunitário em Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Seguindo-se por esta estrada chega-se a BR-280, distante desse ponto cerca de sete quilômetros. O outro portão do antigo criadouro se localizava próximo à Fazenda vizinha do Tomasi (pertencente a Armelindo Tomasi) e dividia esta fazenda e a área dos moradores da comunidade, sendo que próximo a este portão existia uma residência (um “rancho”) cujos moradores tinham a função de zelar pelo portão com o objetivo de impedir que os animais chegassem às terras da fazenda.

Atualmente, na comunidade, ainda existem inúmeros portões, que podem ser visualizados nas Fotos 35 a 38.



FOTOS 35 a 38: Portões existentes na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.
Fonte: Acervo da autora, 2013 e 2014.

As duas primeiras Fotos (35 e 36) retratam portões que separam propriedades onde a criação de animais ainda é feita de forma comunitária pelos familiares e, as duas últimas Fotos (37 e 38) destacam portões que dão acesso somente a propriedades particulares que criam seus animais confinados.

Percorrendo a pé o local, ainda é possível encontrar na comunidade, resquícios das antigas cercas confeccionadas com “pranchões” ou “rachões” de madeira, como se pode observar na Foto 39.



FOTO 39: Antiga cerca comunitária confeccionada de “pranchões” de madeira em Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Fonte: Acervo da autora, 2014.

As cercas retratadas na Foto 39, construídas a partir de rachões de madeira e que praticamente não deixam espaço entre si indo até o chão, são características das terras onde o Sistema Faxinal existiu. Chang (1988) já atentava que toda a extensão dos criadouros era cercada ou separada das áreas de lavoura por acidentes geográficos como rios, várzeas ou vales profundos, sendo que, na inexistência destes, eram construídas as cercas, cuja manutenção era da responsabilidade de todos os moradores. Embora não exista mais a criação à solta no grande criadouro em Aparecida dos Pardos, elementos como o apresentado na Foto 39 contribuem para afirmar que o Sistema Faxinal existiu na comunidade.

A grande área do criadouro comum não existe mais, restando apenas pequenos núcleos familiares cujos animais são criados em conjunto ao redor das residências. Nestes lugares, o cuidado com as cercas é coletivo, ou seja, toda a família é responsável pelo zelo e manutenção, sendo ainda realizados os mutirões para este fim. Estas cercas nas áreas dos criadouros familiares podem ser percebidas na Foto 40.



FOTO 40: Cerca comunitária em Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Fonte: Acervo da autora, 2014.

As cercas individuais que circundam as propriedades privadas também objetivam impedir a saída dos animais criados e delimitar a área da propriedade.

Já os mata-burros, por sua vez, são encontrados na comunidade, porém com uma característica diferente daqueles encontrados nos Faxinais paranaenses. Em Aparecida dos Pardos eles encontram-se localizados nas estradas secundárias que dão acesso às casas das famílias e são utilizados em substituição ao portão. Os moradores relatam que frequentemente ocorriam brigas entre vizinhos (às vezes até familiares) pelo não fechamento dos portões, o que implicava na fuga dos animais que, por vezes, causavam danos às áreas de lavoura. Os antigos mata-burros que delimitavam a entrada e a saída do grande criadouro comum não existem mais, no entanto, foram construídos mata-burros entre algumas propriedades, substituindo o portão. Em cerca de quatrocentos metros é possível encontrar três mata-burros. As Fotos 41 a 44 evidenciam estes elementos na comunidade.



FOTOS 41 a 44: Mata-burros encontrados na comunidade de Aparecida dos Pardos.
Fonte: Acervo da autora, 2014.

É possível notar pelas Fotos 41 a 44 que todos os mata-burros existentes na comunidade possuem o portão lateral para o trânsito dos animais e veículos, como a carroça.

Dessa forma, pode-se afirmar que dentre os elementos socioespaciais que definem o Sistema Faxinal, a distinção entre “terras de criar” e “terras de plantar” não é mais evidente, sendo restrita a criação comum a pequenos núcleos familiares, não existindo a distinção entre propriedade particular e uso coletivo das terras pela comunidade como um todo. O sistema de cercas, porteiras e mata-burros sofreu, no local, modificações ao longo do tempo: das cercas comunitárias do tempo do grande criadouro comunitário restam apenas fragmentos na paisagem e as porteiras particulares foram substituídas em algumas propriedades pelos mata-burros, que não representam mais a entrada ou a saída do criadouro e sim um elemento que resolveu o problema da entrada de animais indesejados nas propriedades particulares quando os portões eram deixados abertos, o que gerava conflitos entre os moradores. Em seguida, são analisados os outros elementos que caracterizam o Sistema Faxinal na escala da comunidade, aqui definidos como socioculturais e que se caracterizam pelo uso coletivo da terra, pelas relações de compadrio e mutirão e, ainda, pela medicina e religiosidade popular.

5.2.2 Elementos socioculturais na comunidade de Aparecida dos Pardos

Dada a inexistência atual do grande criadouro comum na comunidade, não é mais presente o uso coletivo das terras para a criação dos animais, tendo se perdido, com o tempo, esse essencial elemento sociocultural que marca o Sistema Faxinal.

Como se trata de uma comunidade do interior é bastante presente a prática dos apadrinhamentos, nota-se respeito e consideração dos moradores entre si, se referindo aos “compadres” e “comadres”. Todos os moradores se conhecem e sabem do modo de vida e das necessidades de todos os vizinhos. Não existem mais algumas práticas sociais como as tradicionais novenas, costumeiramente realizadas antes das celebrações da Páscoa e do Natal ou ainda mensalmente. Acredita-se que isso se deva ao fato de que o tempo tem se tornado mais escasso para estes fins, pois passou a ser dividido com outras atividades como as novas tarefas da roça e a televisão. Além disso, os “encontros” sociais para as contações de causos, jogatinas e rezas parecem ser atribuídos aos mais idosos, não prosseguindo os jovens com estes costumes.

O morador D. M. (2014) relata que na época em que existia o grande criadouro comum eram frequentes os mutirões para conservação das cercas comunitárias e conta ainda que ao passo que o criadouro foi sendo fechado, a comunidade também colaborava na construção das cercas particulares. Atualmente, ainda é comum visualizar os mutirões para manutenção de algumas cercas, na arrumação e limpeza do terreno da Igreja, na colheita de produtos agrícolas como o fumo, na coleta da erva-mate, na matança de animais, construção de casas e paióis, na arrumação dos bueiros, entre outros fins.

Uma das principais atividades de mutirão, ligadas à religião católica, na comunidade, consiste em juntar doações e prendas para as festas realizadas na Igreja de Aparecida dos Pardos. A maior parte dos moradores colabora inclusive ajudando na limpeza e organização dos festejos que objetivam, além do divertimento, a arrecadação de capital para ser investido na manutenção do espaço de convivência comunitária da Igreja e do Pavilhão.

Em termos religiosos, a figura do Monge João Maria também é muito referenciada na comunidade de Aparecida dos Pardos. No local não existe nenhuma das fontes naturais de água do Monge, porém, não muito distante, na comunidade vizinha de Felipe Schmidt, pode-se encontrar um “olho d’água” e outro na comunidade canoinhense de Santa Emília. D. M. (2014) conta que seu pai ouviu falar do Monge quando ainda morava em Paraguaçu (Itaiópolis/SC). Segundo ele, o Monge previa muitas coisas que se tornaram realidade, somente duas coisas ainda não aconteceram dentre suas previsões: Rio Negro sumir do mapa

e desmorar o Morro da Cruz em Porto União. Conta também que o Monge previa que “viria um besouro de aço para acabar com a mata” e também “a cobra preta que mata gente”, se referindo à motosserra e ao asfalto, respectivamente.

Na comunidade atualmente não existem mais as figuras das benzedoras e das parteiras, também não há a atuação das Pastorais. Porém, muitos se lembram de um benzedor chamado Estanislau, já falecido. Hoje, dada a proximidade com os centros urbanos de Irineópolis, Canoinhas e Porto União não se nota mais a presença destes na comunidade tendo em vista que as estradas são melhores e o tempo para se chegar na “cidade” encurtou-se. O que está presente ainda é o cultivo dos chás mais comuns ao redor das casas, nos quintais, e que são utilizados como medicamento pela própria família.

Quase que a totalidade das famílias moradoras de Aparecida dos Pardos é de origem polonesa ou se familiarizou com descendentes destes. O povo “polaco”⁶⁷ é tradicionalmente muito religioso e, na comunidade, cultua principalmente Nossa Senhora Aparecida, tida como padroeira. No início da formação da comunidade, foi construída uma escola que serviu também de Igreja até por volta de 1960, quando a Igreja de Aparecida dos Pardos foi construída. Na comunidade não existe mais a escola tendo em vista que estes pequenos núcleos educacionais do campo foram fechados e os alunos mandados aos centros urbanos. A Foto 45 retrata a ata que relata a reunião realizada para encaminhar a construção da referida Igreja.

⁶⁷ De acordo com Iarochinski (2000) o termo polaco, durante algum tempo, foi usado no Sul do Brasil para agredir e ofender os imigrantes e seus descendentes. Era um termo pejorativo que teria sido usado inicialmente no Rio de Janeiro, no começo do século XX para se referir a prostitutas suecas de um Cassino da Urca. Como estas eram loiras como as polacas do Sul do Brasil, os sulistas trataram de chamar toda prostituta, seja ela loira, preta, branca, amarela ou índia de polaca. Daí surge o termo “polonês” derivando do francês “*polonais*” com o intuito de diminuir a inferioridade étnica e o preconceito, porém, muitos preferem ser chamados de polacos e não de poloneses por não acreditar ser necessário se valer de uma terceira língua (neste caso o francês) para traduzir o termo da Polônia para o Brasil.

Capela de Rio dos Pardos - Canoinhas

Ata nº 1.

A 15 de setembro de 1957, a pedido dos moradores de Rio dos Pardos, foi rezada a 1ª Missa na escola local pelo R.º Fr. Edésio, que veio para encaminhar a projetada construção de uma capela nesta localidade.

Após a 1ª Missa houve reunião presidida pelo R.º Fr. Edésio, na qual tomaram parte cerca de 20 homens que, por unanimidade, aprovaram o projeto da construção da capela. Em seguida foi organizada a diretoria provisória composta apenas de:

Presidente - Wacislaw Oliszkowicz
 Tesoureiro - Felice Wzorek

A seguir escolheu-se o lugar para a capela e o sr. José D. Cubas prometeu doar o terreno; o R.º Fr. Edésio pediu a todos os presentes a cooperação e auxílios mútuos, tanto em donativos como nos trabalhos da construção. O sr. Leuciano Jancoski ofereceu um pinheiro e foi seguido com as mesmas ofertas pelos srs. Francisco Czwinski, Antonio Sobczak e Pedro Schostack, sendo os primeiros no valor de Cr\$ 2.000,00 cada e o último no valor de Cr\$ 1.000,00.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e foi lavrada a presente ata.

Rio dos Pardos, 15-9-1957.

Presidente - Wacislaw Oliszkowicz
 Tesoureiro - Felice Wzorek

FOTO 45: Ata que registra a primeira reunião que tratava da construção da capela, atual Igreja de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Fonte: Livro Ata nº 01 – Igreja de Aparecida dos Pardos. Foto: Acervo da autora, 2014.

Pela Foto 45 é possível perceber que as famílias que se dedicaram à construção da atual Igreja de Aparecida dos Pardos eram todas de origem polonesa, considerando seus sobrenomes. Alguns ofereciam pinheiros para a construção da mesma e outros contribuíam com dinheiro e/ou trabalho braçal.

Como já mencionado anteriormente, os limites vivenciais entre Irineópolis e Canoinhas não são claramente definidos, tanto é que na Igreja de Aparecida dos Pardos localizada em Irineópolis, quem exerce a função religiosa é um Padre de Canoinhas.

Na comunidade de Aparecida dos Pardos, os moradores informaram que não são mais realizadas as novenas de Páscoa e de Natal que aconteciam como preparação espiritual para estes momentos. J. V. N.⁶⁸ (2014) acredita que tais práticas religiosas tenham se perdido em virtude do aumento do trabalho com o cultivo do fumo, tendo em vista que a família toda fica envolvida e trabalha até altas horas da noite, incluindo, por vezes, final de semana nas épocas mais “apuradas”. Soma-se a isso, o fato comum a outros lugares, relacionado à presença da televisão, dos computadores e de outros atrativos que vem tomando o tempo disponível das famílias que hoje, encontram-se para conversar comunitariamente somente nos dias de culto, missa e celebrações como casamentos, batizados e, inclusive velórios.

Uma prática religiosa ainda presente na comunidade é a passagem da Capelinha de Nossa Senhora de Fátima, que fica cada dia em uma casa e alguns dias na Igreja de Aparecida dos Pardos. Durante a visita da Capelinha, a família tradicionalmente se reúne, faz uma oração e oferece uma quantia em dinheiro que é utilizada para a manutenção da Igreja. A Foto 46 retrata a Capelinha de Nossa Senhora de Fátima.



Foto 46: Capelinha de Nossa Senhora de Fátima que percorre diariamente as residências na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Fonte: Acervo da autora, 2014.

⁶⁸ J. V.N. 53 anos. Entrevista, 08 de maio de 2014. Irineópolis/SC. Entrevistadora: Alcimara Aparecida Föetsch. Acervo da autora, 2014.

A passagem da Capelinha pelas casas representa um momento de oração e reflexão, além disso, é o momento em que as famílias se visitam para passar de casa em casa a imagem da Santa. Os moradores não sabem informar quem escolheu Nossa Senhora de Fátima para ser a imagem da Capelinha, porém muitos lembram das Missões Católicas que estiveram presentes na comunidade a anos atrás e acreditam que naquele momento decidiu-se por essa Santa.

Assim como no Faxinal do Emboque, em Aparecida dos Pardos também é possível encontrar as imagens dos Santos Padroeiros nas casas. A Foto 47 ilustra essa situação.



FOTO 47: Imagem de Nossa Senhora Aparecida em uma casa na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Fonte: Acervo da autora, 2014.

O costume de colocar a imagem do Santo Padroeiro nas casas é tradição não só do povo polaco, mas também deste que, muito religioso, acredita que a prática protege a casa dos perigos e males.

Portanto, considerando os elementos socioculturais, pode-se dizer que o uso coletivo das terras se tornou inviável tendo em vista a desagregação do criadouro comum. Porém, as relações de compadrio e mutirão ainda são presentes, sendo marcas culturais do cotidiano do

lugar explicitas nas vivências e laços entre os moradores. A medicina popular restringe-se aos pequenos cultivos de chás caseiros e a religiosidade popular, por sua vez, divide espaço entre o catolicismo popular dos que creem no Monge João Maria e a religiosidade cristã dos que creem, sobretudo, em Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Fátima, bem como, dos que creem em ambos.

Sendo assim, e considerando os elementos socioespaciais e socioculturais que diferenciam o Sistema Faxinal dos espaços rurais, pode-se dizer que o mesmo realmente existiu na comunidade de Aparecida dos Pardos. Utiliza-se do verbo “existir” no passado tendo em vista que na presente pesquisa a existência do criadouro comum, já extinto no local, é condição fundamental para a categorização da comunidade enquanto Faxinal.

Diversos fatores comuns aos Faxinais paranaenses contribuíram para a desagregação do Sistema no local conforme já relatado anteriormente, porém, os fragmentos ainda persistem na paisagem tornando possível afirmar que ele existiu em terras catarinenses da região do Contestado, talvez não em tão grande número quanto no Paraná, todavia, também marcou o modo de vida no Planalto Norte Catarinense. As distinções e aproximações entre o Sistema Faxinal paranaense e as comunidades catarinenses serão tratadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6 – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A IDENTIDADE TERRITORIAL DE SISTEMA FAXINAL E DAS ÁREAS DE CAÍVAS NA REGIÃO DO CONTESTADO

Após construir uma proposição teórica e metodológica para analisar a região do Contestado a partir dos elementos identitários que compõem o Sistema Faxinal e compreender a organização ambiental/social tanto do Faxinal paranaense do Emboque quanto da comunidade catarinense de Aparecida dos Pardos, torna-se necessária, neste último capítulo, uma reflexão conjunta que relacione ambas as comunidades na perspectiva abordada. Para tanto, discute-se a territorialidade dos condicionantes naturais a partir das Matas Mistas e das Caívas, estas últimas sendo fragmentos remanescentes da Floresta Ombrófila Mista, com diferentes densidades arbóreas onde o estrato herbáceo é formado por pastagens (naturais ou artificializadas) que servem para o pastejo animal e o extrativismo, coincidindo, na maior parte das vezes, com espaços que correspondiam anteriormente aos criadouros comuns dos antigos Faxinais. Discute-se ainda, a territorialidade dos condicionantes humanos através da relação entre caboclos/imigrantes poloneses e a construção de sua identidade territorial comunitária.

6.1 A TERRITORIALIDADE DOS CONDICIONANTES NATURAIS

A caracterização do Faxinal do Emboque e da comunidade de Aparecida dos Pardos permitiu observar mais localmente as aproximações e os distanciamentos entre o Sistema Faxinal evidenciado no estado do Paraná e as áreas de Caíva aproveitadas em Santa Catarina, entretanto, identificaram-se certas discordâncias conceituais entre ambos. Assim sendo, neste momento, se torna necessária uma regionalização contemporânea dos condicionantes naturais com o intuito de refletir sobre a situação das Matas Mistas e sua relação com os Faxinais e as Caívas, culminando com uma discussão mais específica sobre o aproveitamento econômico destas últimas na região.

6.1.1 A situação das Matas Mistas

Para que se possa compreender a manutenção ou desagregação do Sistema Faxinal e das áreas de Caíva no Contestado torna-se necessário considerar a situação das Matas Mistas

tendo em vista que este é um dos condicionantes naturais essenciais para a existência destas práticas. Para tanto, há que se considerar a evolução da paisagem destes espaços.

Ao analisar as paisagens sob o ponto de vista das Ciências da Natureza, Ab'Saber (2003) reforça a ideia de que a paisagem é uma *herança*. Herança em todo o sentido da palavra: “herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (p. 09). De fato, a paisagem da Floresta Ombrófila Mista herdada historicamente na região do Contestado vem sendo constantemente explorada e degradada desde a época da Guerra do Contestado, passando pela exploração madeireira, até atualmente com a expansão do agronegócio e dos reflorestamentos.

Tais práticas ofensivas a este ambiente florestal certamente contribuíram para a desarticulação dos Faxinais e das Caívas, sejam eles paranaenses ou catarinenses. Nestas considerações, analisar mais profundamente os fatores e elementos que contribuíram para a degradação das Matas Mistas torna-se fundamental, exemplificando com as comunidades consideradas nesta pesquisa, ou seja, o Emboque (São Mateus do Sul/PR) e Aparecida dos Pardos (Irineópolis/SC).

Para continuar a discussão acerca da região da Floresta Ombrófila Mista, considerar a etimologia das palavras pode ser interessante. A palavra “Ombrófila”, de origem grega, significa “amigo das chuvas”, ou seja, um ecossistema onde chove o ano todo oscilando entre períodos mais chuvosos (primavera/verão) e períodos de índices pluviométricos menores (inverno/outono). Por outro lado, a palavra “Mista”, neste caso, refere-se à existência de plantas tanto gimnospermas (sementes nuas) quanto angiospermas (sementes recobertas por frutos) (VELOSO, 1992), entretanto, refere-se também a existência tanto de áreas de Mata quanto de áreas de Campos.

Como definido pelo Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2002), as Matas Mistas presentes no Planalto Meridional são também conhecidas como “Mata-de-araucária” ou “Pinheiral” e, na região do Contestado, por se localizarem em regiões acima dos 500 metros de altitude podem ser definidas como sendo de Montana⁶⁹.

Ainda acerca desta região das Matas Mistas, e de acordo com o manual “Floresta com Araucária”, publicação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do

⁶⁹De acordo com o Sistema de Classificação Vegetal Brasileiro a Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária) Montana situa-se entre 16° de latitude Sul a 24° de latitude Sul de 500 metros até em torno de 1.500 metros. De 24° de latitude Sul até 32° de latitude Sul de 400 metros até em torno de 1.000 metros. (IBGE, 2002).

estado do Paraná (2010), originalmente, essa formação vegetal ocupava 200.000 quilômetros quadrados, assim distribuídos:

- 49,8% do território do Paraná;
- 30% de Santa Catarina; e,
- 25% do Rio Grande do Sul.

Porém, atualmente, esse ecossistema encontra-se degradado e ameaçado, sobretudo devido ao desmatamento relacionado ao avanço da agricultura, da agropecuária, dos reflorestamentos de espécies exóticas e dos loteamentos para assentamentos urbanos. Somam-se a isso as ameaças pela caça, introdução de espécies invasoras, tráfico de animais e plantas, atropelamentos, queimadas, contaminação de ambientes, extrativismo sem manejo, turismo desordenado, ausência de Educação Ambiental e o desenvolvimento de planejamentos inadequados.

Como se pode perceber, inúmeros são os motivos que, ao longo dos anos, vêm contribuindo para degradar as Matas Mistas. Porém, neste momento, interessam-nos de forma particular aqueles que se relacionam à Guerra do Contestado e à situação das áreas do Sistema Faxinal e das Caívas. Dessa maneira, apresenta-se a seguir uma cronologia de fatos e ações que auxiliaram no processo de desarticulação das terras de uso comum na região pela exploração inadequada do ambiente físico-natural das Matas Mistas:

a) A atuação da *Brazil Railway Company*:

Um marco importante para o início da degradação/exploração das Matas Mistas na região do Contestado foi a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, por volta de 1910, pela *Brazil Railway Company*. O trecho catarinense foi construído entre 1907 e 1910, sendo que como parte do pagamento, a referida empresa recebeu do governo brasileiro cerca “de mais de seis mil quilômetros quadrados de terras, cobertas com cerca de 15 milhões de árvores em ‘idade de corte’” (SACHET, 2001, p. 508).

Certamente, a construção da ferrovia no Contestado modificou de forma indiscutível a paisagem e o modo de vida da região, sendo inclusive, um dos fatores desencadeantes da Guerra. Múltiplas são as formas de se retratar este fato, entretanto, opta-se por discutir a construção e o impacto da construção da ferrovia, relacionando-a com o equilíbrio ecológico existente, até então, entre os moradores (na sua maioria cabocla) e as Matas Mistas.

A *Brazil Railway*, objetivando explorar a riqueza vegetal, constrói em Três Barras e Calmon duas grandes serrarias, sendo que a primeira ficou conhecida como a “maior serraria da América do Sul” (AURAS, 1995, p. 100), que em seu período auge, entre 1916-1929,

exportava a madeira processada para grandes centros brasileiros, europeus e da América do Norte. Nesses anos, inicia-se em larga escala a exploração vegetal no Contestado, sem considerar o equilíbrio ambiental que estas matas proporcionavam aos habitantes da região.

No caso do Sistema Faxinal, as áreas de mata são os espaços onde ocorre a concentração das residências, a criação de animais, a exploração da erva-mate e a maior parte das relações comunitárias.

Tem-se que:

As manchas de Campos são rodeadas pelo domínio da Mata com Araucária, cuja espécie característica é o Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). Esta se sobressai com sua copa, nitidamente visível, que fica a uma altura de cerca de 20-30 metros. Sua madeira relativamente resistente é bastante utilizada, sobretudo, na construção civil. Mais apreciada, todavia, é a da Imbuia (*Ocotea pulchella*), hoje difícil de ser encontrada, da qual proveio a madeira utilizada na construção das casas mais antigas dos Caboclos nos Faxinais. Num extrato mais baixo da Mata com Araucária aparece a erva Mate (*Ilex paraguayensis*). Ela é original deste tipo de mata e suas folhas são utilizadas desde o período pré-colombiano para a produção de chá. Um grande número de espécies desta mata é também utilizado como ervas e plantas medicinais pela população local. (LÖWEN SAHR e CUNHA, 2005, p. 92).

Dessa forma, torna-se evidente que a construção da ferrovia e a posterior exploração das áreas de Matas Mistas ao longo desta, contribuíram para desequilibrar a relação entre população e ambiente, em muitos lugares edificada em forma de Sistema Faxinal. Se as áreas de mata são fundamentais para a existência dos criadouros comuns dos Faxinais, a exploração desenfreada dessas matas fragiliza e/ou desagrega o Sistema como um todo.

Há que se considerar também que é justamente nesta época histórica, ou seja, nas décadas de 1910-1920, que muitos Faxinais começam a se consolidar em regiões paranaenses que não sofreram tão diretamente os efeitos da Guerra. Sendo assim, pode-se também dizer que a exploração decorrente da construção da Estrada de Ferro teria contribuído para o “não” desenvolvimento do Sistema Faxinal, em maior escala, no Contestado catarinense. Considerando as duas comunidades descritas anteriormente, percebe-se que o Faxinal do Emboque, no município de São Mateus, não sofreu tanta influência desta devastação vegetal, lembrando que o mesmo começou a se consolidar a partir de 1930, ou seja, após a ação mais efetiva da empresa estrangeira.

Porém, a comunidade de Aparecida dos Pardos, no município de Irineópolis, foi alvo tanto da exploração por parte da empresa madeireira quanto alvo da especulação por parte da empresa colonizadora. De fato, a porção catarinense do Contestado sofreu mais intensamente os efeitos da Guerra.

A Imagem 05 destaca a localização destas duas comunidades em relação à ferrovia:

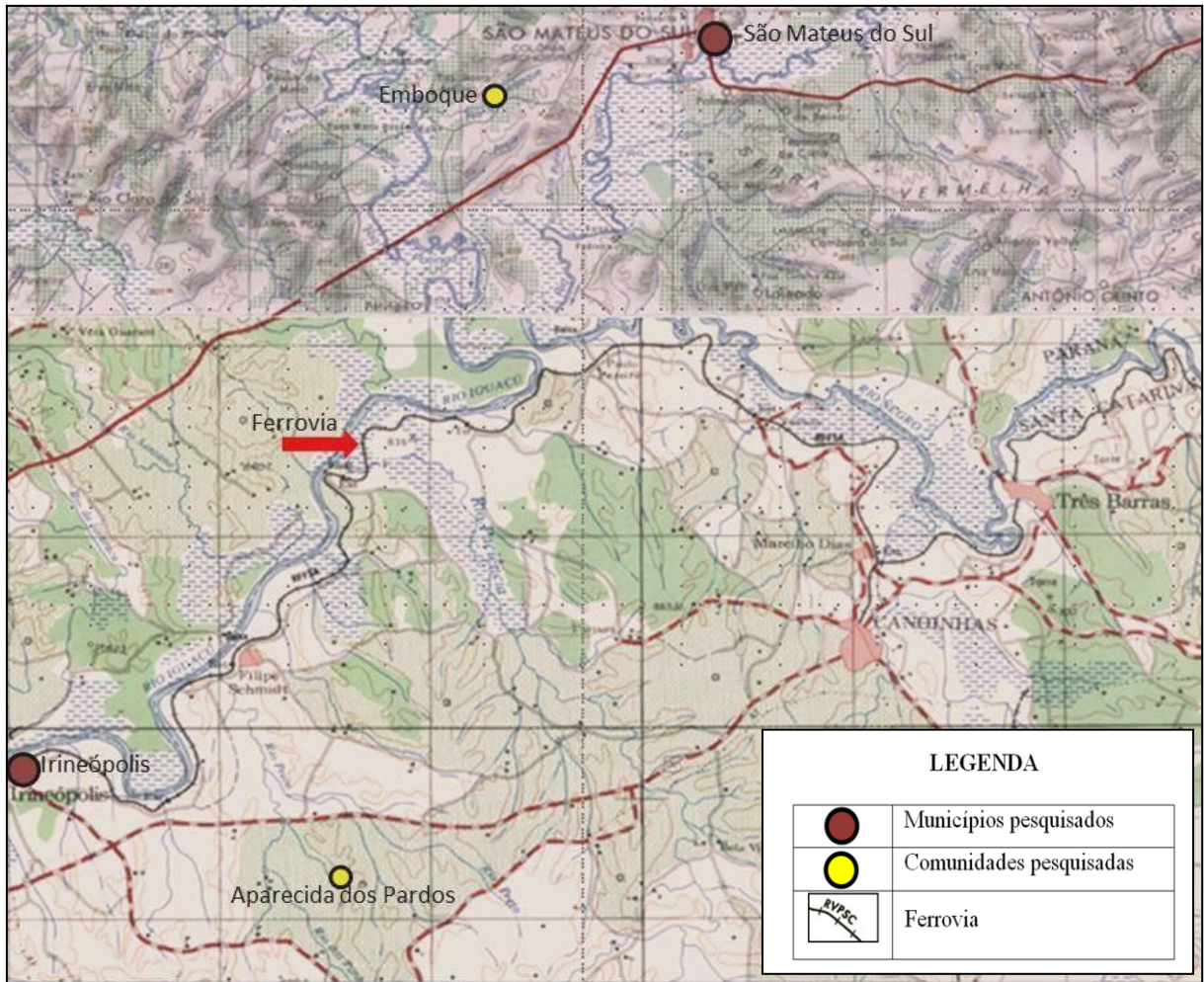


IMAGEM 05: Localização das comunidades do Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR e Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC em relação à ferrovia. Fonte: Carta topográfica de Ponta Grossa (IBGE, 1983, escala de 1:250.000) e Carta topográfica de Mafra (Ministério do Exército, 1982, escala de 1:250.000).

Organizado pela autora, 2014.

Além da exploração das Matas Mistas, Vinhas de Queirós (1977) destaca que a “fim de explorar as terras laterais à estrada e outras mais que viesse a adquirir, a *Brazil Railway* criou uma nova companhia, a ela subordinada: a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*” (p. 73). Em seguida, a “*Lumber* loteou e começou a vender a colonos estrangeiros terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que ali tinham sido expulsos os posseiros e antigos proprietários” (p. 74). Entretanto, o autor ressalta também que não “eram apenas as firmas estrangeiras que se aproveitavam desses negócios” (p. 75), se beneficiavam também os coronéis do interior e seus protegidos e todos os que dispunham de influência política sobre os governos estaduais.

Neste sentido, pode-se dizer que a colonização imigrante que ocupou a região do Contestado também teve sua parcela de contribuição no sentido da exploração das Matas Mistas e, por consequência, da desarticulação do Sistema Faxinal. Entretanto, deve-se

considerar também que em muitos Faxinais a presença do imigrante consolidou o Sistema. Tem-se, portanto, duas vias: as frentes imigratórias que, por desconhecimento da região e pela falta de recursos assimilaram a forma regional cabocla da criação em comum e consolidaram o Sistema Faxinal nas primeiras décadas do século XX; e, as frentes migratórias que chegaram ao Contestado com o intuito de dar continuidade ao seu particular e conservador modo de vida, ignorando a sabedoria regional/cultural das populações locais.

Sabe-se que para que a terra torne-se agricultável, a cobertura vegetal precisa ser removida e, neste sentido, o imigrante, ao colonizar e começar a explorar seus lotes de terra contribui para a extração das matas. Porém, apesar dessa contribuição negativa, muitas colônias de imigrantes passaram a assimilar a forma de criar à solta e o Sistema Faxinal consolida-se na região. Souza (1998) afirma que “os imigrantes que se instalaram na região norte de Santa Catarina foram, aos poucos, interiorizando-se, fixando-se nas matas mistas e integrando-se completamente à atividade ervateira” (p. 26). Acredita-se ser nesse momento em que os faxinais, talvez pela influência imigrante, passam a criar os animais cercados na área do criadouro e não mais completamente soltos pela floresta. Começam a surgir as porteiras e os mata-burros para proteger as áreas de plantar da invasão da criação e as Matas Mistas passam a ser cada vez mais exploradas.

b) Extração inadequada da erva-mate:

Chang (1988) destaca que entre 1890 e 1930, a economia do estado do Paraná passa a ser conduzida principalmente pela atividade ervateira sendo que os municípios de maior produção coincidiam exatamente com os municípios que apresentavam o Sistema Faxinal. No caso de Santa Catarina, Souza (1998) ao analisar os processos de produção e transformação da erva-mate (mais especificamente no Planalto Norte Catarinense) destaca que a ocupação dessa região também teve como elemento central a presença dos ervais nativos, sendo que posteriormente, “os colonos europeus também se integraram a esta exploração” (p. 13). Fato é que a extração da erva-mate sempre existiu paralelamente ao tropeirismo e à criação de gado, porém, associada a uma população marginal.

Souza (1998) destaca ainda que na região, até a década de 1970, a produção da erva-mate era quase que na sua totalidade derivada da exploração dos ervais nativos. A partir desta data, começam a fazer parte da paisagem e da economia os ervais plantados e, aos poucos os “pequenos ‘barbaquás’, dão lugar a secadores automáticos de grande capacidade em uma nova agroindústria” (p. 14). O mesmo autor ainda afirma que estes “ervais foram formados e manejados de forma integrada à criação de animais desde o final do século XVIII” (p. 15) e

apresenta uma periodização distinta com relação às formas de produção, transformação e regulamentação desta atividade extrativa:

1^a.) Início da ocupação e colonização até os anos 1970: inicialmente a ocupação da região é motivada pela existência de ervais nativos explorados de forma temporária e itinerante. Posteriormente, com a chegada dos colonos europeus as atividades, processos de produção e transformação se tornam fixos. O fundamental neste momento é que “tanto os períodos de colheita e de intervalo entre as colheitas eram regulamentados, com o objetivo de proteger os ervais e a qualidade percebida do produto resultante de sua exploração” (p. 17).

2^a.) A partir dos anos 1970 até a atualidade: é a partir desta década que a atividade madeireira sofre mudanças, como a erradicação de parte dos ervais nativos para dar lugar a reflorestamentos e monoculturas como a da soja, diminuição das exportações versus o aumento do consumo interno, o abandono dos processos tradicionais e o aumento dos ervais plantados. A questão, neste caso, repousa justamente sobre este último período que é quando a atividade extrativa da erva-mate começa a ameaçar significativamente as Matas Mistas, seja pelo manejo inadequado, seja pela remoção da cobertura vegetal original para dar lugar aos ervais plantados, isto sem mencionar o comprometimento destes pelo manejo inadequado. Neste sentido, Medrado et. al. (2002) ao analisar os ervais degradados destaca os principais motivos que levam a esta situação: “colheitas sucessivas, envelhecimento natural, adversidades climáticas, ataque de pragas, compactação de solo, esgotamento de nutrientes no solo, podas mal feitas, intervalos muito pequenos e competição com o mato” (p. 04).

No Faxinal do Emboque, a atividade ervateira ainda é bastante presente. Não existem mais os antigos carijos, agora substituídos por barbaquás mais modernos, mas é possível perceber na paisagem tanto o manejo dos ervais nativos quanto espaços onde os ervais foram plantados. Na comunidade de Aparecida dos Pardos ocorre o mesmo, não existindo mais os antigos carijos, mas o manejo dos ervais nativos permanece, sendo que a produção retirada do local é enviada a outros barbaquás maiores existentes no município de Irineópolis.

A Foto 48 retrata um carijo remanescente no Faxinal do Emboque.



FOTO 48: Antigo carijo de erva-mate no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR.
Fonte: Acervo da autora, 2014.

Na comunidade de Aparecida dos Pardos, os carijós também ainda fazem parte da paisagem, como pode ser visualizado através da Foto 49.



FOTO 49: Antigo carijo de erva-mate na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC.
Fonte: Acervo da autora, 2014.

Assim sendo, a erva-mate é uma espécie que pode ser considerada como espécie-chave no desenvolvimento econômico da história regional do Contestado tendo em vista seu longo período de exploração. Porém, conforme atesta Chang (1988), enquanto “desabava a economia ervateira, a economia madeireira se fortalecia” (p. 66), ambas contribuindo para a degradação das Matas Mistas.

c) Economia madeireira:

A Floresta Ombrófila Mista, preservada atualmente em poucas localidades, “ocupava quase inteiramente o planalto acima de 500 m de altitude, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (p. 81) e era formada principalmente pelas seguintes espécies: *Araucaria angustifolia* (pinheiro brasileiro), *Ocotea pulchella* (canela), *Ilex paraguariensis* (erva-mate), *Cryptocarya aschersoniana* (canela-fogo), *Nectandra megapotamica* (canela-preta), sendo que ao Norte de Santa Catarina e ao Sul do Paraná, o pinheiro-brasileiro estava associado à *Ocotea porosa* (imbuia) formando agrupamentos bem característicos (Manual do IBGE, 2002).

O Manual do IBGE (2002) destaca também que atualmente estes agrupamentos gregários foram substituídos por monoculturas, sendo quase que totalmente devastados, restando apenas pequenos remanescentes sem grandes expressões paisagísticas e econômicas. Trata-se certamente de um “cenário de marcante originalidade ecológica” (AB’SABER, 2003, p.101), ou seja, no Planalto Meridional Brasileiro “o mato é baixo e relativamente descontínuo, com pinhais altos, esguios e imponentes – um tanto exóticos e homogêneos – em face da biodiversidade marcante dos sub-bosques regionais” (idem). Permeando esta altamente depredada região das Araucárias, emergem, segundo o referido autor, pequenos mosaicos de campos que são entremeados por bosques de pinheiros oferecendo uma bela paisagem do território brasileiro. Assim sendo, pode-se perceber a variedade e o significativo valor comercial das Matas Mistas, as espécies de madeira nobre já quase não fazem mais parte da paisagem, porém, a erva-mate ainda é perceptível, devido, entre outros fatores, ao seu diferencial extrativo realizado por manejo, e não por derrubada.

Como relata Chang (1988), a “exploração da madeira, ao contrário da exploração do mate, pouco contribuiu para a ocupação do solo, uma vez que as companhias madeireiras não adquiriam terras e sim as árvores” (p. 65). Além disso, a renda proveniente do setor madeireiro era muito mais concentrada, tendo em vista que a serraria era muito mais equipada que o barbaquá. A atividade depredatória da exploração madeireira estragava, inclusive, os ervais durante a derrubada das árvores, exaurindo as matas regionais que eram de grande

serventia para a subsistência da população local. Logo após a retirada completa da cobertura vegetal pelas companhias madeireiras, as terras eram, na sua maioria, vendidas ou arrendadas a pequenos produtores.

Chang (1988) destaca ainda que essa atividade madeireira, fortalecida nos anos 1930, passa a atingir seu limite por volta de 1960 e contribuiu significativamente para a desestruturação do Sistema Faxinal, primeiro, por esgotar as fontes naturais dos criadouros e, segundo, por avançar sobre o espaço dos criadouros com os reflorestamentos.

No Faxinal do Emboque, as áreas de reflorestamento ainda não adentraram o espaço do criadouro, porém, encontram-se muito próximas, dividindo espaço com as “terras de plantar”, como pode ser observado na Foto 50.



FOTO 50: Reflorestamento de eucalipto próximo às “terras de plantar” no Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR. Fonte: Acervo da autora, 2013.

Na Comunidade de Aparecida dos Pardos, as áreas de reflorestamento também são muito presentes, inclusive, disputando espaço com as áreas de Caíva, como se pode perceber através da Foto 51.



FOTO 51: Reflorestamento de eucalipto próximo às terras de plantar na comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Como é possível verificar, não só na região do Contestado, a vegetação nativa vem sendo constantemente degradada, inicialmente com fins econômicos de aproveitamento da madeira e, em seguida, sendo as terras utilizadas para agricultura e/ou pecuária e para os reflorestamentos. Não se questiona a importância destas três últimas atividades, apenas se aponta para o fato de que é evidente a diminuição das áreas de Matas Mistas apesar de toda legislação proibitiva existente.

Dessa maneira, caso não haja uma preocupação com as populações tradicionais que ainda se utilizam dessas áreas, certamente, com o passar do tempo, estas serão substituídas por áreas agricultáveis, de pastoreio, de reflorestamento ou de extrativismo.

d) Modernização agrícola:

Chang (1988) relata que a partir de 1967 a “política agrícola⁷⁰ foi deliberadamente orientada para utilização mais intensiva de máquinas e fertilizantes, explicitando assim os interesses industriais” (p. 69). Porém, a modernização agrícola se deu de forma desigual e incompleta, não atingindo a todos os produtores com a mesma intensidade, sobretudo, devido ao fato da estrutura fundiária ser concentrada. Segundo a autora, trata-se de uma “modernização discriminadora” que diferencia os pequenos produtores em: produtores familiares capitalizados e produtores familiares marginalizados.

Caio Prado Júnior (1979), por sua vez, assim sintetiza a questão agrária brasileira:

[...] se resume nisto que a grande maioria da população brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada à terra e obrigada a nela exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência. Vê-se assim forçada a exercer sua atividade em proveito dos empreendimentos agromercantis de iniciativa daquela mesma minoria privilegiada que detém o monopólio virtual da terra. (p. 32).

Neste sentido, Matos e Pessôa (2011) destacam que no Brasil a modernização da agricultura começou a ser propagada a partir da metade do século XX e com o intuito de aumentar a produção e a produtividade de culturas de interesse internacional mediante a inserção de inovações tecnológicas. Graziano da Silva (1996) compreende esse processo de modernização agrícola a partir das transformações de base técnica da produção agropecuária, sobretudo no período pós Segunda Guerra Mundial, quando passam a ocorrer intensas modificações da produção no campo e também das relações entre capital e trabalho. O autor também concorda que a partir da década de 1960, o campo brasileiro vive uma enxurrada de inovações tecnológicas no processo produtivo, sobretudo com relação às questões agrônômicas, físico-químicas e biológicas, além da constituição dos complexos agroindustriais.

Delgado (1985) e também Elias (2003) destacam as principais inovações e características deste período: aumento dos índices de tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial; modificações no padrão tecnológico dos bens de capital; demanda por insumos e máquinas; industrialização da produção agrícola (bens de produção e insumos); integração de capitais (industriais, bancários, agrários); expansão das

⁷⁰ Pode-se exemplificar com o caso do crédito agrícola que foi politicamente ordenado para favorecer produtos de exportação e matérias-primas para as indústrias.

agroindústrias, agrocomércios e cooperativas agrícolas; organização de conglomerados industriais, entre outros. Acrescenta-se a isso, o pacote tecnológico da Revolução Verde⁷¹.

Porém, tratou-se de um sistema produtivo excludente e concentrador que não considerava a pequena produção tradicional e nem fornecia subsídios a esta. Da mesma forma, pouco considerava a necessidade de preservação ou de manejo das áreas de mata. Neste sentido, pode-se dizer que muitas áreas verdes deram e continuam dando lugar às áreas agricultáveis modernas apesar de toda discussão ambiental presente.

No caso das populações tradicionais regionais de uso comum da terra, Löwen Sahr e Cunha (2005) esclarecem que pelo fato destas terem conseguido se manter parcialmente fora dos processos de modernização da agricultura preservaram seu modo de vida e sobreviveram a um processo de homogeneização, possuindo ainda um aspecto singular em termos culturais. Porém, os autores destacam que a falta de uma política de fixação do pequeno proprietário em suas terras faz com que muitos vendam suas propriedades para grandes fazendeiros que implantam os sistemas de monocultura intensiva “devastando as matas nativas que antes sustentavam as comunidades” (p. 96).

Notam-se assim dois cenários agrários: aquele onde a modernização e expansão das atividades agropecuárias devastaram as matas e homogeneizaram os espaços e, aquele espaço marginalizado e resistente, onde algumas práticas tradicionais ainda sobrevivem de forma mais harmoniosa e menos impactante com a floresta.

No caso específico das comunidades trabalhadas nesta pesquisa, pode-se dizer que o processo de modernização agrícola não encontra-se completamente ausente. No Emboque, a roça cabocla tradicional já começa a ser substituída por um plantio e uma colheita mais mecanizados, assim como o manejo da erva-mate. Fora da área do criadouro comum os moradores cultivam atualmente monoculturas como a soja, além de áreas de reflorestamento, usando inclusive produtos químicos. Entretanto, dada sua visibilidade enquanto Sistema Faxinal – o que lhes confere um diferencial –, os produtores mantêm o cultivo de verduras, hortaliças e legumes em hortas caseiras e nas “terras de plantar”, comercializando na feira

⁷¹“O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementando seu valor, como para aumentar a produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres”. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 185).

municipal semanal. Na comunidade de Aparecida dos Pardos, ocorre o mesmo, porém nota-se que a área de reflorestamento é maior, assim como a do plantio de soja. Os moradores, talvez pela ausência do criadouro comum, atuam mais individualmente na produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Dessa maneira, pode-se dizer que estes quatro fatores influenciaram regionalmente na devastação das Matas Mistas e conseqüentemente na desagregação dos sistemas tradicionais de uso da terra que sobreviviam de forma mais harmoniosa nestes locais, como, neste caso, o Sistema Faxinal. Inicialmente foi a atuação da *Brazil Railway* na construção da ferrovia, na retirada da madeira em sua “faixa de domínio” e no loteamento e venda das terras aos imigrantes através de sua subsidiária empresa de colonização. Em seguida, foi a extração desenfreada e inadequada da erva-mate nativa, restringindo sua incidência a lugares específicos, perpassando pela exploração madeireira que, durante anos, exauriu as Matas Mistas regionais. Por fim, a modernização agrícola excludente e concentradora que não abria espaço para os pequenos proprietários, fazendo com que muitos vendessem suas terras. Logicamente, soma-se a isso a inoperância e ausência histórica do Estado na região, questão que será aprofundada posteriormente.

6.1.2 A questão das Caívas

Impossível não notar na paisagem paranaense e catarinense os fragmentos florestais remanescentes da Floresta Ombrófila Mista que são conhecidos, local e popularmente, como “Caívas”. Entretanto, com relação à sua caracterização há uma significativa escassez de informação ocasionando, inclusive, certa confusão conceitual com o próprio termo Faxinal, ou melhor, com o “Sistema Faxinal”. Acredita-se que isso ocorra devido ao fato de que é nestas áreas de Caíva que o Sistema Faxinal tradicionalmente se desenvolveu. Em seu relatório técnico de 1988, Chang já evidenciava que as Caívas são originárias das antigas áreas de invernadas ou Faxinais que se distribuíram pelo Centro Sul do Paraná, Norte de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul, se referindo, neste caso, a um tipo de vegetação.

Vinhas de Queirós (1977), ao analisar a região do Contestado, referiu-se às áreas de Caíva como um tipo de vegetação local. O “mato-virgem onde costuma crescer a erva-mate denomina-se *Caíva*, vocábulo de origem Tupi-guarani que literalmente significa ‘mato-ruim’.

Suas terras, arenosas e *frias*, são consideradas de inferior qualidade para a abertura de roças (sic)” (p. 19).

Ao analisarem o processo de desintegração e resistência do Sistema Faxinal em Itapará, Irati/PR, Novak e Fajardo (2008) destacam que as “matas limpas” onde existiam a erva-mate nativa, as frutíferas silvestres, pinheiros e madeiras de lei, além das gramíneas, formaram um meio natural propício para o desenvolvimento do criadouro comum do Faxinal. Este meio natural é denominado pela população de “Caíva” e trata-se de uma vegetação pouco densa onde a criação pode andar sem dificuldade e cujo pastoreio diminui o serviço de roçada nos ervais, além de ser rico em alimentos silvestres, o que reduz os custos com a alimentação animal. Portanto, para Chang (1988), Vinhas de Queirós (1977) e Novak e Fajardo (2008) as Caívas são o espaço físico-natural propício ao desenvolvimento do Sistema Faxinal.

Porém, Bona, Hanisch e Marques (2011) escrevem que:

Ao rodar pelas estradas do Planalto Norte de Santa Catarina os viajantes se deparam com uma paisagem composta por um mosaico formado por remanescentes de floresta de araucárias entremeados por lavouras anuais e cultivos florestais. Em vários trechos da estrada é possível visualizar o gado bovino pastando à sombra destes remanescentes florestais. A formação dessa paisagem se deve em grande medida à permanência de um sistema produtivo tradicional dessa região conhecido como Caívas ou internadas. Esse sistema é mantido pela combinação do pastejo do estrato herbáceo formado por espécies nativas ou introduzidas há décadas com a extração da erva-mate e de lenha no estrato arbóreo. Atravessando o rio Iguazu, que delimita a divisa com o Paraná, esse tipo de sistema recebe o nome de faxinal. (p. 06 – grifo nosso).

Dessa maneira, na perspectiva desses autores, as “Caívas” (também chamadas de “internadas”) consistem em um sistema produtivo tradicional que combina o pastoreio animal com a extração vegetal (erva-mate e lenha). Assim sendo, é possível perceber o uso do termo “Caíva”, ou mesmo “internada⁷²”, como sinônimo de Sistema Faxinal em Santa Catarina.

Com o mesmo entendimento, Meurer (2012) ao estudar a caracterização química e climática de populações naturais de erva-mate no Planalto Norte Catarinense destaca que essas “áreas de Caíva ainda que em diferentes estágios sucessionais, são importantes referências ambientais para diversas espécies da fauna e flora local, inclusive com a exploração da erva-mate” (p. 29). Como exemplo, a autora coloca uma foto que ilustra uma Caíva no município catarinense de Major Vieira, onde é possível perceber a vegetação nativa

⁷² Internadas: Designação comum a certas pastagens rodeadas de obstáculos, naturais ou artificiais, onde se guardam equídeos, muare e bovinos, para repousarem e recobrem as forças. Também serve para, durante o inverno, engordar os animais. (FERREIRA, 1986, p. 964). Porém, como na pesquisa de campo da Tese o termo “internada” não foi citado, trabalhar-se-á como a relação entre os conceitos de “Caíva” e Sistema Faxinal.

sendo utilizada tanto para a exploração da erva-mate quanto para o pastoreio dos animais, neste caso, suínos.

Siminski et al. (2011), da mesma maneira, ao discutirem os recursos florestais nativos e a agricultura familiar em Santa Catarina, mais especificamente as áreas que correspondem à Floresta Ombrófila Mista destacam que o alto percentual da cobertura vegetal denominado de Mata está associado principalmente às áreas chamadas de Caívas, sendo que as:

[...] Caívas ou “terras de criá”(sic) são áreas de cobertura vegetal onde os animais domésticos (porcos, cavalos, gado bovino e outros) são criados soltos, alimentando-se das frutas e plantas disponíveis no sub-bosque destas formações. Essas áreas são remanescentes dos sistemas de produção conhecidos como faxinais. (p. 375).

Os autores ainda complementam:

A fase histórica do predomínio econômico da “erva-mate” na região representou para os agricultores um papel significativo dessa cultura na indução de uma definição de uso da terra motivado pela necessidade de subsistência. Segundo Novak e Fajardo (2008)⁷³, nas chamadas “matas limpas” onde ocorria a “erva-mate”, as frutíferas silvestres, os “pinheiros” (*Araucaria angustifolia*) e as gramíneas, foi também onde se desenvolveu o criadouro Faxinal, denominado localmente de Caíva. (p. 384).

Mattos, Reis e Peroni (2012) ao analisarem a relação entre os agricultores familiares extrativistas de erva-mate e a floresta de Araucária no Planalto Norte Catarinense afirmam que a erva-mate é o principal recurso florestal não madeireiro explorado na região. Neste sentido, os autores investigaram as terminologias populares (denominações específicas) para estas áreas de manejo: 24,6% chamam de Caíva; 21,3% chamam de mato; 15,2% chamam de invernada e 6,1% chamam de potreiro. Porém, apropriam-se do termo Caíva apresentando suas características: “área que possui mato com árvores, sendo roçada frequentemente para tirar erva-mate, podendo ter ou não criação” (p. 203).

Da mesma forma, Mello e Peroni (2012) destacam que no Planalto Norte de Santa Catarina, a “Floresta Ombrófila Mista é um mosaico, composto por áreas de cultivo e pastagens inseridos entre fragmentos de florestas, onde o pinhão e a erva-mate são extraídos, as comunidades locais denominam essas unidades de paisagem de fragmentos da FOM⁷⁴ como Caívas” (p. 330). Os autores destacam ainda que as principais formas de manejo nestas áreas são “a pastagem e manutenção dos animais dentro da floresta, roçada do sub-bosque, e a

⁷³ NOVAK, R.; FAJARDO, S. Desintegração e resistência do sistema faxinal em Itapará – Irati – PR. UNICENTRO - **Revista Eletrônica Lato Sensu**, Irati, 2008. (p. 1-12).

⁷⁴ Floresta Ombrófila Mista.

poda, favorecimento e enriquecimento com espécies nativas, especialmente a erva-mate” (idem).

A partir destas considerações é possível perceber que em Santa Catarina, mais especificamente na região do Planalto Norte, as áreas popularmente conhecidas como Caíva são locais onde o Sistema Faxinal historicamente teria se desenvolvido, sobretudo devido às características físico-naturais das Matas Mistas com ervais nativos e aos condicionantes humanos dos caboclos e imigrantes. Porém, devido a uma série de fatores (alguns já discutidos anteriormente e outros que serão apontados e discutidos mais adiante) os criadouros comuns foram sendo extintos ou restritos a pequenos núcleos familiares restando apenas à paisagem da mata com Araucária e os ervais. Nestes espaços, atualmente, a criação de animais ainda é presente, porém, não mais comunitariamente e as Caívas vem sendo aproveitadas com outras finalidades.

Hanisch *et al.* (2010) atestam que atualmente as Caívas são “remanescentes de Floresta Ombrófila Mista, com diferentes densidades arbóreas, cujo estrato herbáceo é formado por pastagens nativas ou naturalizadas utilizadas para pastejo animal” (p. 303). A maior parte das Caívas⁷⁵ apresenta-se como fragmentos florestais de variados tamanhos nas propriedades rurais e o conjunto destes fragmentos na região contribui para a “formação da paisagem característica das regiões norte de Santa Catarina e parte do centro-sul do Paraná, formando um mosaico de áreas de cultivo intervaladas por áreas de florestas” (p. 304).

Ainda sobre o conceito de Caíva, Hanisch, Marques e Bona (2009) complementam afirmando que se trata de uma denominação regional do Planalto Norte de Santa Catarina para remanescentes de Floresta Ombrófila Mista com diferentes densidades arbóreas, cujos estratos herbáceos são compostos por pastagens nativas ou naturalizadas extensivamente pastejadas.

Assim sendo, pode-se dizer que num primeiro momento o termo Caíva se referia exclusivamente a um tipo de vegetação característico da região Centro-Sul do estado do Paraná e do Planalto Norte Catarinense. Em seguida, em algumas análises catarinenses, passou a ser empregado como sinônimo para o Sistema Faxinal pesquisado na porção paranaense. Acredita-se que isso se deva a uma busca por aproximação com a literatura conceitual e metodológica desenvolvida nas pesquisas sobre os Faxinais no Paraná.

⁷⁵ Hanisch *et al.* (2010) destacam as principais espécies vegetais que compõem as áreas de Caíva na região: *Araucaria angustifolia* (Pinheiro), *Ilex paraguariensis* (erva-mate), *Myrcia* sp. (Guamirim), *Ocotea porosa* (Imbuia), *Ocotea puberula* (Canela-guaicá), *Drimys brasiliensis* (Cataia), *Ilex microdonta* (Congonha), *Sapium glandulosum* (Leiteiro), *Ilex brevicuspis* (Caúna) e *Cinnamo dendrodinisii* (Pimenteira).

Porém, atualmente, sobretudo com a implantação do Grupo Gestor de Caívas⁷⁶ e de projetos que visam o melhoramento destas áreas⁷⁷, as Caívas passam a ganhar relevância e visibilidade no sentido de promover o seu melhor aproveitamento econômico, inclusive combinando-as com o pastejo. A grande distinção em relação ao Sistema Faxinal encontrado no estado do Paraná repousa no fato de que as áreas de Caíva são manejadas de forma particular e não comunitariamente.

De acordo com Bona, Hanisch e Marques (2011), no início do século XX a criação de gado e a exploração da erva-mate em Caívas compunham a base de sustentação econômica deste território. Porém, atualmente, as Caívas possuem diversas funções, entre elas:

1) *Econômico/produtivo*: por possuírem características peculiares em virtude da forte interrelação entre as árvores, as pastagens nativas e os animais, sendo que as “árvores fornecem sombra para os animais e proteção para os pastos contra as geadas, permitindo que estes se mantenham verdes por mais tempo, facilitando a manutenção dos animais” (p. 06). Além disso, durante o verão, as árvores são fonte de forragem aos animais já que as áreas da agricultura permanecem ocupadas com culturas comerciais nesse período (fumo e milho, principalmente).

2) *Ecológico*: se comparadas com florestas nativas, realmente as Caívas possuem menor biodiversidade, porém, exercem “importante função ambiental ao manter espécies vegetais típicas da floresta ombrófila mista, tais como a araucária, a erva-mate, as canelas” (idem), além das árvores frutíferas e espécies de menor valor comercial, como a congonha, o branquilha e outras. Contribuem ainda para a manutenção da fauna fornecendo alimento e abrigo e em grande parte das propriedades familiares da região compõem as áreas de Reserva Legal (RL) e as Áreas de Preservação Permanente (APP).

Portanto, embora as áreas de Caíva catarinenses não possuam, na prática, a mesma lógica do Sistema Faxinal paranaense da criação em comum, estes espaços que mesclam atividades extrativas e de pastejo em propriedades privadas são de grande importância para a

⁷⁶ “No período de 2007 a 2010, foi executado um projeto em parceria entre a Epagri/E.E. de Canoinhas, a ASPTA e a Floresta Nacional de Três Barras/ICMBio, que teve por objetivo caracterizar as áreas de Caívas e desenvolver pesquisas participativas sobre manejo ecológico das pastagens nativas em propriedades familiares. Por intermédio dessa parceria, foi criado o Grupo Gestor de Caívas com o propósito de articular as pesquisas e a disseminação regional de seus resultados” (BONA, HANISCH e MARQUES, 2011, p. 08), sendo que o princípio metodológico que orienta o grupo fundamenta-se no resgate e na sistematização dos saberes locais e sua articulação com os conhecimentos científico-acadêmicos. (EPAGRI/E.E. – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Canoinhas/SC; ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

⁷⁷ Projeto que visa à utilização produtiva das áreas que permanecem ociosas durante mais de seis meses no ano, desenvolvido pela EPAGRI /E.E. de Canoinhas (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Canoinhas/SC).

preservação ambiental da região ao passo que evitam a retirada total da cobertura vegetal para práticas como a agricultura e os reflorestamentos. De fato, se não fossem as áreas de pastejo e do extrativismo da erva-mate grande parte das áreas de Caíva não existiriam na atualidade. Importante destacar também que as áreas de Caíva existem também no Paraná, porém, são mais conhecidas neste estado sob a perspectiva dos espaços de desagregação de antigos Faxinais. Nas palavras de Marques (2004), seriam Faxinais que permanecem apenas com a paisagem da Mata de Araucária ou antigos Faxinais que atualmente são comunidades de agricultores individuais. Embora com termos e conceituações distintas, ambos são de fundamental importância para a preservação das Matas Mistas na região.

6.2 A TERRITORIALIDADE DOS CONDICIONANTES HUMANOS

Prosseguindo, após expor a situação contemporânea das Matas Mistas no Contestado tendo em vista os principais agentes que contribuíram para sua histórica degradação e, após diferenciar o Sistema Faxinal das áreas de Caíva, analisa-se, por fim, a relação estabelecida entre caboclos e imigrantes poloneses, bem como, o processo de construção de uma identidade territorial comunitária diferenciada na região.

6.2.1 O caboclo e o imigrante polonês

Tanto o município de São Mateus do Sul/PR quanto o município de Irineópolis/SC receberam, no final do século XIX e primeiros anos do século XX, significativas levas de imigrantes poloneses que, ao longo do tempo, foram contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente. Estes imigrantes, atraídos pela propaganda brasileira, encontraram em terras da região do Contestado um ambiente físico-natural diferente do de seu país de origem e também uma população local culturalmente distinta. Sem o apoio por parte do governo e deparando-se com situações adversas, estas duas frentes foram mesclando conhecimentos e sobrevivendo do que as Matas Mistas ofereciam.

Logicamente, essa interação não se deu sem conflito. Entretanto, a sobrevivência coletiva exigia que tanto o polonês quanto o caboclo fossem se adaptando às novas condições: o primeiro, ao ambiente diferenciado; e, o segundo, ao fato de se encontrar cada vez mais

“espremido” entre as cercas e a diminuição de suas terras. O Capítulo 3 já caracterizou o modo de vida dos caboclos na região do Contestado, assim, como os Capítulos 4 e 5 já forneceram algumas informações acerca da imigração polonesa. Entretanto, faz-se necessária uma breve reflexão acerca da interação regional destes dois grupos distintos.

Chang (1988) destaca que os movimentos migratórios no final do século XIX e início do século XX “eram resultantes de uma conjuntura social de carência de mão-de-obra para a agricultura de exportação e da necessidade de pequenos proprietários produtores de lavoura de subsistência” (p. 32). Mais precisamente acerca das colônias do Vale do Iguaçu, a autora destaca que foram marcantes as levas de imigrantes poloneses que vieram após a abolição da escravidão (1850) e se localizaram no interior das Matas Mistas dedicando-se à agropecuária de subsistência e integrando-se à atividade ervateira.

Essa associação do mate com a agricultura trouxe prosperidade a estes colonos. Estes imigrantes eram vistos como portadores de tradição e técnicas mais evoluídas e teriam a missão de compensar o atraso e as técnicas rudimentares do caboclo. Entretanto, devido às condições físico-climáticas diferentes de sua terra de origem, além de precárias condições de infraestrutura de produção e mercado e da falta de apoio por parte do governo, os poloneses “ao invés de renovarem as técnicas, foram obrigados a se adaptarem às condições oferecidas, adotando as técnicas locais de produção” (CHANG, 1988, p. 34).

Nas matas, onde havia os ervais nativos, os imigrantes compreenderam que a prioridade, em termos econômicos, era o mate, induzindo, assim, uma definição mais nítida quanto ao uso das terras: as terras onde se encontravam os ervais deveriam ser preservadas para sua extração e, as áreas mais abertas, seriam para a agricultura.

Também perceberam que era inconveniente a criação, sobretudo a miúda, andar próximo às áreas de lavoura. Para resolver o problema, aproveitaram-se das áreas de Caíva, onde se encontravam as ervateiras, os pinheiros, as madeiras de lei e as frutíferas silvestres cobertas por rasteiras gramíneas e, essa racionalidade, “levou à construção de cercas coletivas que abrangessem as terras de Caíva contígua de todos da mesma localidade. Dentro do perímetro das cercas ficava definida como terras de criação, ou o criadouro” (CHANG, 1988, p. 37).

Sendo assim:

[...] pode-se dizer que os colonos, principalmente os poloneses, tiveram grande contribuição na formação dos criadouros comuns e por tabela do sistema faxinal. Não porque fossem eles os idealizadores do sistema, e sim porque sua participação na produção local provocara uma dinamização na estrutura econômica e social da região. Os poloneses foram os responsáveis diretos pela introdução de cercas nos

sertões paranaenses, e, em consequência, do declínio do modo de viver seminômade das populações acostumadas com a atividade pecuária. (CHANG, 1988, p. 40).

Portanto, os criadouros comuns sintetizavam a interação dinâmica entre os dois modos de produzir: o dos caboclos e o dos imigrantes, se tornando, assim, a forma mais adequada para aproveitar-se dos recursos vegetais, praticar a lavoura de subsistência e criar os animais.

Considerando os locais pesquisados – o Faxinal do Emboque, em São Mateus do Sul e a comunidade de Aparecida dos Pardos, em Irineópolis/SC – percebeu-se, através das pesquisas de campo (constituídas de relatos, entrevistas e histórias de vida) que os imigrantes que ocuparam o primeiro município eram provenientes de Curitiba, ao passo que os imigrantes que se deslocaram ao segundo município eram provenientes de Paraguaçu, comunidade do atual município catarinense de Itaiópolis.

Gluchowski (2005) confirma estes dados ao colocar que:

No Paraná surgem então duas Comissões Colonizadoras, uma no vale do rio Iguazu, na região de Palmeira, e outra na região de Rio Negro. Na região de Palmeira surgem então as seguintes colônias polonesas: Santa Bárbara, Cantagalo, Rio dos Patos, São Mateus, Água Branca, a seguir Eufrosina e Rio Claro. Quem trabalhou na fundação dessas colônias foi Saporski, que como diretor de São Mateus granjeou muitos méritos junto aos colonos. Nos anos de 1890 e 1895 estabeleceram-se nessas colônias, segundo dados oficiais, aliás incompletos, e anotações de testemunhas oculares, 8.200 emigrantes do Reino da Polônia. Na região de Rio Negro é fundada então a colônia Lucena, atualmente Itaiópolis, na qual foram assentadas 1.488 almas, e a colônia Augusta Vitória, onde foram instaladas 120 almas. Atualmente Itaiópolis faz parte de Santa Catarina, sendo o maior núcleo polonês naquele Estado. (p. 34).

Portanto, se tratavam realmente de duas “comissões colonizadoras”, uma proveniente de Curitiba e outra de Itaiópolis. Importante destacar que, mesmo não se tratando do mesmo grupo colonizador, tanto no Emboque, quanto em Aparecida dos Pardos, os poloneses, ao perceberem as dificuldades encontradas, assimilaram práticas agropecuárias já desenvolvidas pelos caboclos e foram, com o passar do tempo, contribuindo para a consolidação do chamado Sistema Faxinal nos dois lugares, sem se preocupar se ocupavam terras do Paraná ou de Santa Catarina.

Gluchowski (2005) ao se referir aos poloneses de São Mateus do Sul, os caracteriza como sendo um “tipo *curioso* de colono”:

A especialidade dos colonos de São Mateus é a erva-mate. Foram eles os primeiros poloneses que aprenderam a utilizá-la e industrializá-la, introduzindo para a fabricação da erva uma série de aperfeiçoamentos, como [...] o novo tipo de secador denominado barbaquá, etc. Hoje fazem bons negócios também com a erva-mate e,

como têm bonitos e ricos ervais, com o seu orgulho, valentia e fantasia podem perfeitamente ser denominados “nobreza da erva-mate” (p. 66).

Esse tipo “curioso” de colono polonês a que se refere Gluchowski (2005) consiste naquele que além de praticar a lavoura aprendeu a extrair da floresta um importante recurso econômico para a época: a erva-mate. Além disso, compreendeu que criando os animais confinados junto aos ervais teria de investir menos na construção de cercas.

Sobre os poloneses em Santa Catarina, Glochowski (2005) relata que além de Lucena (atual Itaiópolis/SC), não existe nenhuma outra concentração tão importante de poloneses e ucranianos. De acordo com o autor, a “maior concentração de poloneses aparece em Lucena e redondezas, onde ocupam terrenos numa massa compacta em número de 1.200 famílias, espalhando-se na região próxima em direção a Blumenau até o morro Taió, e em direção a Canoinhas, para o oeste” (p. 101).

No Faxinal do Emboque, as tradições e costumes poloneses são muito presentes. É comum ouvir pessoas conversando em polonês, cultuando a imagem da Padroeira da Polônia (Nossa Senhora de Czestochowa), cozinhando comidas típicas, fazendo orações em polonês. Nos arredores das casas, os jardins, pomares e hortas denunciam a presença do povo eslavo. Como já tratado no Capítulo 4, as primeiras famílias polonesas provenientes de Curitiba compraram as terras de uma antiga fazenda, consolidaram e deram continuidade à prática cabocla da separação entre “terras de criar” e “terras de plantar” até os dias atuais. A comunidade de Aparecida dos Pardos, também ainda mantém presente no cotidiano algumas das práticas e costumes dos poloneses. Entretanto, como já discutido no Capítulo 5, não pratica mais a distinção entre terras de lavoura e terras de criação, partilhando o grande criadouro comum – restrito a pequenos núcleos familiares.

De fato, considerando as duas comunidades em questão, pode-se afirmar que o conservadorismo polonês e o senso de liberdade do caboclo mesclaram-se em função da sobrevivência coletiva nos dois casos. No Emboque, de uma maneira mais tranquila tendo em vista que até hoje famílias de origem cabocla ainda dividem espaço dentro das terras do criadouro comum com famílias polonesas. Nesta comunidade, os conflitos armados e de enfrentamento da Guerra não foram tão presentes, permitindo a manutenção do modo de vida até os dias atuais apesar de todas as pressões que sofre o Sistema Faxinal.

Em Aparecida dos Pardos, os caboclos sofreram diretamente as consequências da Guerra do Contestado, refugiaram-se em redutos e assistiram suas terras serem vendidas pela companhia estrangeira da *Lumber* aos imigrantes poloneses. Estes últimos, ao chegarem, depararam-se com um cenário ambiental comprometido e com a falta de recursos e apoio

governamental que até hoje persiste na região. Porém, em função da busca pela sobrevivência fizeram a única coisa que lhes restava: aproveitaram-se dos condicionantes naturais plantando nas áreas abertas e extraindo a erva-mate associada à criação de animais nas áreas de Caíva, também dando vida ao Sistema Faxinal. Entretanto, nesta comunidade, o grande criadouro comum já não existe mais, o que leva a considerar o local como uma comunidade rural comum.

6.2.2 A identidade territorial comunitária

Vasconcelos (1977) destaca que a primordial condição para que os grupos possam alcançar seus objetivos comuns é a fixação em uma determinada área. Isso leva a considerar a importância da comunidade. Por comunidade, neste caso, entende-se: “um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração” (SHORE, 1996, p. 115-116). Porém, um conjunto de indivíduos vivendo e interagindo dentro de um mesmo território não constituem em si mesmos “comunidades” – particularmente se esses indivíduos não se considerarem como tal. Sendo assim, o que une uma comunidade não é sua estrutura, mas um estado de espírito: *um sentimento de comunidade*.

Nesta discussão acerca do conceito de comunidade, Ferdinand Tönnies (1935 [1973]) ao analisar as comunidades e as sociedades como entidades destaca que a existência de processos comunitários estaria ligada a: laços de sangue (unidade de existência), aproximação espacial (lugar, habitação comum) e aproximação espiritual (atividade em comum), sendo que aonde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade. Ou seja, a vida comunitária está na comunhão de pensamentos e ideais. Tanto no Faxinal do Emboque, quanto na comunidade de Aparecida dos Pardos, os laços comunitários de sangue, de aproximação espacial e de aproximação espiritual estão presentes. Nota-se em ambas o sentimento de pertencimento, de permanência, de territorialidade e uma forma própria de comunicação.

Löwen Sahr (2008), ao analisar as comunidades rurais tradicionais Faxinalenses na Floresta com Araucária afirma que na constituição das comunidades as relações sociais de parentesco, compadrio, culturais e também religiosas são essenciais permitindo uma coesão social. Neste sentido, os laços comunitários se aproximam das identidades territoriais. Ao

discutir as identidades territoriais a partir da comunidade local, Castells (1999) afirma que “as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal” (p. 79). Isso se torna perceptível nas comunidades rurais da região do Contestado que frente à necessidade de sobrevivência coletiva encontraram no agrupamento comunal e na luta pela terra, uma possibilidade de existir e resistir.

Tratam-se, neste caso, como diria Castells (1999), de abrigos, mas não paraísos tendo em vista que estas comunidades precisam desenvolver reações defensivas contra as condições impostas pelas transformações incontroláveis e aceleradas do mundo. Sendo assim, as comunidades servem de refúgio, são defensivas, fontes de solidariedade e atuam como forma de proteção contra um mundo externo hostil e são “construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso partilhado são marcados por códigos específicos” (p. 84), que são códigos de auto-identificação, como os ícones e a geografia do local.

No caso das duas comunidades em questão, o agrupamento comunitário foi a forma mais adequada encontrada para aproveitar-se dos condicionantes físico-naturais e defender-se dos conflitos sociais da região do Contestado. Vivendo coletivamente ficou mais fácil tanto para os imigrantes poloneses defenderem-se do mundo hostil, adaptando-se; quanto para os caboclos sobreviverem e resistirem à marginalização social que foram submetidos.

Neste sentido, percebe-se a transição das identidades de resistência para as identidades de projeto (CASTELLS, 1999). Nestas considerações, pode-se dizer que no caso do Sistema Faxinal a identidade foi moldada inicialmente enquanto resistência partindo do retomar de antigas memórias e práticas coletivas, porém, ao se refletir mais profundamente sobre a identidade contemporânea destes percebe-se que são fruto justamente do diálogo entre o universal/global e o local/particular. Isso porque não se trata de uma identidade estática posta em uma porção de espaço atemporal, se tratam de comunidades dinâmicas que vêm, ao longo do tempo, sendo moldadas tanto por novos atores sociais quanto por novas necessidades políticas.

No Emboque, a identidade de resistência pautada na lógica do Sistema Faxinal evoluiu para uma identidade de projeto ao passo que se desenvolveu uma mobilização social reivindicando os direitos dos moradores enquanto populações tradicionais. Por outro lado, na comunidade de Aparecida dos Pardos, a identidade de resistência permanece, não mais marcada pelo modo comunitário consubstanciado pelo criadouro comum, mas uma resistência

à toda marginalização social que estão submetidas as populações rurais do Contestado frente ao avanço do capital através dos reflorestamentos, dos frigoríficos e da monocultura.

Compreender os pensamentos e ideais das comunidades rurais não é tarefa fácil nem é coisa que se perceba em um olhar apressado. Isso requer tanto uma construção teórica adequada quanto uma construção metodológica eficaz. Neste sentido, Ríos (2011) ao refletir sobre os processos territoriais locais dos quais as comunidades tradicionais participam ressalta que é necessário considerar a *diversidade* existente no interior dessas comunidades e também valorizar os *conhecimentos e saberes* dos diversos atores que a compõem. Assim, emerge a territorialidade definida pelos comportamentos, pelos elementos, pelas motivações, ritmos de vida e formas de interagir com o ambiente e com os outros. Compreender isso pode ser possível através da construção de uma imagem desse território, a sua “cotidianidade”, considerando as memórias, os imaginários e as relações de poder e conflito “no” e “pelo” tempo.

Quando se considera as comunidades do Sistema Faxinal percebe-se a difícil missão de enquadrá-las em categorias segundo sua gênese, hábitos, costumes, tradições, formas de pensamento, expressões e ideais, o que, de forma alguma desmerece o esforço. A questão é que a diversidade do interior destas comunidades as torna únicas, sua “cotidianidade” é construída através da interação do velho/tradicional com o novo/emergente, não sendo nunca ultrapassadas.

Uma interessante metodologia para se compreender estas comunidades é apresentada por Muñoz (2011) que propõe elucidar as significações a partir de narrações e relatos. As primeiras como sendo representativas da autoridade de organismos que de algum modo autoritário estão relacionados com o ordenamento estatal e, as segundas, enquanto manifestações intelectuais ou artísticas representativas de grupos humanos que se distinguem por sua especificidade local ou se localizam em setores da vida coletiva e que pretendem fazer-se ouvir com vozes válidas. Para tanto, sugere a elaboração de um corpus discursivo de base teórica seguida pela identificação e estudo de práticas discursivas cotidianas e pela construção formal e sistematização. Dessa maneira, é possível compreender tanto o jogo político oficial quanto as demandas da própria comunidade, o que, no caso da região do Contestado é fundamental tendo em vista as múltiplas narrativas existentes acerca da construção de sua história, entre realidades e invenções.

Nestas colocações Hall (2005) contribui ao destacar que as identidades “emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder, e são assim mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída”

(p. 109). Assim sendo, a construção das identidades está conectada com as relações de poder, onde seus significados são construídos, contestados e negociados e só pode ser compreendida de maneira estratégica e posicional, estando, portanto, sujeitas à manipulação dos grupos sociais visto que são ao mesmo tempo produto e produtoras de lutas sociais e políticas. Nesta construção das identidades, neste caso considerando as comunidades, é importante perceber que, por vezes, os elementos que passam a compô-la são reinventados. Neste sentido, Hobsbawn e Ranger (2006) discutem a invenção das tradições e sabe-se que as tradições inventadas têm funções políticas e sociais relevantes de forma que não nasceriam e nem se firmariam se não pudessem ser adquiridas.

Considerando o Faxinal do Emboque, essa reinvenção torna-se evidente. A comunidade, ao se auto-definir como Faxinalense percebeu a necessidade de evidenciar, cada vez mais, as características do Sistema que lhes confere esta identidade, se inserindo assim na discussão social e política emergente no estado do Paraná. Passaram a ter mais cuidado com as cercas e os animais do criadouro comunitário, organizar mais mutirões, destacar sua identidade étnica e religiosidade, refletir comunitariamente sobre as decisões, se fazer representar junto aos encontros que discutem suas demandas, ou seja, os hábitos, costumes e ideais que quase se perderam no tempo e nas pressões ressurgiram contemporâneos e fortes, assumindo suas funções sociais e políticas.

Nestes casos, Haesbaert (2008, p. 367) afirma que a re(invenção) das identidades pode ser utilizada na tentativa de legitimar novas unidades político-administrativas, pois a busca de legitimidade através de uma identidade cultural com o território pode ser decisiva na obtenção do apoio da população ao movimento. Há que se destacar também que as ditas “novas tradições” atendem tanto a demanda quanto a oferta e emergem também devido à inabilidade ou a impossibilidade de se adaptar às tradições e/ou costumes antigos.

Em oposto, a comunidade de Aparecida dos Pardos assiste a perda de suas características comuns com maior intensidade e não se atenta para a manutenção de sua identidade coletiva. Os motivos vão desde a ausência de reconhecimento por parte do estado de Santa Catarina até o trabalho cotidiano com a fumicultura que ocupa as horas que poderiam ser dedicadas ao convívio social comunitário.

De fato, a efetivação da identidade territorial, neste caso comunitária, só ocorre quando um referencial espacial assume o papel de elemento central de identificação, quando a filiação territorial possui o potencial de ser ativada como instrumento de reivindicação política, ou seja, o direito adquirido numa espaço-temporalidade efetiva ou completamente inventada, onde se legitima a identidade do grupo pelo laço territorial.

Castells (1999) ao considerar a identidade como fonte de significado e experiência de um povo discute a construção desta considerando questões como: como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece propondo três formas e origens de construção de identidades: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto – destacando que identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos. Transportando estas considerações para a análise do Sistema Faxinal é possível compreender esta evolução de uma identidade de resistência para uma identidade de projeto. A forma diferenciada com que o Sistema Faxinal se desenvolveu na região Centro-Sul do estado do Paraná inicialmente visava o melhor aproveitamento das Matas com Araucária através da divisão entre “terras de criar” e “terras de plantar”, Sistema desenvolvido por atores que se encontravam em posições desvalorizadas pela lógica de dominação, atuando como trincheiras de resistência e sobrevivência coletiva. Entretanto, atualmente, esta identidade de resistência parece exatamente ter evoluído para uma identidade de projeto podendo ser compreendida a partir de uma construção destes atores sociais para redefinir sua posição na sociedade.

Sendo assim, o que marcadamente diferencia o Faxinal do Emboque e a comunidade de Aparecida dos Pardos são os ideais. No Emboque, os moradores desenvolveram, com o passar do tempo, o modo de vida em forma de Sistema Faxinal e, percebendo a possibilidade de sair da invisibilidade a que historicamente foram submetidas às comunidades tradicionais brasileiras, uniram-se interna e externamente para reivindicar seus direitos frente à sociedade e ao Estado. Valeram-se de suas características comunitárias peculiares e de uma abertura por parte do poder público para se inscrever nas agendas políticas e requerer melhores condições de vida e sobrevivência coletiva.

Por outro lado, a comunidade de Aparecida dos Pardos, embora também tenha mantido por muito tempo a separação entre “terras de criar” e “terras de plantar” foi sofrendo com as pressões internas e externas comuns ao Sistema Faxinal, dissolvendo-o e restringindo-o a pequenos núcleos familiares. Muitos moradores, inclusive, desconhecem a existência das reivindicações por parte dos Faxinalenses no estado do Paraná. É fato que o estado de Santa Catarina não possui legislação própria para atender a estas demandas, o que, certamente contribuiu para a desagregação de muitos Faxinais. Dessa maneira, notam-se entre os dois locais, um forte laço comunitário, porém, com ideais distintos, ao passo que uma luta e busca o reconhecimento pelo particular modo de vida, a outra foi perdendo ao longo do tempo sua especificidade.

Concluindo, pode-se dizer que apesar de toda exploração a que foram submetidas as Matas Mistas na região do Contestado, sobretudo devido a atuação da *Brazil Railway*

Company, da exploração inadequada da erva-mate, da economia madeireira e da modernização agrícola, alguns comunidades encontraram possibilidades de sobreviver em seu território de forma a não impactá-lo tão significativamente. É o caso do Faxinal do Emboque e da comunidade de Aparecida dos Pardos.

No primeiro caso, a separação entre “terras de criar” e “terras de plantar” dá vida ao criadouro comunitário que se aproveita das áreas de mata para a exploração do mate, a criação de animais e o convívio social, Sistema para o qual a manutenção das árvores nativas é imprescindível.

No caso da segunda comunidade, a manutenção do criadouro comunitário até poucas décadas atrás permitiu a preservação das áreas de mata nas propriedades o que, atualmente pode ser aproveitado com fins econômicos através do manejo das áreas de Caíva, combinando-a, inclusive, com áreas de pastejo. As Caívas possuem tanto importância econômico/produzida pela forte interrelação entre as árvores nativas, as pastagens e os animais, quanto ecológicas, pois, mesmo possuindo menor biodiversidade que as florestas nativas, exercem importante função ambiental ao manter as espécies vegetais que são típicas da Floresta Ombrófila Mista. Além disso, contribuem fornecendo alimento e abrigo para a fauna local e compõem áreas como a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente.

O que ficou evidente nas pesquisas de campo das duas comunidades é a importância do papel do Estado e de outros agentes externos (como Articulações, ONGs, Comissões, etc.). No Faxinal do Emboque, a pressão por parte do poder público com relação ao cercamento do criadouro comum não foi tão enfática quanto em Aparecida dos Pardos. Da mesma maneira, em Santa Catarina não houve uma mobilização que gerasse visibilidade ao Sistema Faxinal (se comparado ao Paraná), o que existe são projetos de melhoramento e viabilidade econômica visando o aproveitamento das áreas de Caívas, passando estas, a serem valorizadas.

CONCLUSÃO – FAXINAIS E CAÍVAS: IDENTIDADES TERRITORIAIS NO CONTESTADO

A região do Contestado foi cenário de uma Guerra Civil entre os anos de 1914-1916 cujo entendimento é bastante complexo em virtude dos inúmeros relatos (e retratos) oficiais, científicos e populares que ora se complementam, mas, na maioria das vezes, se contradizem. Os descompassos vão desde os fatores desencadeantes, perpassando pela delimitação temporal chegando até a configuração espacial. Entretanto, sua indiscutível importância se justifica não só por ser a responsável por parte da demarcação dos limites territoriais que separam os estados do Paraná e Santa Catarina, mas também pelo fato de que suas consequências até hoje podem ser sentidas e percebidas na região.

Dentre os inúmeros questionamentos e possibilidades de análise a partir deste recorte espacial da região do Contestado, esta Tese buscou compreender a territorialidade dos elementos identitários que compõem o chamado Sistema Faxinal, que vem assumindo um lugar de evidência no estado do Paraná e que é aparentemente “invisível” em terras catarinenses. De fato, o Sistema não deriva da elite dos grandes proprietários de terras e, quando se objetiva percebê-lo na região do Contestado nota-se claramente a histórica marginalização a que o Sistema e a própria região foram submetidos.

O Sistema Faxinal é um sistema tradicional de uso da terra que se desenvolveu na região Sul do Brasil a partir dos anos finais do século XX. Ele surgiu em função da necessidade de sobrevivência coletiva das populações tradicionais provenientes de classes menos favorecidas da sociedade como os caboclos brasileiros e os imigrantes – sobretudo eslavos. Por muito tempo, o Sistema não foi percebido e nem valorizado, o que contribuiu significativamente para sua desarticulação em face de uma série de fatores ambientais, sociais, econômicos e políticos.

Frente a isto, alguns questionamentos conduziram a presente pesquisa: Quais os elementos identitários que distinguem o Sistema Faxinal de outros espaços rurais? Estaria o Sistema Faxinal restrito ao território paranaense onde atualmente é mais evidente? Qual a relação da Guerra do Contestado com o Sistema Faxinal? Quais as semelhanças e diferenças quanto ao trato do Sistema Faxinal entre os estados do Paraná e de Santa Catarina? E assim, construiu-se uma problemática que almejou analisar a identidade territorial do Sistema Faxinal na região do Contestado, buscando compreender sua evolução, consolidação, desarticulação e reminiscências, além de sua (in)visibilidade.

Para tanto, tornou-se necessário discutir o território e a territorialidade enquanto suporte espacial da existência e reivindicação coletiva do Sistema Faxinal. Esta opção teórica deve-se ao fato de que o conceito de território foi instrumentalizado e empregado para se referir ao espaço de uso e abrangência do Sistema (bem como de outras territorialidades específicas) sendo constantemente evocado nos discursos sociais e políticos. Fernandes (2008) já atentava para o fato de que o conceito de território foi “escolhido por cientistas de diversas áreas do conhecimento como conceito central para o estudo de diferentes escalas e espaços geográficos” (p. 273). Em se tratando do Sistema Faxinal, pode se citar como exemplo o Decreto número 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e no Art. 3º define os territórios tradicionais como sendo “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais” (BRASIL, 2007), assim como uma série de outros dispositivos legais que se valem do termo “território” para se referir ao espaço de vivência das populações tradicionais.

Sendo assim, o território passa a ser delimitado em termos de área, controle e forma de poder, e é evocado com vistas a dar suporte a reivindicações e políticas ao passo que, na verdade, trata-se do espaço apropriado e construído socialmente, do suporte da existência, de uma categoria, objeto do método e da teoria. No caso das populações tradicionais, em específico, a complexidade territorial exige uma visão de conjunto onde o território é visto através de sua construção “no” e “pelo” tempo, no conjunto de relações cotidianas: tem sentido e adquire significado, é parte essencial da condição humana, o que torna possível construir uma imagem deste território, “*captura-lo*”. Consiste no espaço apropriado de identidade e de história, não sendo uma simples consequência nem um produto mecanicamente gerado pela existência humana. Em consequência, a territorialidade emerge enquanto potente estratégia para controlar essa área, justificar sua existência e particularidade, se tornando, inclusive, um importante instrumento político. Refere-se aos comportamentos implantados no território, reflete a multidimensionalidade do vivido territorial de uma coletividade através do sistema sociedade-espaço-tempo.

Este território, por permitir uma abordagem política, no que se refere ao Sistema Faxinal pode ser mais bem compreendido através de sua vinculação ao conceito de identidade, ou ainda melhor, ao conceito de identidade territorial. Nesta proposição, a identidade pode ser definida como fonte de significado e experiência e ser visualizada através de sua fluidez e evocação política frente à emergência de novos sujeitos que dela fazem uso, num primeiro momento enquanto forma de resistência, mas podendo evoluir, seguidamente,

para uma identidade de luta com vistas a assegurar sua posição na sociedade. Esta identidade territorial manifesta-se quando o território passa a ser o referencial espacial e o instrumento de reivindicação política e pode ser compreendida como sendo o controle simbólico sobre o espaço onde se vive, uma forma de apropriação e domínio, pois gera um sentimento de pertença, contempla um conjunto específico de valores e pode surgir, ao longo do tempo, a partir do agrupamento comunitário.

No Sistema Faxinal, os elementos que, em conjunto, determinam sua identidade estão diretamente ligados ao território, ao espaço de vivência coletiva, inicialmente através da prática comunitária da separação das terras de criar das terras de plantar, perpassando por outros essenciais elementos, como: a criação extensiva; a policultura alimentar de subsistência; a diferenciação entre a propriedade e o uso das terras; o sistema de cercas, porteiras e mata-burros; as relações de compadrio e mutirão; a medicina e a religiosidade popular. A existência e a prática destes elementos em conjunto é o que diferencia o Sistema Faxinal de outros espaços rurais, é o que garante sua territorialidade específica, sua identidade territorial.

O estudo de caso discutido no Capítulo 4 a partir do Faxinal do Emboque, localizado no município paranaense de São Mateus do Sul, descreve e discute os elementos anteriormente referenciados enfatizando sua essencial ligação com o território. Também atesta a eficácia da metodologia proposta que objetiva diferenciar o Sistema de outros espaços rurais tradicionais, condição necessária para garantir aos Faxinais sua territorialidade singular, sobretudo pautada na diferenciação do uso das terras.

Portanto, na região das Matas Mistas, no Sul do Brasil, os condicionantes naturais e humanos permitiram o desenvolvimento deste Sistema distinto de uso da terra. As comunidades Faxinalenses, formadas na sua maioria por caboclos e descendentes de imigrantes eslavos (notadamente poloneses e/ou ucranianos) foram construindo uma forma de viver diferenciada no espaço agrário. A partir da década de 1980, com os primeiros estudos e relatos que começaram a dar visibilidade ao Sistema, foi se construindo politicamente no estado do Paraná uma identidade territorial Faxinalense. Esta construção iniciou-se através da organização das próprias populações que, ao observarem a mobilização de outras populações tradicionais e percebendo suas particularidades, decidiram também reivindicar seu reconhecimento, sobretudo através do reconhecimento de seu “território”.

O processo envolveu representantes dos órgãos do governo estadual, federal e municipal, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e membros das comunidades Faxinalenses. Esta ação conjunta gerou conquistas às comunidades Faxinalenses

no sentido de serem reconhecidas, tornadas visíveis e inseridas em pesquisas, políticas públicas, programas e projetos.

Entretanto, as distorções no conceito adotado para definir o que vem a ser o Sistema Faxinal implicam diretamente nos levantamentos que dão conta de sua existência numérica e distribuição geográfica pelo território paranaense. Isto se torna nítido quando se observam os levantamentos produzidos: a) Levantamento da EMATER (1994): 24 municípios com 118 Faxinais; b) Levantamento do IAP (2004): 16 municípios com 44 Faxinais; c) Levantamento da APF (2008): 31 municípios com 227 Faxinais.

Isso porque, ao propor superar o conceito de “Sistema Faxinal” de Chang (1988) e os conceitos de “Faxinal ou criadouro comum” da EMATER (1994) e do IAP (2004), Souza (2009a) esclarece que a caracterização não se resume somente na presença de estruturas objetivas, como, por exemplo, o criadouro comum, mas também pela identidade coletiva definida pela defesa de uma tradicional modalidade de uso dos recursos. Todavia, ao viabilizar objetivamente a chamada “identidade coletiva” se acrescentam novas modalidades de uso como os mangueirões e os poteiros, o que, inegavelmente, superestimou o número destas comunidades abrindo mão da presença da singularidade do Sistema Faxinal, a relação entre criadouro comunitário e terras de plantar, enquanto elemento identitário territorial.

Há que se destacar também que, os dois primeiros levantamentos (1994, 2004) foram realizados pelo poder público com vistas a subsidiar políticas públicas, ao passo que o levantamento de 2008 foi elaborado pela assessoria da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) com vistas a fortalecer a reivindicação de políticas públicas, sobretudo as de caráter fundiário.

Sendo assim, fica evidente que no Paraná a identidade territorial Faxinalense vem sendo construída a partir da articulação de usos da terra nas comunidades: terras de criar e terras de plantar. Entretanto, quando se analisam os levantamentos produzidos pela APF percebe-se que, embora a identidade se mantenha, esta se volta para uma construção mais fluída, a das “terras tradicionalmente ocupadas por Faxinalenses”, buscando uma inserção na discussão nacional sobre populações e comunidades tradicionais e visando ampliar a visibilidade dos Faxinalenses (maior número) – porém, abre mão de suas raízes, pois fragiliza sua territorialidade específica, ou seja, o que os diferencia dos demais povos tradicionais ou não.

O que se percebe atualmente é que se abre mão da identidade territorial, relação terras de criar e terras de plantar, para fortalecer numericamente e politicamente o grupo, isso fomentado não pelos Faxinalenses, mas por seus assessores políticos – o que se torna

perceptível quando se analisa o crescimento do número de Faxinais. Trata-se da construção de uma “identidade de projeto” (CASTELLS, 1999) uma vez que se produzem sujeitos, ou seja, atores sociais coletivos pelos quais os indivíduos atingem o significado holístico em sua existência, esta identidade consiste em um projeto de vida, neste caso, com base até em uma identidade oprimida/marginalizada. Estas identidades de projeto surgem, neste caso, do desenvolvimento de uma identidade de resistência, entretanto, com vistas a dar continuidade aos valores da resistência comunal oferecida inicialmente aos interesses dominantes sustentados pelo capital, pelo poder e pela informação.

Nesta construção das identidades é importante perceber que, por vezes, os elementos que passam a compô-la são reinventados, sendo que a invenção das tradições pode ser vista como um processo de formalização e ritualização ao referir-se ao passado, mesmo que através da imposição da repetição. “Inventa-se” com mais frequência quando padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram construídas são debilitados ou destruídos por rápidas transformações na sociedade sendo necessários novos padrões compatíveis com as novas necessidades, quando as velhas tradições dão mostras de ter perdido sua capacidade de flexibilidade e adaptação (tornam-se obsoletas), ou ainda, quando são eliminadas de outras maneiras. Novas tradições podem ser “enxertadas” nas velhas, podem ser inventadas com empréstimos, como, por exemplo, práticas tradicionais existentes que foram sendo modificadas, transformadas em rituais e, em seguida, institucionalizadas com o intuito de servir a novos propósitos.

Certamente, as tradições inventadas têm funções políticas e sociais relevantes de forma que não nasceriam e nem se firmariam se não pudessem ser adquiridas, ou seja, possuem certa ancoragem. Entretanto, até que ponto estas podem ser manipuláveis? De fato, as ditas “novas tradições” atendem tanto a demanda quanto a oferta e emergem também devido à inabilidade ou a impossibilidade de se adaptar às tradições e/ou costumes antigos. O que se nota, com base nesta discussão e na consideração das identidades de projeto, é que, no caso dos Faxinais, busca-se frequentemente exaltar as práticas, vivências e costumes tradicionais/singulares, inclusive, recorrendo por vezes, à reinvenção, ou seja, se voltam a praticar mutirões, aumentam a criação no criadouro, retomam festividades em homenagem aos Santos Padroeiros (novenas, cultos, adorações), reconstroem mata-burros e cercas coletivas já abandonados, renascem as relações de compadrio, e se buscam em outros Faxinais vizinhos elementos que possam reforçar a identidade Faxinalense na comunidade.

Nesta situação, tem-se o que se pode chamar de “re-tradicionalização”, também chamada de “re-enraizamento” (HAESBAERT, 1999) ou ainda “re-significação” ou

“reinvenção” (HOBSBAWN e RANGER, 2006) que significa revitalizar, retomar um contexto descaracterizado/esquecido ao longo do tempo e incorporá-lo às tradições modernas. Este processo é estimulado e conduzido, entre outros fatores, por questões econômicas e ocorre quando a comunidade identifica o significado das perdas e passa a garantir a legitimidade e a permanência das práticas encaixando-as aos novos e contemporâneos cenários. De fato, as transformações sociais só podem ser compreendidas enquanto processuais e as identidades coletivas enquanto sendo formadas ao longo do tempo, assim, reinventar ou re-tradicionalizar, no caso da identidade territorial Faxinalense, significa adaptar-se às novas realidades e garantir sua territorialidade, sobretudo ganhando visibilidade e inserindo-se em políticas públicas.

Estas políticas englobam uma série de decretos, leis, resoluções, projetos, planos, códigos de posturas e editais que fazem referência a este modo de vida desde 1831⁷⁸, indo desde as proibições da conservação de porcos soltos nas ruas das povoações, perpassando pela necessidade da construção e manutenção das cercas coletivas, chegando até as leis de reconhecimento dos Faxinais e sua territorialidade, além de inúmeras outras situações que, no estado do Paraná, são amplamente discutidas.

Entretanto, quando se observa o estado de Santa Catarina percebe-se que o Sistema Faxinal não aparece nos discursos oficiais políticos, sendo por vezes, referenciado somente de maneira implícita em pesquisas acerca de outras temáticas relacionadas, como a erva-mate, o tropeirismo, a Floresta com Araucária, os caboclos, entre outros assuntos próximos. Buscando compreender esta lacuna, foram analisados os elementos que dão vida à territorialidade dos Faxinais no Contestado realizando uma sobreposição destes, o que indicou as comunidades mais propícias para o desenvolvimento do Sistema na região. Esta sobreposição considerou duas escalas, a regional (delimitada a partir dos elementos captados de Chang, 1988) e a da comunidade (a partir dos elementos captados de Nerone, 2000). Várias comunidades foram visitadas e analisadas até se chegar à comunidade onde os estudos foram aprofundados: Aparecida dos Pardos, no município catarinense de Irineópolis.

Nesta comunidade de Aparecida dos Pardos foram analisados tanto os elementos da escala regional (os condicionantes físico-naturais e humanos) quanto os elementos da escala da comunidade (socioespaciais e socioculturais) e perceberam-se semelhanças marcantes para com o Faxinal do Emboque. Também se tratam de terras anteriormente ocupadas por caboclos

⁷⁸ No livro “Terras de faxinais”, organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida e Roberto Martins de Souza (2009) é possível encontrar um levantamento detalhado das legislações e políticas públicas relacionadas ao Sistema Faxinal, desde o ano de 1831 até 2008 (p. 96-112).

e que foram vendidas aos imigrantes poloneses; o ambiente físico-natural é idêntico, se tratando das Matas Mistas, de onde até hoje se extraem a erva-mate e outros recursos; a policultura alimentar de subsistência ainda é muito praticada dividindo espaço com a fumicultura; em ambos existe o sistema de cercas, porteiras e mata-burros; são presentes as práticas da medicina e religiosidade popular, além das relações de compadrio e mutirão.

Entretanto, na comunidade de Aparecida dos Pardos, não existe mais o grande criadouro comum, ficando restrito a pequenos núcleos formados por poucas famílias. O cercamento da área deste criadouro seguiu a lógica da desarticulação do Sistema no estado do Paraná, especialmente devido a: pressões externas, sobretudo por parte do poder público, exigindo o confinamento da criação à solta; venda de propriedades para compradores que desconhecem e não simpatizam com as terras de criar comunitárias; pressões de grandes latifundiários vizinhos; avanço da agricultura moderna; surgimento dos grandes frigoríficos; atuação da Vigilância Sanitária, entre outros motivos. Em Santa Catarina, soma-se ainda a falta de uma política específica que valorizasse e reconhecesse o Sistema, pouco se produziu em termos técnicos ou acadêmicos acerca desse modo de vida que, estando invisível, mas facilmente dissolveu-se.

Não se tem mais notícia da existência de grandes criadouros comunitários na porção catarinense do Contestado, embora os outros elementos que compõem o Sistema Faxinal ainda estejam presentes em inúmeras comunidades do Planalto Norte Catarinense. Porém, a inexistência do criadouro inviabiliza o uso coletivo das terras pela ausência do espaço destinado à criação em comum e este é o grande diferencial do Sistema em relação aos outros espaços rurais. É o uso coletivo das terras que efetivamente lhe garante uma territorialidade específica. Sendo assim, pode-se afirmar que o Sistema Faxinal encontrou na porção catarinense da região do Contestado todos os condicionantes favoráveis ao seu surgimento e cuja existência passada se comprova através dos fragmentos e memórias ainda presentes em inúmeras comunidades. Porém, tendo em vista as pressões externas e internas, além da falta de uma política pública específica que valorizasse sua territorialidade, os criadouros comuns se desarticularam levando consigo as mais essenciais práticas comunitárias de uso da terra.

Por outro lado, quando se considera a questão das terras tradicionalmente ocupadas que “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2008, p. 25) nota-se que após 1988 quando o termo foi inserido na Constituição Federal Brasileira referindo-se a questão indígena, seu significado vem sendo constantemente ampliado, sobretudo com o advento das identidades coletivas, tornando-se “um preceito jurídico marcante para a

legitimação de territorialidades específicas e etnicamente construídas” (p. 48). Acerca dos Faxinais, Almeida (2009) relacionando-os com as terras tradicionalmente ocupadas ao aproximá-los da situação das terras soltas ou abertas, mencionando inclusive, além do Paraná, o estado de Santa Catarina, pelo fato destes, segundo o autor, constituírem “extensões delimitadas para o pastoreio de acordo estabelecido pelos detentores dos títulos, em sua maior parte pequenos proprietários” (p. 55).

Portanto, ao se considerar o princípio das terras tradicionalmente ocupadas, pode-se afirmar que a comunidade catarinense de Aparecida dos Pardos é um Faxinal, assim como inúmeras outras comunidades do interior de Irineópolis e de outros municípios do estado de Santa Catarina, isso porque o Sistema esteve presente durante muitos anos na região. Não existem mais, atualmente, os grandes criadouros comuns, porém ainda é possível perceber todos os outros elementos que caracterizam o Faxinal. Sendo assim, é necessário reforçar que, nesta Tese, a existência da área do criadouro e sua utilização em comum pelos moradores é condição essencial para categorizar a comunidade enquanto Sistema Faxinal, entretanto, outras abordagens conceituais afirmam que é possível atestar a existência do Faxinal pela condição de que a terra foi tradicionalmente ocupada.

Nas pesquisas de campo no lado catarinense do Contestado, durante a busca por comunidades que ainda preservavam os elementos do Sistema Faxinal, deparou-se com a questão das Caívas. Estas, enquanto áreas remanescentes das Matas Mistas se apresentam em diferentes densidades arbóreas cujo estrato mais baixo é utilizado para o pastejo animal e, em grande parte das vezes estão localizadas nas áreas que eram destinadas ao criadouro comum dos Faxinais já desagregados. Percebeu-se também que o termo Sistema Faxinal é praticamente desconhecido pelos entrevistados que, ao serem colocados a par da forma com que o Sistema se apresenta no estado do Paraná, instantaneamente o relacionam com a “Caíva” ou o “Caivão”. Muitos entrevistados se recordam “da época”, não muito distante, em que os animais eram criados à solta nas “Caívas” e também relatam a existência de todas as outras práticas comunitárias próprias do Sistema Faxinal, porém afirmam que atualmente não se cria mais à solta, os animais somente são criados soltos nas áreas de Caíva, de forma individual, não mais coletiva.

O que ocorreu foi o cercamento do criadouro e a manutenção das áreas de criar pelos moradores que, agora de forma individual, continuam criando seus animais nas Caívas. Buscando valorizar a prática e encontrar soluções ambientalmente adequadas para o manejo

foi criado o Grupo Gestor de Caívas⁷⁹. A primeira situação problemática (também enfrentada pelos Faxinais paranaenses) é a legislação inadequada, pois de acordo com a legislação ambiental as áreas de Reserva Legal, que coincidem com muitas áreas de criadouro, podem ser utilizadas para o manejo florestal sustentável, porém sem prever sistemas silvipastoris. Entretanto, de fato, as áreas dos Faxinais e das Caívas já estão incorporados à cultura local há décadas e, na maioria dos casos, a conservação e manutenção destes remanescentes está condicionada justamente ao propósito econômico do uso destes espaços para a produção animal e o extrativismo vegetal – se não fosse isso, grande parte destas áreas não mais existiria ou teria sido convertida em áreas de reflorestamento, agricultura de grãos ou plantio do tabaco.

Faxinais no Paraná ou Caívas em Santa Catarina, independente da terminologia de referência utilizada, o que se destaca é a conservação dos remanescentes florestais encontrados nestas áreas através da utilização de estratégias de manejo destes sistemas tradicionais. Neste sentido, algumas práticas já vem sendo utilizadas, como o manejo agroecológico do solo, do pasto e do rebanho; melhoramento a produtividade animal; exploração sustentável da erva-mate, da bracatinga, de espécies frutíferas, medicinais e outras espécies de interesse econômico; introdução de insumos naturais (pó de basalto, cama de aviário) nas pastagens; uso em programas de corredores ecológicos; manutenção de serviços ambientais; entre tantas outras.

Neste sentido, percebe-se que os espaços rurais onde se mantém as práticas tradicionais vêm superando a visão modernista que os condenava ao desaparecimento ou reduzia suas práticas a uma visão “folclórica”. Agora, estes sujeitos, cientes de sua identidade territorial, buscam utilizar seus saberes e fazeres locais como fatores de desenvolvimento exigindo a construção de novas percepções de seus espaços. Superam a subestimação de suas capacidades de iniciativa e inovação se envolvendo na definição de estratégias locais buscando seu favorecimento através do diálogo com seus representantes políticos onde a afirmação de sua territorialidade é objetivo comum.

E assim, o território, enquanto alicerce de história e existência passa a ser compreendido também como direito. No estado do Paraná, a identidade territorial Faxinalense é discutida e vêm sendo constantemente redesenhada com vistas a fortalecer o grupo, sendo

⁷⁹ “No período de 2007 a 2010, foi executado um projeto em parceria entre a Epagri E/E de Canoinhas, a ASPTA e a Floresta Nacional de Três Barras/ICMBio, que teve por objetivo caracterizar as áreas de Caíva e desenvolver pesquisas participativas sobre manejo ecológico das pastagens nativas em propriedades familiares. Por intermédio dessa parceria, foi criado o Comitê Gestor das áreas de Caíva com o propósito de articular as pesquisas e a disseminação regional de seus resultados”. (BONA, HANISCH e MARQUES, 2011, p. 08).

que a questão fundamental gira em torno de elaborar uma identificação coletiva com base na continuidade das práticas comunitárias e esta busca advém, principalmente, da necessidade de garantir sua territorialidade diante de um entorno ameaçador. Essas narrativas orais são contadas, recontadas e reinventadas com o tempo, podem não fornecer uma referência plenamente confiável, no entanto, são evidências inestimáveis sobre os acontecimentos e sobre a consciência socioespacial de pertencimento.

Em Santa Catarina, por não haverem políticas públicas e demais estudos específicos que reconheçam a importância e atribuam visibilidade ao Sistema, o mesmo vai se dissolvendo, restando apenas reminiscências. Estas, compreendidas enquanto recordações do passado, se mantêm vivas na memória, são lembranças vagas e quase apagadas, resíduos ou partes fragmentadas que referenciam o modo de vida da época em que se criava em comum. Ao se percorrer as comunidades catarinenses do Contestado, em especial a comunidade de Aparecida dos Pardos, é possível perceber estas reminiscências. No conjunto de elementos do patrimônio material do local citam-se as antigas cercas de “rachões” de madeira que demarcavam o perímetro do antigo criadouro comum, as ruínas dos antigos carijos de erva-mate, os mata-burros de madeira acompanhados dos portões laterais, as capelinhas dos Santos Padroeiros encravadas nas casas, os espaços destinados à convivência comunitária como os pavilhões e as próprias Matas Mistas enquanto patrimônio natural. Com referência ao legado imaterial, destacam-se principalmente o espírito de solidariedade coletiva, a religiosidade marcante, as práticas de cultivo e criação, o trabalho extrativo realizado nas Matas, além de aspectos singulares da culinária, da cultura local, da contação de causos e contos – neste caso, marcadamente sobre a época da Guerra do Contestado. De fato, muitas reminiscências enquanto evidências do passado se perderam, porém, um bom tanto permaneceu e até se transformou.

Sendo assim, para se compreender a construção destas identidades e perceber a imagem destes territórios, se teve que recorrer a duas dimensões de análise: a histórica e a geográfica. A primeira se faz necessária uma vez que a memória social se alicerça em vultos históricos representativos, forjando-se uma dimensão heroica a partir da reconstrução de um passado mítico e precisa ser compreendida à luz de sua evolução no tempo, percebendo as discontinuidades e seus motivos além das permanências e suas motivações. A isso associado, tem-se – como complemento indissociável – a dimensão geográfica que é composta por indicadores presentes no cotidiano, na paisagem, na riqueza natural e social, ou seja, neste espaço único de referência. Esta combinação permitiu perceber a construção de uma identidade territorial Faxinalense no estado do Paraná surgida inicialmente enquanto

identidade de resistência e que foi evoluindo gradativamente para uma identidade de projeto, de luta. Ao passo que, em Santa Catarina, a identidade de resistência mantém-se até os dias atuais, mas vêm perdendo seu espaço de referência identitária para a pressão dos agentes externos (e até internos), não se inscrevendo visivelmente no jogo político de articulações que reconhecem a tradicionalidade e a territorialidade de seu modo de vida, ao menos por enquanto.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, N. A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. *In: Cadernos Naea*. Belém, nº. 10, 1989. (p. 163-195).

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *In: Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, v. 06, nº. 01, 2004. (p. 09-32).

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. *In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs). Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (p. 39-66).

ALMEIDA, R. P. **Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira – o estudo da Companhia Industrial**. 1979. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC/CCH, 1979.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANTUNES, E. **O Contestado entre Paraná e Santa Catarina**. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1918 (64 p.).

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Fascículo 3. Rebouças/PR, setembro 2008.

ASSUMPÇÃO, H. T. d'. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Exército de Minas Gerais, 1917.

AURAS, M. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Sul do Brasil, no Ano de 1858**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1953.

BACH, A. M. **Porcadeiros**. Ponta Grossa: do autor, 2009. 488 p.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERTRAND, A. L. **Sociologia rural: uma análise da vida rural contemporânea**. Porto Alegre: Atlas, 1973.

BLOEMER, N. M. S. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOHNSACK, R.; WELLER, W. O método documentário na análise de grupos de discussão. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa na Educação: Teoria e Prática**. Petrópolis: Vozes, 2010. (p. 67-86).

BONA, L. C.; HANISCH, A. L.; MARQUES, A. da C. Melhoramento de Caívas no Planalto Norte de Santa Catarina. *Revista Agriculturas*. v. 8, nº 02, Junho de 2011. (p. 06-11).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, M. F.; FEIJÓ, R. G. Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas. In: **Análise Social**. Vol. XX (83), 1984. (p. 489-503).

BRANDT, M. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização**. 2007. 310 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC/CCH, 2007.

BRANDT, M.; CAMPOS, N. J. de. Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. In: **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 23, nº. 45, jan./jun, 2008. (p. 43-64).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BREVES, W. de S. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC**. Florianópolis, v. 03, nº.04, 1985. (p. 07-73).

CABEZA DE VACA, A. N. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

CABRAL, O. R. **Santa Catarina**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1960.

CAMPIGOTO, J. A.; SOCHODOLAK, H. Os Faxinais da região das araucárias. In: OLINTO, B. A.; MOTTA, M. M.; OLIVEIRA, O. de. (Orgs.). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2009. (p.183-212).

CAMPOS, N. J. de. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. 2000. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, H. M. de. **Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra.** Curitiba: 1984. (mimeografado).

CARVALHO, T. M. de. Nós não tem direito: Costume e direito à terra no Contestado. *In:* ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. **Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CERQUEIRA, A. **A Jornada de Taquarussú (Feito Guerreiro).** Rio de Janeiro: Nova Edição, 1936 (47 p.).

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** 17. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná.** Londrina: IAPAR, 1988. 121 p. (Boletim Técnico, 22).

CIMARDI, A.V. **Mamíferos de Santa Catarina.** FATMA, 1996. (302p).

CORDEIRO, J. **Levantamento florístico de caracterização fitossociológica de remanescente de Floresta Ombrófila mista em Guarapuava, PR.** 2005. 131 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: UFPR, 2005.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In:* MINAYO, M. C. de. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. (p.51- 66).

CRUZ, V. do C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. *In:* ARAUJO, F. G. B. de.; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Acess, 2007. (p. 93-122).

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais.** Bauru, SP: EDUSP, 1999.

CUNHA, L. A. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional.** Rio de Janeiro, 2003. 210 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

CUNHA, L. A. G. Os Faxinais como territórios sociais. *In:* 1º ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS, 2005, Irati. **Anais:** Termo de referência. Irati: Rede Faxinal, 2005. Impresso. (Artigo completo).

D'ASSUMPÇÃO, H. T. **A campanha do Contestado (as operações da Columna do Sul).** V.1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

DIEGUES, A. C. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica. *In: L. L. SIMÕES; C. F. LINO (Orgs.). **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. 2ª ed., São Paulo, Editora SENAC, 2003. (p. 135-158).*

DIEGUES, A. C.; Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. *In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/USP, 2001. (p. 97-124).*

EGGER, A. **Geoökologische Untersuchung des Faxinal - Waldweidesystems der Hochländer von Paraná, Südbrasilien**. *In: Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Heidelberg, 2009.*

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003.

FELISBINO, P. A.; FELISBINO, E. **Voz de caboclo: a saga do Contestado revivida nas lembranças dos sobreviventes do reduto de Taquaruçu**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. *In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. (Geografia em Movimento). (p. 273-301).*

FÖETSCH, A. A.; LUDKA, V. M. Pesquisa qualitativa enquanto ferramenta para compreender o modo de vida Faxinalense. *In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. **Anais**. Uberlândia, Minas Gerais, 15 a 19 de outubro de 2012. (Artigo completo).*

FONSECA, P. A. V. **Formação do gaúcho**. Passo Fundo, 1982.

FRAGA, N. C. Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira. *In: SCORTEGAGNA, A.; REZENDE, C. J.; TRICES, R. I. (Orgs.). **Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005. (p. 228-255).*

FRAGA, N. C. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GEVAERD FILHO, J. L. Perfil histórico-jurídico dos Faxinais ou compáscuos. *In: Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente*. Curitiba: ITCF, n. 1, a. 1, agosto, 1986. (p. 44-79).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLUCHOWSKI, K. **Os poloneses no Brasil**: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Tradução de Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005. (Edição histórica nº 0630).

GOFFMAN, E. **Relaciones en público**: micro estudios del orden público. Madrid: Alianza Universidad, 1979.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In: GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. (p. 1-40).

GUBERT FILHO, F. A. Faxinal: estudo preliminar. *In: Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente*. Curitiba: ITCF, nº01, a.2, agosto de 1987. (p.32-40).

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “Novo” Nordeste: Entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. *In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). Brasil: questões atuais de organização do território*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. (p. 367-415).

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. *In: CORRÊA, R. L.; e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. (p. 169-190). (Série Geografia Cultural).

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). *In: ARAUJO, F. G. B. de.; HAESBAERT, R. (Orgs.) Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007 (a). (p. 33-56).

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANISCH, A. L.; MARQUES, A. C.; BONA, L. C. Resposta de pastagens nativas à adubação com insumos agroecológicos em áreas de Caíva no Planalto Norte Catarinense. **R.E.V.I Revista de Estudos do Vale Iguaçu**. v. 14, 2009. (p. 139-148).

HANISCH, A. L. *et. al.* Estrutura e composição florística de cinco áreas de Caíva no Planalto Norte de Santa Catarina. Revista **Pesquisa Florestal Brasileira**, Colombo, v. 30, nº 64, nov/dez, 2010. (p. 303-310).

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

IAROCCHINSKI, U. **Saga dos Polacos** – A história da Polônia e seus emigrantes no Brasil. Edição do autor. Curitiba, 2001.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual técnico da vegetação brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Série manuais técnicos em geociências, n. 1.

KLEIN, R. M. **Aspectos dinâmicos da vegetação do Sul do Brasil**. *Sellowia*, Itajaí, v. 36, n. 36, 1984. (p.5-54).

KLEIN, R. M. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

KLEIN, R. M. **O aspecto dinâmico do pinheiro-brasileiro**. *Sellowia*, Itajaí, v. 12, n. 12, 1960. (p. 17-48).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAROCCA JÚNIOR, J.; LAROCCA, P. L.; LIMA, C. de A. **Casa Eslavo-Paranaense**: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos no Sul do Paraná. Ponta Grossa: Editora Larocca Associados, 2008.

LEMOS, S. T. de F. **A face oculta do caboclo de Curitibanos, Santa Catarina, perdas e rupturas em sua peregrinação da economia de subsistência para o trabalho precarizado**. 2006, 236 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Curitiba, 2006.

LEMOS, Z. de A. **Curitibanos na história do Contestado**. 2. ed. Curitibanos/SC: Imprensa Frei Rogério, 1983.

LEONARD, O.; CLIFFORD, R. **A sociologia rural para os programas de ação**. São Paulo: Pioneira, 1971.

LIMA, S. R. **Capital transnacional na indústria da madeira em Três Barras: as companytowns e a produção do espaço urbano.** 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LÖWEN SAHR, C. L. Faxinalenses: Populações tradicionais no Bioma da Mata com Araucária. *In: 1º ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS*, 2005, Irati. **Anais:** Termo de referência. Irati: Rede Faxinal, 2005a. Impresso. (p. 53-62). (Artigo completo).

LÖWEN SAHR, C. L. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de Faxinal do Bioma da Mata com Araucária. *In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira.* **Anais.** Presidente Prudente, São Paulo, 11 a 15 de novembro de 2005b. (Artigo completo).

LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, L. A. G. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária do Paraná. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, 2005. (p. 89-104).

LÖWEN SAHR, C. L. Os mundos faxinalenses da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. *In: Revista Terra Plural.* Ponta Grossa, 2 (2): 213-226, jul./dez., 2008. (p. 213-226).

LÖWEN SAHR, C. L.; SAHR, W. D. Territórios-Faxinais-espaços. A problemática espaço/território na formação social brasileira. *In: Saquet, M. e Sposito, E. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* 1. ed. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2009, v. 1, (p. 143-173).

LUZ, A. A. da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos.** 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1999.

M.; LÖWEN SAHR, C. L. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais.** Ponta Grossa: EDUEPG, 2001. (p. 481-504).

MAACK, R. **Geografia Física do Paraná.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, 2 ed.

MACHADO, B. P. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *In: BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná.* **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.3, jun. 1963. (p.1-27).

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MARQUES, A. da C.; HANISCH, A. L.; BONA, L. C. **Inovações tecnológicas em áreas de Caívas através de processos participativos,** 2008. Disponível em: www.microbacias.sc.gov.br/visualizarArquivo.do?entity.arquivoPK, acesso em 16/04/2014.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975. (Coleção Pioneira de Ciências Sociais).

MARTINS, P. **Anjos de cara suja**: etnografia da comunidade cafuza. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. *In: Revista Geo UERJ*. Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011. (p. 290-322). ISSN 1981-9021.

MATTOS, A. G.; REIS, M. S. dos.; PERONI, N. **Relação entre agricultores familiares extrativistas de erva-mate (*Ilex paraguariensis* A. ST.-HL) e a floresta de Araucária na região do Planalto Norte Catarinense**. *In: IX SBEE – Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia: Avanços para a identidade cultural, conservação e uso da biodiversidade*. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 26 a 29 de novembro de 2012. (Anais do evento).

MEDRADO, M. J. S. Et. al. Recuperação de ervais degradados. *In: INFOTECA*. Comunicado Técnico. EMBRAPA, nº 86. Colombo/PR, dezembro de 2002.

MELLO, A. J. M.; PERONI, N. **Etnoecologia e manejo local das espécies arbóreas nas paisagens antrópicas da Floresta Ombrófila Mista Catarinense**. *In: IX SBEE – Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia: Avanços para a identidade cultural, conservação e uso da biodiversidade*. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 26 a 29 de novembro de 2012. (Anais do evento).

MEURER, A. Z. **Caracterização química e climática de populações naturais de erva-mate (*Ilex paraguariensis* ST. HILL) no Planalto Norte Catarinense**. 2012. 89 f. Dissertação. (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2012.

MICHAELIS: **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. (2259 p.).

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MIRANDA, A. **Contestado**. Curitiba: Lítero: Técnica, 1987.

MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século**. Série Universidade – 2, Duas Cidades, São Paulo, 1974.

MONTEIRO, R. R. et.al. A introdução do cultivo do fumo como fator de mudança cultural em comunidades faxinalenses: o caso do Faxinal dos Seixas no Município de São João do Triunfo – PR. *In: XIV EAIC - Encontro Anual de Iniciação Científica*. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Guarapuava, Paraná, 31 de agosto a 3 de setembro de 2005.

MORO, R. S. A vegetação dos Campos Gerais da escarpa devoniana. *In: DITZEL, C. H.*

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigação em Psicologia Social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 403 p.

MUNARI, L. C. **Memória social e ecologia histórica:** A agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

MUÑOZ, N. V. Significación social y territorio: aproximaciones metodológicas. *In: Revista Terra Plural.* Ponta Grossa, v.5, n.2, jul./dez. 2011. (p. 169-178).

NERONE, M. M. **Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal:** Rebouças – 1950-1997. 2000. 286f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo, 2000.

NOVAK, R.; FAJARDO, S. Desintegração e resistência do sistema faxinal em Itapará – Irati – PR. UNICENTRO - **Revista Eletrônica Lato Sensu,** Irati, 2008. (p. 1-12).

OLIVEIRA, B. de. **Planaltos de frio e lama:** os fanáticos do contestado: o meio, o homem, a guerra: ensaio de história. Florianópolis: FCC, 1985.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba, SEED, 2001. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios).

PARANÁ. Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991: Lei do ICMS Ecológico ou Lei dos Royalties Ecológicos.

PARANÁ. Decreto Estadual número 3.446/1997: Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências.

PARANÁ. SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Floresta com Araucária. Volume 4. Série Ecossistemas Paranaenses, 2010. (38 p.).

PARANÁ. IAP – Instituto Ambiental do Paraná. Portaria nº34, de 25 de fevereiro de 2011.

PEIXOTO, D. **Campanha do Contestado – Episódios e Impressões.** Rio de Janeiro, 1916.

PEIXOTO, D. **Campanha do Contestado.** Vol I. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

PELUSO JÚNIOR, V. A. Aspectos da população e da imigração no Estado de Santa Catarina. *In: FAUSTINO DA SILVA, J. B. (et.alli).* **Fundamentos da cultura catarinense.** Edição do Departamento de Cultura, da SEC, e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Editora Laudes S/A, 1970. (p. 49-75).

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **Messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo, Dominus, 1965.

PIAZZA, W. F.; HÜBENER, L. M. **Santa Catarina: história da gente**. 6. ed. Florianópolis: Lunardelli, 2003.

PORTO GONÇALVES, C. W. A territorialidade seringueira: Geografia e Movimento Social. *In: Revista GEOgraphia*. Ano 1. Nº 02, 1999. (p. 67-88).

PORTO GONÇALVES, C. W. **De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, M. I. **O Campesinato Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAFFESTIN, C. Ecogenèse territoriale e territorialité. *In: AURIAC F.; BRUNET R. Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard & Fondation Diderot, 1986. (p. 175-185).

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RENK, A. A. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RÍOS, F. T. Diversidad y sentido patrimonial: contribuciones desde la antropología del territorio al estudio de comunidades tradicionales. *In: Revista Terra Plural*. Ponta Grossa, v.5, n.2, jul./dez. 2011. (p. 153-167).

RODERJAN, R. V. **Os Curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (séculos XVI-XIX)**. Curitiba: Works Informática – Editoração Eletrônica, 1992.

ROSSI, R.V. Taxonomia de *Mazama Rafinesque*, 1817 do Brasil (*Artiodactyla, Cervidae*). 174p. Dissertação. (Mestrado em Ciências Biológicas). Universidade de São Paulo – USP, 2000.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. 18 f. 1998. Disponível em: www.ufba.br/~paulopen/AnalisedePoliticPublicas.doc. Acesso em: 26 de maio de 2014.

SACHET, C.; SACHET, S. A guerra do Contestado. *In: SACHET, C.; SACHET, S. Santa Catarina 100 anos de História*. O livro: do povoamento à guerra do Contestado. v. 1. Florianópolis, 2001, (p. 507-525).

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAID, E. W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SAINT HILAIRE, A. de. **Viagem à Comarca de Curitiba (1920)**. São Paulo, Companhia Nacional, 1964.

SAINT HILAIRE, A. de. **Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil**. Província Cisplatina e Missões do Paraguai. São Paulo, Liv. Martins, s/d.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catharina. p. 46.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2003.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *In: Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros, Niterói, 2002b. (p. 17-38).

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SCHÜTZE, F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. *In: PFAFF, Nicolle; WELLER, Wivian. (Orgs.). Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática*. Vozes: Petrópolis, 2010. (p.210-222).

SETEMBRINO DE CARVALHO, F. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra – 1915**. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1916.

SHORE, C. Comunidade. *In: Outhwhite, W.; BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. (p. 115-117).

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004. (p. 73-102).

SIMINSKI, A.; SANTOS, K. L. dos; FANTINI, A. C.; REIS, M. S. dos. Recursos florestais nativos e a agricultura familiar em Santa Catarina – Brasil. **Bonplandia**. nº 20 (2), 2011. (p. 371-389).

SINZIG, Frei P., O. F. M. **Frei Rogério Neuhaus**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1939.

SOUZA, A. M. de. **Dos ervais ao mate: possibilidades de revalorização dos tradicionais processos de produção e de transformação da erva-mate no Planalto Norte Catarinense**. 1998. 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Universidade Federal de Santa Catarina – SC. Florianópolis, 1998.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (p. 77-116).

SOUZA, R. M. de. Mapeamento social dos Faxinais do Paraná. *In*: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. (Orgs.). **Terra de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, 2009a. (p. 29-88).

SOUZA, R. M. de. Fronteiras e passagens: a construção da identidade Faxinalense. *In*: **I Seminário Nacional de Sociologia e Política**, Curitiba, UFPR, 2009b.(Artigo completo).

SOUZA, R. M. de. **Transformações econômicas e sociais e trajetórias na agricultura familiar**: Estudo de caso sobre a desconstrução da autonomia da agricultura familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo – PR. 2001. 135 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Santa Maria – RS. Santa Maria, 2001.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STRAUBE, K. von K. **A estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro – o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/PR**. 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

STRUCH, L. M. de M. Contribuição ao estudo geográfico da Erva-mate. *In*: **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE. Ano XVII, nº01, Janeiro-Março de 1955. (p.94-106).

TAVARES, L. A. **Campesinato e os Faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. 2008. 756 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia. São Paulo, 2008.

THOMÉ, N. **Civilizações primitivas do Contestado**. IUL – Impressora Universal Ltda, Caçador – Santa Catarina, 1981.

THOMÉ, N. **Sangue, suor e lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: INCON Edições/Unc, 1992.

TOMASI, T. **Espacialidades, interações e redes sociais**: uma análise a partir da Comunidade Quilombola de Santa Cruz – Ponta Grossa/PR. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa: UEPG, 2013.

TÖNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. *In*: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. (p. 96-116).

TONON, E. A força da tradição: dos Faxinais às Irmandades Místicas do Contestado. *In*: OLINTO, B. A.; MOTTA, M. M.; OLIVEIRA, O. de. (Orgs.). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2009. (p.319-340).

TONON, E. **Os monges do Contestado: Permanências, predições e rituais no imaginário**. Palmas: Kaygangue, 2010.

VASCONCELOS, E. **Sociologia rural**. Imprensa Universitária - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: 1977.

VELOSO, H.P.; RANGEL FILHO, A.L.R.; LIMA, J.C.A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: FIBGE/PROJETO RADAMBRASIL. 1991.

VELOSO, H. P. Sistema fitogeográfico. *In*: IBGE: **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Manuais Técnicos em Geociências, nº01, 1992. (38 p.).

VIEIRA DA ROSA, J. Reminiscências da Campanha do Contestado – subsídios para a História. *In*: **Jornal Terra Livre**. Florianópolis, nº6, ano 1, 7 de agosto de 1918, p.01.

VINHAS DE QUEIRÓS, M. **Messianismo e conflito social**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1977.

VINHAS DE QUEIRÓS, M. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912 –1916)**. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1981.

WILES, J. I.; ROSENBERG, M. W.; KEARNS, R. **Narrative analysis as a strategy for understanding interview talk in geographic research**. *Area* (2005) 37.1, (p.89-99).

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SITES DE CONSULTA

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. Disponível em: www.iap.pr.gov.br, acesso em 17 de agosto de 2013.

IAPAR. Instituto Agrônomo do Paraná. Disponível em: www.iapar.br, acesso em 28 de julho de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br, acesso em 23 de junho de 2013.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: www.ipardes.gov.br, acesso em 21 de agosto de 2013.

<http://mongedocontestado.wordpress.com/> - acesso em 02 de setembro de 2013.

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

D. M. 66 anos. Entrevista, 08 de maio de 2014. Irineópolis/SC. Entrevistadora: Alcimara Aparecida Föetsch. Acervo da autora, 2014.

J. V. N. 53 anos. Entrevista, 08 de maio de 2014. Irineópolis/SC. Entrevistadora: Alcimara Aparecida Föetsch. Acervo da autora, 2014.

L. P. 52 anos. Entrevista, 08 de maio de 2014. Irineópolis/SC. Entrevistadora: Alcimara Aparecida Föetsch. Acervo da autora, 2014.

S. M. C. P. 34 anos. Depoimento, 22 de outubro de 2011. São Mateus do Sul, Paraná. Entrevistadora: Alcimara Aparecida Föetsch. Acervo da autora.

P. W. 40 anos. Depoimento, 10 de março de 2012. São Mateus do Sul, Paraná. Entrevistadora: Alcimara Aparecida Föetsch. Acervo da autora.

ANEXO 01 – Faxinal dos Carvalho, Fraiburgo/SC



Comunidade de Faxinal dos Carvalho, Fraiburgo/SC.
Carta topográfica de Curitiba/SC. Escala de 1:100.000.
Fonte: (IBGE, 1973).

ANEXO 02 – Faxinal dos Domingues, Fraiburgo/SC



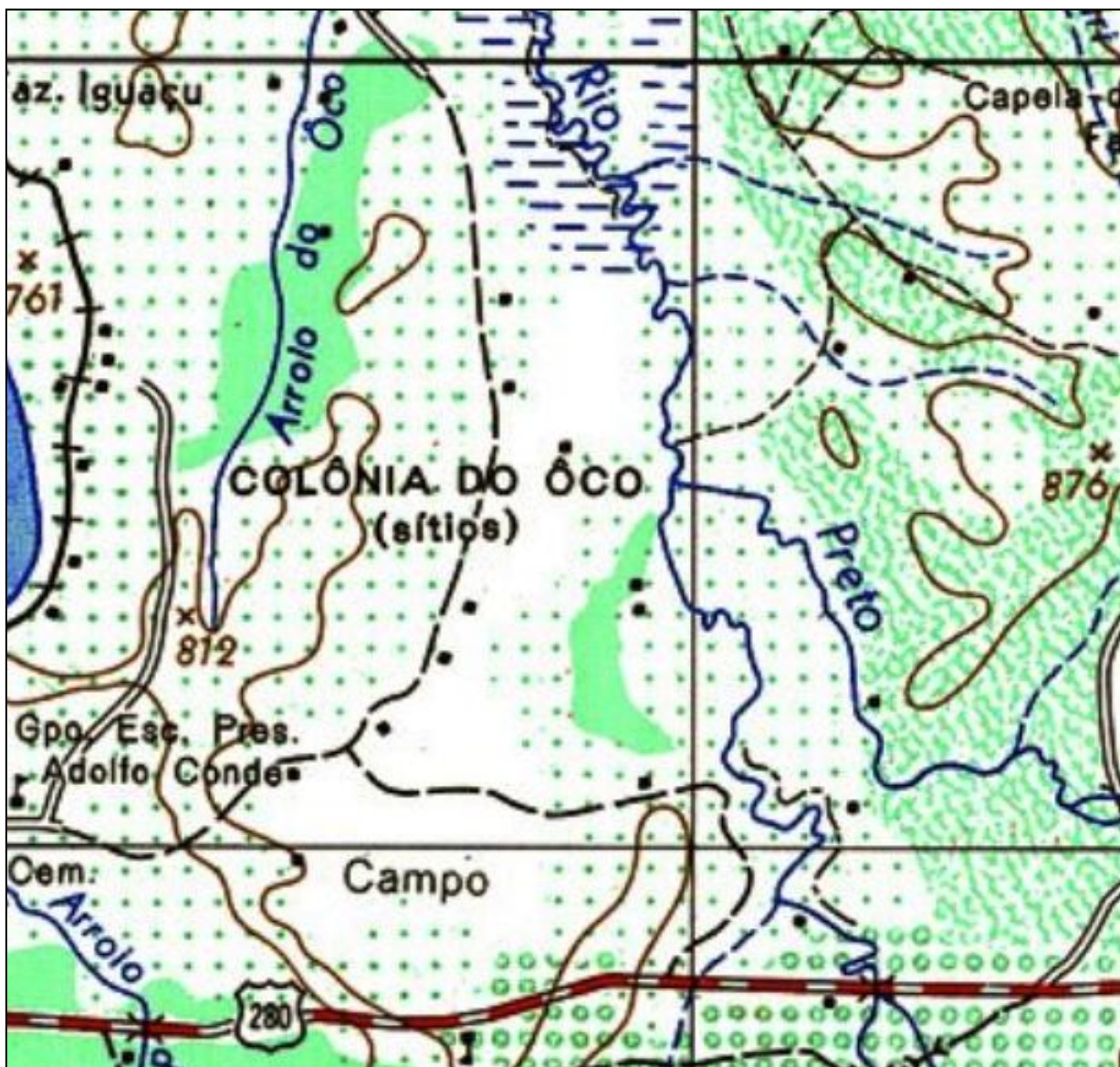
Comunidade de Faxinal dos Domingues, Fraiburgo/SC.
Carta topográfica de Curitiba/SC. Escala de 1:100.000.
Fonte: (IBGE, 1973).

ANEXO 03 – Pinhalzinho, Bela Vista do Toldo/SC



Comunidade do Pinhalzinho, Bela Vista do Toldo/SC.
Carta topográfica de Irineópolis/SC. Escala de 1:100.000.
Carta topográfica de Lebon Régis/SC. Escala de 1:100.000.
Fonte: (IBGE, 1973).

ANEXO 04 – Rio Preto, Irineópolis/SC



Comunidade do Rio Preto, Irineópolis/SC.
Carta topográfica de Irineópolis/SC. Escala de 1:100.000.
Fonte: (IBGE, 1973).